UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

**O eldorado da soja no Centro-Oeste brasileiro (c. 1980 – c. 2010): a produção monopolista
do espaço sob perspectiva histórico-econômica**

NÍVEL: DOUTORADO

NOME DO ALUNO: HERICK VAZQUEZ SOARES

NOME DO ORIENTADOR: ALEXANDRE DE FREITAS BARBOSA

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

O eldorado da soja no Centro-Oeste brasileiro (c. 1980 – c. 2010): a produção monopolista do espaço sob perspectiva histórico-econômica

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História Econômica.

Departamento de História

Programa de Pós-Graduação em História Econômica

Orientador: Prof. Livre Docente Alexandre de Freitas Barbosa

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

SH546e Soares, Herick Vazquez
O eldorado da soja no Centro-Oeste brasileiro (c. 1980 - c. 2010): a produção monopolista do espaço sob perspectiva histórico-econômica / Herick Vazquez Soares ; orientador Alexandre de Freitas Barbosa. — São Paulo, 2018.
349 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. História Econômica. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Economia. 4. Agronegócio. 5. Cadeia de Valor da Soja. I. Barbosa, Alexandre de Freitas, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Herick Vazquez Soares

Data da defesa: 13/12/2018

Nome do Prof. (a) orientador (a): Alexandre de Freitas Barbosa

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 12/02/19

(Assinatura do (a) orientador (a))

Herick Vazquez Soares

O eldorado da soja no Centro-Oeste brasileiro (c. 1980 – c. 2010): a produção monopolista do espaço sob perspectiva histórico-econômica

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História Econômica.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Presidente: Prof. Livre Docente Alexandre de Freitas Barbosa

Instituição: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Prof(a). Dr. (a): _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr. (a): _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr. (a): _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

A meu avô Antônio Mendez Garcia,
pedreiro na construção do campus da cidade
universitária do Butantã entre os anos 1960
e 1970, pelo seu esforço, trabalho e
contribuição para a construção da
Universidade de São Paulo.

AGRADECIMENTOS

Não são fáceis nenhum dos passos para a construção de um trabalho desta magnitude. Mais que os desafios da pesquisa e da escrita, em muitos momentos, o mais difícil é manter a determinação e a autoconfiança. Nessa trajetória, tive a sorte de encontrar pessoas que me apoiaram, e que me deram força, vitalidade e energia para vencer todos esses desafios. Por isso, minha imensa gratidão e agradecimentos a todos que, de diferentes maneiras, me apoiaram durante toda esta jornada.

A meus pais, Emerita Mendez Vazquez Soares e Osmar Idalécio Soares, cujo trabalho incansável de toda uma vida me permitiu me educar, passar no vestibular mais concorrido do país, cursar a universidade pública e hoje ser a primeira pessoa de toda a família a concluir um doutorado. A minha irmã Karina Vazquez Soares, precursora de nossa família na universidade pública e que, do outro lado do oceano, torce por mim e me apoia. Sem vocês, o caminho seria mais difícil. A minha avó Emerita Vazquez Delgado de Mendez, pelo o suporte, cuidado e amor de toda uma vida.

À Universidade de São Paulo, por todos os anos de aprendizado, crescimento, desenvolvimento e oportunidades. Pública, gratuita e de qualidade, a USP me proporcionou estrutura, conhecimento e desenvolvimento humano para que eu pudesse chegar até aqui.

Ao meu orientador de mestrado e doutorado Alexandre de Freitas Barbosa, um pensador talentoso, contundente e acessível; minha gratidão e agradecimento pela brilhante orientação acadêmica na execução da pesquisa. Tenha a certeza que seu apoio e sua confiança em meu potencial durante todos esses anos reverberaram para além do meu desempenho acadêmico. Fizeram farão diferença por toda a minha vida.

À professora Luciana Suarez Lopes, pela amizade, pela valorosa presença e contribuição em todas as minhas bancas e pela confiança em meu trabalho e em meu potencial nos cinco semestres de PAE em que estivemos juntos. Pela disponibilidade, amabilidade e organização, sua atuação como professora é inspiradora e motivadora a todos que desejam seguir a carreira acadêmica.

Ao Professor Jaime Tadeu Oliva, pelas suas valorosas contribuições na banca de qualificação e pelos seus ensinamentos que me ajudaram a me “situar melhor no espaço” e nos debates geográficos. Ao professor Ariovaldo Umbelindo de Oliveira, pelo excelente curso “Agricultura e Capitalismo no Brasil”, essencial para a minha formação e para este trabalho. A todos os membros da banca de defesa desta tese pela disponibilidade em

contribuir com suas valorosas críticas e observações. Aos professores Armando Tafner Junior (UFMT) e Edson Souza (UNEMAT) pela recepção em Mato Grosso, auxílio, conversas e valorosas sugestões para o trabalho.

À equipe da Embrapa Agrossilvipastoril de Sinop, liderada por Austeclinio Lopes de Faria Neto, agradeço pela acolhida e apoio na realização da pesquisa de campo. Minha gratidão e especial agradecimento a Julio do Cesar Reis e Miqueas Michetti pelo tempo dispendido e pelas orientações, contatos, e apoio para que a pesquisa se realizasse com sucesso. Meu imenso agradecimento aos Sindicatos rurais de Sinop (MT), Sorriso (MT) e Bonito (MS), ao Sindicato dos trabalhadores rurais de Sinop (MT) e a todos os entrevistados pelas informações, aprendizado e esclarecedoras e produtivas conversas.

A todos os servidores técnicos do departamento de História, bibliotecas e demais áreas da Universidade de São Paulo, bem como aos profissionais de limpeza, segurança e alimentação do campus, cujo empenho, dedicação e trabalho mantém em pé a nossa combalida universidade.

A meus queridxs e especiais Anália Meira Spinelli, Emilene Cavalheiro, Erika Gil Viana, Jose Juniors Casas Roca e Mariana Jablonski Eleno, minha eterna gratidão pelo suporte, risadas, inspiração, companhia, apoio emocional, amizade, afeto, atenção, solidariedade e pelos bons momentos vividos, essenciais para tornar a caminhada mais leve e agradável. Aos grandes amigos Vitor Dourado, Carlos Alberto Ramos Mirabal, Carolina Dalla Pacce, Jonathan Vicente dos Santos Ferreira, Katia Varjão Gonçalves, Marcia Midori Shimizu, Nanda Santos e Pedro Moura agradeço pela compreensão, incentivo, apoio moral, reconhecimento, carinho e confiança no meu potencial.

A Renata do Nascimento Rodrigues e Victor Emanuel Bertoldo Teixeira meu profundo agradecimento pelo apoio na Faculdade de Direito do Largo São Francisco e pela bem-sucedida parceria acadêmica interdisciplinar. Agradeço também aos demais colegas da disciplina “Saúde, Ambiente e Trabalho: Novos Rumos da Regulação Jurídica do Trabalho I”, turma de 2015, bem como ao Professor Guilherme Feliciano pela paciência, apoio e receptividade dedicados a mim, o único não advogado da turma.

A meus colegas e amigos do BB Diogo Araujo de Freitas, Elizabeth Gonçalves Ramos de Almeida, Graziela Coichev, Ivana Faria Galvão, Jéssica Matsunaga, Juliana de Sousa, Karin Hormigo Vasconcelos, Liandra Campos de Moura Marques, Luciana Magolo Borges Ramalho, Roberto Antunes Apolinário e Silvia Mota agradeço imensamente pela compreensão e apoio durante todos esses anos.

Voltamos aqui ao que já foi dito anteriormente quando descrevi o caráter da economia brasileira. Ela faz convergir para um único fim, com o objetivo de um máximo e momentâneo proveito, todas as atenções e esforços; verdadeiro processo de bombeamento dos recursos naturais do solo, “agricultura extrativa”, já se denominou.

Caio Prado Júnior (1942)

RESUMO

No estágio atual do capitalismo mundializado, a internacionalização da produção, o aumento do fluxo de informações e capitais, bem como do comércio internacional suscitou o surgimento cadeias globais de valor também na agricultura. Essa dinâmica é engendrada através de um modelo de agricultura inaugurado pela Revolução Verde e teve reflexos determinantes na agricultura brasileira, cuja inserção nos quadros do comércio internacional através da exportação de *commodities* ganhou novo vigor a partir da crise cambial de 1999. Nesse contexto, observou-se a expansão, em território nacional, do cultivo de gêneros agrícolas com boa demanda no mercado externo e nos quais o Brasil possui vantagem comparativa, em especial a soja, importante item da pauta de exportações, e indutora da expansão do agronegócio capitalista pelo Centro-Oeste e pelos Cerrados e Amazônia brasileira. Com elevado grau de tecnologia e integração intersetorial com a indústria em todos os elos de sua cadeia de valor, o Complexo Soja é setor estratégico de atuação dos capitais monopolistas transnacionais na agricultura no contexto do capitalismo mundializado. Através de levantamento bibliográfico, de dados, pesquisa de campo e realização de entrevistas semiestruturadas, este estudo busca levantar e analisar a dinâmica regional do Centro-Oeste brasileiro localizando-a nas horizontalidades e verticalidades do espaço produzido a partir das estratégias dos capitais comandantes do capitalismo mundializado, no qual sua inserção se deu a partir da expansão da soja. Essa expansão foi marcada pelos processos de monopolização dos territórios e territorialização dos monopólios, formas de atuação dos capitais monopolistas que comandam cadeia global de valor da soja e que definem e ordenam a expansão territorial do grão e a produção monopolista do espaço do Centro-Oeste como “Região Produtiva do Agronegócio” (RPA) da soja. Esse processo se imprime no espaço através do processo de “urbanização do campo”, marcado pelo crescimento de cidades com potencial limitado de retenção da renda das atividades agropecuárias e também pelo crescente controle dos capitais monopolistas sobre a circulação no território. Os indicadores socioeconômicos relacionados a emprego, concentração fundiária e renda indicam também que o Centro-Oeste se caracteriza como um espaço de rápido crescimento econômico marcado pelo aprofundamento das desigualdades.

Palavras-Chave: Soja, Agronegócio, Cadeia global de valor, Mundialização do capital, Urbanização do campo.

ABSTRACT

In the current stage of globalized capitalism, the internationalization of production, the increase of the flow of information and capital, as well as of international trade, has aroused the emergence of global value chains also in agriculture. This dynamic is generated through a model of agriculture inaugurated by the Green Revolution and had a decisive impact on Brazilian agriculture, whose insertion in the international trade frameworks through the export of commodities gained new vigor after the exchange crisis of 1999. In this context, the expansion of agricultural crops with good demand in the foreign market, and in which Brazil has a comparative advantage, mainly the soybean, an important item on the export agenda, and inducing the expansion of capitalist agribusiness by the Center- West and by the Brazilian Cerrados and Amazônia. With a high degree of technology and intersectoral integration with industry at every link in its value chain, the Soja Complex is a strategic sector for the operation of transnational monopoly capital in agriculture in the context of globalized capitalism. Through a bibliographical survey, data collection, field research and semi-structured interviews, this study seeks to analyze the regional dynamics of the Brazilian Midwest by locating it in the horizontalities and verticalities of the space produced by the strategies of globalized capitalism, in which its insertion occurred from the expansion of soybeans. This expansion was marked by the processes of monopolization of territories and the territorialization of monopolies, the forms of action of the monopoly capital that command the global chain of value of the soybean and that define and order the territorial expansion of the grain and the monopolistic production of the space of the Center-West as Soya "Agribusiness Productive Region". This process is imprinted in space through the "urbanization of the countryside" process, marked by the growth of cities with limited income retention potential from agricultural activities and also by the increasing control of monopoly capital over circulation in the territory. Socioeconomic indicators related to employment, land concentration and income also indicate that the Center-West is characterized as a space of rapid economic growth marked by the deepening of inequalities.

Key Words: Soybean, Agribusiness, Global value chain, Globalization of the capital, Urbanization of the countryside.

RESUMEN

En la etapa actual del capitalismo mundializado, la internacionalización de la producción, el aumento del flujo de informaciones y capitales, así como del comercio internacional, suscitó el surgimiento de cadenas globales de valor también en la agricultura. Esta dinámica es engendrada a través de un modelo de agricultura inaugurado por la Revolución Verde y tuvo reflejos determinantes en la agricultura brasileña, cuya inserción en los cuadros del comercio internacional a través de la exportación de commodities ganó nuevo vigor a partir de la crisis cambiaria de 1999. En ese contexto, ocurrió un aumento de la producción de alimentos en el sector de la carne de vacuno em los Cerrados y Amazonia brasileños. Con el alto grado de tecnología e integración intersectorial con la industria en todos los eslabones de su cadena de valor, el Complejo Soja es un sector estratégico de actuación de los capitales monopólicos transnacionales en la agricultura en el contexto del capitalismo mundializado. A través del levantamiento bibliográfico, de datos, investigación de campo y realización de entrevistas semiestructuradas, este estudio busca levantar y analizar la dinámica regional del Centro-Oeste brasileño localizándola en las horizontalidades y verticales del espacio producido a partir de las estrategias de los capitales comandantes del capitalismo mundializado, en el cual su inserción se dio a partir de la expansión de la soja. Esta expansión fue marcada por los procesos de monopolización de los territorios y territorialización de los monopolios, formas de actuación de los capitales monopolistas que comandan cadena global de valor de la soja y que definen y ordenan la expansión territorial del grano y la producción monopólica del espacio del Centro-Oeste como "Región Productiva del Agronegocio" de la soja. Este proceso se imprime en el espacio a través del proceso de "urbanización del campo", marcado por el crecimiento de ciudades con potencial limitado de retención del ingreso de las actividades agropecuarias y también por el creciente control de los capitales monopolísticos sobre la circulación en el territorio. Los indicadores socioeconómicos relacionados con el empleo, la concentración de tierras y los ingresos indican también que el Centro-Oeste se caracteriza como un espacio de rápido crecimiento económico marcado por la profundización de las desigualdades.

Palabras Clave: Soja, Agronegocio, Cadena global de valor, Mundialización del capital, Urbanización del campo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Lata do óleo Santa Rosa.....	67
Figura 2: Mapa da Região do MATOPIBA e biomas	79
Figura 3: Mapa do Escoamento da soja brasileira.....	111
Figura 4: Tela do Portal “Planeta Sustentável”	119
Figura 5: Tela com resultados de busca no portal Planeta Sustentável	120
Figura 6: Resultados do mecanismo de buscas do portal Planeta Sustentável para o termo "Bunge"	121
Figura 7: Concentração das Terras dos Ruralistas no Brasil, 2003	129
Figura 8: Sistema Agroalimentar da Soja.....	168
Figura 9: Colheitadeira colhendo e jogando a palhada pelo talhão	199
Figura 10: Plantio pelo Método Convencional.....	203
Figura 11: Folha de planta de soja com presença de Ferrugem.....	205
Figura 12: Soja no ponto para ser colhida	206
Figura 13: Computador de Bordo de Colheitadeira John Deere S690	208
Figura 14: Plantadeira John Deere 45 linhas	209
Figura 15: Armazém de soja em Santa Carmem (MT)	223
Figura 16: Sedes do Grupo Amaggi e da Aprosoja em Cuiabá.....	232
Figura 17: Colonizadora SINOP	242
Figura 18: Principais municípios surgidos a partir de projetos de colonização privada em Mato Grosso	243
Figura 19: Índice de Gini da Terra calculado a partir dos dados do cadastro do INCRA– 2003 -2006 - 2014	246
Figura 20: Placa de entrada em Cuiabá	252
Figura 21: Mapa da População urbana e da expansão da soja em Mato Grosso entre 1991 e 2010	253

Figura 22: “Pioneiros” de Sinop no ano de 1972	255
Figura 23: Cadastro de Família de “Pioneiros” durante os anos 1970	256
Figura 24: Sinop EM 1973 e Sinop em 2017	257
Figura 25: Câmara municipal e basílica de Sinop	263
Figura 26: Avenida de Sinop sem calçamento viário	264
Figura 27: Máquina colheitadeira com piloto automático em funcionamento.....	268
Figura 28: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sinop.....	280
Figura 29: Sistema Agrossilvopastoril	284

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da produção brasileira de soja em mil de ton.....	69
Gráfico 2: Aumento da área plantada de soja no Brasil (em mil de ha).....	70
Gráfico 3: Produtividade da soja por região brasileira (em kg/ha).....	71
Gráfico 4: Participação % das regiões brasileiras na produção nacional de soja em mil de ton	74
Gráfico 5: Participação das grandes regiões brasileiras na capacidade nacional de esmagamento de soja	76
Gráfico 6: Participação % do MATOPIBA na produção brasileira de soja em grãos....	80
Gráfico 7: Participação percentual das diferentes intensidades tecnológicas dos produtos na pauta de exportações brasileiras	88
Gráfico 8: Participação % das exportações do Complexo Soja brasileiro destinadas à China em kg e U\$\$	90
Gráfico 9: Evolução do Crédito Rural (em bilhões de reais) entre 1969 e 2013.....	95
Gráfico 10: Evolução da venda de máquinas agrícolas no Brasil e do preço da soja entre 1997 e 2014	172
Gráfico 11: Participação das empresas ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus e Amaggi nas exportações do Complexo Soja brasileiro em % do valor.....	181
Gráfico 12: Origem dos Recursos do crédito de custeio da soja mato-grossense	221

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição da Imigração por Origem e Destino dos Migrantes entre 1970 e 1980	25
Tabela 2: Chefes de Família imigrantes interestaduais economicamente ativos segundo condição de ocupação entre 1970 e 80 em percentual.....	26
Tabela 3: Evolução da Indústria Alimentar no Centro-Oeste brasileiro em número de estabelecimentos	29
Tabela 4: Participação % da Região Centro-Oeste no volume de Crédito Agrícola Concedido	29
Tabela 5: Ocupação dos solos segundo o uso econômico – área em ha.....	35
Tabela 6: Evolução da população ocupada no meio urbano e no meio rural	36
Tabela 7: Evolução do pessoal ocupado na agropecuária entre 1970 e 1985.....	36
Tabela 8: Condição do produtor em relação às terras do estabelecimento agropecuário – Centro-Oeste	37
Tabela 9: Área das propriedades em ha segundo condição do proprietário	37
Tabela 10: Evolução dos indicadores de renda e percentual de pessoas pobres entre 1970 e 1980	38
Tabela 11: Evolução do Coeficiente de Gini da renda– Centro-Oeste e Brasil	38
Tabela 12: Evolução do Coeficiente de Gini da Terra	39
Tabela 13: Despesas com salários em relação às despesas totais da atividade agropecuária em mil R\$ a preços de 2000	39
Tabela 14: Valor da produção agropecuária em mil R\$ a preços de 2000	40
Tabela 15: VBP da Soja em relação ao VBP total das lavouras brasileiras (em milhões de R\$)	72
Tabela 16: Participação da soja no total de estabelecimentos e empregos do Setor Primário	73
Tabela 17: Crescimento da área de soja nas grandes regiões brasileiras.....	75

Tabela 18: Participação percentual da China nas exportações de soja em grão da região Centro-Oeste	76
Tabela 19: Participação das exportações de soja em grão no total das exportações do Complexo Soja do Centro-Oeste	77
Tabela 20: Participação da produção familiar na produção de soja da região Centro-Oeste	78
Tabela 21: Crescimento da área plantada de soja nos Estados do MATOPIBA	80
Tabela 22: Participação das exportações de soja em grão no total das exportações do Complexo Soja do MATOPIBA	81
Tabela 23: Participação da China nas exportações de soja em grãos do MATOPIBA ..	81
Tabela 24: Participação da produção familiar na produção de soja da região do MATOPIBA	82
Tabela 25: Participação das exportações de soja nas exportações totais para a China (em US\$ FOB)	89
Tabela 26: Composição das exportações do Complexo Soja brasileiro para a China entre 1997 e 2010	91
Tabela 27: Principais cultivares de soja plantados no Brasil entre 1960 e 1980	106
Tabela 28: Participação das Empresas no Segmento de Soja	108
Tabela 29: Deputados membros da FPA no CO	127
Tabela 30: Senadores membros da FPA do CO	128
Tabela 31: Relação dos Ministros da Agricultura entre 1995 e 2016	131
Tabela 32: Propostas de Projetos de Lei de Autoria do Deputado Nilson Leitão (PSDB-MT)	132
Tabela 33: Localização dos Centros de Controle e Fábricas das principais empresas do mercado de máquinas e tratores agrícolas brasileiros	173
Tabela 34: Operações de compra e venda de empresas produtoras de fertilizantes no Brasil	175
Tabela 35: Participação das empresas no faturamento do setor de fertilizantes em 2008	175

Tabela 36: Participação nas vendas de defensivos agrícolas no Brasil em 2010	176
Tabela 37: Participação das despesas por rubrica nos custos totais	177
Tabela 38: Participação percentual das cinco maiores empresas esmagadoras no total da capacidade instalada no Brasil.....	178
Tabela 39: Relação de fazendas visitadas e entrevistas realizadas.....	195
Tabela 40: Estrutura fundiária de Mato Grosso em 2006.....	248
Tabela 41: Taxa de crescimento anual da população (em %) por estado do CO entre 1970 e 2010	269
Tabela 42: Soma dos empregos formais nos setores dinamizados pela cultura da soja por UF do Centro-Oeste.....	275
Tabela 43: Evolução do VPB da soja do Centro-Oeste.....	276
Tabela 44: Remuneração Média do Cultivo de Soja x Indústria de Derivados em valores de 2016	278

LISTA DE SIGLAS

ABAG - Associação Brasileira de Agribusiness

ABCBio – Associação Brasileira das Empresas de Controle Tecnológico

ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

ABRASEM - Associação Brasileira de Sementes e Mudanças

ABRATES – Associação Brasileira de Tecnologia de Sementes

ACC – Adiantamento de Contratos de Câmbio

ACC - Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio

ANDA – Associação Nacional para Difusão de Adubos

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja

B&MF BOVESPA – Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo

BACEN- Banco Central do Brasil

BB – Banco do Brasil

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CAI - Complexo Agroindustrial

CAN - Colônias Agrícolas Nacionais

CANG - Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CDA - Certificado de Depósito Agropecuário

CDCA - Certificados de Direito de Crédito do Agronegócio

CIBRAZEM (Companhia Brasileira de Armazenagem)

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CNT – Confederação Nacional dos Transportes

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

COMTRADE – Base de dados sobre Comércio Internacional das Nações Unidas

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CPA – Centro Político Administrativo de Mato Grosso

CPAC - Centro de Pesquisas Agropecuária dos Cerrados

CPR - Cédula do Produto Rural

CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio

DER - Depósitos Especiais Remunerados
DRI - Depósitos Interfinanceiros Rurais
EGF - Empréstimos do Governo Federal
EMATERES - Empresas Estaduais de Assistência Técnica Rural
EMBRAPA – Empresa brasileira de pesquisa agropecuária
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica Rural
EMPA – Empresa de Pesquisa Agropecuária
EUA – Estados Unidos da América
FAO – *Food and Agriculture Organization*
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FINAME – Agência Especial de Financiamento Industrial
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNE – Fundo Constitucional do Nordeste
FNO – Fundo Constitucional do Norte
FOB – *Free on Board*
FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária
GPS – Posicionamento Global por Satélite
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICONE – Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais
IED – Investimentos Estrangeiros Diretos
IMEA – Instituto Mato grossense de Economia Agropecuária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas
IPEACO - Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro-Oeste
IPEAO - Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias
LCA - Letra de Crédito do Agronegócio
MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MATOPIBA – Cerrados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MODERFROTA - Financiamento para aquisição de tratores, colheitadeiras, plataformas de corte, pulverizadores, plantadeiras, semeadoras e equipamentos para beneficiamento agrícola

MP's – Medidas Provisórias

NERU – Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos da UFMT

OGM - Organismos Geneticamente Modificados

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PEA – População Economicamente Ativa

PEP Prêmio para Escoamento do Produto

PESA (Plano Especial de Saneamento de Ativos)

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa Integração Social

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNP Soja - Programa Nacional de Pesquisa de Soja

PPP – Parceria público-privada

PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PROINAPP - Programa de Investimentos Agropecuários

PRONAZEM - Programa Nacional de Armazenagem

PRONAC - Programa Nacional de Armazenagem

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

RPA – Região Produtiva do Agronegócio

SAG – Sistema Agroalimentar

SIBRATER - Sistema Federal de Extensão Rural

SIG – Sistema de Informações Geográficas

SINOP – Sociedade Imobiliária Noroeste Noroeste do Paraná

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SPD – Sistema de Plantio Direto

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TEM – Ministério do Trabalho e Emprego

UBABEF - União Brasileira da Avicultura

UE – União Europeia

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UNEMAT – Universidade Estadual de Mato Grosso

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio Exterior e Desenvolvimento

ÚNICA - União da Indústria da Cana de Açúcar

VBP – Valor Bruto de Produção

VEP - Valor de Escoamento de Produto

WA - Warrant Agropecuário

WWF – *World Wide Fund for Nature*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 O CENTRO-OESTE NO CAPITALISMO BRASILEIRO: RETOMANDO O DEBATE SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA.....	4
1.1 O CENTRO-OESTE ATÉ 1960: RETROSPECTIVA HISTÓRICA.....	5
1A CONSTITUIÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL BRASILEIRO (CAI).....	10
1.2.1 As políticas públicas e o desenvolvimento regional do Centro-Oeste	16
1.3 ALIENAÇÃO E AJUSTE ESPACIAL: O PACTO REGIONAL DE CLASSES FORMADO ENTRE 1950 E 1980 NO CENTRO-OESTE.....	21
1.3.1 Os imigrantes da Revolução Verde.....	24
1.3.2 O papel do Estado	28
1.3.3 O grande capital agroindustrial no processo de alienação e ajuste espacial.....	30
1.4 AS ESTRUTURAS SOCIAL E AGRÁRIA RESULTANTES DO PROCESSO DE INCORPORAÇÃO DO CENTRO-OESTE AO CAPITALISMO BRASILEIRO.....	34
1.5 O DEBATE SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E O CASO DO CENTRO-OESTE	41
1.5.1 Alberto Passos Guimarães: latifúndio e feudalismo como marcas do campo brasileiro.....	42
1.5.2 A questão agrária em Caio Prado Júnior: herança colonial e desigualdade no campo.....	43
1.5.3 Celso Furtado e a questão agrária: um itinerário para a Industrialização.....	49
1.5.4 Inácio Rangel: a questão agrária como obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil.....	51
1.5.6 O debate sobre a questão agrária e o caso do Centro-Oeste até a década de 1980.....	57
2 A CONSOLIDAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA NO CENTRO-OESTE (E ALÉM DO CENTRO-OESTE): ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	65
2.1 A EXPANSÃO DA SOJA NO BRASIL	66
2.1.1 A expansão da soja no Centro-Oeste brasileiro	74
2.1.2 A soja para além do Centro-Oeste	79
2.2 A ASCENÇÃO CHINESA.....	84
2.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGROPECUÁRIA E PARA SOJA NO BRASIL PÓS 1980	93
2.3.1 Políticas Econômica e de Financiamento Rural.....	93
2.3.2 Políticas Tecnológicas	104
2.3.3 Transportes e infraestrutura logística.....	110
2.4 A POLÍTICA DO AGRONEGÓCIO DA REGIÃO CENTRO-OESTE	117
3 A AGRICULTURA NO CAPITALISMO MUNDIALIZADO.....	139
3.1 OS PILARES DO CAPITALISMO MUNDIALIZADO.....	141
3.2 A “MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL” NA AGRICULTURA	149
3.3 O BRASIL E A “ECONOMIA DO AGRONEGÓCIO”	154
3.4 O SISTEMA AGROINDUSTRIAL DA SOJA NO CAPITALISMO MUNDIALIZADO.....	163
4 A REGIÃO PRODUTIVA DA SOJA DE MATO GROSSO: PRODUÇÃO AGRÍCOLA, LOGÍSTICA, TERRA E TRABALHO.....	185

4.1 DO PLANTIO À COMERCIALIZAÇÃO: O NEGÓCIO DA SOJA EM MATO GROSSO	196
4.1.1 A preparação do solo, os sistemas de plantio e a colheita da soja	198
4.1.2 Formação dos Preços, Comercialização e Renda do Produtor	211
4.2 O SETOR LOGÍSTICO	226
4.3. A QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO	241
4.3.1 A “urbanização do campo”: novo aspecto da questão agrária no início do século XXI	251
4.3.2 O Trabalho na cadeia da soja no Centro-Oeste: análise qualitativa e tentativa de mensuração	267
4.4 A NATUEZA DO ELDORADO DA SOJA NA OBRA DE MILTON SANTOS: ANÁLISE CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DO AGRONEGÓCIO DA SOJA	286
CONCLUSÃO	298

INTRODUÇÃO

A ideia para este trabalho surgiu a partir da crescente importância e destaque do agronegócio na economia e na cena política brasileiras, bem como do papel que essa atividade vem exercendo no processo de desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste, conforme apurado em minha dissertação de mestrado defendida no ano de 2013: *“A incorporação subordinada do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro: uma interpretação histórica”*. A análise de todo o processo de incorporação da região ao capitalismo brasileiro, bem como a retomada histórica de seu processo de povoamento mostraram que o período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980 foi extremamente relevante para o Centro-Oeste. Nesse período, fatores como urbanização, industrialização, pesquisas tecnológicas, políticas econômica e territorial estiveram combinados de modo a possibilitar o estabelecimento de uma “vocação agropecuária” que articulou a região Centro-Oeste à divisão regional do trabalho estabelecida pelo projeto econômico dos governos militares. Como resultado, forjou-se um modelo de agropecuária pautado por elevada integração com a indústria a montante e a jusante, com forte influência das inovações da “Revolução Verde”. O carro chefe desse modelo foi a bem-sucedida adaptação da soja aos solos do Cerrado, cujos resultados em termos de produção e expansão das lavouras apareceram já na década de 1970.

A partir da década de 1990, esse processo consolidou-se e as crescentes safras de soja e o destaque desse produto na pauta de exportações brasileira revelaram as dificuldades de transporte e comunicação presentes na região. Além disso, o agronegócio de soja passou a ocupar considerável espaço no noticiário nacional, tanto no que diz respeito à impressionante quantidade de divisas estrangeiras que traz para o país, quanto pelos conflitos por terra; pela dinamização econômica regional; e pelos grandes conglomerados agroindustriais e fortunas que se formaram em torno dessa atividade.

Dado esse cenário, a presente pesquisa buscou analisar a expansão do cultivo de soja pela região Centro-Oeste no período compreendido entre as décadas de 1980 e 2000, contextualizando-a na dinâmica da economia-mundo capitalista desse período, que foi profundamente marcada pelo processo de “mundialização dos capitais”, divisão internacional do trabalho e crescente internacionalização das cadeias de valor. Essas transformações alteraram decisivamente o capitalismo, as relações de produção e a produção do espaço em escala global. Na agricultura, observaram-se transformações que vão além da integração intersetorial com a indústria. Houve um avanço eloquente dos mecanismos de ganho e de especulação do mercado financeiro sobre a produção de alimentos e uma visível queda do poder

de controle das nações sobre seus mercados internos e sobre suas produções. No Centro-Oeste brasileiro, esses processos alteraram a dinâmica regional a partir da expansão da soja e da ação dos capitais agroindustriais monopolistas no setor. Este estudo busca justamente levantar e analisar a dinâmica regional de desenvolvimento socioeconômico do Centro-Oeste brasileiro localizando-a nas horizontalidades e verticalidades que compõem e dão a tônica do espaço produzido a partir das estratégias dos capitais comandantes do capitalismo mundializado. Essa dinâmica de desenvolvimento dada a partir da expansão da soja ocorre sob significativa influência dos processos de monopolização dos territórios e territorialização dos monopólios, que são as formas de atuação dos capitais monopolistas que comandam a cadeia global de valor da soja e que, com apoio do Estado, definem e ordenam a expansão territorial do grão e a produção do espaço do Centro-Oeste como “região produtiva do agronegócio”.

Para tanto, no capítulo 1, foi feita um breve retrospecto do lugar do Centro-Oeste no capitalismo brasileiro no início dos anos 1990 a partir dos principais resultados obtidos na pesquisa para o trabalho *“A incorporação subordinada do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro: uma interpretação histórica”*. Após essa retomada, realizou-se a recuperação do debate acerca da questão agrária brasileira levando em conta os principais resultados da pesquisa acima citada e as obras de importantes pensadores brasileiros acerca do tema: Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Ignácio Rangel, cujas ideias e categorias se mostrarão úteis para a análise do processo de incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro ocorrido entre as décadas de 1960 e 1980.

Na sequência, o capítulo 2 trata da expansão da soja no Centro-Oeste e para além do Centro-Oeste a partir da análise detalhada de diversos indicadores e de fatores decisivos para essa expansão: a ascensão chinesa e o *boom* das *commodities*; as políticas públicas e o papel do Estado na viabilização da expansão da soja e de novos nichos de ganho para os capitais monopolistas; e a atuação intelectual, midiática e política do agronegócio em busca de crescente controle do aparelho do Estado e de legitimidade para sua agenda socioeconômica.

Desenhado esse quadro, o capítulo 3 traz uma análise do processo de “mundialização do capital” na agricultura, dos sistemas agroindustriais da soja no capitalismo mundializado para que, finalmente no capítulo 4, seja estudada a posição do Centro-oeste na cadeia de valor da soja. Realiza-se então um levantamento sobre padrão de desenvolvimento regional engendrado pela expansão da soja, cujos resultados obtidos requalificaram o até então chamado processo de “incorporação subordinada do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro” como um processo de produção monopolista deste espaço como uma “região produtiva do agronegócio” da soja. Ainda neste capítulo, é feita uma reflexão sobre o processo econômico e espacial

estudado à luz da obra de Milton Santos com o intuito de qualificar a realidade observada durante a pesquisa de campo através da retomada de categorias importantes da obra do autor. O objetivo é produzir uma análise crítica da economia política do agronegócio da soja que possa contribuir para as discussões e desafios interpretativos colocados pelos modelos de agricultura e de desenvolvimento adotados no Brasil.

Este trabalho utilizou-se de metodologia abrangente baseada em três eixos principais: revisão e análise da literatura sobre a questão agrária produzida no século XX e início do século XX, bem como da literatura acerca de cadeias globais de valor e “mundialização do capital”; levantamento histórico, de dados e de fontes primárias a respeito de plantio de soja, organização da lavoura e da expansão da soja no Centro-Oeste brasileiro e no MATOPIBA com fins de entender e caracterizar a forma e ritmo dessa expansão no contexto dado pela literatura acima mencionada; e pesquisa de campo na região centro-norte do Mato Grosso e sudoeste do Mato Grosso do Sul, na qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com produtores rurais, representantes de sindicato de trabalhadores, pesquisadores e funcionários de fazendas, bem como visitas a propriedades rurais, sindicatos rurais e de trabalhadores e a cidades de regiões produtoras de soja. O intuito da pesquisa de campo foi verificar *in locu* a realidade engendrada localmente pelos processos aqui estudados e avaliar seus impactos no que diz respeito à estrutura fundiária, ao trabalho e ao desenvolvimento urbano das localidades, qualificando o estudo da questão agrária e da produção monopolista do espaço na “região produtiva do agronegócio” da soja no Centro-Oeste realizado nesta tese.

1 O CENTRO-OESTE NO CAPITALISMO BRASILEIRO: RETOMANDO O DEBATE SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

As condições para que o agronegócio capitalista moderno se expandisse rapidamente pela região Centro-Oeste foram dadas entre as décadas de 1960 e 1980. Nesse período, as políticas econômica, agrária, tecnológica, de financiamento agrícola e o acelerado processo de urbanização brasileiro combinados possibilitaram a incorporação da região ao espaço econômico nacional. Nesse processo, o estímulo à integração entre indústria e agricultura fez com que as grandes empresas do setor agroquímico, de esmagamento de grãos e frigoríficos assumissem um papel destacado na forma como a região se integrou ao capitalismo brasileiro, e na “vocação agropecuária” estabelecida para o Centro-Oeste.

Esse capítulo busca retomar o lugar do Centro-Oeste no capitalismo brasileiro até a década de 1980 através de uma síntese das principais questões e resultados de minha dissertação de mestrado defendida no ano de 2013: *A incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro: uma interpretação histórica*. Essa síntese irá englobar uma breve retomada do processo histórico de povoamento da região até 1960 e uma análise mais pormenorizada de sua incorporação ao capitalismo brasileiro ocorrida entre as décadas de 1960 e 1980, bem como de seus principais resultados socioeconômicos e seu significado dentro do processo de industrialização brasileiro e de sua relação com as políticas de planejamento e desenvolvimento regional e agropecuário dos governos militares.

Após a recuperação do processo histórico, serão revisadas algumas das principais contribuições teóricas a respeito da questão agrária brasileira desenvolvidas entre 1940 e 1980, no intuito de construir uma base teórica comum para o estudo dos vários elementos e conceitos que envolveram a incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro. Isto é, verificar como alguns importantes pensadores brasileiros: Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Ignácio Rangel vislumbravam a questão agrária e como muitas de suas conclusões e hipóteses têm relevante poder analítico para o processo histórico aqui descrito, ainda que muitas delas tenham sido formuladas anteriormente ao período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980.

1.1 O CENTRO-OESTE ATÉ 1960: RETROSPECTIVA HISTÓRICA

O período entre o início da colonização do Brasil e a Marcha para o Oeste do governo Vargas - primeira iniciativa organizada pelo Estado de povoamento do Centro-Oeste e do Norte do Brasil - compreendeu cerca de quatro séculos e foi marcado pela limitada integração econômica do Oeste brasileiro ao resto do território. Não obstante, no período pré-1930, em especial a partir de 1905, nota-se uma maior conectividade entre o Centro-Oeste brasileiro e os centros da economia nacional em virtude do início da penetração ferroviária na região.

Destacam-se também algumas iniciativas por parte do Estado no sentido de assegurar a posse sobre territórios mais próximos das fronteiras entre o final do século XIX e início do século XX: a edificação e ampliação de quartéis, a extensão da ferrovia Noroeste Brasil e a construção de linhas telegráficas pela Comissão Rondon¹. Apesar das notáveis dificuldades de transporte, no início do século XX, essas políticas tiveram algum efeito, ainda que tímido, no sentido de aumentar a integração da região aos demais espaços da economia nacional.

Como resultado dessas ações, a região conseguiu melhores condições para o desenvolvimento de produções voltadas fundamentalmente para o mercado interno, tais como gado, tabaco, aguardentes, milho, feijão, arroz, além da borracha, que, no início do século XX, teve importante participação nas exportações brasileiras. Dessa forma, pode-se dizer que a ocupação da região avançou impulsionada pelo desenvolvimento e diversificação do mercado interno brasileiro. Trata-se de um aspecto importante na análise, pois ressalta a estratégica posição geográfica central da região, que acaba facilitando a interligação com todas as outras regiões e constituindo importante ponto de ligação e de estímulo ao comércio inter/intranacional.

Não obstante os avanços em relação à conectividade do Centro-Oeste em relação ao espaço econômico nacional durante a Primeira República, a distância da região em relação aos centros dinâmicos da economia que ligavam o Brasil à economia-mundo capitalista, localizados nas regiões mais próximas à costa, as dificuldades de transporte e a grande disponibilidade de terras mais próximas ao litoral para as produções de exportação inviabilizaram uma integração

¹ Com o objetivo principal de ocupar uma parte ainda desconhecida do território brasileiro e de defender as fronteiras nacionais, a partir de 1890 o governo instaurou uma série de comissões para implementar linhas e postos telegráficos pelo interior do país. A Comissão Rondon atuou na construção de uma rede de telégrafos que se estendeu por mais de sete mil quilômetros no território de Mato Grosso e chegou até as fronteiras com o Paraguai e a Bolívia, além de ligar a região ao Rio de Janeiro. A Comissão também teve trabalho notável junto às populações indígenas, o que levou à fundação do Serviço de Proteção ao Índio em 1930, e no levantamento e caracterização geográfica de diversas serras e rios importantes, como o traçado do divisor das águas do Rio Paraná com os Rios Taquari e Aquidauana (DINIZ, 2006, p. 58).

produtiva significativa do oeste ao restante do país. Foi só a partir de 1938, que o Estado chamou para si o planejamento de uma política de colonização do Oeste brasileiro através da Marcha para o Oeste.

Sob um discurso de progresso através da ocupação do interior do país, exploração de riquezas e integração racial, moral, cultural e política, Getúlio Vargas empreendeu o programa de colonização denominado “Marcha para o Oeste”. O intuito oficial era, através de políticas e estímulos estatais, incentivar os brasileiros a buscarem no Oeste novas oportunidades.

A Marcha para o Oeste deve ser entendida a partir do amplo debate ideológico sobre as origens da dependência brasileira em relação à agroexportação, bem como sobre a necessidade de superação do passado colonial e os rumos do desenvolvimento nacional ocorrido durante os anos de 1930. Nesse debate, o nacionalismo ganhou força como fator de articulação entre o político e o econômico e criou um cenário propício ao surgimento de uma nova política territorial no Brasil. A partir de 1930, sob uma perspectiva autoritária, o Estado passou a estruturar um aparato institucional e uma política de planejamento, cujo intuito era garantir a integridade territorial. Essa política envolveu diversos setores estatais: aparelho estatal militar, planejamento, agricultura, meio ambiente, universidades, institutos de pesquisa e legislação (DINIZ, 2006, p. 62).

Nesse contexto, a retórica integracionista do Estado Novo impulsionou programas de colonização agrícola e povoamento nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. Essa política visava à manutenção da unidade nacional tendo em vista os crescentes conflitos entre as oligarquias locais ao final da Primeira República, evidenciados na Revolução Constitucionalista de 1932².

O objetivo da Marcha para o Oeste era dar unidade territorial ao país à luz das mudanças na geopolítica surgidas a partir do novo cenário político-econômico. Através de estímulos estatais, o processo de integração fundou duas colônias agrícolas no Centro-Oeste, uma em Ceres (GO) e outra em Dourados (MS), cujos objetivos eram manter a segurança e a integração dos territórios, estimulando a ocupação dessas regiões através de pequenas propriedades. Em 1938, foi criada a Divisão de Terra e Colonização. Esse órgão integrado ao Ministério da Agricultura implantou as Colônias Agrícolas Nacionais (CAN), através do Decreto-Lei 3.059,

² O conflito armado ocorreu no Estado de São Paulo entre os meses de julho e outubro de 1932 e teve por objetivo a derrubada do Governo Provisório de Getúlio Vargas e a promulgação de uma nova Constituição para o Brasil. Duramente reprimido pelo governo federal, o movimento foi derrotado, mas serviu para desgastar o governo provisório de Vargas, forçando a promulgação de uma nova Constituição em 1934. O período constitucional, no entanto durou apenas até 1937, ano do golpe de Estado empreendido por Getúlio Vargas que deu início ao período conhecido por Estado Novo.

de fevereiro de 1941. Essa medida tinha como objetivo fixar o homem no campo, por meio da pequena propriedade voltada para a produção de bens agrícolas em grande escala para outros mercados, além de produzir para sua subsistência.

Vale destacar que a busca pela colonização da região Centro-Oeste através da pequena propriedade foi uma característica particular da Marcha para o Oeste que não esteve presente com o mesmo destaque nos programas de integração econômica regional nas décadas seguintes. Essa particularidade da Marcha esteve ligada ao Departamento Nacional de Povoamento do Ministério do Trabalho, e surgiu a partir da ideia de fixar excedentes populacionais rurais oriundos principalmente das *plantations* decadentes do Nordeste. No entanto, o estímulo à pequena propriedade ficou restrito aos projetos de colônias agrícolas que, sem o apoio necessário durante as décadas seguintes, acabaram tendo sua viabilidade comprometida.

A mais bem-sucedida, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), era formada por onze áreas próximas do local onde estava sendo construída Goiânia. A área englobava solos férteis ao norte de Goiânia e Anápolis, onde em 1935 já havia chegado a comunicação ferroviária. Houve incremento populacional significativo na região e substancial produção de alimentos como arroz, milho e feijão. Apesar da promessa inicial de terras gratuitas para todos os colonos, até 1950, as terras não haviam sido regularizadas e a CANG passou a ceder espaço para as grandes fazendas que passaram a se instalar na região (ESTEVAM, 1997, p. 199).

O projeto foi importante para o início da integração rodoviária do norte de Goiás à nova capital Goiânia. A fundação de Goiânia representou um importante fato na história regional do Centro-Oeste e de Goiás, marcando o início de uma nova ideologia empreendedora e modernizante, típicas das propagandas oficiais sobre a Marcha para o Oeste. Em 1940, Goiânia já contava com 48.166³ habitantes. Sua posição geográfica de destaque (ponto de partida da integração rodoviária da região) e a chegada da ferrovia, em 1950, deram à cidade um vigoroso crescimento econômico e populacional que a consolidou como importante polo de influência regional. Outro destaque do período foi a criação da Fundação Brasil Central⁴, que incorporou as funções da Comissão Rondon.

A Marcha para o Oeste teve como principal resultado estimular o crescimento de frentes de expansão sobre territórios esparsamente ocupados ou até mesmo ainda não ocupados. Os

³ Fundada em 1933, Goiânia apresentou um rápido crescimento populacional, segundo os censos populacionais do IBGE.

⁴ A Fundação Brasil Central foi criada através do decreto nº: 5.878, de 4 de outubro de 1943 para atuar na zona a ser percorrida pela Expedição. A instituição, além coordenar a missão, tinha por objeto, segundo seus estatutos – aprovados pelo Decreto No. 17.274, de 30 de novembro de 1944 -, “o desbravamento e a colonização das regiões do Brasil Central e Ocidental, notadamente as dos altos rios Araguaia e Xingu.” Assumiu a presidência do novo órgão, o ministro João Alberto Lins de Barros. (MACIEL, 2006, p. 8)

resultados práticos da Marcha estiveram restritos à instauração de frentes expansionistas em alguns territórios da região, ao seu maior reconhecimento geográfico e ao reforço dos laços das frentes de expansão da região ao mercado consumidor nacional, através de projetos governamentais de produção e fomento voltados para gêneros de consumo interno ou exportação. Não obstante seus resultados tímidos, o valor histórico da Marcha para o Oeste reside no fato de ter representado uma ruptura na forma como o Estado brasileiro passou a planejar sua política territorial, sendo um marco inicial na sua nova relação com a região Centro-Oeste.

Encerrado o segundo governo Vargas (1951-1954), o Brasil havia passado por uma série de mudanças econômicas. A ênfase na industrialização passou a ser a base do modelo de desenvolvimento brasileiro. O projeto político varguista, aliado às ocorrências internacionais, fez que com a indústria se fortalecesse com participação fundamental do Estado, que implementou políticas de desenvolvimento e tornou-se um agente econômico com participação mais ativa.

A partir da segunda metade dos anos 1950, o processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Centro-Oeste deve ser analisado dentro das perspectivas do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), em especial a partir da meta síntese: a construção de Brasília. As mudanças da economia brasileira nesse período reordenaram a geopolítica de “ocupação dos vazios populacionais” e integração nacional, agora mais sujeitos à influência do setor industrial da região Sudeste (TREDEZIN, 2001, p. 1).

Junto com o Plano de Metas, a construção de Brasília alterou significativamente o panorama regional do Centro-Oeste. Simultaneamente à obra da nova capital, iniciou-se a construção de diversas estradas para ligar Brasília às principais cidades do Centro-Sul e do Norte. O Estado passou a atuar claramente no sentido de dar unidade ao território nacional através do incremento de infraestrutura que possibilitasse crescimento econômico da região Centro-Oeste. Pode-se dizer que a construção de Brasília deu o pontapé inicial para consolidar a incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro segundo os interesses dos grandes capitais industriais nacionais, internacionais e proprietários de terra, em função dos quais, o Estado passou a ter uma ação planejada e eloquente na região.

Não por acaso, nesse processo de integração regional, foi concretizada a opção pelo transporte rodoviário, determinando a consolidação de um importante centro dinâmico da economia nacional: a indústria automobilística. A integração da região Centro-Oeste se deu através da construção de ampla malha rodoviária, cujas principais rodovias são: Belém – Brasília; Brasília – Cuiabá; Brasília – São Paulo; Brasília – Belo Horizonte; Brasília – Barreiras

(BA); São Paulo – Corumbá. (DINIZ, 2006, p. 75). Além disso, a transferência da capital federal para o Centro-Oeste levou à instalação de um amplo aparato burocrático e de serviços e comunicação para a região.

A construção de Brasília deve ser entendida a partir de um processo histórico em que a força do nacional-desenvolvimentismo e a ação econômica do Estado mostraram-se decisivas. Essa correlação expressou-se no Plano de Metas, cujas ações e resultados também estão amplamente vinculados ao processo de internacionalização da economia e intensificação da presença de empresas estrangeiras no país. A transferência da capital para Brasília e as obras de infraestrutura relacionadas criaram parte das condições para a região para se converter em uma frente pioneira, constituindo o marco inicial do processo de industrialização como fator determinante da integração econômica do Centro-Oeste.

Não obstante as profundas alterações que a transferência da capital trouxe para a região, até o final dos anos 1950, o Centro-Oeste ainda era predominantemente uma frente de expansão, na qual os mecanismos tipicamente capitalistas de produção; circulação; propriedade; e de geração e apropriação de mais-valia ainda se articulavam de forma incipiente. As condições para que a região de fato fosse convertida em frente pioneira passaram a ser dadas a partir dos governos militares, nos quais as políticas públicas de desenvolvimento regional e agropecuário passaram a se conectar com uma estratégia nacional de divisão regional do trabalho e de aprofundamento do processo de industrialização.

1.2 O CENTRO OESTE NA CONSTITUIÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL BRASILEIRO (CAI)

O Plano de Ação Econômica do Governo⁵ (PAEG) introduziu inovações nas políticas econômica e monetária cujos impactos tiveram grande relevância para a consolidação e avanço do Complexo Agroindustrial (CAI)⁶: constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), possibilitando financiamento subsidiado para a modernização da agropecuária brasileira; medidas de subsídios à exportação através de isenções fiscais, crédito e taxas de juros favorecidas⁷; adoção do sistema de minidesvalorização cambial; e abandono do câmbio fixo, abrindo a possibilidade de desvalorização mais rápida da moeda e com menos impactos à estabilidade do sistema cambial. Além disso, as inovações na base técnica da agricultura avançaram com as políticas de substituição de importações de insumos agrícolas patrocinadas pelos planos de desenvolvimento, consolidando o CAI.

Tratava-se, portanto, de um programa que acentuava a importância da manutenção, ou da recuperação, das taxas de crescimento da economia. O combate à inflação estava sempre qualificado no sentido de não ameaçar o ritmo da atividade produtiva. A restrição do balanço de pagamentos era diagnosticada como séria limitação ao crescimento. Para superá-la, o PAEG propunha uma política de incentivos à exportação, uma opção pela internacionalização da economia, abrindo-a ao capital estrangeiro, promovendo a integração com os centros financeiros internacionais e o explícito alinhamento com o sistema norte-americano da Aliança para o Progresso (ABREU, 1989, p. 215).

Nesse contexto, o papel do setor agrícola passou a ser definido a partir das necessidades do desenvolvimento urbano industrial, e não mais a partir de uma estratégia de crescimento baseada primordialmente na expansão da produção exportadora (DELGADO, 1985, p. 26). Trata-se de um marco importante, pois é partir dele que surgiram novos aspectos no planejamento das políticas agrícolas, como a necessidade de produção estável e em escala suficiente para abastecer os centros urbanos e manter a inflação sob controle.

Essa mudança de identidade do papel da agricultura fez com que o papel de atrair divisas estrangeiras tenha se somado às exigências de uma maior integração de relações intersetoriais, evidenciando novas demandas e interesses nacionais e internacionais envolvidos na

⁵ O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi o primeiro plano econômico do governo brasileiro após o Golpe Militar de 1964, tinha como objetivos principais combater a inflação, aumentar a taxa de investimentos no país, reformar o Sistema Financeiro Nacional, atrair investimentos externos e diminuir desigualdades regionais (ABREU, 1989, p. 213).

⁶ Segundo Delgado (1985, p. 19), as transformações do período determinaram o início de um processo de mudança na base técnica da agricultura brasileira através de sua integração com a indústria, tendo se formado o complexo agroindustrial brasileiro (CAI)

⁷ Decreto Lei nº: 461/69.

agropecuária. A partir desse momento, o Estado mudou a forma de articulação da sua política econômica e suas ações para o setor agrícola. A política deixou de ser meramente cambial, e passou a incentivar a transferência de recursos para constituir aparatos financeiros, reguladores e tecnológicos mais complexos que, em virtude da correlação de forças políticas e classistas do campo brasileiro, marcou um processo tradicionalmente denominado de “modernização conservadora”.

Segundo Pires (2009, p. 412), o termo “modernização conservadora” foi desenvolvido por Moore Junior (1975) para caracterizar a passagem da Alemanha e do Japão de economias pré-industriais para economias capitalistas e industriais. O eixo central do projeto de modernização conservadora é uma aliança entre as elites burguesas e elites proprietárias de terras que leva a regimes autocráticos e totalitários na passagem do estágio pré-industrial para a economia capitalista. Dessa forma, o projeto de modernização conservadora é típico dos países onde a burguesia nascente não tem forças para romper com a classe de proprietários rurais, o que resulta num pacto político entre as duas classes. Esse pacto acaba por possibilitar a construção de uma sociedade capitalista, entretanto sem retirar as elites pré-industriais do centro do poder de comando do Estado (PIRES, 2009, p. 413-414).

Essa rearticulação de interesses entre as elites instituiu um novo pacto econômico e político que, segundo Pires (2009, p. 413), configurou uma revolução vinda de cima, na qual as elites pré-industriais continuaram a exercer influência sobre as decisões do Estado Nacional. Essa forma de revolução determinou as mudanças sociais, na medida em que foram desenhadas as relações políticas e as correlações de força dentro de cada Estado nacional.

Em relação à força dos proprietários rurais, esta se manteve forte, criando assim, um processo de modernização impulsionando o avanço destas economias no capitalismo industrial, entretanto aterradas em uma sociedade política marcada profundamente pelos interesses dos grandes proprietários rurais, os quais criaram obstáculos ao acesso democrático das demais classes sociais ao mercado de terras (PIRES, 2009, p. 415).

O termo foi desenvolvido em referência ao Japão e à Alemanha, considerados desde o final da II Guerra Mundial países desenvolvidos. Para a aplicação do termo ao caso brasileiro, devem ser feitas algumas mediações tendo em vista a diferente formação econômica e social do Brasil em relação aos dois países. No Brasil, nunca houve uma revolução de fato, apesar de o termo ser amplamente utilizado para denominar fatos históricos que não tenham representado rupturas sociais, políticas ou econômicas que pudessem ser assim denominadas. Não obstante, episódios cuja motivação foi justamente evitar ímpetos revolucionários ganharam tal

denominação, como a Revolução de 1930 e o Golpe Militar de 1964 (VIANNA, 1996, pp. 4 - 5).

Ao contrário do que ocorreu com os outros países da América Latina, o processo de Independência e a construção do Estado brasileiro não tiveram motivação revolucionária. A Independência se deu por iniciativa de um membro da própria família real portuguesa, e o comando do Estado-nação se deu por mais de sessenta anos por quadros descendentes da mesma família. A formação do Estado-nação, por se tratar de um processo complexo de correlação de forças nas várias províncias, e envolver várias instâncias de poder, contou também com a participação da antiga elite colonial e até mesmo de antigos defensores da libertação nacional, em um pacto de transformação permeado pelo conservadorismo (VIANNA, 1996; VELHO, 1974; FERNANDES, 2006).

Como notório, aqui, a história da ruptura com o pacto colonial, do processo da Independência e da formação de um novo Estado-nação, diferiu da experiência da América Hispânica, que se revestiu, ao menos em seu impulso inicial, das características de um típico processo revolucionário nacional-libertador, abortado, no caso brasileiro, pelo episódio da transmigração da família real, quando a Colônia acolhe a estrutura e os quadros do Estado metropolitano. O nativismo revolucionário, sob a influência dos ideais do liberalismo e das grandes revoluções de fins do século XVIII, desde aí começa a ceder terreno à lógica do conservar-mudando, cabendo à iniciativa do príncipe herdeiro da Casa Real o ato político que culminou com o desenlace da Independência, em um processo clássico de cooptação das antigas lideranças de motivação nacional-libertadora (VIANNA, 1996, p. 1).

Vianna (1996) afirmou que, assim como as revoluções passivas europeias, a formação do Estado-nação brasileiro também tem origem no ciclo revolucionário de 1789 a 1848⁸. Isso porque um ponto de inflexão importante na formação do Estado brasileiro e do próprio surgimento da ideia do Brasil como nação se deu a partir da chegada da família real em 1808, que, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, buscava manter seu poder, ainda que ao custo de transformar a colônia em sede do Império. Esse processo ambíguo de manutenção do poder através mudança do seu polo de irradiação efetivado pela monarquia portuguesa teve consequências determinantes na história do Brasil ao preparar politicamente as elites nacionais para lidar com eventuais ímpetus libertários ou revolucionários, bem como lhes deu habilidade na condução do Estado-nação.

Mas esse movimento defensivo era, por natureza, ambivalente: o que significava *conservação* na metrópole importaria *conservação-mudança* na Colônia. Nesse sentido, embora consistindo em um processo desferido na periferia do mundo e sem alcance universal, é marca da revolução passiva no Brasil a sua precocidade, o que certamente dotou, mais tarde, suas elites políticas de recursos políticos a fim de manter sob controle o surto libertário que, originário das revoluções europeias de 1848, se disseminou pelo Ocidente (VIANNA, 1996, p.1).

⁸ O autor se baseia em Gramsci (1975), para afirmar que o *Risorgimento* italiano teve origem nesse ciclo revolucionário, iniciado com a Revolução Francesa. As revoluções passivas teriam sido, na prática, uma tentativa de “prevenção” ou até mesmo contrarrevolução.

Apesar de mantido o legado sócio econômico colonial, a partir do momento em que as elites nacionais passaram a ter voz ativa no processo decisório e no controle do Estado, as cidades passaram a irradiar as mudanças determinantes da história do Brasil, embora os poderes econômicos e políticos ainda fossem oriundos, majoritariamente, das elites agrárias. Dentre as mudanças, destaca-se o fim da escravidão. A Abolição marcou a reorganização da sociedade e da economia nacionais, inserindo as antigas estruturas econômicas coloniais em uma nova ordem, na qual o legado colonial teve que ganhar novos substratos materiais, morais e dinamismos econômicos básicos para assimilar os modelos de organização econômica das economias centrais, uma vez que continuaram preponderando as conexões econômicas com o exterior. A ausência de Revolução Burguesa no país condicionou a transformação dos antigos senhores rurais e aristocratas, modelando lentamente a situação de mercado no país de acordo com as estruturas de subserviência econômica que não se buscava destruir, somente adaptar à nova realidade dos fatos (FERNANDES, 2006. p. 110).

Além disso, deve-se fazer outra consideração importante: o fato de o progresso técnico ter penetrado a estrutura econômica brasileira sob a forma de empresas capitalistas modernas sem destruir estruturas arcaicas. Segundo Pires (2008, p. 15), isso significa dizer que as elites dominantes dos países centrais buscaram integrar os estratos sociais inferiores ao seu projeto de nação, o que não ocorreu no Brasil. Dessa forma, no Brasil, a moderna empresa capitalista penetrou uma estrutura econômica mais desigual, na qual não são garantidas a democracia e a cidadania, de modo que os estratos inferiores da sociedade são pouco beneficiados pelos frutos do processo de modernização. O subdesenvolvimento, portanto, não constitui apenas um estágio do processo de formação da economia, mas o resultado da forma como se deu a penetração da moderna empresa capitalista (FURTADO, 1965, p. 184).

Nota-se que, no contexto da “Revolução Verde”, a concentração fundiária não foi um obstáculo à industrialização no Brasil, pois a grande propriedade agrária, quando penetrada pelas forças produtivas do capital, expandiu a produção sem demandar o fracionamento das propriedades. O uso intensivo de insumos industriais na agropecuária “selecionou” os produtores capazes de se adequar às novas tecnologias e transformou os outros em mão de obra nos mercados de trabalho capitalistas. As elites agrárias mantiveram-se no poder político determinando os rumos do desenvolvimento do país e tendo a burguesia industrial como “sócio menor”:

(...) uma classe tão pouco fora caracterizada e consciente de si mesma nunca poderia ter conduzido a sociedade brasileira pelos tortuosos caminhos da industrialização, não fora sua aliança, embora na condição de sócio menor, com outra classe social, muito mais amadurecida e segura de si, muito mais politicamente organizada, como era o latifúndio brasileiro da época (RANGEL, 2005b, p. 61).

Ou seja, o processo de modernização conservadora da agropecuária brasileira constituiu-se a partir da integração das grandes propriedades rurais com as agroindústrias. No contexto da “Revolução Verde”, os produtores passaram a demandar os produtos industriais e a internalizá-los como parte importante do processo produtivo e de reprodução ampliada do capital. Aqueles que não puderam incorporar tais tecnologias, ou não puderam se articular aos elos das cadeias produtivas dos complexos agroindustriais, acabaram por experimentar um processo de empobrecimento e involução econômica e, muitas vezes, acabaram por abandonar o campo, o que reforçou o êxodo rural, a concentração fundiária, e barateou a força de trabalho.

Além disso, o processo de urbanização ocorrido no período 1960-1980 levou a um aumento significativo do emprego não agrícola, bem como da demanda por produtos agrícolas num curto período de tempo. Segundo o censo demográfico de 1980, entre os anos de 1970 e 1980, a população urbana do país aumentou em 28,4 milhões de pessoas. Soma-se a isso o fato de a ampliação e a diversificação da pauta de exportações agrícolas, estimulada pela política econômica dos governos militares, também ter alimentado a pressão sobre os preços de forma significativa.

Entre 1960 e 1980, o setor agrícola seguiu sendo fonte provedora de divisas para o restante da economia, destacando-se o aspecto de relações interindustriais da agricultura no contexto da “Revolução Verde”. As exportações de produtos agrícolas elaborados pelo setor industrial e o crescimento da importação de insumos e equipamentos para a agricultura refletiram a mudança na base técnica rural. A exportação de produtos agrícolas elaborados aumentou mais de dez vezes entre 1967 e 1983, passando de U\$\$ 201,5 milhões de dólares em 1967 para mais de U\$\$ 2,8 bilhões em 1983. Aumentou também mais de dez vezes a importação de meios de produção para a agricultura, que passou de U\$\$ 128,5 milhões em 1967 para mais de U\$\$ 1,9 bilhões em 1983 (IBGE; IPEA, 1983).

O quadro de aumento da população urbana e das exportações levou a uma necessidade de maior oferta de gêneros agrícolas para garantir o baixo custo da mão de obra urbana e, conseqüentemente, manter as taxas de acumulação. Dessa forma, ocorreu uma maior penetração capitalista nas relações de produção do setor agropecuário, levando à formação de um mercado de produtos agrícolas de escala nacional, bem como à consolidação do trabalho assalariado em diversos setores da agricultura e à negociação de ativos agrícolas e terras no mercado financeiro.

Essas transformações reforçavam e retroalimentavam o processo de mudança na base técnica da agricultura brasileira através de sua integração com a indústria, tendo se formado o Complexo Agroindustrial brasileiro (CAI). Trata-se de uma mudança bastante relevante, visto que a agricultura se tornou menos dependente do trabalho humano e das condições naturais, pois a maior articulação com as indústrias de insumos, bens de capital e de processamento de alimentos permitiu a manipulação das condições naturais e maior grau de mecanização. Esse processo foi importantíssimo no sentido de colocar a agricultura no “tempo do capital”, isto é, de fazer com que a reprodução ampliada do capital na agricultura passe a depender menos do trabalho humano e das condições naturais e mais dos produtos e dos processos industriais.

Essa modernização trouxe alterações profundas na base técnica da agropecuária. A reprodução ampliada do capital no campo passou a estar cada vez mais integrada com a indústria em todas as etapas do processo produtivo. O ramo industrial produtor de insumos agrícolas, com o apoio do Estado, conseguiu introduzir as inovações, e estimular a incorporação delas, inclusive nos ramos em que os produtos são consumidos *in natura* (como feijão, arroz, amendoim, batata) através de propaganda, leis sanitárias e condicionantes tecnológicas para liberação de crédito (PASTORE; DIAS; CASTRO, 1972, pp. 147-152).

Para tanto, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) teve papel crucial e marcou a passagem de um tempo em que as políticas agrícolas estavam restritas aos setores primário-exportadores, para um tempo em que o crédito agrícola passou a abranger o setor agrícola como um todo, fixando relações intersetoriais entre a agricultura e a indústria, e criando um mercado de escala nacional para os gêneros agrícolas (DELGADO, 1985, pp. 20-21). A partir desse período, surgiram as condições para que o setor agroindustrial pudesse contar com um mercado pujante, tanto pelo lado da demanda por bens de produção, como pelo lado da oferta de insumos agrícolas para as indústrias processadoras de gêneros agrícolas, o que levou a um amplo processo de modernização da agropecuária brasileira.

O SNCR organizou a produção agrícola dentro de um claro sentido modernizador, com condições favoráveis de pagamento para o produtor modernizado, público alvo das transações interindustriais do CAI. Essa orientação marcou a forte articulação entre interesses urbanos e rurais no desenvolvimento do Brasil a partir de então, pois o crédito rural foi responsável pelo fortalecimento de setores industriais de meios de produção para a agricultura.

1.2.1 As políticas públicas e o desenvolvimento regional do Centro-Oeste

Dentro do contexto de necessidade de aumento da oferta de alimentos e de diversificação da pauta de exportações para equilibrar o balanço de pagamentos, o Centro-Oeste passou a ser alvo de políticas agrícolas que buscaram tais objetivos nessa fronteira. Enquanto o Nordeste manteve seu setor arcaico sem vultosas alterações após a constituição do CAI, a política agrícola do período, atenta à necessidade de aumento da produção agropecuária, reservou um papel importante para a fronteira agrícola: diversificar e aumentar a produtividade do setor.

Durante o regime militar, o processo de incorporação da região Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro se deu com base na definição de uma “vocaço regional” para a produo agropecuria destinada exportao e agroindstria na diviso nacional do trabalho estabelecida pelo planejamento econmico estatal. O projeto de industrializao a partir do Sul e Sudeste embutido na estratgia dos planos de desenvolvimento estabeleceu qual deveria ser o papel da agropecuria neste contexto, e tm estabelecido como seriam ocupados os novos espaos produtivos.

Vale destacar que, para o governo militar, a agropecuria tinha o papel de assegurar preos baixos para os produtos que predominavam na formao dos preos da mo-de-obra e gerar divisas mediante a exportao de gneros agrcolas *in natura* ou j industrializados, conforme foi expresso no Plano de Ao Econmica do Governo (PAEG) e no Plano estratgico de Desenvolvimento 1968-1970, base para o I PND (1972-1974):

A agricultura brasileira se caracteriza pela sua baixa produtividade geral. No s a formao de capital fixo reduzida, como o progresso tecnolgico lento. Acresce que polticas simplistas de combate inflao, pela via de meras tentativas de controle de preos, conduzem, numa perspectiva de longo prazo, a um crculo vicioso: a distoro do sistema de preos tende a desencorajar o investimento na agricultura e, em consequncia, esta no se expande a uma taxa suficiente para compensar o ritmo de crescimento da demanda. Mantm-se, assim, uma presso constante de alta de preos. Ao tentar estimular o crescimento o setor leva-se em conta que compete Agricultura neste estgio do desenvolvimento do Pas: prover a base indispensvel intensificao da concentrao urbana determinada pela industrializao, por via do fornecimento de bens alimentcios e mterias-primas; suprir parte substancial das necessidades de divisas para financiar as crescentes importaes de mterias-primas, produtos intermedirios e bens de capital; absorver parte da mo-de-obra que, anualmente, ocorre ao mercado de trabalho, tendo em vista a relativamente baixa taxa de aumento do emprego do setor secundrio (PAEG (Sntese publicada pelo Ministrio do Planejamento e Coordenao Econmica), 1964, p. 92).

“(...) elevao da produo e da produtividade agrcola pela transformao da agricultura tradicional, mediante a mudana de mtodos e a utilizao de insumos modernos” (BRASIL, 1967)

Para tanto, os incentivos estatais para o processo de modernização da agropecuária seguiram quatro eixos estratégicos, alinhados com as políticas nacionais de desenvolvimento da época: desempenhar um papel de estímulo ao desenvolvimento interno (em geral favorecendo indústrias domésticas de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, através de medidas protecionistas); buscar ganhos adicionais de exportação, facilitando a instalação de um parque agroindustrial e crescente utilização doméstica de seus produtos; constante preocupação com o abastecimento interno, revelada pela ampla utilização do farelo de soja pela indústria doméstica de rações e óleo de soja; e estímulo às importações de insumos industriais (MUELLER, 1990, pp. 51-63).

Nessa direção, o Estado teve papel marcante, principalmente a partir de 1965, através das políticas agrícolas que tornaram possível o aproveitamento dos solos do cerrado, cuja latitude, originalmente, era inadequada para a soja. Além da correção dos solos, a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) desenvolveu as sementes de soja de período juvenil longo⁹, como a Timpira, Tropical e Numbaíra, um marco¹⁰ da política agrícola no Brasil¹¹.

Os cultivares de período juvenil longo representaram um “*breakthrough*” intelectual, já que essa inovação não se limitou às inovações biológicas, mas também abarcou a questão da correção do solo através da seleção de bactérias e técnicas de correção desenvolvidas pela EMBRAPA e pelo PNP – Soja (Programa Nacional de Pesquisa de Soja), possibilitando incorporar novas terras para a produção do grão, mas também possibilitar que essas terras fossem incorporadas com elevados índices de produtividade (SOUZA, 1990, pp. 191-192).

⁹ As sementes de período juvenil longo são menos dependentes de latitudes baixas para seu plantio porque dependem menos do “tamanho” do dia (foto período) para o seu desenvolvimento. Ou seja, os dias curtos, típicos das regiões tropicais, que tenderiam a induzir ao florescimento precoce e ao baixo desenvolvimento do cultivar, já não têm esse efeito sobre as sementes de período juvenil longo (SOUZA, 1990, p. 192).

¹⁰ A partir de sua criação, o governo decidiu organizar maciçamente e em escala nacional o sistema de pesquisa agropecuária. Esse sistema foi essencial para criar demanda para as tecnologias de produção agrícola (implementos, maquinários e insumos agrícolas) através de novas variações de sementes e cultivares que demandam mais insumos agrícolas, estimulando as inovações a montante (produção de insumos agrícolas para as unidades produtoras) na agropecuária.

¹¹ As inovações tecnológicas na agropecuária podem ser divididas em três grandes grupos: inovações mecânicas, aquelas que afetam a intensidade e o ritmo do trabalho, como os tratores; inovações físico-químicas, aquelas que alteram as condições do solo elevando a produtividade do trabalho aplicada a ele; e as inovações biológicas, que alteram a velocidade do tempo das culturas e a rotação do capital, potencializando os outros dois grupos de inovações, e reduzindo o período de trabalho necessário para a reprodução ampliada do capital (ELIAS, 2003, p. 75). Para Delgado (1985, p. 92), a introdução das mudanças na base técnica da agricultura no Brasil ocorreu através de uma divisão do trabalho, na qual o Estado ficou com a tarefa de gerar e difundir as inovações biológicas, em virtude dos maiores custos e dificuldades de pesquisa num cenário de variação regional tão amplo como o brasileiro. As inovações mecânicas e físico-químicas ficaram a cargo da grande empresa capitalista de capital estatal, multinacional ou nacional privado. Os três grupos de inovações são inseparáveis. As inovações físico-químicas e biológicas alteram a engenharia das plantações, o espaçamento das plantas e os tipos de insumos agrícolas necessários para a produção, influenciando nas inovações mecânicas e vice-versa. Não obstante, é possível identificar que, no Brasil, houve, por parte do Estado, certa especialização nas inovações biológicas.

No que diz respeito à questão fundiária, o regime instaurado em 1964 estabeleceu duas diretrizes básicas sobre a questão agrária: as bases institucionais para que, supostamente, fosse realizada a reforma agrária e o princípio da inviolabilidade da empresa rural, tida como importante pilar da Política de Desenvolvimento Rural. A política de reforma agrária do Estado se concentrou nos projetos de colonização e “assentamento rápido” – na prática uma intervenção cartorial buscando a titulação legal de terras já sob posse de produtores – amplamente praticados nas fronteiras do Centro-Oeste e do Norte (DELGADO, 1985, pp. 90-105).

Apesar de o Estatuto da Terra conter a previsão de Reforma Agrária e ter dado aos governos estaduais e ao governo federal condições legais para realizar alterações na estrutura agrária, o destaque da política fundiária do período está mesmo no apoio aos grandes empreendimentos rurais, implícito numa estratégia de valorização dos patrimônios territoriais. Esse apoio se deu principalmente através do suporte à colonização privada, dos incentivos fiscais a projetos agropecuários pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da cédula “G” de tratamento diferenciado do Imposto de Renda para empresas agropecuárias – altamente generoso na isenção à tributação de lucros – e da concentração espacial de investimentos e aplicações subsetoriais em grandes projetos agropecuários.

Um exemplo foi a fazenda Suia-Missu, no estado do Mato Grosso, à época, a maior fazenda do mundo, que contou com financiamento de mais de U\$ 30 milhões da SUDAM e chegou a ter 560.000 hectares (ISA, 2012 e VALE DOS ESQUECIDOS, 2012). Observou-se também o aumento da participação das formas societária de empresa na detenção da propriedade fundiária. Segundo os Censos Agropecuários de 1975 e 1980, as S/A, Ltda, Cooperativas, Sociedade de pessoas e Entidades Públicas que, em 1970, tinham 17,96% da propriedade fundiária, em 1983, passaram a ter 23,01%. Esse movimento se desenvolveu sob estímulo do Estado, uma vez que o acesso aos incentivos fiscais para projetos agropecuários requereu a organização da produção agrícola e da propriedade privada capitalista da terra sob a forma empresas rurais.

Segundo Delgado (1985, p. 106), a propriedade de terras passou a constituir reserva de valor na carteira de ativos das empresas, além de um meio para se obter crédito e incentivos subsidiados, uma vez que existia expectativa de valorização das terras em virtude das políticas agrícolas e agrárias do governo, sem que houvesse necessidade de aplicação de capital produtivo nessas áreas. Essa visão especulativa da propriedade da terra deixou seu preço sujeito à avaliação capitalista de ativos e títulos financeiros de forma geral. Dessa forma, a renda da

terra passou a conter a expectativa de valorização do capital financeiro disponibilizado para a sua compra e seu custo de oportunidade em relação a outras formas alternativas de aplicação.

Esse processo impediu que a fronteira agrícola do Centro-Oeste funcionasse como um espaço de disponibilidade de terras para trabalhadores rurais expulsos de outras regiões. O espaço disponível para a absorção dos excedentes de mão-de-obra do Sudeste e do Nordeste ficou restrito aos loteamentos e aos projetos de colonização privada, que deixaram de fora os pequenos produtores mais pobres, posseiros e trabalhadores rurais.

Do ponto de vista financeiro, a efetivação do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), em 1965, teve papel importante no aumento da produtividade com taxas e normas mais flexíveis em relação ao crédito tradicional. O volume de crédito concedido a taxas de juros reais negativas, além de outras condições favoráveis de financiamento (prazos e carências) foi um dos principais mecanismos de articulação dos interesses agroindustriais nas políticas agrícolas do Estado. Ele ajudou a financiar demanda por insumos modernos, o que consolidou o CAI, fortalecendo a aliança urbano-industrial que efetivou a mudança da base técnica da agricultura. Cada destinação do crédito contemplou um bloco agroindustrial específico do CAI (Aquisição de Máquinas, eletrificação rural, irrigação, safra, pastagens, beneficiamento, etc.).

No caso da soja, cultura que integrou de fato o Centro-Oeste ao espaço econômico nacional, foi evidente o papel do SNCR para o projeto de modernização da produção agropecuária voltada para a exportação e para a criação de relações interindustriais. A consolidação de uma cultura de alta produtividade, cuja viabilidade no Cerrado dependeu de adaptação dos solos e de pesquisas tecnológicas avançadas nas sementes, fez com que a disponibilidade de crédito barato tenha sido essencial para financiar a demanda por defensivos químicos; maquinário; implementos; e assistência técnica, essenciais para essa cultura. Além disso, o SNCR também viabilizou a modernização da pecuária, tendo auxiliado a disseminar a alimentação dos rebanhos com rações, das quais a soja é matéria-prima importante.

Vale notar que essas novas demandas também incentivaram o Estado e o grande capital internacional a realizarem grandes projetos de implantação de unidades produtoras de insumos agrícolas, defensivos químicos e fertilizantes nitrogenados, fosfatados e potássicos, além de uma série de bens intermediários essenciais para a aplicação desses processos químicos. Além disso, através de normas sanitárias, e da condicionante de alimentação dos rebanhos com ração para a liberação de recursos para a pecuária, o Estado estimulou a demanda por rações. Ou seja, tanto a montante como a jusante, fica evidente o caráter interindustrial e modernizador do crédito rural.

Os incentivos à agroindústria e às pesquisas tecnológicas por parte do Estado fizeram com a que integração econômica da região Centro-Oeste ao espaço econômico nacional tenha se dado de acordo com os interesses das agroindústrias, em grande parte, multinacionais, e da indústria do Centro Sul, e foram efetivados dentro da lógica da política macroeconômica do governo do período, que buscava favorecer o rápido crescimento da indústria de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas através de medidas protecionistas e diferenciação nas taxas de câmbio. Além disso, o governo militar buscava ganhos adicionais de exportação através da maximização do valor adicionado, o que requereu o desenvolvimento de um parque agroindustrial. (DELGADO, 1985, pp. 51-75).

Para tanto, o Estado teve papel marcante garantindo instituições e um aparato legal que facilitaram a propriedade da terra e sua valorização imobiliária, seja através de obras de infraestrutura pública no Centro-Oeste, projetos de colonização e até mesmo sendo negligente em relação à grilagem¹² de terras. Além disso, programas como o PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste), e a SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste) incentivaram a imobilização de capital na aquisição de terras para a abertura de fazendas e empreendimentos agroindustriais de grande porte, promovendo a aliança entre os grandes proprietários de terras e o grande capital, com forte influência da indústria agroquímica.

¹² O termo grilagem deriva de uma técnica de envelhecer documentos forjados para conseguir o registro da propriedade de uma determinada área de terra. A tática consiste em colocar os papéis falsificados em uma caixa com grilos que, ao defecar nos papéis, dava aos documentos uma aparência envelhecida.

1.3 ALIENAÇÃO E AJUSTE ESPACIAL: O PACTO REGIONAL DE CLASSES FORMADO ENTRE 1950 E 1980 NO CENTRO-OESTE

Segundo Harvey (2005, pp. 142-143), as contradições do modo de produção capitalista levam a crises de superacumulação, que tendem a ser solucionadas através de um “ajuste espacial”, no qual a empresa multinacional, por sua capacidade de deslocar tecnologia, controlar mercados de trabalho, recursos, e organizar sua própria divisão territorial do trabalho, tem papel fundamental. Nesse processo, as diferenças geográficas, o grau de urbanização, as conexões interindustriais, o grau de divisão social do trabalho, as alianças regionais de classes e o papel do Estado podem configurar variáveis estratégicas para barrar ou facilitar a acumulação de capital. Trata-se da “coerência estruturada” para a produção de um determinado espaço produtivo. Ela abrange tanto as estruturas físicas quanto as infraestruturas sociais (mercado de trabalho coerente, criação de culturas de consumo, consciência nacional) que permitem a circulação dos grandes capitais sem limites de lucro com segurança institucional para a acumulação.

Segundo essa concepção, os agentes econômicos tomam suas decisões em meio a uma dialética entre destinar seu capital para áreas onde a taxa de remuneração é maior ou permanecer ligado a uma aliança regional de classes (uma resposta inevitável à necessidade de se defender valores materializados e uma coerência regional estrutural alcançada) já consolidada. Tais alianças tendem a ser instáveis, pois além do compromisso entre capital e trabalho que as legitima ter de ser interessante tanto para a acumulação de capital pela burguesia, quanto para a condição de vida da mão de obra, ele tende a ser constantemente desestabilizado.

Uma economia regional eficientemente organizada, repleta de infraestruturas, tende a ser satisfatória para a maioria e condição necessária para o desenvolvimento do capitalismo. Entretanto, os agentes têm estímulo a deixar as alianças regionais de classe devido ao aumento da competição nas regiões com maior intensidade de infraestruturas, e devido às possibilidades de acumulação maior através de uma mudança geográfica.

Essa mudança geográfica ocorreu de forma bastante intensa entre 1950 e 1980, período em que alguns países periféricos, dentre eles o Brasil, receberam grandes volumes de capitais externos, se industrializaram, e passaram a se diferenciar significativamente do restante dos países da periferia. Internamente, os países periféricos industrializados acabaram por ter economias mais diversificadas, aparelhos de Estado e relações sociais mais complexas, bem como um novo relacionamento entre as elites locais, o capital internacional e o Estado. Não obstante, a industrialização da periferia não eliminou a dependência em relação aos países

centrais, mas a tornou mais complexa e distinta em relação ao esquema clássico de dependência observado nas sociedades genuinamente agroexportadoras (EVANS, 1980, p. 30).

O desenvolvimento dependente é um caso especial de dependência, caracterizado pela associação ou aliança do capital internacional e nacional. O Estado também participa da aliança como um sócio ativo, e a resultante tríplice aliança é um fator fundamental no aparecimento do desenvolvimento dependente.

Tal desenvolvimento ocorria mesmo durante o período de dependência clássica e de “crescimento orientado para a exportação”, pelo menos nos países que puderem, mais tarde, fazer a transição para a “consolidação do mercado interno”. Se a acumulação de capital e certo grau de industrialização não tivessem ocorrido nesses países, a transição teria sido impossível. Mas o desenvolvimento dependente era a antítese emergente, e não o principal tema da dependência clássica. Nesta, a acumulação do capital industrial ocorreu apesar dos interesses da elite dominante (EVANS, 1980, p. 42).

A exportação de capital dos países centrais para a periferia acelerou o desenvolvimento do capitalismo e das formas capitalistas de produção por todo o mundo. O desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de produção levou a um aprofundamento da divisão social e geográfica do trabalho em escala nacional e internacional. Não é mais somente a escala de decisões local que determina a divisão social e geográfica do trabalho, mas o capital, de acordo com suas necessidades de localização, realocação e reprodução. O capital torna-se o intermediário entre o homem, destituído dos meios de produção, e o espaço alienado e sua capacidade de atrair capitais¹³. Isso significa dizer que as elites locais detêm poder sobre os fluxos de capital cuja dinâmica é local, já os capitais monopolistas transnacionais controlam o fluxo de capital e o funcionamento da economia a nível mundial.

Nesse novo cenário, surge uma aliança entre capital nacional, capital internacional e Estado, retratada por Cardoso e Falleto (1977). Nesse modelo, chamado de “desenvolvimento dependente associado” a acumulação de capital promovida através da aliança entre capitais nacionais e estrangeiros, gera uma diferenciação no sistema produtivo dos países semiperiféricos em relação aos países periféricos, um novo patamar de desigualdade da divisão internacional do trabalho. O Estado participa da aliança de forma bastante ativa.

¹³ Segundo Santos (1979, pp. 138-139): “Assiste-se, neste último quartel de século (século XX), a uma aceleração das mutações. Cada vez mais o homem se vê obrigado a utilizar técnicas que ele não criou, para produzir para os outros aquilo de que não tem necessidade ou que não tem os meios de utilizar. Em razão desta passagem de uma multiplicidade de técnicas locais geradas espontaneamente, para uma só tecnologia imposta em escala mundial, também o homem muda. Ele deixa de ser o homem “local” para se tornar um “homem mundial”. A escala local não é mais a das decisões que o afetam. Os espaços aparecem cada vez mais como se diferenciando por sua carga de capital, pelo produto que criam e pelo lucro que engendram e, em última análise por seu desigual poder de atrair capital”.

Quando examinamos as relações entre as economias do “desenvolvimento associado” e as economias centrais, não é difícil compreender que a “divisão do trabalho” internacional persiste, baseada em graus muito desiguais de riqueza, ou formas desiguais de apropriação do excedente internacional e na monopolização de setores capitalistas dinâmicos pelos países centrais. (CARDOSO e FALETTTO 1977, p. 20).

Ainda que se leve em consideração que algumas regiões de exploração agrícola mais tradicional, como o Nordeste, não tenham apresentado transformações radicais no que diz respeito à integração com os capitais industriais, é inegável que, na fronteira do Centro-Oeste, a agropecuária desenvolveu-se com elevado grau de tecnologia produtiva e integração com os capitais financeiro e industrial, produzindo um modelo de exploração e acumulação essencialmente capitalista também na agricultura.

Nesse processo, a elevada integração entre indústria e agricultura fez com que os grandes proprietários rurais e as grandes corporações do setor agroquímico, de esmagamento de grãos e frigoríficos assumissem um papel destacado na forma como a região se integrou ao capitalismo brasileiro, e na “vocaço agropecuria” estabelecida para o Centro-Oeste. Assim, observa-se o surgimento de uma aliança regional de classes específica relacionada à expansão da agricultura capitalista no Brasil, cuja análise guarda uma contribuição regionalizada para os estudos relacionados à questão do desenvolvimento dependente.

Essa análise deve abarcar as estruturas de classe específicas em seus espaços locais no âmbito do capitalismo brasileiro. No caso do Centro-Oeste, apesar de a região ser uma frente pioneira não pautada pela expansão da indústria, sua inserção subordinada no capitalismo brasileiro revelou-se uma expressão do processo de industrialização brasileira, à medida que esse espaço foi, em grande proporção, aproveitado economicamente a partir das necessidades da economia urbano-industrial do Sudeste.

Assim, o pacto social do processo de integração econômica da região se expressa através de uma relação de classes algo diversa da de Evans (1980), ainda que seu esquema de tríplice aliança¹⁴ seja de bastante utilidade: os imigrantes da “Revolução Verde”, oriundos principalmente da região Sul do Brasil que passaram constituir a principal parte da classe proprietria de terras; o Estado, atravs da intensificao do capital fixo “dormente”¹⁵,

¹⁴ O desenvolvimento dependente um caso especial de dependncia, caracterizado pela associao ou aliança do capital internacional e nacional. O Estado tambm participa da aliança como um scio ativo, e a resultante trplice aliança um fator fundamental no aparecimento do desenvolvimento dependente (EVANS, 1980, p. 42).

¹⁵ Santos (2003, p. 140) divide em trs rubricas os “tipos” de capital necessrios para o empreendimento agrcola capitalista: capitais fixos empregados na criao de infraestruturas de uso coletivo; capitais fixos destinados a criar ou renovar os meios de produo; e capitais variveis, aplicados nas esferas da circulao e da produo. O capital

condição necessária à ampliação dos capitais “vivos” (capital variável das empresas) e “mortos” (capitais fixos), o que levou a uma diferenciação especulativa do espaço; e os capitais agroindustriais nacionais e, sobretudo, internacionais, que tiveram atuação importante na expansão da atividade agropecuária na região e sua integração com os capitais financeiro e industrial (SOARES, 2018, pp. 264-265).

1.3.1 Os imigrantes da Revolução Verde

O principal movimento migratório rumo ao Centro-Oeste se deu a partir de 1970, período em que a cultura das variedades de sementes tropicais desenvolvidas pela EMBRAPA começou a se espalhar mais rapidamente pela região. Entre 1970 e 1980, os territórios compreendidos pelos atuais estados de Tocantins, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, além do Distrito Federal, receberam 1.401.573 de imigrantes, conforme a Tabela 1. Esse número corresponde a 62,14% do crescimento da população residente da região, que aumentou em 2.255.329 no período, passando de 4.551.391 para 6.806.720 de habitantes. Do total de imigrantes, 22% eram oriundos da região Sul do país, ou seja, mais de 301.000 imigrantes, que se dirigiram principalmente para os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde 48% e 43% respectivamente eram oriundos de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

fixo aplicado em infraestruturas, chamado por Santos (2003, p. 141) de capital fixo “dormente”, é necessário para a reprodução do capital “vivo”, constituído pelas forças de produção das empresas (capitais fixos para meios de produção e capitais variáveis).

Tabela 1: Distribuição da Imigração por Origem e Destino dos Migrantes entre 1970 e 1980

UF Anterior	UF Atual							
	GO		MS		MT		DF	
	Imigrantes % e total		Imigrantes % e total		Imigrantes % e total		Imigrantes % e total	
Distrito Federal	22%	66.570	1%	1.750	1%	1.629	0%	0,0
Goiás	0%	0,0	3%	7.877	13%	43.006	16%	77.556
Mato Grosso	5%	14.793	5%	13.129	0%	0,0	1%	2.379
Mato Grosso do Sul	2%	5.855	0%	0,0	11%	35.186	1%	2.854
Minas Gerais	30%	91.534	3%	9.336	10%	31.603	16%	77.556
Nordeste	22%	66.262	6%	16.047	5%	16.290	42%	200.790
Norte	2%	5.855	1%	1.458	0%	358	2%	9.991
Outros Sudeste (ES e RJ)	2%	5.855	3%	7.294	0%	684	12%	55.669
Outros Sul (RS e SC)	1%	3.390	7%	21.590	8%	25.738	2%	9.040
Paraná	2%	5.547	41%	118.748	35%	112.402	1%	5.233
Rondônia	0%	308	0%	1.167	0%	358	0%	475
São Paulo	11%	33.285	3%	9.365	13%	41.702	5%	23.790
Tocantins	3%	9.245	0%	291	1%	3.909	2%	10.943
Total em milhares	308.196		291.766		325.804		475.807	
Total de imigrantes	1.401.573		Total de Imigrantes da Região Sul				22%	301.692

Fonte: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censos Demográfico de 1970 a 1980. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP.

Essas frentes de imigração devem ter suas características levantadas a partir dos seus fatores de estímulo e suas transformações ao longo do tempo. Nos estados da região Sul, a coerência regional estrutural alcançada, fortemente baseada em propriedades agrícolas familiares de caráter empresarial, levou a uma crescente escassez de terras para a formação de grandes propriedades, processo que, segundo Mueller (1990, p. 63) costuma ocorrer em áreas onde a terra tem elevado valor e onde predomina a agricultura empresarial mecanizada. A contradição desse movimento (que pode ser identificado como uma das origens principais da “crise” que se estabeleceu na região Sul e que estimulou a migração) está justamente no fato de que a agricultura empresarial mecanizada exige grandes espaços para ser viável.

Sendo assim, observa-se que, nos anos de 1970, boa parte dos migrantes que chegavam à região Centro-Oeste tinha como intuito estabelecer empreendimentos próprios, dado o fato de a região, naquele momento, oferecer a oportunidade de constituição de propriedades maiores em relação aos estados de origem (CUNHA, 2006, p. 98 e MULLER, 1990, p.63). Esse fato pode ser comprovado pela Tabela 2, que mostra a ocupação dos chefes de família economicamente ativos em números totais e percentuais, para que se possa apurar qual a

participação dos imigrantes na formação da classe proprietária de terras da região, e sua participação na classe trabalhadora. Os dados foram tabulados sem o Distrito Federal, que concentra grande contingente de servidores públicos, enquadrados no setor de serviços, realidade incompatível com a observada no restante da região.

Dos 224.046 chefes de família que migraram para a região nos anos de 1970, 17,8 % eram autônomos na agricultura¹⁶ e 5,7% empregadores sem remuneração e, portanto, proprietários de estabelecimentos agrícolas ou não agrícolas. Em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, estados onde os imigrantes da região sul eram 43% e 48% do total de imigrantes, conforme tabela 1, os autônomos da agricultura e empregadores chegam a somar 36,45% e 19,3% dos chefes de família, respectivamente, conforme Tabela 2. A tabela também demonstra a pequena quantidade de parceiros e meeiros que migraram para a região, em especial no estado de Mato Grosso, naquele momento, a grande fronteira agrícola do país: apenas 0,9% dos chefes de família que chegaram ao estado.

Tabela 2: Chefes de Família imigrantes interestaduais economicamente ativos segundo condição de ocupação entre 1970 e 80 em percentual

Estado	Goiás		Mato Grosso		Mato Grosso do Sul		Total CO sem DF	
Categorias	%	total	%	total	%	total	%	total
Trabalhador Volante	3,3%	2.411,4	2,6%	2.031,2	3,3%	2.404,1	3,1%	6.846,7
Agrícola								
Parceiro ou Meeiro	0,6%	438,4	0,4%	312,5	0,6%	437,1	0,5%	1.188,0
Empregado								
Empregado na Agropecuária	13,8%	10.083,9	16,3%	12.734,0	19,6%	14.278,8	16,6%	37.096,8
Empregado Comércio e Indústria	47,3%	34.563,1	26,3%	20.546,3	39,3%	28.630,4	37,4%	83.739,8
Total trabalhadores/empregados	65,0%	47.496,8	45,6%	35.624,1	62,8%	45.750,4	57,5%	128.871,3
Parceiro ou Meeiro Autônomo	1,7%	1.242,2	0,9%	703,1	2,2%	1.602,7	1,6%	3.548,1
Autônomo Agropecuária	8,5%	6.211,1	31,4%	24.530,6	12,6%	9.179,2	17,8%	39.921,0
Autônomo Outros	18,8%	13.737,5	16,2%	12.655,9	14,8%	107.81,9	16,6%	37.175,4
Empregador sem remuneração	5,4%	3.945,9	5,0%	3.906,2	6,7%	4.881,0	5,7%	12.733,1
Total Autônomo/Empregador	34,4%	25.136,8	53,5%	41.795,8	36,3%	26.444,9	41,7%	93.377,5
Outros (mal definidos)	0,6%	438,4	0,9%	703,1	0,9%	655,7	0,8%	1.797,2
Total		73.072		78.123		72.851	100,0%	224.046,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980. Tabulações especiais Nepo/Unicamp Cunha (2002 p.39- 40).

Os dados mostram que esse movimento migratório foi base importante para a formação da elite proprietária de terras e também de uma nova classe trabalhadora na região. Nessas

¹⁶Segundo Cunha (2003, p. 102), essa é a categoria que mais se aproxima do produtor familiar.

frentes migratórias é que surgiram muitos dos grandes e médios proprietários de fazendas empresariais modernas e integradas à agroindústria nacional e internacional. Esse movimento migratório revela também uma identidade sociocultural bastante atrelada ao campo e à região de origem, determinando a forma como tais imigrantes irão buscar se estabelecer na nova região.

Se a corrente nordestina direcionou-se, principalmente a partir da década de 1930, para o Sudeste e, posteriormente para o Centro-Oeste, ou seja, seguindo para o “sul”; a sulista, também de grande relevância no cenário migratório brasileiro, toma um sentido inverso, seguindo para o “norte”. Enquanto a primeira direciona-se mais para o urbano, a segunda apresenta um perfil mais rural, embora com implicações diretamente no urbano, haja vista que na trajetória do grupo deslancha uma urbanização crescente. É essa última corrente que nos interessa aqui discutir mais detidamente, principalmente porque ela foi uma das potencializadoras das grandes transformações no campo brasileiro nas últimas décadas (ALVES, V. E. L., 2005, p. 44).

Muitos dos imigrantes sulistas que foram para o Centro-Oeste durante as décadas de 1970 e 1980 no intuito de estabelecer propriedades maiores e prosperar através da produção de soja lograram grande êxito em sua empreitada e converteram-se em uma burguesia agrária expressiva. Não obstante, essa classe se constitui de diferenciações significativas entre seus integrantes, evidenciando que a região desenvolveu, via imigração, uma estrutura e classes com uma marca bastante clara: a desigualdade.

Com a migração sucedia, em regra, uma ascensão social, na qual antigos arrendatários promoviam-se também a proprietários de terra. Os créditos subsidiados dos programas especiais do governo e a política dos preços mínimos nos anos 80, favoreceram especialmente a sojicultura no Centro-Oeste. Terras com preços seis vezes mais baratos em comparação ao Sul do Brasil, permitiram a aquisição de fazendas bem mais extensas (entre 500 a várias dezenas de mil hectares), em parte devido a anexações ilegais de terra (*grilagem*). Assim, em meio a estabelecimentos rurais familiares e fazendas de médio porte, instalaram-se também latifúndios visando especulação. Enquanto no primeiro caso o proprietário reside na fazenda e a mão-de-obra fixa é limitada a seus familiares, as famílias dos empreendimentos de médio porte raramente trabalham no local e residem principalmente nos centros do comércio agrícola regional, nas cidades municipais mais próximas. Neste caso, o fazendeiro visita o estabelecimento, conforme a época do ano, uma até várias vezes por semana. Os proprietários dos latifúndios, muitas vezes voltados à especulação, são em regra absenteístas, que administram grandes consórcios no Rio Grande do Sul e principalmente no Paraná, onde às vezes atuam também na política do estado (KOHLEPP; BLUMENSCHNEIN, 2000, pp. 56-57).

A título de ilustração, o expoente maior do imigrante proprietário presente na atividade agroexportadora no Centro-Oeste é o ex-governador do Mato Grosso e ministro da agricultura do governo Temer, Blairo Maggi, que já foi o maior plantador individual de soja do mundo. Controlador do Grupo Amaggi, Blairo Maggi é paranaense, da cidade de São Miguel do Iguaçu, e sua família imigrou para o Mato Grosso na década de 1970. Além de seu sucesso no mundo

empresarial, Blairo Maggi foi governador de Mato Grosso pelo PPS e é um expoente da estrutura de classes que se desenvolveu no Centro-Oeste e exorbitou o âmbito da localidade. Conforme será examinado mais adiante, essa elite agrária assumiu destacada importância no capitalismo brasileiro, principalmente a partir do final da década de 1990, com o reforço da importância dos gêneros agrícolas, em especial a soja, e pecuários na pauta de exportações brasileira.

1.3.2 O papel do Estado

Conforme detalhado anteriormente, no Centro-Oeste brasileiro, o Estado cumpriu papel fundamental na criação das condições para a penetração da moderna agropecuária e da agroindústria. Sua atuação em relação à intensificação do capital fixo - através da criação de infraestruturas, pesquisa técnico-científica para a soja, e programas de desenvolvimento - deu à região condições de atrair capitais variáveis, e produziu um espaço aproveitável do ponto de vista econômico. A adaptação da soja aos solos do cerrado representou um ponto de inflexão intelectual empreendido pelo Estado, que através da EMBRAPA, abriu um novo horizonte para a exploração econômica do espaço.

Através de incentivos fiscais, crédito subsidiado e investimentos em infraestrutura, o Estado brasileiro tornou possível a instalação de grandes grupos agroindustriais¹⁷ na região Centro-Oeste. A formação de um pacto regional de classes composto por imigrantes produtores rurais, capitais agroindustriais multinacionais e Estado no Centro-Oeste articulou o capital agroindustrial com os produtores rurais através das estratégias de inovação tecnológica da “Revolução Verde”. As indústrias de insumos agrícolas, de processamento e beneficiamento de alimentos passaram a ser uma importante forma de reprodução do capital na agricultura, de modo que o controle oligopolista do processo de compra das safras e de venda de insumos e pacotes tecnológicos para as propriedades produtoras de soja não pode deixar de ser situado como parte fundamental no processo global de expansão do capitalismo monopolista no campo.

A título de ilustração, a Tabela 3 mostra que a indústria de produtos alimentares da região mais que quintuplicou em quantidade de estabelecimentos durante a década de 1970. Nesse

¹⁷Alguns grupos com instalações na região, cujos faturamentos ultrapassavam 1 bilhão de cruzeiros em 1981: Ometto (Açúcar; Alcool; Imóveis; e Agropecuária); Biafi-Zanini (Metal-Mecânica; Açúcar; Alcool; e Fertilizantes); Sadia (Avicultura e Frigoríficos); Klabin (Papel; Celulose; Embalagens; e Reflorestamento); Bueno Vidigal (Metal-Mecânica; Cimento; Seguros; Agropecuária; e Colonizadoras Rurais). Atlas Financeiro do Brasil – 1981; Quem é Quem na Economia Brasileira – 1981 – Balanço Anual e Visão da Gazeta Mercantil - 1981 in Delgado (1985, pp. 147-151).

crescimento, o setor de beneficiamento de grãos tem destaque relevante de 740%, mostrando a relevância do setor de soja para a dinamização da atividade econômica e como fator determinante na instalação de agroindústrias alimentares na região.

Tabela 3: Evolução da Indústria Alimentar no Centro-Oeste brasileiro em número de estabelecimentos

Ano/Ramo	Beneficiamento de Grãos*	Rações	Abatedouros	Total indústria alimentar
1970	321	8	38	654
1980	2697	24	125	4135
Participação no ramo alimentar em 1980	65,22%	0,58%	3,02%	-----
Crescimento %	740,19%	200,00%	228,95%	532,26%

*Setor que inclui beneficiamento, limpeza, seleção e classificação de grãos de café cereais e produtos afins, já que não existia categoria específica para a soja nos censos industriais 1970/1980.

Fonte: Censos Industriais 1970/1980

No Centro-Oeste, o progresso técnico da agricultura também marcou o processo de expansão dos capitais agroindustriais na agropecuária, à medida que a expansão do consumo dos produtos industriais nas propriedades rurais permitiu à indústria apropriar-se de uma parcela maior da renda terra. Segundo o censo agropecuário de 1980, 71% dos produtores de soja da região informaram se utilizar de agrotóxicos, sementes selecionadas e adubação química em sua propriedade. Vale notar que, mais uma vez, o Estado atuou como catalisador do processo de forma bastante eficiente, criando padrões sanitários e regras para concessão de crédito oficial que tornaram os produtores dependentes das tecnologias produtivas oferecidas pelas grandes corporações, como agrotóxicos, adubos químicos, maquinário e etc. Conforme Tabela 4, a participação da região Centro-Oeste no total de crédito agrícola concedido no país saltou de zero em 1966, primeiro ano do Sistema Nacional de Crédito Rural¹⁸ para 16,3% num intervalo de apenas 19 anos.

Tabela 4: Participação % da Região Centro-Oeste no volume de Crédito Agrícola Concedido

Região/Ano	1966	1970	1975	1980	1985
CO	NIHIL	6,5%	10,1%	10,5%	16,3%

Fonte: Censos Agropecuários

¹⁸ O sistema foi criado em 05 de novembro de 1965 através da lei 4829, tendo concedido crédito somente no ano seguinte.

A EMBRAPA foi essencial para garantir o aproveitamento econômico dos solos da região Centro-Oeste, tendo em vista que o capital privado nacional e as multinacionais não tinham interesse em investir na área de pesquisa e desenvolvimento agrícola em um país com ampla extensão territorial, ampla variedade de solos e climas, e sem uma legislação específica sobre pesquisa de cultivares que garantisse o retorno dos investimentos, instituída apenas em 1997. O papel do Estado, nesse caso, foi o de assumir o controle de uma atividade na qual o setor privado inicialmente não tinha interesse, e que era necessária para a efetivação de seu projeto de modernização agrícola e de aproveitamento econômico do espaço do Centro-Oeste. A criação da estatal, bem como da SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), também representou um incentivo por parte do Estado para que as multinacionais e o capital privado pudessem participar desse projeto, ao garantir, a baixo custo, para os novos empreendimentos, sementes adaptadas ao clima do Centro-Oeste.

Segundo Evans (1980, p. 53), a criação de empresas estatais de lógica empresarial muda a burocracia administrativa do estado, marcando o surgimento de uma “burguesia estatal”, que participa do projeto de aumento das taxas de acumulação nos países dependentes em função do interesse geral do capital, e não representa um movimento na direção de um capitalismo estatal. No contexto do desenvolvimento dependente, a existência dessa “burguesia estatal”, aliada à moderna tecnologia agropecuária da “Revolução Verde” e ao projeto nacional de industrialização empreendido pelos governos militares, evidencia como pacto de classes do processo de incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro é mais complexo e dinâmico que aquele esperado para uma realidade local marcada pela dinâmica agroexportadora.

1.3.3 O grande capital agroindustrial no processo de alienação e ajuste espacial

A partir da década de 1960, em especial a partir do golpe de 1964, estabeleceu-se uma dinâmica através da qual o excedente da atividade agropecuária foi sendo crescentemente apropriado pelos capitais agroindustriais, ora no âmbito da produção, através de oligopólios produtores, ora no âmbito circulação¹⁹, conforme modo que o grande capital se articulou nos

¹⁹ Com o processo de modernização conservadora, as atividades agropecuárias passaram a contar com a atuação oligopolista industrial em várias etapas a depender do tipo de produção. Em linhas gerais, observou-se que a produção de cana de açúcar é oligopolizada já em sua fase de produção. Já os gêneros alimentícios têm sua produção mais distribuída, com participação expressiva, e até mesmo majoritária, de propriedades familiares e empresariais de menor porte, de forma que os capitais industriais atuam oligopolisticamente na circulação, isto é,

vários setores e as especificidades das produções. Nesse período, foram lançadas as bases para a crescente internacionalização e concentração dos mercados de insumos e processamento agrícolas nas mãos das multinacionais, processo que se fortaleceu durante anos de 1990. No caso das oleaginosas, o mais emblemático para a região Centro-Oeste, observa-se o predomínio do capital industrial ou comercial atuando na circulação de seus derivados e na venda de insumos agrícolas para a sua produção.

A atuação do capital agroindustrial no processo de incorporação subordinada do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro tem reflexos diretos na forma como está organizado o mercado agroindustrial nos dias de hoje, conforme será analisado neste trabalho. Através de fusões e aquisições, os mercados de fertilizantes, defensivos agrícolas e esmagamento de grãos foram concentrados em grandes holdings internacionais, reforçando seu poder oligopsônio²⁰. Postas as inovações da “Revolução Verde” e a dinâmica do projeto de modernização conservadora da agropecuária, tornou-se possível para as multinacionais estabelecer amarras aos produtores através da venda de planos de produção com serviços de assistência técnica e orientação de investimentos, e que incluem a visita de agrônomos e técnicos contratados às propriedades.

Por outro lado, não obstante a capacidade de produzir artigos inovadores não produzidos pelas empresas nacionais dos países dependentes ser uma importante fonte de lucro para as multinacionais, o setor de grãos e óleos vegetais, que inclui a soja, desafia essa lógica. Embora, a produção do grão seja comandada majoritariamente pela classe agrícola local, e seu excedente seja em parte tomado pelo capital industrial através das indústrias processadoras e da venda de insumos agrícolas, o *breakthrough* intelectual que possibilitou expansão do cultivo da soja nos solos do Cerrado foi empreendido pelo Estado brasileiro, através da EMBRAPA, conforme visto na seção 1.2.

Isso significa dizer que a atuação das multinacionais na região Centro-Oeste não se deu somente a partir de uma decisão do centro da economia-mundo capitalista, mas também a partir da indução estatal periférica de tecnologias agrícolas que possibilitaram a exploração de novas terras. Ou seja, em contrapartida às novas sementes desenvolvidas e aos novos solos que passaram a ser explorados, muitas das tecnologias produtivas comercializadas pelo capital

na compra dos gêneros *in natura* dos produtores, o que tende a empurrar os preços para o produtor para baixo, e a aumentar o preço dos produtos beneficiados/processados para o consumidor, bem como na venda de insumos agrícolas para as propriedades rurais. No caso das oleaginosas, o que inclui a soja, observa-se que o capital agroindustrial atua mais significativamente na esfera da circulação.

²⁰ Oligopsônio é uma forma de mercado com poucos compradores. Os oligopsonistas têm poder de mercado devido ao fato de poderem influenciar os preços de determinado bem apenas variando a quantidade comprada. (ELIAS, 2003, p. 45).

internacional tiveram que ser adaptadas a essa nova realidade, de modo que a atuação do capital internacional, nesse caso, não ficou restrita somente à exportação de tecnologias do centro para a periferia.

A “Revolução Verde” e a instalação da moderna agropecuária no Centro-Oeste a partir dos anos de 1970 podem ser entendidas como parte de um processo de ajuste espacial²¹ da economia-mundo capitalista, no qual o grande capital multinacional buscou controle não só de parte do setor industrial, mas também da produção agropecuária dos países da semiperiferia. Justamente por buscar, através de uma eficiência alocativa da divisão geográfica do trabalho, a continuidade da expansão da acumulação de capital nos países centrais, as multinacionais buscaram expandir suas atividades e articular sua racionalidade nos setores mais rentáveis da produção agropecuária: as *commodities*.

Com o objetivo de intensificar o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, o Estado garantiu condições para que o espaço nacional fosse explorado sob os preceitos de um sistema mundializado de transferência de excedentes, que garante o fluxo de parte da mais valia produzida nos países periféricos rumo aos países centrais. Logo, esse “ajuste espacial” colocou o Centro-Oeste como um dos fatores da reconfiguração da inserção do Brasil na divisão do trabalho e na economia-mundo capitalista: semiperiferia exportadora de produtos industrializados não inovadores e matérias-primas. A expansão do agronegócio na região foi fruto de uma estratégia de estabelecer uma “vocalização regional” de produção de matérias-primas para a indústria de alimentos e produtos agrícolas exportáveis, dentro de uma divisão nacional do trabalho planejada e implementada pelo Estado brasileiro em articulação com a reconfiguração da posição do Brasil na economia-mundo capitalista que ocorria naquele momento.

Assim, o Estado nacional preparou o Centro-Oeste brasileiro para que os capitais, principalmente estrangeiros, pudessem ampliar o processo de acumulação local e enviar parte do excedente para fora do país via dinâmica de preços. Não obstante, ao longo do processo, gerou-se uma nova burguesia agrária local dinâmica, que ganhou notoriedade política e econômica a nível nacional a partir da década de 1990. A melhora genética e o aumento da produtividade de produtos exportáveis passaram a nortear as pesquisas agropecuárias, enquanto

²¹ De forma bastante resumida, pode-se definir ajuste espacial como um mecanismo econômico-político do capitalismo caracterizado pela exportação de excedentes de capital e de força de trabalho de um determinado espaço para outro com potencial de absorver-los por meio do capital fixo ou pela expansão geográfica de modo a aumentar suas taxas de retorno. Geralmente se dá de locais cuja essa capacidade já está esgotada para locais ainda não incorporados à lógica do capital (HARVEY, 2005).

muitas das culturas de subsistência e de gêneros alimentícios se deterioraram devido à falta de investimentos em pesquisa e apoio estatal, desvalorizando os recursos nas mãos dos produtores desses gêneros, e valorizando os recursos dos grandes conglomerados agroquímicos e dos produtores de gêneros de exportação.

1.4 AS ESTRUTURAS SOCIAL E AGRÁRIA RESULTANTES DO PROCESSO DE INCORPORAÇÃO DO CENTRO-OESTE AO CAPITALISMO BRASILEIRO

A análise do desenvolvimento regional do Centro-Oeste engloba um fator complexo e bastante contraditório: o potencial de dinamização da agropecuária empresarial capitalista contrasta com uma economia que não consegue reter na localidade onde se realiza parte significativa renda gerada de suas atividades²². Isso significa dizer que, no Centro-Oeste, boa parte das cidades não consegue reter parte significativa da renda das atividades agropecuárias desenvolvidas em seu território. Essa renda acaba sendo, em grande parte, drenada para médias e grandes cidades, inclusive de outras regiões, pois essas são capazes de atrair esses capitais através da produção de bens e serviços. Essa dinâmica reforça disparidades espaciais históricas e evidencia a natureza controversa dos impactos das alterações do processo produtivo decorrentes da modernização conservadora da agropecuária, bem como do processo de incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro.

O processo de incorporação Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro, de certa forma, reforçou a hegemonia da economia industrial do Sudeste sobre a forma como são aproveitados economicamente os novos espaços. Essa hegemonia integrou o Centro-Oeste a uma divisão regional do trabalho, em que a região assumiu uma “vocaço agropecuria”. Esse processo de complementaridade, que tambm envolve uma relao de subordinao em relao economia urbano-industrial do Sudeste, redefiniu o campo e a produo agrcola e engendrou uma estrutura social frgil, cuja melhora dos indicadores sociais decorrentes do processo de urbanizao foi limitada pelo fato de as cidades terem se tornado espaos pouco dinmicos, com capacidade limitada de participao nos fluxos de renda gerados pela atividade agropecuria.

A incorporao do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro teve como fator determinante o aproveitamento dos solos de cerrado para a atividade agrcola e para a pecuria. Conforme tabela 5, houve queda de 87,84% na quantidade de terras inaproveitveis na regio Centro-Oeste. Alm disso, a rea de pastagens plantadas aumentou 369,46% e rea aproveitada para o cultivo de lavouras temporrias, categoria que inclui a soja, aumentou 423,06% entre 1960 e 1980. Vale ressaltar tambm o aumento de 52,19% na rea de terras produtivas no utilizadas,

²² Segundo Santos (1993) e Ferreira (1987), a expanso do capital no campo, ainda que sob a forma do moderno empreendimento agroindustrial capitalista, no depende necessariamente da centralidade e das economias de aglomerao de uma regio. A capacidade de movimento de capitais, produo, circulao de mercadorias e servios de uma localidade no afeta decisivamente a deciso de se instalar um empreendimento agrcola em uma dada regio, e no um fator de alterao significativa das vantagens que ela possa oferecer s atividades agrrias.

dado revelador do caráter de reserva patrimonial que a terra passou a ter na fronteira do Centro-Oeste a partir da habilitação dos solos do Cerrado para a expansão da agricultura de soja.

Tabela 5: Ocupação dos solos segundo o uso econômico – área em ha

Região	Ano			Variação Percentual
Centro-Oeste	1960	1970	1980	Período 1970-1980
Utilização das terras - lavouras permanentes - área	175.097,00	126.538,20	250.433,00	43,03%
Utilização das terras - lavouras temporárias - área	1.085.682,00	2.099.976,10	5.678.806,74	423,06%
Utilização das terras - terras produtivas não utilizadas - área	3.099.771,00	3.953.748,40	4.717.411,56	52,19%
Utilização das terras - terras inaproveitáveis - área	47.087.162,00	3.464.621,40	5.727.849,14	-87,84%
Utilização das terras - pastagens naturais - área	31.259.715,00	40.604.511,50	34.039.375,03	8,89%
Utilização das terras - pastagens plantadas (artificiais) - área	4.751.008,00	8.434.914,90	22.304.222,76	369,46%

Fonte: Censos Agropecuários (IBGE, 1960, 1970 e 1980) e IPEADATA (2017).

Se analisados juntamente com os dados de evolução da população rural ocupada e de pessoal ocupado na agropecuária, esses números indicam duas tendências do processo de expansão da agropecuária na região Centro-Oeste nesse período. A primeira delas é que a produtividade da mão e obra aumentou consideravelmente a partir do processo de tecnificação da agropecuária, pois entre 1970 e 1980, a população rural ocupada caiu 6,60%, o pessoal ocupado na agropecuária aumentou 60,81%, enquanto que as áreas ocupadas pelas lavouras temporárias e pelas pastagens mais que triplicaram, conforme tabelas 6 e 7.

A segunda tendência reside justamente no descolamento entre o aumento do pessoal ocupado na agropecuária e a diminuição da população ocupada no campo. Esses dados evoluíram em sentidos opostos, mostrando que, na região Centro-Oeste, o campo tende a não ser mais o local de moradia dos trabalhadores agrícolas e as cidades tendem a tornar-se “reservatórios” de força de trabalho, habitados por assalariados rurais ou trabalhadores volantes. Assim, à medida que a população ocupada no meio rural diminuiu e o pessoal ocupado na agropecuária aumentou fica evidente que houve um aumento da população que reside nos

núcleos urbanos e que continuou a obter renda no campo, comprovando o processo migração do campo para as cidades a partir do processo de modernização conservadora.

Tabela 6: Evolução da população ocupada no meio urbano e no meio rural²³

Região Centro- Oeste	População Ocupada- Rural	Variação %	População Ocupada- Urbana	Variação %
1970	684.801		686.095	
1980	639.061	-6,60%	1.768.613	157%

Fonte: IPEADATA (2017)

Tabela 7: Evolução do pessoal ocupado na agropecuária entre 1970 e 1985²⁴

Região	1970	1975	1980	1985	Variação %
Centro-Oeste	775.272	1.027.123	1.108.118	1.246.728	60,81%

Fonte: IPEADATA (2017)

Além da questão da imigração campo-cidade, observa-se também que houve uma tendência de elevação da concentração fundiária no Centro-Oeste no período 1960-1980. A tabela 8 revela que a quantidade de ocupantes e arrendatários se manteve estável entre os Censos Agropecuários de 1970 e 1985, apesar do grande avanço quantitativo nas áreas de cultivo e de pastagem no Centro-Oeste. Vale lembrar que essas categorias de produtores não detêm a propriedade da terra, e geralmente estão organizadas em unidades produtivas de menor porte, muitas com o objetivo de sustento da família, através do autoconsumo e da venda dos excedentes da produção. O fato de essas categorias de produtores terem se mantido estáveis revela que, na moderna agropecuária capitalista que se disseminou na região, o espaço para economias naturais e formas de produção não capitalistas é reduzido. A categoria de produtor que mais cresceu foi a de proprietários, denotando o caráter essencialmente capitalista da produção agropecuária moderna, na qual o domínio da terra é ditado pela propriedade.

²³ População ocupada residente no meio urbano e no meio rural no período de análise.

²⁴ Pessoal ocupado no setor especificado independente do local de residência (campo ou cidade).

Tabela 8: Condição do produtor em relação às terras do estabelecimento agropecuário – Centro-Oeste

Ano	Categoria de Produtor			
	Arrendatário	Ocupante	Parceiro	Proprietário
1970	28.961	31.532	9.001	146.071
1975	29.670	37.199	12.398	148.466
1980	22.962	27.206	10.244	164.218
1985	28.004	31.491	15.734	192.167
Variação Percentual	-3,30%	-0,13%	74,8%	31,56%

Fonte: Censos Agropecuários (IBGE, 1970/1975/1980/1985)

Apesar de o número de ocupantes ter se mantido estável no período, a tabela 9 revela que a área das propriedades compostas por terras ocupadas caiu 35,09%, apesar do aumento de 41,09 % na área ocupada por estabelecimentos agrícolas. Já o número de proprietários aumentou de 146.071 em 1970 para 192.167 em 1985, variação de 31,56%, enquanto a soma das áreas de suas propriedades aumentou 45,24%. Os dados da tabela 9 evidenciam que o ritmo de aumento das áreas das propriedades (45,24%) foi maior que o aumento do número dos proprietários (31,55%) e do total de áreas cultivadas (41,09%), confirmando uma tendência de concentração da terra, bem como sua conversão em mercadoria no contexto do processo de modernização conservadora.

Tabela 9: Área das propriedades em ha segundo condição do proprietário

Região Centro-oeste	1970	1980	1985	Variação %
Área do estabelecimento - terras arrendadas	2.269.685,50	2.651.017,51	3.110.303,13	37,04%
Área do estabelecimento - terras ocupadas	3.495.058,40	3.406.148,89	2.268.803,41	- 35,09%
Área do estabelecimento - terras em parceira	305.498,10	589.973,40	522.792,58	71,13%
Área do estabelecimento - terras próprias	64.185.013,70	88.121.667,69	93.220.500,92	45,24%
Totais	70.255.255,70	94.768.807,49	99.122.400,03	41,09%

Fonte: IPEADATA (2017)

O caráter concentrador do processo de modernização conservadora da agropecuária se expressa também na distribuição da renda e nos indicadores sociais. A tabela 10 mostra a evolução da renda familiar média, do percentual de pessoas pobres, e do índice de desigualdade L de Theil²⁵. Os dados mostram uma evolução expressiva da renda familiar per capita média, que passou de 0,54 para 1,43 salários mínimos, aumento de 164%, contra 126% de aumento na

²⁵Esse índice é uma medida estatística que reflete a distribuição de renda através da seguinte metodologia: logaritmo neperiano da razão entre as médias aritméticas e geométricas da renda familiar per capita média. Quanto mais próxima de 1 for a razão entre as médias, mais próximo de zero será o L de Theil, e mais próxima do perfeito será a distribuição. À medida que a razão entre as médias fica maior que 1, maior será o valor de Theil, indicando uma pior distribuição de renda (PIGOU, 1912).

média nacional. O índice L de Theil, por sua vez, apresentou uma piora tanto em nível regional, quanto em nível nacional, revelando o caráter concentrador de renda do projeto econômico colocado em prática nesse período. Na região Centro-Oeste, todavia, a piora do índice foi bem mais expressiva, se comparada ao índice nacional. O índice passou de 0,55 para 0,66 na década mais importante desta análise. Essa piora no índice expressa não só o reflexo regional do aumento da desigualdade no período, mas também o padrão de desigualdade acentuada engendrado no Centro-Oeste a partir da forma como a região foi articulada ao espaço econômico nacional.

Tabela 10: Evolução dos indicadores de renda e percentual de pessoas pobres entre 1970 e 1980

Brasil	Renda familiar - per capita - média (Salário Mínimo)	Renda - desigualdade - índice L de Theil (1970)	Pobreza - pessoas pobres (%)
1970	0,63	0,68	67,90
1980	1,45	0,70	39,47
Centro-Oeste			
1970	0,54	0,55	73,71
1980	1,43	0,66	37,48

Fonte: IPEADATA (2017)

Embora a renda per capita tenha evoluído em ritmo mais acelerado no Centro-Oeste do que no restante do país, essa evolução não se refletiu na diminuição da desigualdade entre ricos e pobres na mesma proporção, tendo em vista o elevado índice de Gini²⁶ da renda que a região apresentou entre 1970 e 1985, conforme tabela 11. O índice apresentou uma queda muito tímida de 0,876 para 0,857 no período, tendo estado mais elevado que o índice nacional entre 1970 e 1980.

Tabela 11: Evolução do Coeficiente de Gini da renda– Centro-Oeste e Brasil

UF/ANO	1970	1975	1980	1985
DF	0,794	0,780	0,753	0,767
GO	0,751	0,760	0,753	0,766
MS	0,918	0,909	0,874	0,860
MT	0,941	0,943	0,921	0,909
CO	0,876	0,876	0,861	0,857
Brasil	0,843	0,854	0,857	0,857

Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 1970-1985)

²⁶ O coeficiente de Gini é utilizado a renda dos mais ricos em contraponto à renda dos mais pobres. 0 representa a distribuição perfeita da renda, enquanto 1 a concentração total. Dessa forma, quando maior o coeficiente, pior é a distribuição de renda de um país ou região.

Além da evolução tímida índice geral, nota-se que o coeficiente de Gini da terra (tabela 12), que mede a desigualdade na distribuição da propriedade fundiária, apresentou evolução muito tímida, estando consideravelmente acima da média nacional para o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em todos os anos analisados. Esse dado evidencia que a fronteira agrícola do Centro-Oeste não foi alvo de políticas de reforma agrária e não funcionou como espaço de democratização do acesso à terra por pequenos produtores, camponeses e trabalhadores.

Tabela 12: Evolução do Coeficiente de Gini da Terra

UF/ANO	1970	1975	1980	1985
DF	0,786	0,774	0,745	0,768
GO	0,743	0,753	0,746	0,758
MS	0,916	0,906	0,867	0,856
MT	0,939	0,941	0,919	0,907
Brasil	0,843	0,854	0,857	0,857

Fonte: Censos Agropecuários (IBGE, 1970-1985)

A permanência da concentração fundiária e a intensiva tecnificação rural apontam para um cenário no qual a menor exigência de mão de obra humana nos processos produtivos da agropecuária levou a um aumento da produtividade do trabalho que não teve reflexos nos salários. Enquanto o valor da produção agropecuária (tabela 14) aumentou 295,72% entre 1970 e 1985, a participação das despesas com salários no total das despesas do setor agropecuário caíram 39,25, conforme tabela 13. Ou seja, o ritmo das despesas com outros fatores de produção, como máquinas, insumos, sementes e transportes cresceram em um ritmo bem mais acelerado que as despesas com salários, reproduzindo regionalmente o padrão de aumento constante da desigualdade, no qual os trabalhadores têm seus rendimentos crescentemente desvalorizados em comparação com aumento da produtividade do trabalho.

Tabela 13: Despesas com salários em relação às despesas totais da atividade agropecuária em mil R\$ a preços de 2000

Região Centro-Oeste	1970	1975	1980	1985	Variação %
Despesas totais da agropecuária	1.385.740,46	3.150.078,52	5.263.906,95	7.714.921,15	456,7%
Despesas com salários na agropecuária	162.061,60	399.875,89	548.454,93	548.104,11	238,20%
Participação das despesas com salários no total (em %)	11,69%	12,69%	10,42%	7,10%	-39,25%

Fonte: IPEADATA (2017)

Tabela 14: Valor da produção agropecuária em mil R\$ a preços de 2000

Região	1970	1975	1980	1985	Variação %
Região Centro-Oeste	2.870.267,44	5.531.080,65	8.829.961,68	11.358.181,39	295,72%

Fonte: IPEADATA (2017)

A análise comparada da estrutura agrária e dos indicadores sociais regionais com os nacionais revelou que o projeto de incorporação do Centro-Oeste ao espaço econômico nacional, por seu êxito em estabelecer uma relação de complementaridade econômica para com a economia urbano-industrial do Sudeste, reproduziu, a nível regional, um padrão de concentração de renda e desigualdades sociais e fundiárias.

A “vocação agroindustrial” estabelecida para o subespaço do Centro-Oeste reforçou o caráter subordinado de sua inserção no espaço econômico nacional, justamente porque a dinâmica do desenvolvimento econômico da região teve, até meados da década de 1980, sua tônica dada a partir da centralidade da economia urbano-industrial do Sudeste. Isso significa dizer que, apesar da influência e das necessidades locais, o ritmo e as atividades mais dinâmicas desenvolvidas na região são ditados a partir de fora. Além disso, o Centro-Oeste foi colocado no “passo” do capitalismo brasileiro, reproduzindo localmente, e de maneira peculiar, suas principais características, à medida que engendrou uma estrutura social mais rígida, e com desigualdades mais acentuadas em relação à média nacional.

1.5 O DEBATE SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E O CASO DO CENTRO-OESTE

É fundamental a importância do papel da agropecuária no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, seja como vínculo com o mercado externo, com papel destacado na balança comercial e nas contas nacionais, seja como fornecedora de alimentos para o abastecimento da população. Não obstante sua inegável importância para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, a forma como foi organizada a agropecuária no Centro-Oeste, dada a partir do processo de modernização conservadora e da “Revolução Verde”, acentuou desigualdades e mazelas históricas e colocou a questão agrária brasileira em novos patamares.

Como decorrência desse processo contraditório, destaca-se a elevação da concentração fundiária, marca de um processo histórico que engendrou uma estrutura de classes e uma dinâmica econômica desiguais, que se expressam não só pela posição de subordinação da renda e da tônica da atividade agropecuária do Centro-Oeste em relação ao comando dos grandes capitais agroindustriais sediados no Sudeste e – até início dos anos 1990 em menor grau no exterior - mas também pela desigualdade na distribuição da renda, limitando a ascensão social e a formação de um mercado regional com dinâmica própria.

Por serem essas questões antigas e persistentes no campo brasileiro, há muito são objetos de estudo e investigação por intelectuais de diversas áreas do conhecimento. Nesta seção pretende-se justamente fazer um levantamento do debate sobre a questão agrária entre 1940 e 1980 através das principais obras de Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior, Inácio Rangel e Celso Furtado. Essa análise tem como objetivo qualificar o que se chamou de processo de incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro entre as décadas de 1960 e 1980, localizando-o nas continuidades e rupturas características da história econômica brasileira cuja análise está presente nas obras desses autores. Além disso, o intuito aqui é revisitar pontos importantes da historiografia econômica brasileira acerca da questão agrária e traçar um quadro geral dos debates que envolviam e envolvem o tema estudado ao longo do período de análise da tese. Por isso, pretende-se verificar quais das categorias e métodos de tais autores, podem ser retrabalhados e processados para a compreensão do caso do Centro-Oeste.

Vale destacar que, no rol de pensadores cuja obra é de suma importância para o entendimento da questão agrária brasileira e para o estudo da expansão da soja pela região Centro-Oeste, está também Milton Santos. Sua obra será utilizada no capítulo 4 como importante referencial teórico para a compreensão do processo de produção monopolista do espaço do Centro-Oeste como “região produtiva do agronegócio” da soja. Essa opção metodológica se dá em razão de sua atualidade e potencial explicativo ante as transformações

engendradas a partir do processo de “mundialização do capital” iniciado na década de 1980. Essas transformações, cujos impactos na agricultura serão discutidos no capítulo 3, requalificaram a dinâmica socioeconômica e espacial do Centro-Oeste e do agronegócio da soja a partir dos anos 1980, de modo que exigem uma mudança de compreensão e interpretação, cujos alicerces serão dados pela obra de Milton Santos no capítulo 4.

1.5.1 Alberto Passos Guimarães: latifúndio e feudalismo como marcas do campo brasileiro

Militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro), Guimarães traçou uma perspectiva histórica da estrutura fundiária brasileira, apontando para um horizonte de destruição do latifúndio e triunfo das pautas populares. Sua análise está conectada ao debate político interno do PCB sobre qual a melhor estratégia para empreender uma revolução que acabasse com o poder do latifúndio.

Em sua obra mais célebre: *Quatro séculos de latifúndio* (1963), Guimarães coloca que o Brasil e o latifúndio nasceram juntos. O autor observou que, já no processo de implantação das capitânias hereditárias e concessão de sesmarias, determinou-se a forma de ocupação do território baseada na concentração de terras e em privilégios ligados ao latifúndio. Para Guimarães, o sistema econômico do período colonial era predominantemente feudal. Ou seja, para ele, o sistema de produção agroexportadora do Brasil colônia tinha como característica fundante a propriedade agrária feudal, sendo a terra o mais importante dos meios de produção.

Nesse processo histórico, Guimarães enxergou a Lei de Terras de 1850 como um expediente da elite política brasileira para a manutenção de seus privilégios. Sua principal consequência foi acentuar as desigualdades históricas que permeiam a sociedade brasileira. Esse processo de manutenção do latifúndio e dos privilégios de seus proprietários seguiu durante o período republicano, no qual as elites agrárias passaram a controlar diretamente o poder político. Conforme o autor desenha sua sequência histórica, ele busca confirmar a tese segundo a qual o caráter feudal da economia brasileira permeia a questão agrária e se manteve com a introdução do capitalismo no campo.

Ao latifúndio açucareiro, ao latifúndio cafeeiro, ao latifúndio cacauzeiro, incorpora-se agora o cada vez mais poderoso latifúndio pecuário. E todos eles reunidos, constituem o último reduto das sobrevivências coloniais e feudais que estrangulam o desenvolvimento da agricultura e da economia brasileira. Esse reduto tem sua base territorial nas regiões latifundiárias de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Alagoas, de onde também partem, não por acaso, os últimos estertores da desesperada e inútil resistência contra as reformas

democráticas e contra o avanço da sociedade brasileira rumo ao progresso (GUIMARÃES, 1968, p. 1).

Nesse sentido, a reforma agrária seria fundamental para atenuar os traços feudais da economia brasileira, já que eliminaria os privilégios relacionados à propriedade da terra e estimularia a permanência do homem trabalhador no campo. Ou seja, para Guimarães, o objetivo da reforma agrária seria eliminar o latifúndio e a estrutura baseada na monocultura, bem como práticas de exploração do trabalho semi escravistas ou servis. Resolver a problemática agrária seria virar a página do passado feudal da economia brasileira. Para tanto, Guimarães propunha a formação uma frente única entre camponeses e trabalhadores urbanos, já que a introdução do capitalismo no campo, que se deu sem a eliminação dos privilégios e resquícios que o autor considera feudais, aproximou burguesia urbana e latifundiários.

1.5.2 A questão agrária em Caio Prado Júnior: herança colonial e desigualdade no campo

Caio Prado Júnior discutiu a questão agrária brasileira em várias de suas obras. Destacam-se aqui *A revolução brasileira* (1966), *História econômica do Brasil* (1945), *A questão agrária no Brasil* (1979) e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942). Dentre as contribuições de Caio Prado Júnior para a discussão a respeito da questão agrária brasileira, destaca-se a que talvez tenha sido mais paradigmática: a negação da existência de relações feudais do campo brasileiro. Diferentemente de Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior identificou nas diversas formas de mão de obra praticadas no meio rural brasileiro – desde a escravidão até a parceria – e no caráter eminentemente mercantil da agricultura nacional desde o Brasil colônia, elementos incompatíveis com os fundamentos econômicos do feudalismo.

É a aplicação desse método na elaboração ou antes simples tentativa de justificação das teorias admitidas *a priori*, que dá entre outras instâncias na esdrúxula assimilação, a que já nos referimos da economia agrária com o modelo dos países europeus. Transportou-se para cá, encaixando arbitrariamente e sem nenhum espírito crítico na evolução histórica brasileira, a situação da Europa egressa da Idade Média e do feudalismo cuja economia agrária, tão distinta da nossa, se caracterizava essencialmente pela presença de uma economia de classes camponesa, isto é, uma estrutura social de pequenos produtores individuais constituída de unidades familiares voltadas essencialmente para a produção de subsistência e onde o mercado representava o papel secundário e subsidiário (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 116-117)

Militante do PCB, Caio Prado Jr. desenvolveu uma abordagem diversa daquela defendida por certos intelectuais do Partido Comunista Brasileiro, que acreditavam que o Brasil deveria passar por uma revolução democrático-burguesa, para eliminar os resquícios feudais de seu

sistema socioeconômico. Em suas mais importantes obras: *Formação do Brasil Contemporâneo*, *História Econômica do Brasil* e *A Revolução Brasileira*, o autor defendeu que a economia agrária brasileira não se constituiu na base da produção individual, familiar ou ainda da ocupação parcelaria da terra, como na Europa. Aqui a economia agrária se estruturou na grande exploração agrícola voltada para o mercado. Nesse contexto, segundo o autor, não se constituiu uma economia e uma classe camponesa, mas uma estrutura com base em grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas por escravos que, após a abolição da escravidão, converteram-se num enorme e empobrecido contingente de proletários rurais (PRADO JÚNIOR, 1966, pp. 118).

Os fatos históricos evidenciam isso claramente, a começar pela circunstância que, abolido o regime servil, o que sobrava de escravos no Brasil – na agricultura constituíam a maioria esmagadora dos trabalhadores, mas praticamente não existiam em outras atividades além dos serviços domésticos – se transformaram em assalariados, continuando empregados nos mesmos estabelecimentos rurais cujo ritmo produtivo e cuja estrutura econômica, que era a grande exploração agrária, não se modificaram essencialmente. Essa observação é particularmente importante porque lança grande luz sobre a evolução econômica e social brasileira mais recente. Evidencia desde logo o grande erro da hipótese a que já nos temos referido de uma fase “feudal” ou “semifeudal” de nossa história (...) (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 148).

A partir da negação da existência de traços feudais no campo brasileiro, Caio Prado concentra sua análise da questão agrária a partir de dois fatores principais: a concentração fundiária, que impede que a população rural consiga ter acesso livre a terra, e à questão da ausência de legislação trabalhista, o que rebaixa os salários, piora as condições de vida e diminui os custos de produção dos grandes proprietários.

Para Caio Prado Jr., a formação histórica brasileira era a responsável por esse cenário, pois, o passado colonial e o sentido da colonização permaneciam como fatores determinantes da debilidade das forças produtivas e da precariedade das relações de trabalho, principais componentes de nossa questão agrária. A colonização portuguesa na América constituiu-se num negócio baseado na grande produção agrícola de gêneros tropicais ao mercado externo. Para tanto, a empresa colonial teve como organização produtiva a grande propriedade monocultora, que utilizava como força de trabalho a mão de obra escrava africana (PRADO JÚNIOR, 1966, pp. 131-136).

Para ele, essas três características fundamentais da grande exploração agrária colonial, bem como o caráter puramente mercantil da origem da economia brasileira, estruturada com na base na produção para o atendimento de necessidades estranhas ao país se mantiveram profundamente arraigadas à estrutura agrária do país. Mantiveram-se a extensão das propriedades, e foi acentuada a concentração fundiária através da ampliação da grande

exploração agroexportadora. O trabalho escravo foi abolido, mas deixou importantes traços nas relações de trabalho no campo.

É certo que os proprietários rurais empregam eventualmente no Brasil processos e expedientes de natureza não econômica, e sim de subordinação pessoal na exploração de seus empregados, como sejam retenção por dívidas, o pagamento em vales (...) e assim outros processos (inclusive até sanções e punições corporais) que emprestam às relações de empregador e empregado nítidas cores de submissão pessoal e, portanto, estranhas ao capitalismo, que se apóia essencialmente na liberdade jurídica do trabalhador. (...). Esses remanescentes anacrônicos, contudo, não somente desnaturam a essência das relações de trabalho predominantes na agropecuária brasileira e o tipo de organização econômica, e sobretudo não desclassificam essa organização para um tipo “feudal” ou outro qualquer assemelhável, mais ainda reforçam muitas vezes a exploração comercial e capitalista da agropecuária, pois tendem a reduzir a remuneração do trabalhador e, em consequência, acrescer a mais-valia e a rentabilidade da empresa (PRADO JÚNIOR, 1966, pp. 162-163).

Ou seja, a enorme exploração, e consequente miséria material e cultural foram processadas pelo capitalismo brasileiro, contribuindo para o processo de acumulação primitiva e ampliada de seus empreendimentos:

É também certo que a abolição não eliminou desde logo, pelo menos em alguns lugares, acentuados traços escravistas que permanecem de fato à margem do regime legal de trabalho livre. Mas essas sobrevivências escravistas (que são frequentemente apontadas pelos teóricos do feudalismo brasileiro como “restos semifeudais”) longe de constituírem obstáculo ao progresso e desenvolvimento do capitalismo, lhe têm sido altamente favoráveis, pois contribuem para a compressão da remuneração do trabalhador, ampliando com isso a parte da mais-valia e favorecendo por conseguinte a acumulação capitalista (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 150).

Isso significa dizer que o caráter da exploração agrária, baseada na produção em larga escala de produtos de grande apreciação no mercado externo com base em formas não capitalistas de exploração do trabalho prevaleceu, ainda que sob nova conjuntura histórica. Não obstante a permanência de um significativo atraso do ponto de vista das relações sociais, é claro o êxito comercial desse modelo e a superação de seu “arcaísmo” tecnológico quando se observa o aumento da produtividade e das receitas geradas pelo comércio exterior de gêneros agrícolas. Esse aumento se deve, em grande medida, à introdução de inovações tecnológicas essencialmente industriais no processo produtivo das grandes lavouras comerciais a partir principalmente da década de 1970, período posterior às análises de Caio Prado. Vale destacar que esses resultados comerciais passaram a fornecer as bases para a industrialização no século XX. Os bens importados, como maquinaria e insumos para a indústria, foram bancados pelas

divisas geradas no comércio internacional, tendo o próprio Estado muitas vezes²⁷ estimulado essa dinâmica de forma intencional.

Tendo em vista que a organização produtiva no campo deu-se através da grande propriedade capitalista monocultora voltada a atender necessidades estranhas à maior parte da população, a organização da sociedade acabou se dando basicamente através de uma divisão entre duas classes sociais com interesses conflitantes conforme sua posição em relação às atividades agrárias: a dos grandes proprietários e a dos trabalhadores.

Os grandes proprietários e fazendeiros, lavradores embora, são antes de tudo homens de negócio para quem a utilização da terra constitui um negócio como outro qualquer (...). Do outro lado, para os trabalhadores rurais, para a massa camponesa de proprietários ou não, a terra e as atividades que nela se exercem constituem a única fonte de subsistência para eles acessível (PRADO JÚNIOR, 2000, p.22).

Nesse cenário, a exploração do trabalho por parte dos grandes proprietários passou a ser a característica mais marcante da dinâmica de relações entre as duas classes, sendo que a elevada concentração fundiária se consolidou como alicerce principal dessa dinâmica. Isso porque ela atua de forma determinante na oferta e demanda de trabalho no campo, dando imensa vantagem aos demandantes do trabalho rural. Isso sem falar no agravante de que os grandes proprietários não só possuíam a maior parte das terras como também as de melhor qualidade, destinadas, prioritariamente, a produção de gêneros de alto valor comercial, sendo a produção alimentícia um setor inorgânico e secundário (PRADO JÚNIOR, 2000, pp. 15-17).

Para Caio Prado Júnior a latente contradição entre as lavouras exportadoras e a produção alimentícia - desempenho formidável das lavouras comerciais e seus elevados saldos positivos na balança comercial nos momentos de alta dos preços e da demanda internacionais contrastando com um cenário de fome, cuja maior intensidade é verificada no meio rural - é característica intrínseca à estrutura agrária brasileira, cuja superação passa pela ascensão social e material do trabalhador, condição primordial para constituição de um sólido mercado interno, requisito básico de um país que se pretende Nação. Para tanto, a questão agrária teria papel fundamental, já que o campo concentrava as principais contradições herdadas do passado colonial.

²⁷ Desde 1930 até 1964, período a partir do qual o Estado brasileiro encampou uma política deliberada de industrialização, várias foram as ações relacionadas ao comércio nesse sentido, como taxas de câmbio diferenciadas por tipo de importação, política de licenças de importação, desvalorizações cambiais para estimular as exportações agrícolas, dentre outras que se sucederam entre os governos Vargas, JK e Jango. No próprio PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), de 1964, bem como no I e no II PND, foi estabelecida como meta a diversificação e aumento das exportações agrícolas como forma de se conseguir as receitas necessárias para se completar o processo de industrialização brasileiro.

(...) o que ficou dito já nos serve para situar a questão agrária brasileira, e colocá-la em seus devidos termos, que vêm a ser, em primeiro e principal lugar, a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo da estrutura agrária do país, cujo traço principal consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária (PRADO JÚNIOR, 2000, p 18).

Vale notar que, ao definir a eliminação dos aspectos negativos da grande exploração do trabalho rural como primordial para o enfrentamento da questão agrária, Caio Prado não propunha a destruição da grande exploração rural, afirmando inclusive que essa não era a principal reivindicação dos trabalhadores rurais, tendo em vista o fato de a maior parte da população rural brasileira não ter sido constituída de camponeses (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 221).

Daí decorrem a posição específica do trabalhador e, pois, as suas reações psicológicas, reivindicações e ação. (...). Não se dirige, como os fatos confirmam, e normalmente não se pode dirigir contra a grande exploração a fim de destruir. Não se dirige, como os fatos confirmam, e normalmente não se pode dirigir contra a grande exploração a fim de a destruir. Não lhe ocorre, essencialmente, e na generalidade dos casos, modificar seu estatuto econômico, Isto é passar de trabalhador entrosado num conjunto orgânico, que é a grande exploração – situação essa a que se condicionou através de gerações sucessivas - passar daí a produtor autônomo, o que exigiria a transformação fundamental da estrutura de produção em que se acha entrosado, bem como de suas próprias relações e métodos de trabalho. Faltar-lhe-iam (...) tradição cultural, conhecimentos, experiência, iniciativa, já para não falar em recursos materiais (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 223).

Suas propostas de ações para a resolução da questão agrária seguiram dois eixos estratégicos. O primeiro era fortalecer a posição do trabalhador agrícola frente ao latifundiário, o que incluía a modernização da produção agrícola e a extensão da legislação social trabalhista para o campo, assegurando proteção legal a esses trabalhadores. O segundo era desconcentração da propriedade fundiária, possibilitando o acesso à terra por trabalhadores capacitados e dispostos a gerir uma pequena produção (PRADO JR., 2000, p.156).

Para Prado Júnior, a regulamentação dos direitos trabalhistas no campo, e o consequente aumento salarial, também contribuiriam para o avanço técnico da produção agropecuária, com o intuito de se diminuir os gastos com mão de obra através da substituição de trabalhadores por métodos e técnicas modernos e do aumento da produtividade. Outro efeito da maior regulamentação do trabalho no campo seria a maior fixação do trabalhador rural no campo, o que faria com que a oferta de trabalho no comércio e na indústria tivesse um crescimento menor, elevando o nível de salários de forma geral e melhorando os padrões materiais e sociais da classe trabalhadora como um todo (PRADO JÚNIOR, 2000, pp.154-155).

Além disso, uma legislação efetiva para o trabalho rural seria um fator de estímulo à desconcentração fundiária, pois, as propriedades pouco eficientes, cuja viabilidade dependesse da super exploração do trabalhador, não suportariam a elevação dos salários e seriam colocadas à venda. Aí então, o Estado deveria agir através de políticas agrárias que objetivassem o desmembramento e efetiva utilização, sob outras formas, das grandes propriedades menos produtivas. O autor considera ainda que, em decorrência do aumento da oferta de terras de fazendas falidas, tornaria seu valor mais acessível, de modo que o governo poderia comprar e repassar essas terras a pequenos agricultores que não dispusessem desse bem (PRADO JÚNIOR, 2000, pp.156-157).

Prado Júnior também fez referência à utilização da terra como reserva patrimonial, ou seja, no investimento de recursos financeiros na compra de propriedades improdutivas com fins especulativos. Para ele, a elevação da carga tributária ajudaria a desestimular essa prática que é uma das principais marcas da estrutura fundiária brasileira.

(...) a tributação (...) faria afluir para o mercado imobiliário grande massa de propriedades e áreas à venda, o que naturalmente provocaria a baixa de preços (...) e facilitaria grandemente a efetivação da medida principal com que se há de contar para a realização da reforma agrária, e que vem a ser a sua desapropriação para o fim de loteamento e transferência da terra para pequenos proprietários (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 114)

Caio Prado Júnior alertou que o caminho para alcançar o equilíbrio nas relações entre capital e trabalho, a modernização da produção agrícola, e a facilitação do acesso à terra passa por mudanças profundas nos alicerces da economia agrária brasileira, mudanças essas que dependeriam de um amplo movimento social reivindicatório que não ocorreu:

Há mais contudo, pois uma reforma dessa natureza e profundidade que significaria uma transformação completa da estrutura e organização dos principais setores da nossa economia agrária, não é possível realizar-se senão como resultado de um amplo movimento social reivindicatório. Sem uma base social dessa ordem, não se pode esperar, a não ser em fantasia longinquamente afastada da vida real e concreta, a efetivação de tamanho vulto e alcance econômico e social (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 150).

As propostas de Caio Prado, cujos objetivos eram resgatar da miséria e da precariedade nas relações de trabalho os trabalhadores rurais, aumentar a produção voltada ao abastecimento interno e às necessidades do povo, bem como fortalecer o mercado interno e o Brasil enquanto Nação não tiveram espaço na agenda política e econômica do país. Triunfou o projeto de economia agrícola e de Nação orientado pela elevação da produção e da produtividade através da disseminação de inovações tecnológicas sem a correspondente modernização nas relações sociais de produção no campo e sem as necessárias correções nas distorções da estrutura

fundiária. Ao contrário do que defendeu Caio Prado, a modernização tecnológica da agricultura brasileira não ocorreu por expressiva melhora das condições e relações de trabalho no campo que, apesar de avanços oriundos do Estatuto do Trabalhador Rural e do acesso à aposentadoria rural, adentraram o século XXI ainda marcadas taxa de informalidade²⁸ maior e rendimento médio menor que os observados no meio urbano. Incentivadas e amparadas pelo Estado, principalmente através da EMBRAPA, as inovações da Revolução Verde foram amplamente disseminadas na agropecuária brasileira e lograram êxito em aumentar a produção e a produtividade, mantendo intocada a questão fundiária.

1.5.3 Celso Furtado e a questão agrária: um itinerário para a Industrialização

Em *Análise do “Modelo” brasileiro* (1972), Celso Furtado aprofundou sua análise sobre a questão agrária brasileira relacionando-a com aquilo que para o autor era um dos principais requisitos ao desenvolvimento econômico do país: a industrialização. Assim, a questão vem à tona conforme sua funcionalidade para a oferta de bens requeridos pelo avanço da urbanização e pelo crescimento industrial. Assim como Prado Júnior, Furtado também refletiu sobre as condições de vida da população rural, considerando que a pobreza no campo tem influência nos baixos salários nos centros urbanos e no enfraquecimento do mercado interno.

Celso Furtado considerava que o crescimento extensivo da produção supria a oferta de bens agrícolas no Brasil, a chamada agricultura itinerante. Dessa forma, o crescimento extensivo da produção era a forma mais viável de se aumentar a produção dentro da estrutura agrária perpetrada ao longo da história do Brasil. Nessa estrutura, a terra é extremamente concentrada nas mãos de uma pequena elite, de modo que a massa rural não tem alternativas, senão vender sua força de trabalho aos empreendimentos agrícolas (FURTADO, 1972, p.106).

Furtado trabalhou com a ideia de que a estrutura produtiva no campo submetia os trabalhadores rurais às formas mais precárias de sobrevivência e se utilizava de práticas de exploração predatória dos recursos naturais. Furtado relaciona essa característica ao avanço constante da fronteira agrícola, explicitando que o trato rudimentar em relação à natureza leva a uma constante busca por novos solos, característica da agricultura itinerante. Em suma, a precariedade do trabalho e a oferta abundante de solos faziam com que esse modelo estivesse

²⁸ Na agricultura, a taxa de informalidade ultrapassou os 59% em 2013, superando a média nacional de 41%. O rendimento médio do trabalhador rural no mesmo ano, R\$ 550, também ficou bastante aquém do índice geral, R\$ 1908 (DIEESE, 2014).

preparado para momentos de aumento da demanda por produtos agrícolas nas cidades e no exterior.

Assim como Prado Júnior, Furtado considerou que a concentração fundiária era determinante para o péssimo padrão devida da massa rural, para a oferta de produtos agrícolas, e para o achatamento dos salários dos trabalhadores urbanos, sendo que concentração e fundiária e pobreza rural retroalimentavam-se gerando um desestímulo consistente à melhora técnica, perpetuando o atraso tecnológico da produção agrícola.

Em face dessa abundância de recursos, a extrema concentração da propriedade da terra permite à empresa agro-mercantil impor à população rural salários ínfimos; por outro lado, o baixo custo da mão de obra transforma-se em barreira à penetração do progresso técnico (FURTADO, 1972, p.119).

Além disso, os baixos níveis de vida no campo impedem a realização do “*anel feedback*”²⁹, de modo que seria urgente a racionalização da estrutura agrária como forma de quebrar este ciclo. Não obstante, Furtado faz uma análise dos fluxos de renda da atividade agrícola de modo a avaliar qual seria o melhor momento para a reestruturação do setor rural. Para ele, esse momento seriam os tempos de rápida expansão econômica no setor urbano.

Não se deve esquecer, entretanto, que, se o aumento de produtividade é acompanhado de uma redistribuição da renda agrícola em benefício da massa rural, o consumo adicional desta absorverá parte significativa do aumento da produção. Contudo, nunca se insistirá demais sobre o fato de que a reconstrução do setor agrícola só é viável se o setor urbano estiver em rápida expansão. No Brasil essa expansão deveria ser acompanhada de um aumento relativo da massa salarial dos grupos de baixas rendas. Por último, caberia considerar a possibilidade de exportações subsidiadas de certos produtos, a fim de regularizar o escoamento das safras e evitar a deterioração ocasional dos preços relativos do setor agrícola (FURTADO, 1972, p. 121).

Para Furtado, a ruptura da concentração fundiária possibilitaria uma abertura para a modernização do campo e garantiria a viabilidade do sistema de pequenas propriedades, com aumento da capacidade produtiva, melhoria no trato com a natureza e das condições de vida da população rural. A proposta central de Furtado era colocar a resolução da questão agrária em condição de centralidade na constituição da Nação. Assim sendo, a questão agrária teria importância central no processo de desenvolvimento, pois, ela estava na base dos problemas relativos ao mundo do trabalho urbano. Na mesma linha de Caio Prado, Furtado considerou que ao equilibrar oferta e demanda de mão de obra, haveria mais estímulos à modernização

²⁹ O referido mecanismo funcionava a partir de automatismos internos do sistema econômico, que lhe garantiam o funcionamento e a expansão. De acordo com esse anel, a uma expansão da produção correspondia uma elevação nos custos da indústria, que por sua vez determinava o crescimento da massa salarial, acarretando o aumento da demanda por bens finais, o que, por fim, ocasionava uma nova expansão da produção. Num país subdesenvolvido, essa ordenação de eventos econômicos não ocorre (FURTADO, 1972, p.11).

tecnológica, o que aumentaria a produtividade e eliminaria entraves ao suprimento da demanda por alimentos e matéria-prima. Nesse contexto, a maior massa de salários na economia, os estímulos à modernização tecnológica e o fornecimento mais barato de matérias-primas serviriam também como alavancas da demanda por bens industriais e, por consequência, para o mercado interno como um todo.

(...) toda verdadeira solução passará necessariamente por uma reorganização da agricultura brasileira, ou seja, pela eliminação da tutela que a empresa agromercantil exerce sobre a massa da população rural. Somente assim será possível elevar o nível de vida dessa população e abrir a porta à penetração do progresso técnico. (...). Trata-se, em síntese, de reestruturar a economia agrícola de forma a dota-la de um sistema de decisões capaz de tornar compatíveis os seguintes objetivos: a) assegurar a expansão da produção, b) criar novos empregos, c) melhorar progressivamente o nível técnico e d) assegurar a elevação do nível de vida da população rural em função do aumento da produtividade (FURTADO, 1972, p. 120-121).

Para a introdução efetiva do progresso técnico, Furtado considerou que seria necessário romper com a estrutura montada pela empresa agromercantil, baseada na expansão extensiva da terra e na concentração fundiária, que segundo ele inviabilizavam a modernização da agropecuária. Para tanto, o acesso à terra pelos trabalhadores cumpriria papel fundamental, já que reduziria a oferta de mão de obra e aumentaria os salários, estimulando a busca por maior produtividade e exploração intensiva das terras. Para Furtado, a concentração fundiária e a forte ocorrência de um padrão especulativo de uso da terra têm impactos também na questão inflacionária, já que, para ele, tais fatores comprometeriam a oferta de alimentos, pesando decisivamente nos índices de inflação (FURTADO, 1972, p. 122-127).

Assim como as propostas de Caio Prado Júnior para a superação da questão agrária, as de Celso Furtado buscavam o fortalecimento do mercado interno e dependiam claramente de uma reorientação e mudanças profundas no modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. Tais mudanças, bem como a mobilização e a base social necessárias para sua efetivação não ocorreram com a intensidade necessária para derrotar os fortes interesses ligados ao latifúndio agrícola.

1.5.4 Inácio Rangel: a questão agrária como obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil

Em *A inflação brasileira* (1963), Ignácio Rangel concebeu a questão agrária a partir das suas funções no processo de acumulação de capital. Para tanto, o autor analisou as relações

entre campo e indústria no processo de modernização capitalista e mostrou como a crise agrária era a base das dificuldades econômica e sociais do país. Para ele, havia no Brasil uma crise agrária expressa essencialmente por dois problemas: superprodução e superpopulação rural, na qual a produtividade do trabalho na agricultura desenvolvia-se em ritmo superior ao necessário com o duplo resultado de excedentes agrícolas e demográficos, sendo os últimos transformados em desemprego urbano através do êxodo rural. Esse processo aumentaria a taxa de exploração do trabalho, possibilitando o processo de industrialização sem reforma agrária até o limite de uma crise de superacumulação (RANGEL, 1963, p. 27-37).

Nessa lógica, Rangel definiu um modelo que o setor agropecuário deveria cumprir duas funções: suprir o sistema econômico e seu comércio exterior dos bens agrícolas necessários para seu pleno funcionamento e liberar ou reter mão de obra conforme as flutuações econômicas da agricultura e dos demais setores do sistema econômico (RANGEL, 2005, v.2, p. 67).

A industrialização, ao aumentar a demanda por alimentos e matérias primas e demandar divisas internacionais para a expansão de seu desenvolvimento, reconfigurou as exigências colocadas ao campo, de modo que, para atender a tais exigências seria necessário um aumento da produção e da produtividade rurais. Para alcançar esse objetivo, a penetração das formas capitalistas de produção na agricultura estimulou a eliminação crescente das atividades secundárias e terciárias realizadas pelo homem do campo no setor feudal³⁰, como transformação dos gêneros agrícolas, transporte, construção de casas e outras atividades de apoio a atividade agrícola, cuja realização desviava recursos humanos, materiais e tempo daquela que deveria ser a finalidade da agricultura: produzir gêneros primários em escala suficiente para a alimentação humana, para o suprimento de matérias primas para as indústrias e para o comércio exterior.

Nesse processo de contínua especialização, a função de mecanismo regulador do mercado de trabalho do setor agrícola, absorvendo ou retendo mão de obra de acordo com as necessidades do sistema econômico ficou comprometida em razão da elevada concentração fundiária impedir o acesso a terra por parte dos trabalhadores que perderam suas funções no campo. Conforme as relações capitalistas penetraram no campo e estimularam a especialização

³⁰Apesar de se utilizar do termo “feudal”, Ignácio Rangel não comungava com a ideia pecebista que relacionava a questão agrária brasileira com a superação de relações feudais no campo. Segundo Rangel, o latifúndio brasileiro era caracterizado por formas arcaicas de organização e produção do ponto de vista interno, embora tivesse seu lado moderno nas relações com o mercado externo: “É que a agricultura brasileira não é um edifício homogeneamente arcaico. Por um lado, o latifúndio que surgiu da primitiva fazenda de escravos, embora caracterizado, a princípio, do ponto de vista interno, por relações de tipo nitidamente feudal, isto é, arcaico, para as presentes condições gerais da economia do país, teve sempre, e tem, cada vez mais, um lado moderno, visto que em suas relações com o resto da economia, comporta-se como uma empresa comercial, submetida às normas jurídicas correspondentes” (RANGEL, 2005, v.2, p. 33).

nas atividades primárias, muitos trabalhadores perderam suas posições e migravam para os centros urbanos, desequilibrando o mercado de trabalho urbano-industrial.

Essa realidade descrita pelo autor no início da década de 1960 acarretava um duplo desequilíbrio à economia brasileira: superpopulação de trabalhadores que migravam para as cidades, e superprodução na agricultura, causada pela especialização nas atividades rurais, que derrubava os preços dos gêneros agrícolas e gerava desequilíbrios no comércio internacional:

Os problemas próprios ou propriamente agrários da presente crise agrária brasileira são as anomalias concomitantes, verso e reverso da mesma medalha, da superprodução agrícola e da superpopulação rural, desdobrando-se, a primeira, nos constantes problemas do comércio exterior e a segunda, em desemprego urbano (RANGEL, 2005, v.2, p. 42).

Esses eram os problemas que Rangel chamava de “propriamente agrários”. Além deles, havia os “impropriamente agrários”: altos preços de certos bens agrícolas em razão das estruturas oligopolizadas de comercialização desses bens e escassez sazonal de mão de obra nas atividades agrícolas organizadas como a monocultura. O primeiro tinha origem no seu sistema de comercialização, organizado em monopólios e monopsonios, que controlavam a compra e a venda desses bens. O segundo se originava no êxodo rural, já que a expulsão de trabalhadores do campo levava a uma escassez de mão de obra nos períodos de maior necessidade. Além disso, o alto preço da terra agravava a situação no campo, já que o aumento do valor da terra se devia principalmente à procura especulativa pela propriedade da terra, em especial contra a corrosão do valor da moeda em tempos de inflação elevada (RANGEL, 2005, v.2, p. 90-95).

Para Rangel, tais problemas ocorriam porque a industrialização se deu sem alteração da estrutura agrária, através de um pacto de poder entre o latifúndio e o capital industrial. A correlação de forças políticas que tomou o poder a partir de 1930 tinha como classe hegemônica o latifúndio, que só abriu espaço para o desenvolvimento industrial, em razão dele criar condições para o surgimento de um mercado interno para os produtos agrícolas em substituição ao mercado externo, bem como produzir bens necessários para o setor agrícola, cuja importação encontrava crescentes dificuldades. Para Rangel, o capital industrial era sócio menor do latifúndio no comando do país a partir de 1930 (RANGEL, 1963, p 32).

Nesse contexto, a incapacidade de importação de bens industrializados foi fundamental para o processo de industrialização, pois criou um cenário favorável que esses bens fossem produzidos internamente. Ainda que o consumo interno estivesse em um momento de declínio, a incapacidade de importar criava demanda garantida para os bens produzidos internamente, um estímulo ímpar ao processo de industrialização. Essa conjuntura extremamente favorável

teria dispensado a realização de uma reforma agrária para a constituição do mercado interno (RANGEL, 1963, pp. 34-35).

Apesar de inicialmente possibilitar um aumento da taxa de exploração de modo a garantir capitais para o investimento industrial, conforme o processo de industrialização avançou e o suprimento da demanda criada pelas condições adversas criadas pela crise de 29 se completou, o sistema começou a dar sinais de tendências recessivas, determinadas pelo menor crescimento da demanda em relação ao ritmo de acumulação.

Rangel atribuiu esse descompasso à ocorrência de crises políticas e sociais, já que, para ele, a taxa de exploração e a propensão a consumir são inversamente proporcionais:

O capitalismo brasileiro recruta a sua mão de obra num mercado convulsionado por todas essas manifestações da crise agrária, isto é, do processo de desagregação da velha estrutura agrária (feudal) e de sua conversão na nova estrutura agrária (capitalista). (...) Em síntese, o capitalismo brasileiro se desenvolve nas condições de um exército industrial de reserva exorbitante, cujo efeito é elevar a taxa de exploração do sistema (RANGEL, 1963, p. 28).

Como a superpopulação rural era um dos problemas propriamente agrários, sua resolução passava necessariamente por mudanças na estrutura agrária, o que dificilmente aconteceria em um contexto de manutenção do latifúndio como força política dominante. Sendo assim, a solução possível para esse problema passava por uma intervenção no mercado de trabalho com vistas a minimizar o problema da escassez sazonal de mão de obra.

Para tanto, Rangel propõe a criação de pequenas propriedades fora das terras da grande fazenda capitalista, nas quais o assalariado agrícola, em especial os trabalhadores temporários, tenham assegurado o emprego produtivo quando não estão trabalhando na agricultura capitalista. Essa medida fixaria a população rural na terra mesmo nos períodos de menor demanda por mão de obra no campo, impedindo um grande fluxo de trabalhadores para os centros urbanos. Vale notar que essa sugestão guarda similaridades com a abordagem de Caio Prado em relação à questão da mão de obra no campo e os impactos da migração dos trabalhadores rurais para as cidades (RANGEL, 2005, v.2, pp. 67-69).

O segundo problema era o alto preço de certos bens agrícolas, oriunda da forma pela qual era realizada a comercialização de tais produtos. Para Rangel, esse era um setor propagador de inflação, responsável por parte importante das altas constantes de preços. O autor acreditava que os impulsos inflacionários originam-se dos setores que produzem bens inelásticos³¹ à variação dos preços e nos quais havia tendências à cartelização tanto na compra dos gêneros

³¹Os gêneros alimentícios são essenciais para a reprodução da classe trabalhadora, ou seja, apesar dos aumentos nos preços a demanda por tais bens permanece constante.

dos produtores como na revenda aos consumidores. Diferentemente de Celso Furtado, que relacionava a concentração fundiária e a baixa produtividade do latifúndio brasileiro ao elevado preço dos alimentos, Rangel relacionava tal fenômeno a características monopolísticas do setor de comércio dos bens agrícolas, o qual, dependendo do maior ou menor grau de cartelização e da maior ou menor elasticidade-preço da procura dos seus produtos, torna-se centros irradiadores de elevação autônoma dos preços.

Para manter suas compras de alimentos, os trabalhadores deixam de consumir outros produtos. Assim, os estoques das indústrias elevam-se aumentando a falta de recursos financeiros, o que faria essas empresas recorrerem ao sistema bancário:

A retenção de estoques, no plano da empresa, implica numa série de modificações de sua equação econômico financeira. Com efeito, cresce o realizável da firma, à custa do seu disponível, isto é, da caixa e dos depósitos bancários. (...). Isso, não obstante, vai afetar negativamente o equilíbrio do caixa do sistema bancário, movimento esse que, direta ou indiretamente, se vai exprimir como problema de caixa do Banco do Brasil. É para socorrer a caixa do banco que o governo emite, o que quer dizer que a inflação não se gera no nível do orçamento da União, uma vez que tem origem no bojo da economia, pó refeito de movimentos autônomos da empresa privada (RANGEL, 1963, p. 9).

Para resolver o problema inflacionário na raiz, ou seja, no problema da comercialização agrícola, Rangel propunha o fortalecimento da posição do agricultor em relação aos grupos que controlavam o comércio de bens agrícolas, organizados em oligopsônios. Para tanto, sugeria uma política de preços mínimos, organização de um sistema de crédito agrícola e infraestrutura de armazenamento, de modo a evitar grandes flutuações nos preços (RANGEL, 2005, v. 2, p 62).

Em relação à questão da propriedade da terra, Rangel mostrava-se mais pragmático do que Caio Prado e Celso Furtado. O autor também considerava a reforma agrária como uma forma de incentivar a expansão do mercado interno, mas não a única, tendo em vista a baixa possibilidade de sua concretização em um contexto, segundo ele, dominado politicamente pela aliança entre o latifúndio e o capital industrial nascente:

A reforma agrária teria sido, por certo, uma das soluções possíveis para o problema – talvez a mais lógica e natural. Mas não era a única possível e, examinando retrospectivamente o problema, com os instrumentos teóricos de que hoje dispomos, podemos acrescentar que, dada a estrutura dual da economia e da sociedade brasileira, era uma possibilidade de escassíssima probabilidade (RANGEL, 1963, p. 30).

Ora, nada mais ilusório do que esperar que a burguesia- ligada ao latifúndio, inclusive por laços de sangue – rompa o seu pacto de poder com o latifúndio, pelo menos enquanto este não houver esgotado suas possibilidades. Por outro lado, as massas trabalhadoras urbanas, mesmo aquelas tão próximas do campo, ainda como as que se acumulam nos subúrbios das cidades nordestinas, a exemplo de Salvador e

Recife, são levadas, pela lógica implacável da vida, a lutar pela solução de seus problemas **urbanos** (grifo do autor) de proletários ou de quase proletários. As únicas lutas capazes de engaja-los a fundo são aquelas que se relacionam com o desenvolvimento da indústria e dos serviços urbanos. (RANGEL, 1963, p 37).

Para Ignácio Rangel a resolução da questão agrária não era obstáculo fundamental para o processo de industrialização, pois possibilitava a existência de uma elevada taxa de exploração da mão de obra, cuja tendência é crescente à medida que aumenta a produtividade do trabalho não compensada por salários. Apesar disso, o não enfretamento da questão, cujo efeito principal é a compreensão da taxa de exploração do trabalho e, conseqüentemente do consumo da massa de trabalhadores tende a gerar uma situação de desequilíbrio. A elevada capacidade de investimento dos capitais sem um correspondente aumento da capacidade de consumo produziu um cenário de crescente capacidade ociosa conforme foi completado o processo de substituição de importações. Isso significa dizer que resolver a questão agrária seria fundamental para o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro como medida capaz de dinamizar o mercado interno, gerando novas oportunidades de investimento e viabilizando a continuidade do processo de acumulação de capital.

Ora, ninguém pretenderá que a economia brasileira, dados os presentes níveis e dinamismo da renda e da demanda global, já esgotou todas as suas oportunidades de investimento. Não obstante, não resta dúvida de que a presente demanda efetiva de capital é, não apenas insuficiente, como cada vez mais insuficiente (RANGEL, 1963, p. 39).

Além de explicitar as problemáticas da questão agrária no que diz respeito à sustentabilidade processo de acumulação de capital, Rangel evidenciou o papel fundamental da questão agrária na forma como se desenrolou o processo de urbanização brasileiro. Em seu artigo de 1986: *“Crise agrária e Metrópole”*, Rangel muito bem relacionou as duas questões enfatizando que o ritmo acelerado do processo de urbanização brasileiro decorre do processo de especialização das atividades agrícolas. Em outras palavras, as inovações tecnológicas introduzidas no campo especializaram diversos ramos da agricultura e reduziram o espaço para a produção de autoconsumo e outras atividades não diretamente relacionadas à produção agrícola dentro do latifúndio, crescentemente suplantados por uma monocultura tecnicamente avançada. Assim, reduzida a demanda por trabalho na agricultura e não havendo políticas de distribuição de terras, o excesso de população rural se transforma em excesso de população urbana via êxodo rural e tende a comprimir o nível de salários industriais:

É desse desinteresse da nova empresa agrícola pelo trabalho de alguns membros da família camponesa e por parte do tempo de trabalho dos outros membros – sem que isso comprometa a oferta de bens agrícolas ao mercado, em vista do

aumento da produtividade do trabalho por ela utilizado – que está na raiz do processo do êxodo rural e, portanto da urbanização acelerada (RANGEL, 2005, v.2, p. 151).

Em suma, ainda que Rangel reconhecesse todas as dificuldades políticas e econômicas para que fossem implantadas as medidas necessárias para a superação da questão agrária (inclusive as que não se chocavam frontalmente com o latifúndio), sua obra deixa clara a profunda relação da questão agrária com as debilidades estruturais do capitalismo brasileiro, e tem alcance explicativo bastante atual ao tratar de problemas como a especialização das atividades agrícolas e seus impactos no processo de urbanização, cujos impactos se fazem sentir no cotidiano das cidades e do mercado de trabalho.

1.5.6 O debate sobre a questão agrária e o caso do Centro-Oeste até a década de 1980

As análises acima descritas foram produzidas em período cronológico anterior ao processo histórico descrito nas seções 1.2 e 1.3 e qualificado como “incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro”. Ainda assim, a maior parte delas têm significativo alcance interpretativo a respeito das transformações da agricultura brasileira no contexto da industrialização e disseminação de inovações tecnológicas no campo, e podem trazer categorias importantes para a análise da incorporação dessa região ao espaço econômico nacional com base na agropecuária.

Alberto Passos Guimarães creditou os problemas do campo brasileiro à suposta presença de elementos feudais, principalmente no que diz respeito ao latifúndio e às formas de exploração da mão de obra. Essa tese mostrou-se equivocada, tendo em vista a inexistência dos principais elementos característicos do feudalismo na agricultura brasileira. Seu caráter mercantil e sua conexão com a expansão comercial europeia e com o nascimento do capitalismo estão evidentes até mesmo na utilização de uma forma não capitalista de trabalho, a escravidão, como ponto de apoio para a acumulação primitiva de capital na Europa, tese defendida por Novais (1979).

Em que pese a inaplicabilidade da tese do feudalismo como a forma mais adequada para compreender a questão agrária brasileira, Alberto Passos Guimarães percebeu a aproximação entre a burguesia urbana e as oligarquias latifundiárias do campo como fenômeno de alteração da questão agrária. Alberto Passos Guimarães enfrentou a tese dominante do PCB segundo a qual a resolução da questão agrária passaria por uma aliança entre proletariado e burguesia no

sentido de uma revolução burguesa, etapa necessária para a superação do passado colonial feudal e para a construção do socialismo. De fato, a aliança entre latifúndio e burguesia consolidou-se, dando origem ao processo chamado de modernização conservadora da agricultura, já descrito na seção 1.4. No caso do Centro-Oeste, região incorporada ao capitalismo brasileiro através da agropecuária capitalista moderna, ela apresentou uma faceta específica, tendo em vista que o latifúndio já nasceu capitalista e as figuras do burguês urbano e do latifundiário, muitas vezes, se fundem, até mesmo na mesma pessoa física ou jurídica. Seus interesses estão profundamente ligados, haja vista a profunda conexão intersetorial entre indústria e agricultura nas várias etapas do processo produtivo.

Ao construir a conexão entre o sistema de *plantation* colonial e o capitalismo através do sentido da colonização e, ao evidenciar que, no campo brasileiro, não vigoravam relações feudais de produção, Caio Prado Júnior deu um salto qualitativo para a análise da questão agrária. Para ele, não havia no campo brasileiro resquícios feudais, mas um capitalismo rudimentar.

(...) temos capitalismo, seja embora um capitalismo rudimentar, incipiente e de baixo nível tecnológico e de desenvolvimento, como se dá generalizadamente e com poucas exceções, na agropecuária brasileira (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 156).

Essa contribuição não se restringe somente à abordagem teórica, mas se estende também à compreensão de várias das ocorrências históricas relacionadas ao campo e à história do Brasil. Ao evidenciar que a ausência de uma legislação trabalhista efetiva contribui para a “miséria moral e material” dos trabalhadores do campo e reduz os custos de produção no campo, Caio Prado Júnior demonstra uma das raízes explicativas dos maus indicadores sociais e da pobreza presentes no campo brasileiro. Sua análise se mantém atual, tendo em vista a taxa de precariedade nas relações de trabalho³² ter atingido 59,4% dos assalariados rurais brasileiros em 2013, e 41,2% dos assalariados rurais do Centro-Oeste no mesmo ano (DIEESE, 2014, p. 12).

Caio Prado Júnior destacou também as rudimentares técnicas utilizadas pela agricultura brasileira que, em muitos casos, só eram viáveis economicamente através de intensa exploração dos trabalhadores. Assim, a elevação dos rendimentos e das condições de vida do trabalhador faria crescer os custos da produção, de modo que seriam estimuladas as inovações tecnológicas do capitalismo no campo com o intuito de aumentar a produtividade e compensar os maiores

³² Neste estudo, foi considerado o total de trabalhadores sem registro em carteira de trabalho em relação ao total de empregados, o que, grosso modo, pode ser chamado de taxa de informalidade (ou taxa de ilegalidade)

custos com o trabalho. Assim, os aumentos salariais, juntamente com o aumento da oferta de terras para aqueles trabalhadores que possam cultivá-la romperiam com a debilidade das forças produtivas no campo, diminuiriam a migração rumo às cidades e melhorariam o patamar de remuneração e de vida do trabalhador rural e do trabalhador brasileiro em geral.

No entanto, observou-se que o progresso tecnológico disseminou-se amplamente na fronteira agrícola sem que a concentração fundiária ou a baixa remuneração do trabalho rural tenham representado qualquer obstáculo para seu avanço. Na prática, no processo de modernização conservadora da agropecuária, o progresso tecnológico foi um fator de expulsão de trabalhadores do campo, bem como da concentração fundiária crescente, tendo em vista seu alto custo e sua melhor adaptação às grandes propriedades.

O alcance explicativo da obra de Caio Prado Júnior pode ser utilizado para analisar também o pacto de classes estruturado a partir da incorporação da região Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro analisado na seção 1.5., que consolidou na região uma burguesia agrária local de caráter estritamente capitalista.

E assim nada autoriza se parar e muito menos extremar e isolar na estrutura socioeconômica brasileira, uma classe característica e bem diferenciada de “latifundiários” contrastantes com a burguesia e ligada a relações de produção de natureza distinta e específica. Trata-se num e noutro caso de igual categoria social, e no mais das vezes até dos mesmos indivíduos, homens de negócios que aplicam seus recursos e iniciativas tanto em empreendimentos agropecuários como em outros setores, ao sabor unicamente das oportunidades ensejadas e lucratividade esperada (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 168).

No caso do Centro-Oeste, essa burguesia agrária ganhou corpo alinhada aos capitais multinacionais e ao Estado nacional num projeto de desenvolvimento regional cuja tônica é dada a partir de necessidades “externas”: exportações e fornecimento de gêneros alimentícios e matérias primas para os centros urbano industriais do Sul e do Sudeste do Brasil.

Celso Furtado destacou a questão do trato rudimentar com a natureza e os recursos naturais, destacando-o como um dos fatores de constante busca pela fronteira agrícola. A utilização inadequada dos solos como “descartáveis” demandaria, segundo ele, a constante busca por novas terras e a expansão contínua da fronteira agrícola. Essa característica estaria ligada à concentração fundiária e à disponibilidade de terras, criando um cenário desfavorável à adoção de práticas modernas.

Novamente, o caso do Centro-Oeste é desafiador, tendo em vista o já mencionado elevado grau tecnológico da agricultura desenvolvida na maior parte de suas terras, em especial a cultura de soja, cuja adaptação à região só foi possível graças a um considerável aparato

tecnológico desenvolvido, em grande parte, pela EMBRAPA, sem que o latifúndio fosse obstáculo para tal.

Para Furtado, o enfrentamento da questão agrária deveria ser tema prioritário para o desenvolvimento do Brasil. Isso porque resolver essa questão significaria melhorar o mercado de trabalho rural e urbano através do maior acesso à terra por parte dos trabalhadores, o que tenderia a aumentar o nível dos salários, fortalecendo o mercado interno e criando novos nichos de investimento e consumo dentro do Brasil. O fato é que o padrão de desenvolvimento da agropecuária e da economia brasileiras foi na contramão daquele sugerido por Furtado. No seu entender, a reforma agrária, com a consequente melhora no nível de salários, possibilitaria que a modernização da agricultura fosse mais ampla, abarcando também as relações sociais no campo, não estando restrita somente ao aumento da produtividade dos fatores como ocorreu no Brasil.

Vale ressaltar aqui que o caso do Centro-Oeste mostra que o aumento da produção e da produtividade agrícola baseadas no expressivo aumento dos padrões tecnológicos da agricultura também dinamizaram o mercado interno e o setor agroindustrial, através do surgimento de diversas atividades especializadas em torno da agropecuária, sem que tenha ocorrido o enfrentamento da questão agrária. Não estava no horizonte de Caio Prado ou Celso Furtado o fato de o Estado Nacional, através da EMBRAPA, ter desenvolvido inovações tecnológicas capazes de colocar o Brasil como um dos maiores exportadores de soja do mundo, incorporando grandes porções do território à fronteira e colocando a questão agrária brasileira em novos patamares de complexidade analítica do ponto de vista econômico e social

Além de ressaltar o já comentado papel do setor agrícola como regulador da oferta da mão de obra, Ignácio Rangel trata de dois temas bastante relevantes no que diz respeito ao processo de incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro: os oligopólios comerciais e industriais que atuam na compra dos gêneros agrícolas e a questão do arcaico e do moderno na fronteira agrícola.

Em relação às condições oligopolísticas em que atuam os capitais comerciais e industriais no setor agrícola brasileiro, apontadas por Rangel, vale notar que o setor de defensivos agrícolas (herbicidas, fungicidas e inseticidas), por exemplo, está oligopolizado por cerca de sete corporações multinacionais: Syngenta (Suíça), Dupont (Estados Unidos), Dow Chemical (Estados Unidos), Bayer (Alemanha), Novartis (Suíça), Basf (Alemanha) e Milenia (Holanda/Israel). No setor de esmagamento e processamento de grãos, além da Cargill, que é a maior esmagadora de soja do Brasil, atuam Bunge, Monsanto, Dreyfus, ADM, Grupo André Maggi, a Caramuru Alimentos, a Brejeiro, a Granol e cooperativas de produtores.

Observa-se que tanto no setor de defensivos agrícolas, como no setor de esmagamento de grãos, setor que inclui a soja, não passam de dez o número de empresas que controlam esses mercados, o que lhes confere grande poder na formação de preços dos alimentos e, logo, influência sobre os índices de inflação. Destaca-se aqui o agravante de a maioria dessas empresas não serem brasileiras, apesar de a burguesia nacional ter seu espaço na agroindústria alimentar e controlar empreendimentos importantes do ramo, como o Grupo Andre Maggi.

No tocante à coexistência do arcaico e do moderno no setor de fronteira agrícola, a obra de Ignácio Rangel fornece um modelo interpretativo bastante interessante para o caso do Centro-Oeste. A região foi incorporada de fato ao capitalismo brasileiro durante o regime militar, que segundo o autor, deu continuidade à terceira dualidade, nascida do terceiro ciclo de Kondratiev³³. Apesar da inegável aliança entre capital agroindustrial e latifúndio, que permeou a incorporação da região do capitalismo brasileiro, Rangel observou justamente na fronteira agrícola o surgimento do capitalismo agrícola, dissidência “progressista” do latifúndio semifeudal que, junto com o capital industrial comandaria a próxima dualidade. Isso porque, segundo ele: “A condição *nulle terre sans seigneur*, sem a qual não pode substituir feudalismo algum, está deixando de cumprir-se, por força da incorporação do cerrado, da hileia, da caatinga, e mesmo do pampa” (RANGEL, 2005, v. 1, p. 696).

Essa tese torna-se bastante atual, quando se leva em consideração que a emergência de lideranças políticas e econômicas ligada ao setor de grãos do Centro-Oeste, como Kátia Abreu, ministra da agricultura entre 2015 e 2016, Ronaldo Caiado, Blairo Maggi, senadores da república, bem como a emergência de alguns grupos agroindustriais importantes da região, como o Andre Maggi e Caramuru Alimentos foram um dos principais fatos da vida nacional no final do século XX e início do século XXI.

Todavia, cabe ressaltar que apesar de reconhecer algo de “progressista” nessa dissidência do latifúndio rural, Rangel mostrou que o processo de modernização do campo gerou um intenso êxodo rural, sem que essa dissidência dê qualquer sinalização de apoio a medidas que visem facilitar o acesso à terra ou melhorar as condições do mercado de trabalho rural. Essa

³³ O economista russo Nicolai Dimitrievich Kondratiev criou a teoria dos ciclos longos, segundo a qual a economia repete ciclos divididos entre fases ascendentes (A) e descendentes (B) a cada 40 ou 60 anos. Ignácio Rangel trabalha com a ideia de uma sequência de dualidades de forças políticas que comandam o Estado brasileiro, cuja ascensão se dá fase B dos ciclos de Kondratiev. A cada dualidade, uma classe da dualidade anterior permanece como classe dominante, e há a ascensão de uma nova classe, que tende a ser dominante na dualidade seguinte. São elas: Senhores de escravo e capital comercial, entre 1815 e 1873, Nova classe de latifundiários feudais e capital comercial entre 1873 e 1921, e Capitalistas Industriais e latifundiários rurais de 1921 a 1980. A última dualidade analisada por ele durou mais porque, segundo Rangel, a ditadura militar foi “(...) uma tentativa, muito bem sucedida, de sustentação do velho regime feudal burguês, caracterizado, não será demasiado dizê-lo, pela hegemonia do latifúndio semifeudal” (RANGEL, 1985, p. 696).

dicotomia evidencia que o viés “progressista” dessa burguesia agrária se restringe aos avanços tecnológicos, combinados com a manutenção dos fatores que comprimem os salários e o espaço para as demandas dos assalariados rurais, garantindo o aumento crescente da mais-valia no campo.

A transformação da base produtiva da agropecuária ocorrida no Centro-Oeste entre 1960 e 1980 aponta para uma complementaridade da economia da região em relação à economia urbano-industrial do Sudeste, evidenciada pelo fato de a pecuária de corte e de leite, e a produção intensiva de milho e soja terem se tornado sistemas produtivos amplamente voltados à produção de matérias primas para indústrias que, em sua maioria, não estão enraizadas no Centro-Oeste. Essa distorção reflete que, nesse período, foram lançadas as bases de uma divisão do espaço nacional entre os “espaços inteligentes”³⁴ e os “espaços opacos”, ou regiões do mandar e do fazer, fruto de uma divisão regional do trabalho que determinou novas hierarquias entre as regiões dentro do país e, conforme será analisado nos capítulos 3 e 4, a nível global. Nessa hierarquia, a autonomia e a posição de um núcleo urbano é definida a partir da intensidade da presença do meio técnico científico, determinante para a produção daquele espaço enquanto “espaço inteligente”.

Segundo Motta e Ajara (2001, p. 12), até 2000, a classificação da rede urbana brasileira consistia em seis categorias: Metrópoles Globais, Nacionais e Regionais; Centros Regionais; e Centros Sub-Regionais 1 e 2. A rede urbana nacional compreende o conjunto de centros urbanos que polarizam o território e os fluxos de pessoas, bens e serviços que se estabelecem entre eles e as áreas rurais. Entre os centros urbanos, estabelecem-se relações dinâmicas de diferentes magnitudes e graus de subordinação.

O estudo aponta que São Paulo e Rio de Janeiro cumprem o papel de metrópoles globais, as únicas no Brasil. Já Brasília é a única metrópole nacional da região Centro-Oeste, que também só conta com uma metrópole regional: Goiânia. Cuiabá e Campo Grande figuram como os dois únicos centros regionais. Além disso, aparecem apenas quatro centros urbanos que podem ser classificados como Centros Sub-Regionais: Dourados (MS), Anápolis (GO) e Rio Verde (GO) como centros sub-regionais 1, e Rondonópolis (MT) como centro sub-regional 2. Isso significa dizer que, dos 111 centros urbanos que comandavam a rede urbana brasileira em

³⁴ Segundo (SANTOS, 1993, p. 51) “existe uma oposição entre espaços inteligentes, racionais, e espaços opacos, não racionais ou incompletamente racionais, comandando uma nova divisão regional do país e determinando novas hierarquias: entre regiões com grande conteúdo em saber (nos objetos, nas instituições e empresas, nas pessoas) e regiões desprovidas dessa qualidade fundamental em nossa época; entre regiões do mandar e regiões do fazer”.

1999, apenas 8 estavam localizados na região Centro-Oeste, apesar de sua elevada taxa de urbanização que, em 1996, chegou a 84,4%, segundo o IBGE.

Dispondo somente de serviços básicos, a maior parte das localidades urbanas da região limitava-se à função de reservatório de mão de obra rural e é incapaz de atender às necessidades mais especializadas de seu entorno agrícola e de sua população, que acabam tendo que recorrer aos centros de médio e grande porte quando necessário. Conforme será analisado em detalhes no capítulo 4, ao longo dos anos 2000, esse cenário não mudou substancialmente, apesar do crescimento do número de núcleos urbanos e da quantidade de cidades médias relacionado à expansão da soja.

(...) cidades locais evoluíram como pontos de ligação entre a produção regional e os mercados extra-regionais. Beneficiam-se dessa inserção da região numa divisão espacial do trabalho, mas não se tornaram locais de produção e não acumularam capital. O comércio e os serviços foram sempre as atividades que lhes asseguraram o dinamismo. Com a concorrência de outros centros mais equipados e não sendo atrativas para novos investimentos, não têm condições para servir a região quando ela se moderniza (FERREIRA, 1987, p. 14).

A análise do debate acerca da questão agrária brasileira mostra que, em linhas gerais, os autores estudados compartilham da preocupação em relação à questão dos trabalhadores rurais, ao processo de expulsão desse contingente para as cidades e dos impactos desse movimento no mercado de trabalho, nas condições de vida, na remuneração média, bem como os reflexos desses fenômenos no desenvolvimento industrial, nos fluxos de renda da economia, na inflação e na oferta de alimentos. Por diferentes caminhos, apontam para correlação entre concentração fundiária, êxodo rural e pobreza no campo, evidenciando essa que é umas das questões por eles consideradas cruciais para a o desenvolvimento econômico e para um projeto de Nação.

Nota-se que a análise do caso do Centro-Oeste, principal objeto de estudo deste capítulo, traz à tona o fato de o modelo de desenvolvimento brasileiro não corresponder ao modelo baseado no fortalecimento do mercado interno defendido pela maior parte desses autores. No caso de Celso Furtado, assim como no de Caio Prado Júnior, deve-se ressaltar que suas obras foram produzidas em período cronológico anterior à “Revolução Verde” e à consolidação do processo de modernização conservadora no campo, de modo que, em suas análises, esses autores não poderiam prever o acelerado processo de inovações tecnológicas desencadeados pela “Revolução” ou supor que a melhoria tecnológica da agricultura brasileira teria papel decisivo do Estado, que, comandado por um regime autoritário, induziu e incentivou o progresso técnico através da EMBRAPA.

A incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro representou justamente o avanço de modelos de desenvolvimento e de economia agrícola bastante diferentes daqueles defendidos pela maior parte desses pensadores: forte presença de capitais multinacionais, agricultura com forte viés exportador, elevado grau de modernização tecnológica e elevação da produção e da produtividade sem transformação nas relações sociais de produção e o enfrentamento da concentração da propriedade agrária. Ainda assim, guardadas as devidas proporções, a análise crítica dessa nova etapa do campo brasileiro pode ser pensada a partir de muitas das categorias desses pensadores tendo em vista sua qualidade e alcance interpretativo, capazes de levar a questões atuais, bem como a muitas de suas origens históricas.

Levantado o debate da questão agrária travado ao longo do século XX, período no qual ocorreu processo de histórico aqui qualificado como “incorporação subordinada do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro”, vale esclarecer que se trata do período anterior ao principal intervalo de tempo analisado por esta tese, compreendido entre as décadas de 1980 e 2000. Nesse período, observaram-se mudanças expressivas a nível global, nacional e regional que deram nova tônica não só à atividade agrícola, mas também a toda a dinâmica socioeconômica e espacial do território do Centro-Oeste.

Ainda que todo o processo estudado entre 1960 e 1980 tenha tido papel de central relevância na forma e conteúdo da dinâmica posterior, as mudanças colocadas a partir da “mundialização do capital” e seus rebatimentos na agricultura, na sociedade e no espaço tornam necessária uma investigação histórica e factual ampla, bem como uma requalificação da compreensão do processo histórico e da realidade. Para tanto, é essencial a utilização das categorias analíticas de Milton Santos. Este esforço, que será empreendido no capítulo 4, leva em conta que o avanço da soja marcou o início de um processo de articulação entre o espaço mato-grossense e as economias nacional e mundial por meio do chamado “agronegócio”.

Esse modelo de agricultura, baseado no crescente caráter industrial da produção agrícola, se difunde com base no chamado meio técnico-científico informacional e vem interiorizando o processo de urbanização. A noção de “urbanização do campo” desenvolvida por Santos (2006, p. 171) é essencial para a compreensão da expansão da soja pelo Centro-Oeste brasileiro, tendo em vista que define não só um processo de mudança nas relações sociais, mas também do conteúdo material do território. No novo contexto do capitalismo mundializado, as cidades ganharam um novo papel na acumulação de capital na agricultura, redefinindo a densidade e a constituição do território através da produção espacial de “regiões produtivas do agronegócio”. A compreensão e análise crítica desses processos se dedicam os próximos capítulos.

2 A CONSOLIDAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA NO CENTRO-OESTE (E ALÉM DO CENTRO-OESTE): ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

No capítulo 1, foi visto que, no período abrangido entre as décadas de 1960 e 1980, em especial no período 1965-1985, ocorreram transformações significativas no campo e na região Centro-Oeste do Brasil. Através do desenvolvimento de sementes de período juvenil longo e da adaptação dos solos do Cerrado para o cultivo da soja abriu-se a possibilidade de exploração econômica de um vasto território, acelerando assim o avanço da fronteira agrícola e da frente pioneira. A partir dos anos 1990, o complexo agroindustrial da soja se consolidou e adquiriu grande destaque nacional e internacional, bem como importância decisiva na balança comercial e na formulação de diversas políticas públicas setoriais.

Neste capítulo, será detalhada e analisada a expansão da soja pelos territórios da região Centro-Oeste e da região conhecida como MATOPIBA, que compreende as áreas de cerrado dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. Feita essa análise, será discutida a ascensão chinesa no comércio internacional e seu impacto no mercado da soja e no comércio exterior brasileiro. Na sequência será feita uma análise das políticas públicas voltadas para o setor agrícola, com enfoque para a sojicultura e para a região Centro-Oeste, objetos principais de estudo deste trabalho. Encerrando este capítulo, serão tratadas a presença e a influência do agronegócio e do setor da soja na agenda e no poder político nacional, bem como sua penetração nos poderes Executivo e Legislativo Federal, tendo em vista sua pujança, poder econômico e capacidade de mobilização e construção ideológica.

2.1 A EXPANSÃO DA SOJA NO BRASIL

Datam do início do século XX os primeiros registros da entrada da soja no Brasil. A semente foi trazida por imigrantes japoneses para cultivo em hortas domésticas com o intuito de fabricarem Tofu, Misso e Shoyo. A partir da primeira década do século 20, há registros de plantações nos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Em 1914, merece destaque o nome do agrônomo norte-americano E.C. Craig como o introdutor da soja em experimentos realizados na Escola Superior de Agronomia Veterinária de Porto Alegre (HASSE, 1996, p.9).

Como reflexo do grande esforço de pesquisa realizado nos Estados Unidos, onde a soja passou a ter seu valor proteico reconhecido já no final do século XIX, a experimentação com o grão se disseminou por alguns pontos do Brasil. Vale destacar o cultivo de sementes norte-americanas nas estações experimentais do Ministério da Agricultura em São Simão, na região do rio Mogi Guaçu e Piracicaba, no estado de São Paulo; em Lavras e Viçosa, no estado de Minas; Rio de Janeiro; e Pelotas e Veronópolis, no Rio Grande do Sul. No interior de São Paulo, o agrônomo Neme Abdo Neme, do IAC, buscou articular esforços com as fazendas de café, especialmente naquelas onde era mais forte a presença de japoneses, no intuito de disseminar o plantio do grão (HASSE, 1996, p. 12).

Na década de 40, a soja passou a ser considerada uma oleaginosa nos Estados Unidos e também no Brasil, mas ainda assim continuava sendo majoritariamente cultivada apenas como um grão exótico. Não obstante, no ano de 1941, a soja apareceu pela primeira vez nas estatísticas agrícolas do estado do Rio Grande do Sul, com área cultivada de 640 hectares e produção de 450 toneladas e, durante a II Guerra Mundial, já começou a ser vendida às indústrias fabricantes de óleo vegetal (ABIOVE, 2016).

Em 1950, desembarcou em Porto Alegre Deh Chen Chang, ex-diretor industrial da *China Vegetable Oil Corporation*, uma das maiores fábricas de óleo vegetal do mundo. No Rio Grande do Sul, fundou a Indubras (Indústria Brasileira de Soja). Chang trouxe para o Brasil uma nova tecnologia de extração de óleo: no lugar da prensagem, um solvente químico desenvolvido nos anos 30 e que já era utilizado na China. Com essa tecnologia o rendimento do grão da soja para produção de óleo passou de 12% para 17%, e em 1951, a Indubras lançou o óleo de soja *Santa Rosa*.

Figura 1: Lata do óleo Santa Rosa

Fonte: ABIOVE (2016)

No mesmo ano, o preço médio da exportação brasileira de soja ultrapassou a marca dos US\$ 100 por tonelada de grão. A produção se dava principalmente na cidade de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul. Não obstante, também em 1951, a soja tornou-se objeto de uma parceria entre a pesquisa agrônômica e o fomento industrial, envolvendo de um lado o Instituto Agrônômico de Campinas, no estado de São Paulo e, de outro lado, as indústrias processadoras de óleos de algodão e de amendoim. Sob a liderança de Anderson Clayton, que doou Cr\$ 100 mil ao fundo de pesquisa do IAC, foi instituída em 1951 a Campanha da Soja, através da qual os agrônomos da Secretaria da Agricultura deveriam orientar os produtores no cultivo da soja, com garantia de compra da produção oferecida pelo antigo Sindicato da Indústria de Azeites e Óleos do estado de São Paulo (HASSE, 1996, p. 20).

Apesar dessa iniciativa ter marcado o início de uma incipiente expansão da soja por outras partes do território que não o Rio Grande do Sul, foi somente na década de 1960 que o Brasil passou a produzir soja em grande escala e a investir de fato nessa produção. Isso se deve a três fatores principais: a decadência da produção e da comercialização do café, nessa altura ainda o principal produto de exportação do Brasil em um cenário em que se buscava diversificar a pauta

de exportações para garantir o sucesso do projeto de industrialização nacional; a viabilidade de se plantar soja durante o verão, em rotação com o trigo no sul do Brasil; e o aumento da produção de suínos e aves ocorrido nos anos de 1960 para abastecimento da crescente população urbana, fator que impulsionou o consumo de farelo de soja para alimentação dos rebanhos (VASCONCELOS, 1994, p.9).

Nesse contexto, a produção se expandiu rapidamente pela região Sul do país. Em Santa Catarina, onde a introdução da soja foi feita por agricultores oriundos do Rio Grande do Sul no início dos anos de 1930, a produção alcançou 31 toneladas na safra 1951/52. Vale notar, todavia, que a produção de soja foi mais bem-sucedida no Rio Grande do Sul e no Paraná. Isso se deve a características específicas do campo catarinense, que o tornam pouco adaptável à soja: relevo sinuoso e predominância de pequenas propriedades, ambos inadequados para uma cultura com elevada mecanização. Além disso, a consolidada produção de milho para alimentação de suínos não abriu espaço para a produção da oleaginosa nesse Estado (BONATO e BONATO, 1987, p.16).

No Paraná, onde a cultura de soja é mais compatível com o relevo e o tamanho das propriedades, a produção se consolidou, levando o Estado à categoria de maior produtor nacional entre as safras de 1984/85 e 1999/2000 e à vice-liderança na produção do grão a partir de então. Os primeiros registros históricos da soja no estado são de 1936, quando agricultores gaúchos e catarinenses começaram a se fixar nas regiões oeste e sudeste, onde há grande presença de criações de suínos (BONATO e BONATO, 1987, p. 20). Não obstante, a tendência de aumento da produção de soja se consolidou durante a década de 1970, impulsionada por um aumento mundial de preços da soja³⁵, que levou a uma rápida expansão da cultura da soja em antigas fazendas de café no oeste do Estado.

Essa tendência foi impulsionada pelos efeitos do aumento dos preços internacionais do petróleo em 1973, que reforçou a necessidade de obtenção de divisas estrangeiras via exportações e fez com que o governo federal viesse a investir em novas tecnologias de produção e adaptação de solos e sementes. Dada a alta internacional dos preços da soja e a crescente demanda mundial pelo grão para a fabricação de óleos e rações para animais, os governos

³⁵ Entre os anos de 1972 e 1973, o fenômeno El Niño comprometeu a pesca de anchovas, matéria prima para a fabricação de farelo de peixe, amplamente utilizado pela indústria de rações no mundo todo naquela altura. Nessa mesma época, uma forte seca impactou negativamente a produção agrícola na África Central, região produtora de amendoim, também utilizado na fabricação de rações. Com essas duas crises, o farelo de soja passou a ser usado como fonte de proteína alternativa para avicultura e para suinocultura das nações industrializadas. Na safra 1972/73, o preço médio mundial de soja subiu 81%, e o do farelo de soja subiu 105%. Em razão desse aumento, no ano de 1973, o governo americano, restringiu as exportações de soja e seus derivados na tentativa de assegurar o abastecimento de seu mercado interno (CAMPOS, 2010, p. 14).

militares optaram por favorecer sua inserção competitiva no mercado internacional através dos diversos incentivos creditícios, tributários e tecnológicos descritos no capítulo 1 deste trabalho.

Os gráficos 1 e 2 revelam que a produção nacional de soja apresentou tendência constante de crescimento desde 1976/1977, mas que a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000 se iniciou um rápido aumento tanto da produção como da área plantada. As marcações das setas vermelhas mostram que, a partir do ano 2000 até 2010, a produção brasileira de soja mais que dobrou e a área plantada passou de cerca de 15 milhões para cerca de 25 milhões de hectares, um crescimento de mais de 65%. Esse forte crescimento nos anos 2000 se deve, em grande parte, ao rápido crescimento econômico da China nesse período e seus impactos no mercado internacional de *commodities*, conforme será descrito na seção 3.2.

Gráfico 1: Evolução da produção brasileira de soja em mil de ton.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da CONAB (2016)

Vale notar que a expansão extensiva observada no gráfico 1 é um traço bastante marcante da agricultura brasileira desde o período colonial. Contudo, deve-se ressaltar que, naquele período, a característica itinerante da agropecuária brasileira era consequência do regime de águas, do esgotamento dos recursos naturais e da facilidade ou dificuldade dada pela distância dos mercados consumidores. Na atualidade, o deslocamento se dá em razão do ritmo de “produção de novos espaços” agricultáveis, dado pela valorização das terras e pela necessidade de ampliar a produção. Nesse contexto, a expansão recente das monoculturas de soja no país, apontadas pelo Gráfico 2, apesar de poder ser considerada itinerante em decorrência da expansão via incorporação de novas áreas, não se assemelha ao modelo do passado, determinado pelo esgotamento dos recursos naturais e da capacidade dos solos, haja vista os avanços tecnológicos que possibilitaram o crescimento da produtividade observada no Gráfico 3. Trata-se de uma expansão itinerante que se dá em razão da produção de novos espaços

como “regiões produtivas do agronegócio” com o objetivo de ampliar a produção sem que necessariamente tenha havido o abandono de áreas antigas pelo esgotamento da capacidade dos solos (CORREA, 2013, p. 12).

Gráfico 2: Aumento da área plantada de soja no Brasil (em mil de ha)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da CONAB (2016)

A produtividade da soja apresentou aumento expressivo em todas as regiões onde é produzida, tendo passado de uma média de 1500 kg/ha para 3000 kg/ha entre 1980 e 2010 conforme gráfico 3. No mesmo gráfico, merece destaque o fato de a região Nordeste, onde a produção de soja se iniciou em período mais recente, ter a maior produtividade em quilos por hectare de terra entre todas as regiões. O sucesso da soja na região Nordeste se deve basicamente à boa adaptação da soja aos solos do MATOPIBA, onde o bioma predominante é a caatinga. Ricos em nutrientes e onde as temperaturas baixam à noite, esses solos permitiram índices de produtividade que chegaram a 5 mil kg por hectare em algumas regiões, e ao regime de chuvas da região, no qual a estação chuvosa é o inverno, o que abre um espaço para a região suprir a demanda por soja fora do período de safras do Centro-Oeste e do Sul (EMBRAPA, 2015, não paginado).

Gráfico 3: Produtividade da soja por região brasileira (em kg/ha)

Fonte: CONAB (2006)

A análise dos gráficos 1,2 e 3 revela que principal razão do grande crescimento da produção de soja no Brasil, quase 800% entre 1977 e 2010 foi fruto principalmente da expansão extensiva das lavouras. Esse crescimento se deu principalmente na fronteira agrícola do Cerrado e, em menor proporção, da Amazônia, biomas que, graças às políticas de adaptação de solos e sementes promovidas pela EMBRAPA e analisadas no capítulo 1, passaram a abrigar o expressivo aumento da área plantada de soja no Brasil. Conforme Gráfico 2, nota-se que a área plantada de soja no Brasil aumentou rapidamente em um intervalo de menos de 35 anos. Entre o ano agrícola³⁶ 1976/77 e o ano agrícola 2010/2011, a área plantada saltou de 6.949.000 hectares para 24.181.000 hectares, aumento de 248%.

Vale notar que essa tendência de crescimento extensivo da agropecuária brasileira foi bastante debatida por Celso Furtado em várias de suas obras, conforme destacado no capítulo 1. O padrão itinerante da agricultura brasileira que, segundo Furtado, é fator importante na formação e no subdesenvolvimento da economia brasileira desde o período colonial sofreu alterações em razão dos avanços tecnológicos e do contexto histórico e socioeconômico, principalmente a partir da consolidação do CAI nas décadas de 1960/70, mas manteve um

³⁶ O ano agrícola, diferentemente do ano civil tem início no mês de agosto e término no mês de julho. No caso da soja, o ano agrícola compreende geralmente o período entre setembro e maio, sendo os meses de setembro a janeiro para o plantio e de janeiro a maio para a colheita (MAPA, 2016).

padrão de aumento da produção em decorrência principalmente da expansão territorial das lavouras.

O grande crescimento da produção de soja nos anos 2000 apontada pelo Gráfico 1 significou que do Valor Bruto de Produção³⁷ (VBP) da soja saltou de R\$ 23,9 bilhões para 57,2 bilhões entre 1994 e 2010, conforme tabela 15. A tabela mostra também que participação do VBP da soja no VBP de todas as lavouras brasileiras saltou de 15,16% para 25,98% no mesmo período, tendo a proporção chegado a 28,92% em 2005. Vale notar que o VBP da soja é o maior VBP entre todos os cultivos e cresceu 139% entre 1994 e 2010, período em que o VBP total das lavouras brasileiras cresceu 60%.

Tabela 15: VBP da Soja em relação ao VBP total das lavouras brasileiras (em milhões de R\$)

Ano	VBP Soja (R\$ mil)	VBP lavouras braseiras (R\$ mil)	% do VBP soja no VBP lavouras
1994	23.966	137.478	17,43%
1999	27.794	147.598	18,83%
2000	28.086	136.143	20,62%
2005	58.253	202.356	28,92%
2006	41.604	171.473	24,26%
2009	58.400	212.092	27,53%
2010	57.213	220.162	25,98%

Fonte: MAPA (2016)

O incremento do valor de produção da soja apontado pela tabela 15 teve impactos no mercado de trabalho do setor primário³⁸. Entre 1994 e 2010, os estabelecimentos cadastrados na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) como de cultivo de soja³⁹ saltaram de 2.023 para 20.527, aumento de 914%. Além disso, os empregos formais gerados por esse tipo de estabelecimento aumentaram 1358%, e sua participação no total de empregos formais do setor primário saiu de 0,59% para 6,18%, conforme tabela 16.

³⁷ Segundo o MAPA (2016), o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) tem como objetivo mensurar a evolução do desempenho das lavouras e da pecuária e corresponde ao faturamento bruto dentro do estabelecimento. Seu valor é calculado a partir da produção da safra agrícola e dos preços recebidos pelos produtores nas principais praças do país. O levantamento mensal do MAPA abrange 21 produtos agrícolas e, a partir de 2000, passou a incluir 5 categorias de gêneros pecuários. Para o cálculo do valor real da produção é descontada a inflação obtida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

³⁸ Empregos dos setores da Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal

³⁹ Categoria CNAE 1.0, Classe – 0115-5 Cultivo de Soja

Tabela 16: Participação da soja no total de estabelecimentos e empregos do Setor Primário

Ano	Estabelecimentos produtores de soja	Estabelecimentos do Setor Primário	%	Empregos no Cultivo de Soja	Empregos no Setor Primário	%
1994	2.023	185.096	1,09%	6.126	1.029.761	0,59%
1999	2.186	245.591	0,89%	8.011	1.052.493	0,76%
2000	3.389	255.415	1,33%	11.660	1.094.489	1,07%
2005	11.942	304.004	3,93%	48.248	1.354.947	3,56%
2006	19.061	309.508	6,16%	70.457	1.397.117	5,04%
2009	19.654	319.172	6,16%	84.467	1.455.643	5,80%
2010	20.527	323.756	6,34%	89.351	1.445.433	6,18%

Fonte: RAIS/MTE (2016); Anholetto e Massuqueti (2013).

Não obstante o expressivo aumento do número de vagas de trabalho com carteira assinada nos estabelecimentos de cultivo de soja no período analisado, vale ressaltar o baixo índice de geração de empregos diretos formais ou informais das lavouras de soja. Em 2006, ano do último Censo Agropecuário⁴⁰, as lavouras brasileiras do grão tinham 419.452 pessoas ocupadas, 18,1 pessoas para cada 1000 hectares plantados. Esse índice é bastante baixo, se comparado, por exemplo ao café, que ocupa 162 pessoas para cada 1000 hectares, ou o milho que ocupa cerca de 70 pessoas na mesma área. Esse índice é ainda menor se forem considerados apenas os empregos formais declarados na RAIS: 3,7 trabalhadores para cada 1000 hectares de soja no ano de 2010 e 3,4 trabalhadores com carteira assinada para a mesma área em 2006, ano do último Censo Agropecuário.

Os dados mostram que o elevado grau de mecanização limita a geração de empregos diretos nas lavouras de soja. Assim, cabe destacar que o maior potencial de empregos do Complexo Soja⁴¹ não se encontra no plantio, mas justamente nos demais elos da cadeia de valor da soja, como a produção de insumos e bens de produção agrícola – sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, colhedadeiras, tratores, implementos químicos – o transporte, o armazenamento, o processamento, a transformação e a comercialização da soja. Conforme será

⁴⁰ A discrepância entre o número de pessoas ocupadas nas lavouras de soja apurado pelo Censo Agropecuário e o número de trabalhadores formais vinculados a estabelecimentos produtores de soja na RAIS/MTE pode ser explicado em virtude de a RAIS não apurar os empregos informais, bem como a mão de obra familiar não remunerada ocupada com o cultivo em estabelecimentos familiares. Essa discrepância decorre do fato de a RAIS/TEM ser declaratória, isto é, os números são levantados a partir de uma base de dados oriunda das declarações das empresas, enquanto que os dados do censo são oriundos de recenseamento, com visitas dos recenseadores às propriedades, nas quais são consideradas pessoas ocupadas não só aquelas com vínculo empregatício e/ou carteira assinada.

⁴¹ O Complexo Soja engloba as seguintes categorias de produtos: soja em grãos, farelo de soja e óleo de soja. Os dois últimos passam por processos industriais de processamento e esmagamento do grão.

discutido no capítulo 3, são em muitos desses elos, em grande parte controlados por empresas multinacionais, que ocorrem a agregação de valor à soja.

2.1.1 A expansão da soja no Centro-Oeste brasileiro

Em 2003, o Brasil alcançou a marca de segundo maior produtor de soja do mundo, atrás apenas dos EUA, e em 2025 deve tornar-se o maior produtor mundial segundo a FAO (2016). Essa trajetória de aumento crescente da produção se iniciou no final da década de 1970 e tem como capítulo principal a expansão da soja na região Centro-Oeste. Conforme foi mostrado no capítulo 1 deste trabalho, a soja se expandiu pelos Cerrados em razão do desenvolvimento de sementes de período juvenil longo e da adequação dos solos do bioma através da adição de componentes químicos e biológicos que o tornam adequado ao cultivo do grão. Essas pesquisas representaram uma ruptura no cultivo da soja no Brasil, expandindo rapidamente a produção pela região Centro-Oeste, inclusive com índices de produtividade ligeiramente superiores aos da região Sul, onde tradicionalmente o grão era cultivado, conforme gráfico 3.

Na safra 1998/99, a região Centro-Oeste passou a concentrar a maior parte da produção e da área plantada de soja no Brasil, superando a região Sul, onde a produção se iniciou no país. Conforme gráfico 4, naquele ano, a região Centro-Oeste passou a produzir 43,41% da soja produzida no Brasil e iniciou um período de crescimento da participação na produção nacional na década seguinte.

Gráfico 4: Participação % das regiões brasileiras na produção nacional de soja em mil de ton.

Fonte: CONAB (2016)

Os dados da área plantada de soja na região Centro-Oeste revelam uma correlação entre a expansão da cultura da soja na região com a ascensão chinesa. Os dados da tabela 17 revelam que a área planta de soja da região Centro-Oeste quase dobrou nos anos 2000, período em que se observou grande aumento das importações de soja pela China e uma inflexão no mercado internacional de *commodities* a partir da ascensão do país à categoria de grande importador mundial, conforme será explicitado na sessão 2.2.

Tabela 17: Crescimento da área de soja nas grandes regiões brasileiras

Região	1980/81	1990/91	Crescimento na década	2000/01	Crescimento na década	2010/11	Crescimento na década	Crescimento em 30 anos
NO	-	6,3	100%	91,7	1356%	645,5	604%	100%
NE	2,4	282,6	11.675%	962,6	241%	1.945,7	102%	80.971%
CO	1.249,0	2.946,2	136%	5.759,5	95%	10.819,4	88%	766%
SE	733,0	972,0	33%	1.172,0	21%	1.636,9	40%	123%
SUL	6.709,0	5.535,4	-17%	5.984,0	8%	9.133,5	53%	36%
TOTAL	8.693,4	9.742,5	12%	13.969,8	43%	24.181,0	73%	178%

Fonte: CONAB (2016)

Essa correlação da expansão da soja na região Centro-Oeste e no Brasil com a ascensão chinesa e seus impactos no mercado mundial das *commodities* é comprovada pelos dados do MDIC sobre as exportações de soja da região Centro-Oeste. Conforme tabela 25, 66,27% das exportações de soja em grão da região tiveram como destino a China no ano de 2010, um crescimento de 957% em relação ao percentual apurado para o ano 2000. A tabela 18 mostra também que o crescimento da participação chinesa nas exportações de soja do Centro-Oeste se deu em ritmo bem mais acelerado que aquele observado nacionalmente no mesmo período. Enquanto a nível nacional essa participação cresceu 318%, chegando a 64,59% de toda a soja em grãos exportada pelo Brasil em 2010, no Centro-Oeste o aumento foi da ordem de 957%, tendo a participação da China no montante exportado chegado a 66,27% no mesmo ano, proporção superior à observada nacionalmente, o que comprova o papel decisivo da ascensão chinesa na alavancagem da expansão da soja pela região.

Tabela 18: Participação percentual da China nas exportações de soja em grão da região Centro-Oeste

	2000	2005	2010	Crescimento na década
Soja Exportada pelo Centro-Oeste	3.900.228.687	13.131.253.257	12.245.839.213	213%
Soja Exportada pelo Centro-Oeste para a China	270.153.106	3.676.984.395	8.115.079.877	2.903%
% da soja do CO que foi para a China	6,93%	28,00%	66,27%	957%
% da soja brasileira que foi para a China	15,41%	32,12%	64,59%	318%

Fonte: ALICEWEB/MDIC (2016)

Não obstante ser a região que mais produziu soja no Brasil em 2010, a região Centro-Oeste concentrava 35 unidades de esmagamento de soja, uma participação de apenas 39% no total de plantas desse tipo espalhadas pelo território nacional, evidenciando que as regiões Sul e Sudeste ainda detêm o maior controle dos processos industriais e dos principais elos de agregação de valor do Complexo Soja, conforme comprovado pelos dados do gráfico 5.

Gráfico 5: Participação das grandes regiões brasileiras na capacidade nacional de esmagamento de soja

Fonte: ABIOVE (2016)

Esse descolamento também fica evidente quando é analisada a composição das exportações do Complexo Soja do Centro-Oeste. Conforme tabela 19, a soja em grão

representou 65,38% do volume e 65,66% do valor das exportações do Complexo Soja da região entre 2000 e 2010, valores superiores aos observados nacionalmente: 59,17% do valor e 59,35% da quantidade.

Tabela 19: Participação das exportações de soja em grão no total das exportações do Complexo Soja do Centro-Oeste

Período	Exportações Complexo Soja	Exportações de Grão de Soja
2000-2010		
Peso (em ton.)	161.375.229	105.513.698
Valor	47.213.403.804	31.001.208.890
	Percentual do Grão no total do valor	65,66%
	Percentual do Grão no total do peso	65,38%

Fonte: ALICEWEB/MDIC (2016)

Os dados da tabela 20 revelam também que a soja produzida no Centro-Oeste tem origem majoritária em propriedades capitalistas empresariais. 96,5% da produção vem de propriedades empresariais e 3,5% de propriedades familiares. A proporção de soja produzida em propriedades familiares no Centro-Oeste é bastante inferior à média nacional, que é de 16%, revelando que o modelo de agropecuária predominante do setor na região é a agricultura empresarial. Os dados do Censo Agropecuário 2006 (último disponível na íntegra até a data de conclusão deste trabalho) revelam também que esse modelo se assenta na grande propriedade, já que o tamanho médio dos estabelecimentos produtores de soja da região é de 501,01 ha e chega a 711 ha se forem levadas em consideração somente as fazendas empresariais. Essa média é bem superior à média nacional das propriedades produtoras de soja: 72,45 ha se levados em conta todos os estabelecimentos e 249 ha se levados em conta os estabelecimentos empresariais.

Tabela 20: Participação da produção familiar na produção de soja da região Centro-Oeste

	MS	MT	GO	DF	TOTAL
Estabelecimentos Familiares	2.351	944	917	7	4.219
Estabelecimentos Empresariais	2.654	2.755	3.235	222	8.866
Total de Estabelecimentos	5.005	3.699	4.152	229	13.085
Área colhida	1.184.788	3.745.557	1.584.381	41.505	6.556.231
Tamanho médio das propriedades	236,72	1.012,59	381,59	181,24	501,05
Produção em ton.	3.046.091	10.659.324	4.389.694	110.373	18.205.482
% da produção em estabelecimentos familiares ⁴²	6%	3%	3%	0%	3,5%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Censo Agropecuário (2006)

A expansão da soja no Brasil pode ser explicada pelos seguintes fatores: os processos de industrialização e urbanização do país, que intensificaram as relações intersetoriais entre indústria e agricultura aumentando a demanda interna pelo grão na indústria alimentícia; uma política planejada do Estado brasileiro de incentivar a exportação do grão; e a ascensão chinesa que ocasionou um aumento extraordinário da demanda mundial por soja, cujos impactos beneficiaram os produtores brasileiros de soja que, em razão do longo histórico de pesquisas tecnológicas, políticas públicas e investimentos na produção do grão, no momento da ascensão, estavam dotados das condições necessárias para expandir sua produção de modo a atender ao aumento da demanda e beneficiar-se dela.

A análise desses processos e dos dados acima revelam que a história da soja no Brasil tem como capítulo decisivo sua expansão pela região Centro-Oeste. A partir da década de 1980, a região assumiu crescente importância na produção do grão de soja e já na virada do século tornou-se a principal área de produção do grão, sentindo os principais impactos da ascensão chinesa no mercado de *commodities* brasileiro. Não obstante sua liderança no plantio do grão, nota-se que a região ainda tem papel secundário em seu esmagamento, o que é uma evidência de um modelo de desenvolvimento regional marcado pela baixa internalização dos principais elos de agregação de valor que compõem o sistema agroalimentar da soja, cuja composição e dinâmica serão analisadas no capítulo 3.

⁴² O dado extraído do Censo da Agricultura Familiar 2006 mostra qual o percentual da soja produzida é oriunda de propriedades familiares no total do Centro-Oeste, em cada UF da região e nacionalmente.

2.1.2 A soja para além do Centro-Oeste

O foco deste trabalho é analisar a expansão da cultura da soja na região Centro-Oeste, como essa cultura transformou a realidade regional. Além disso, busca-se levantar e quais os principais elementos que caracterizam sua cadeia de valor e como ocorreu a produção dessa região como espaço dos processos monopolistas dos capitais na agricultura, tendo em vista a região ser o palco principal da expansão da soja entre 1985 e 2010 no Brasil.

A análise dos dados de produção, expansão da área plantada e produtividade evidenciam que a região Centro-Oeste se consolidou como principal região produtora desde o final da década de 1990, mas mostram também que, com o *boom* das *commodities* dos anos 2000, a expansão da soja exorbitou as fronteiras da região rumo ao Cerrado do norte do Tocantins, Oeste da Bahia, e sul de Maranhão e Piauí, numa região conhecida como MATOPIBA, conforme figura 2.

Figura 2: Mapa da Região do MATOPIBA e biomas

Fonte: IBGE (2016)

Os dados de produção de soja da região do MATOPIBA revelam que nos anos 2000, período em que se observou grande aumento das importações de soja pela China e da produção nacional do grão, essa região quase dobrou sua participação na produção nacional, saindo de 5,76% para 9,93%, conforme gráfico 6. Num período que a produção brasileira saltou de 38

para 75 milhões de toneladas, a produção de soja do MATOPIBA saltou de 2,38 milhões de toneladas em 2000/01 para 7,47 milhões de toneladas em 2010/11, ou seja, triplicou

Gráfico 6: Participação % do MATOPIBA na produção brasileira de soja em grãos

Fonte: CONAB (2016)

Os dados de área plantada da tabela 21 mostram o crescimento consistente das lavouras de soja nos Estados que compõem o MATOPIBA. Na década de 2000, a área plantada de soja nesses Estados cresceu 129%, com índice de produtividade superior a 3200 kg/ha nos Estados de Bahia, Piauí e Maranhão, superando as regiões Sul e Centro-Oeste nesse quesito. Não por acaso, a produção total de grãos de soja do MATOPIBA saltou de 2,38 milhões de toneladas em 2000/01 para 7,47 milhões de toneladas em 2010/11.

Tabela 21: Crescimento da área plantada de soja nos Estados do MATOPIBA

UF	1980/81	1990/91	Crescimento na década	2000/01	Crescimento na década	2010/11	Crescimento na década	Crescimento em 30 anos
MA	-	4,6	-	210,0	4465%	518,2	147%	-
PI			-	62,0	-	383,6	519%	-
TO		3,9	-	66,0	1592%	404,7	513%	-
BA	2,4	278,0	27700%	690,6	148%	1.043,9	51%	43396%
TOTAL	2,4	286,5	28550%	1.028,6	259%	2.350,4	129%	97833%

Fonte: CONAB (2016)

Não obstante, o rápido crescimento da área plantada e da produção, em 2011, a região concentrava apenas 5,4% da capacidade nacional de esmagamento de soja, contando com apenas 6 plantas desse tipo (ABIOVE, 2016). Essa baixa participação na capacidade nacional de esmagamento de soja, além de evidenciar o quão recente é expansão das lavouras de soja

pela região, revela a baixa participação dessas localidades nos processos industriais do Complexo Soja, ainda concentrados nas regiões mais tradicionais de produção. Os dados do MDIC corroboram essa perspectiva, uma vez que 68,87% das exportações⁴³ do Complexo Soja da região entre 2000 e 2010 foram de soja em grão, conforme tabela 22.

Tabela 22: Participação das exportações de soja em grão no total das exportações do Complexo Soja do MATOPIBA

Período 2000-2010	Exportações Complexo Soja	Exportações de Grão de Soja
Peso (em ton.)	28.422.194	19.572.971
Valor	8.630.305.119	6.320.223.196
	Percentual do Grão no total do valor	73,23%
	Percentual do Grão no total do peso	68,87%

Fonte: ALICEWEB/MDIC (2016)

Desse total de exportação de soja em grãos, a tabela 23 mostra que 29.54% teve como destino a China entre 2000 e 2010. Esse dado mostra que, embora a proporção das exportações destinada ao país asiático seja menor em relação ao Centro-Oeste, o papel da ascensão chinesa também foi relevante para a expansão da soja rumo ao MATOPIBA.

Tabela 23: Participação da China nas exportações de soja em grãos do MATOPIBA

Período 2000-2010	Exportações de Soja em Grãos	Exportações de Soja em Grão - China
Peso (em ton.)	19.572.971	5.787.834
Valor	6.320.223.196	1.866.738.710
	Percentual para a China no Peso	29,57%
	Percentual para a China no Valor	29,54%

Fonte: ALICEWEB/MDIC (2016)

⁴³ As exportações do Complexo Soja englobam as seguintes categorias de produtos classificadas conforme a metodologia NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul), adotada para a produção de estatísticas sobre o comércio exterior a partir do ano de 1997: soja em grãos (NCM de 1201.0000 a 1201.0090), farelo de soja, (NCM de 2304.000 a 2304.0090) e óleo de soja, (NCM de 1507.0000 a 1507.0090).

Os dados do Censo agropecuário de 2006 revelam que a soja produzida no MATOPIBA, assim como a soja produzida no Centro-Oeste tem origem majoritária em propriedades capitalistas empresariais. 98,8% de toda a soja produzida nessa área é oriunda de propriedades empresariais e 1,2% de familiares, conforme tabela 24. A proporção de soja oriunda de propriedades familiares é inferior à média nacional e à média da região Centro-Oeste, 16% e 3,5%, respectivamente, segundo o Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 24: Participação da produção familiar na produção de soja da região do MATOPIBA

	MA	PI	TO	BA	TOTAL
Estabelecimentos Familiares	27	10	32	83	152
Estabelecimentos Empresariais	225	165	295	616	1.301
Total de Estabelecimentos	252	175	327	699	1.453
Área colhida em ha	273.576	216.206	152.354	630.632	1.272.768
Tamanho médio das propriedades em ha	1.085,62	1.235,46	465,91	902,19	875,96
Produção em ton.	697.655	528.459	361.089	1.715.195	3.302.398
% da produção em estabelecimentos familiares	2%	1%	1%	1%	1,2%

Fonte: Censo Agropecuário (2006)

Além disso, os dados revelam que se trata de uma cultura produzida majoritariamente em grandes propriedades, em média de 875,96 ha, contra 72 da média nacional e bem acima da já elevada média de 500 ha da região Centro-Oeste. Os dados revelam que essa expansão se dá em moldes muito parecidos aos observados no Centro-Oeste: grandes fazendas empresariais, monocultoras e mecanizadas. Vale ressaltar que na região do MATOPIBA, começam a se disseminar as fazendas de propriedade direta dos grupos agroindustriais de capital aberto. O maior deles presente na região é a SLC Agrícola, que possui 9 fazendas próprias no MATOPIBA e foi a primeira empresa constituída por fazendas produtoras de grãos a ter capital aberto na BM&F BOVESPA.

O avanço dos capitais agroindustriais também no plantio da soja mostra o início de uma mudança da forma de atuação dos capitais agroindustriais no setor de soja. Conforme será discutido no capítulo 2, a ação dos monopólios agroindustriais no campo se dá através de dois

processos: territorialização dos monopólios e monopolização dos territórios. O primeiro atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. O segundo é desenvolvido pelas empresas de comercialização e de processamento industrial, que sem produzir no campo, conseguem estabelecer amarras e controles sobre fazendeiros capitalistas e camponeses através de diferentes mecanismos de subordinação presentes na lógica de compra das safras e de comercialização dos insumos (OLIVEIRA, 2012, p. 7).

No setor da soja, a tática dominante dos capitais agroindustriais é a monopolização dos territórios, principalmente pelas transnacionais do setor agroalimentar. Nesse processo, as empresas monopolistas do setor de grãos atuam no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo todo e, em muitos casos, controlam de forma monopolista a produção dos agrotóxicos e dos fertilizantes, como é o caso da Monsanto. Não obstante, observa-se que, tanto na região do MATOPIBA como na própria região Centro-Oeste, começa a ganhar força o processo de territorialização dos monopólios através da forte presença de grandes capitais agroindustriais atuando não só na compra e processamento do grão, mas também controlando diretamente fazendas da região. Nesta pesquisa, apurou-se⁴⁴ controlarem fazendas na região do MATOPIBA a SLC Agrícola, a Brasil AGRO e a COSAN. No Centro-Oeste, foi levantada a presença da Amaggi Agro, SLC Agrícola, Cantagalo General Grains e Terra Santa Agro. Através de fusões e aquisições, os capitais agroindustriais passaram a ir além da venda de papéis e títulos de safras futuras no mercado financeiro, como ocorre no processo de monopolização dos territórios. As próprias fazendas e o plantio vêm se tornando ativos financeiros das tradings agrícolas, concentrando ainda mais controle de todo o processo de produção de alimentos, bem como seus lucros, num claro aumento do processo de territorialização dos monopólios nas lavouras de soja.

⁴⁴ Informações extraídas dos sites das empresas

2.2 A ASCENÇÃO CHINESA

Nos anos 2000, a China transformou-se no maior exportador e no segundo maior importador mundial, atrás apenas dos Estados Unidos. Nesse processo, destacou-se a grande demanda chinesa por recursos naturais, que alterou o mercado mundial de *commodities* e mudou o panorama econômico dos países sul americanos. Saiu-se de uma situação de restrição nos balanços de pagamentos para uma situação de forte elevação das exportações de *commodities* a preços elevados, na qual houve uma melhora nos termos de troca do comércio exterior da região e a consolidação da China como importante parceiro comercial. Nesse contexto, o Brasil, sob impacto do aumento das receitas de exportações resultante do *boom* das *commodities*, e de alguns efeitos produtivos positivos decorrentes do aumento das exportações de alguns produtos de maior valor agregado para a própria China e, principalmente, para países vizinhos positivamente impactados em sua capacidade de importação pelo aumento da receita das *commodities*, viu sua economia apresentar melhoras no emprego e, conseqüentemente, uma ampliação do mercado interno (BARBOSA, 2011, p. 289).

É fato que as economias industrializadas possuem o maior volume de comércio internacional com a China. No entanto, o crescimento do comércio desta com os países em desenvolvimento aumentou substancialmente, bem como os investimentos e financiamentos externos chineses a estes países. O recente protagonismo da China no comércio internacional e na divisão internacional do trabalho se deve a dois fatores correlatos e ao mesmo tempo autônomos: os acelerados processos de industrialização e urbanização do país.

O acelerado processo de urbanização da China teve efeitos importantes na economia global principalmente por ter aumentado a demanda por energia, minerais e alimentos, o que teve impacto direto no mercado mundial de *commodities*. Ainda que seja uma grande produtora mundial de *commodities*, a China viu seu consumo interno crescer a taxas muito superiores às taxas de crescimento de sua produção⁴⁵, o que fez aumentar vertiginosamente as importações de soja e outros gêneros agrícolas no país, impactando profundamente os preços das *commodities* a nível mundial (SANTOS et al, 2012, pp. 337-339).

⁴⁵ Em 1980 a população urbana era inferior a 200 milhões, 30 anos depois as cidades abrigavam 500 milhões. Na década, 100 milhões chineses migraram do campo para as cidades. A perspectiva é de que esta tendência irá se aprofundar nas próximas décadas (MEDEIROS e CINTRA, 2015, p. 28).

A dimensão desse impacto ocasionou uma inflexão⁴⁶ nos preços das *commodities*. Segundo Medeiros e Cintra (2015, p. 28), diferentemente do que ocorreu em outros ciclos desse tipo durante os anos 1950 e 1970, quando, após forte elevação, os preços retornavam ao patamar inicial, no caso do ciclo dos anos 2000, mesmo após a crise de 2008, os preços não retornaram ao nível anterior. Esse novo patamar de preços se deu justamente em razão da ascensão chinesa, que, até 2014⁴⁷, criou uma demanda por *commodities* constante e maior que a observada anteriormente. Em suma, o fato de a China ter se tornado um centro fabril do mundo, com foco nas exportações industriais (de bens intermediários, e principalmente bens de consumo) para todas as partes do globo também teve reflexos no mercado mundial de *commodities*. Isso significa dizer que, apesar dessa industrialização com foco nas exportações não constituir um polo autônomo de aumento da demanda por *commodities*, já que o crescimento de sua produção industrial depende, em grande escala, da demanda e dinamismo dos mercados externos, o fato é que o avanço do parque industrial chinês acelerou o processo de urbanização que, por si só, demanda minerais, matérias-primas e outros insumos para sua expansão, constituindo um polo de demanda direta por alimentos e recursos naturais (MEDEIROS, 2006, p. 383).

Tendo em vista a dependência que a indústria chinesa tem em relação ao mercado externo e o fato de que a União Europeia, os EUA e o Japão tiveram reduzido crescimento no último período, principalmente após a crise de 2008, nota-se que a parcela das exportações chinesas de bens industrializados para países em desenvolvimento saltou de 45,3% em 2001 para 62% em 2013. Contudo, nota-se que, nesse expressivo crescimento, é baixa a contribuição da América Latina e da África subsaariana que, apesar de exportarem 28,2% de todas as *commodities* agrícolas consumidas pela China em 2012, tiveram sua parcela nas exportações de bens industrializados chinesas aumentadas de 4,8% para 9,1% entre 2001 e 2013, tendo a participação latino-americana passado de 3,1% para 6% (BARBOSA, 2014, pp. 49-50).

Apesar do expressivo crescimento da participação de países em desenvolvimento, em especial do Oriente Médio, Sudeste Asiático, Ásia Central e Rússia, nas exportações chinesas, não se pode perder de vista que os países industrializados (EUA, UE e Japão) seguiram tendo participação expressiva nas exportações chinesas e, apesar da queda de 54,7% em 2001 para 38% em 2013, mantiveram uma relação de complementariedade econômica com a economia

⁴⁶ Considerando o preço médio das *commodities* igual a 100 em 2000, em 2012 este preço era de 277,0. No caso dos alimentos, o impacto da ascensão chinesa é bastante significativo. Em 1995, a parcela da China como destino das exportações mundiais de produtos alimentares era de 2,3%. Em 2012, saltou para 6,2% (COMTRADE, 2016 e MEDEIROS e CINTRA, 2015).

⁴⁷ A partir de 2014, em virtude da desaceleração do crescimento da economia chinesa, passou a ocorrer uma queda na demanda e nos preços das *commodities*.

chinesa. Essa complementariedade consiste basicamente no fato de a China atuar nos ramos de fornecimento de calçados, móveis, e bens de consumo eletrônicos enquanto os países desenvolvidos lhe fornecem bens e serviços intermediários de maior conteúdo tecnológico (MEDEIROS e CINTRA, 2015, p. 32). Os dados mostram que a participação de EUA, Japão e União Europeia nas exportações chinesas caíram de 54,7% em 2001 para 38% em 2013 (BARBOSA 2014, pp. 49-50).

Assim, pode-se dizer que os processos de urbanização e industrialização, motores da ascensão chinesa, geraram dois grupos de impactos distintos sobre os países: impactos comerciais (diretos) e impactos produtivos (indiretos). Os impactos diretos referem-se ao efeito da expansão econômica chinesa sobre as exportações, balança comercial e investimentos. Os impactos indiretos são os efeitos nos diferentes setores da economia dos países, a variar conforme o grau de rivalidade ou complementariedade do país com a China, tendo em vista seu estágio tecnológico, recursos naturais, e políticas industriais. Os impactos comerciais se fazem sentir de maneira direta: aumento das exportações para a China; e de maneira indireta: aumento das exportações para outros mercados em decorrência da expansão da capacidade de importação desses países em virtude de suas exportações para a China. Já os efeitos produtivos variam a depender da estrutura produtiva do país, de sua dotação tecnológica e capacidade de produzir e exportar bens, principalmente industrializados, demandados pelos demais países (BARBOSA, 2011, p. 287).

O Brasil sentiu os efeitos comerciais e produtivos da ascensão chinesa de diferentes formas. Ao mesmo tempo que aumentou suas exportações para a China, conseguindo assim melhorar seu balanço de pagamentos, beneficiou-se indiretamente do comércio latino-americano com a China, tendo em vista que seus principais mercados na América Latina, como Argentina, Chile e Venezuela tiveram grande aumento na sua capacidade de importação graças ao *boom* das *commodities* alavancado pelo comércio com a China. Ou seja, esse *boom* também alavancou as exportações de diversos setores da economia brasileira para outros países que não a China, em especial países vizinhos. Já os efeitos produtivos da ascensão chinesa mostraram-se mais complexos e contraditórios. Ainda que a expansão da capacidade de importar dos países do MERCOSUL tenha permitido ao país aumentar suas exportações industriais, as exportações chinesas de eletrônicos, produtos intermediário e de capital cresceram rapidamente e conquistaram parcela significativa desses mercados e do próprio mercado interno brasileiro, comprometendo o desempenho da indústria nacional em setores como têxtil, calçados e eletroeletrônicos (MEDEIROS e CINTRA, 2015, p. 36)

Assim, nota-se que os efeitos da ascensão chinesa sobre a estrutura produtiva do país podem ser positivos ou negativos, a depender da complementariedade entre a demanda chinesa por *commodities* e sua exportação industrial ou da rivalidade entre esta e a produção industrial interna do país. Segundo Jenkins e Barbosa (2012, p. 65), a perda dos mercados externos e internos para os produtos industrializados chineses e a “primarização”⁴⁸ da pauta exportadora são os maiores riscos da ascensão chinesa.

A análise da intensidade tecnológicas das exportações brasileiras revela uma tendência de aumento da participação das *commodities* na pauta de exportações a partir da ascensão chinesa dos anos 2000. Através do Gráfico 7, nota-se que os produtos de alta intensidade tecnológica⁴⁹ que, em 2000, representavam 18% das exportações, tiveram sua participação percentual reduzida à metade, 8% em 2010. As categorias que mais cresceram foram a categoria “outros”, que inclui combustíveis e saltou de 5% para 14%, e as *commodities*, que eram 37% e passaram a constituir mais da metade da pauta, 51%, em 2010.

⁴⁸ Segundo Bresser Pereira (2010), a valorização da taxa real de câmbio associado ao *boom* das *commodities* tem efeito negativo sobre a estrutura produtiva e exportadora da economia brasileira, visto que levam a um aumento da propensão a importar e à primarização da pauta exportadora, gerando desindustrialização e baixo crescimento econômico. Esse fenômeno, denominado “doença holandesa” tem efeitos desiguais entre as diferentes economias segundo sua estrutura industrial, pauta exportadora e políticas industriais. Dado o alto grau de complexidade e diversificação do parque industrial brasileiro, a discussão sobre a “doença holandesa” no Brasil demandaria uma reflexão mais aprofundada.

⁴⁹ A UNCTAD (Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento) criou no ano de 2002 uma classificação dos produtos por categoria de intensidade tecnológica. A classificação conta com 6 categorias. A primeira é a de *Commodities*, que engloba minérios, carnes, cereais, insumos vegetais sem processamento, tabaco, fibras têxteis naturais, madeira, celulose, metais e minerais não metálicos. A segunda é denominada Manufaturas intensivas em mão de obra e abrange couros, peles, manufaturas de madeira, móveis, produtos têxteis, outros artigos de vestuários, vidro, materiais de construção e pedras preciosas. A terceira categoria é a de produtos de baixa intensidade tecnológica, contendo embarcações, equipamentos ferroviários, aço, produtos de metais, tubos, ferramentas e motocicletas. Em quarto, aparecem os produtos de média intensidade tecnológica, como veículos de passageiros, veículos de carga, máquinas agrícolas, máquinas elétricas, equipamentos de geração e distribuição de energia, produtos de borracha, motores, bombas e compressores. A quinta categoria é a de produtos de alta intensidade tecnológica, que compreende aeronaves, computadores, eletrônicos, aparelhos de telecomunicações, químicos, instrumentos médicos, óticos e de precisão. Por último, aparece a sexta categoria, a de produtos “não classificados”, que agrupa consumo de bordo, ouro, urânio e combustíveis (ONU, 2002).

Gráfico 7: Participação percentual das diferentes intensidades tecnológicas dos produtos na pauta de exportações brasileiras

Fonte: NASSIF (2011, não paginado).

Nessa análise, não se pode perder de vista o expressivo crescimento do total das exportações brasileiras, que saltaram de US\$ 55 bilhões em 2000 para US\$ 201,9 bilhões em 2010, o que relativiza a queda da participação dos produtos com maior intensidade tecnológica. Em termos absolutos, pode-se dizer que a exportação de produtos de alta intensidade tecnológica praticamente dobrou, tendo saltado de US\$ 9,9 bilhões para US\$ 18,17 bilhões, fato que deve ser levado em consideração antes de se afirmar que o Brasil sofre um processo de desindustrialização motivado pela ascensão chinesa, ao menos até esse período.

Não obstante o crescimento do total das exportações brasileiras, bem como o crescimento do mercado interno, são inegáveis o acelerado crescimento das exportações das *commodities* em termos relativos e absolutos, bem como a importância da China nesse processo. Importador principalmente de minério de ferro, soja e petróleo, o país tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil durante os anos 2000, em especial a partir de 2002, ano de ingresso da China na OMC (Organização Mundial do Comércio). Segundo dados da COMTRADE (Banco de dados da ONU para comércio internacional), a participação chinesa nas exportações brasileiras cresceu 312% entre 2002 e 2011, saindo de 4,2% para 17,3%, tendo como principais produtos a soja, o minério de ferro e o petróleo (COMTRADE, 2016, não paginado).

A tabela 25 demonstra a importância da soja nesse crescimento ao longo da década. A participação das exportações do Complexo Soja no valor das exportações totais do Brasil para a China, embora decrescente ao longo dos anos 2000, sempre esteve em patamares superior a 25%. Vale destacar a elevada participação da soja em grãos, 24,73% do valor de todas as

exportações brasileiras para a China em 2010, tendo chegado a 32,74% em 2002, evidenciando a importância da soja no comércio brasileiro com o país asiático. Os dados da tabela 25 evidenciam ainda a baixa demanda chinesa por farelo e óleo de soja brasileiros na comparação com a soja em grãos, o que sinaliza um efeito limitado da ascensão chinesa para os processos industriais relacionados ao esmagamento e processamento da soja em território brasileiro.

Tabela 25: Participação das exportações de soja nas exportações totais para a China (em US\$ FOB⁵⁰)

Ano	Exportações totais do Brasil para a China	Complexo Soja para a China	% C. Soja no total	Soja em Grãos para a China	% Soja em Grãos no total	% Demais ¹ itens no total
2000	1.085.301.597	370.886.520	34,17%	337.350.321	31,08%	3,09%
2002	2.520.978.671	950.307.269	37,70%	825.474.522	32,74%	4,96%
2005	6.834.996.980	1.887.061.600	27,61%	1.716.921.127	25,12%	2,49%
2008	16.522.652.160	6.154.177.738	37,25%	5.324.052.177	32,22%	5,03%
2010	30.785.906.442	7.919.860.347	25,73%	7.133.440.544	23,17%	2,56%
2011	44.314.595.336	11.729.840.164	26,47%	10.957.102.029	24,73%	1,74%

¹ Farelo e óleo

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sistema ALICEWEB/MDIC

O Brasil viu a China tornar-se seu principal cliente internacional num curto espaço de tempo, aumentando sua participação no total das exportações do Complexo Soja de 8,84% em 2000 para 46,30% em 2010, conforme Gráfico 8. A evolução da quantidade de grão, óleo e farelo de soja exportados para a China dá a ideia exata da magnitude que esse comércio ganhou: partiu-se de 1,9 milhões de ton. em 2000 para 20 milhões de ton. em 2010, um aumento de 1044%.

⁵⁰ O preço FOB (*free on board*) ou Preço sem Frete Incluso (posto a bordo) consiste na cláusula de contrato pela qual o frete não está incluído no custo da mercadoria (ALICEWEB, 2016, não paginado).

Gráfico 8: Participação % das exportações do Complexo Soja⁵¹ brasileiro destinadas à China em kg e US\$

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do ALICEWEB/MDIC

O potencial da demanda chinesa por soja de dinamizar o mercado brasileiro do grão e de consolidar o Brasil como importante parceiro comercial da potência asiática é inegável. A China, em 2010, importou um volume de 55 milhões toneladas de soja do mundo, sendo 41% deste volume comprado do Brasil, segundo maior fornecedor, atrás apenas dos EUA, responsáveis por fornecer 43% da soja exportada para a China no mesmo ano (COMTRADE, 2016). Não obstante, a tabela 26 mostra que, a composição das exportações do Complexo Soja brasileiro para a China passou por uma mudança considerável nos anos 2000. Saiu-se de um cenário em que havia predominância da exportação de farelo e óleo em 1997, para uma predominância da ordem de 90% da soja em grãos no peso e no valor das exportações para o país ao longo da década. Esse dado pode ser entendido como um indício da primarização da pauta de exportações no âmbito do Complexo Soja brasileiro ocasionada pela ascensão chinesa, já que farelo e óleo, produtos que já passaram por processos de processamento industrial e de agregação de valor vêm tendo sua participação diminuída no montante das exportações do setor.

Essa mudança na composição das exportações do Complexo Soja brasileiro para a China se deve aos efeitos da Lei Kandir (1996), através da qual ficaram isentas do pagamento de ICMS as exportações de produtos primários e ao fato de, ao longo dos anos 2000 a China ter desenvolvido o maior parque industrial de esmagamento de soja do mundo, com capacidade de

⁵¹O Complexo Soja engloba as seguintes categorias de produtos classificadas conforme a metodologia NCM (Nomenclatura Comum do MERCOSUL), adotada para a produção de estatísticas sobre o comércio exterior a partir do ano de 1997: soja em grãos (NCM de 1201.0000 a 1201.0090), farelo de soja, (NCM de 2304.000 a 2304.0090) e óleo de soja, (NCM de 1507.0000 a 1507.9090).

esmagar mais de 60 milhões de toneladas de soja/ano, tendo se tornado auto suficiente e até mesmo exportadora de farelo de soja ao longo da década (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2013, p. 145).

Tabela 26: Composição das exportações do Complexo Soja brasileiro para a China entre 1997 e 2010

1997	Grão	Farelo	Óleo
Percentual no Valor	14,52%	42,80%	42,68%
Percentual no Peso	16,93%	54,87%	28,20%
2000	Grão	Farelo	Óleo
Percentual no Valor	90,96%	3,31%	5,74%
Percentual no Peso	93,19%	3,52%	3,29%
2005	Grão	Farelo	Óleo
Percentual no Valor	90,98%	0,05%	8,97%
Percentual no Peso	95,08%	0,07%	4,86%
2010	Grão	Farelo	Óleo
Percentual no Valor	90,07%	0,00%	9,93%
Percentual no Peso	95,32%	0,00%	4,68%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do ALICEWEB/MDIC (2016)

Assim, pode-se dizer que a ascensão chinesa cumpre papel essencial no entendimento da expansão da soja no Brasil. Sendo o principal mercado das exportações do Complexo Soja nacional, em especial da exportação de soja em grãos, a China teve participação essencial no sucesso comercial do agronegócio brasileiro justamente por ser o ator principal de uma mudança estrutural no mercado das *commodities* internacionais que não só aumentou em valor e quantidade o volume das exportações brasileiras, como também transformou significativamente a composição da pauta. Não obstante seu papel de dinamização das exportações brasileiras e na melhora do balanço de pagamentos, ajudando a criar as condições para os avanços socioeconômicos que o país empreendeu nos anos 2000, deve-se ressaltar o papel limitado da ascensão chinesa no desenvolvimento dos processos industriais relacionados ao esmagamento e fabricação do óleo de soja.

Conforme foi levantado, a China tem o maior parque industrial de esmagamento de soja do mundo, sendo autossuficiente na fabricação de farelo de soja e comprando quantidades bem menos expressivas de óleo do que do grão da soja. Essa característica fez com que a capacidade brasileira de esmagamento de soja, segundo a ABIOVE (2010, não paginado) tenha subido apenas 17,36% entre 2000 e 2010, principal década da ascensão chinesa, passando de 140.840 ton./dia para 165.299 ton./dia, limitando a expansão dos processos industriais de agregação de

valor à soja em território nacional, bem como a diversificação e o crescimento dos empregos no setor, tendo em vista o plantio de soja ter baixo índice de pessoas ocupadas: 18,1 a cada 1000 hectares.

2.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGROPECUÁRIA E PARA SOJA NO BRASIL PÓS 1980

Desde os anos de 1960, a cultura da soja, baseada em elevada tecnologia e integração intersetorial da agricultura com capitais agroindustriais, revela-se como expoente da monopolização dos territórios pelas *tradings* agroindustriais da soja e como vetor importante de modernização técnica do campo brasileiro.

A soja foi a cultura eleita como “carro chefe” das mudanças da base técnica da produção desencadeada a partir de meados da década de 1960. Sua exportação teve suporte estatal nunca visto no Brasil, por meio de oferta de crédito abundante para a compra de máquinas e insumos. Até mesmo quando a política não era dirigida a soja, esta obteve benefícios. Na região Centro-Oeste, os programas destinados à ocupação do cerrado também a privilegiaram. Nesse contexto, políticas agrícolas foram sendo transformadas em instrumentos de apoio a soja (crédito rural, estoques reguladores, política tecnológica, política de preços mínimos, entre outras ações. Os produtos privilegiados desse processo são aqueles voltados para a exportação (CAMPOS, 2010, p. 3).

A partir da década de 1980, o país passou por processo intenso de abertura comercial, em sintonia com os compromissos de austeridade assumidos pelo país com o FMI e o Banco Mundial. Esses compromissos que incluíam redução dos gastos públicos, redução da oferta monetária e desvalorização cambial reduziram subsídios e proteções ao mercado doméstico.

Essas mudanças tiveram forte impacto na agricultura e nos sistemas agroindustriais. Houve uma reformulação do padrão de intervenção pública no setor agropecuário. O Estado diminuiu seu poder coordenação e intervenção, iniciando um período de desregulamentação e esvaziamento das funções do setor público, abrindo espaço para mais participação da iniciativa privada na regulação e financiamento do processo produtivo.

Nesta seção, serão destacadas as principais políticas públicas voltadas para a agropecuária e para a soja a partir da década de 1980 até 2010. Nesse período, observou-se forte influência do discurso neoliberal nas políticas agropecuárias. Sob o lema da globalização das economias e da integração dos mercados promoveu-se a abertura econômica, o estímulo às exportações primárias, a redução de apoios às produções industriais domésticas, limitações no uso de subsídios estatais e a promoção de marcos regulatórios que facilitaram a atuação dos capitais privados nas pesquisas agrícolas e no financiamento rural.

2.3.1 Políticas Econômica e de Financiamento Rural

A reconfiguração do papel do Estado no financiamento do setor agrícola nacional definiu novos papéis para as iniciativas pública e privada no sistema agroindustrial. A partir de 1979,

observou-se uma progressiva diminuição dos recursos do EGF (Empréstimos do Governo Federal) para a soja, o que determinou o desenvolvimento de novas alternativas de crédito e garantia de renda, modificando as relações produtivas entre agricultores e indústrias e fundando novas bases para as políticas de financiamento e comercialização das safras (GOLDFARB, 2013, pp. 72-73).

O modelo de crédito rural estruturado em 1965 contava com grande participação do orçamento público na origem de seus recursos. Apesar da reforma institucional e da criação do BACEN (Banco Central), o BB (Banco do Brasil) manteve a função de autoridade monetária e principal agente do SNCR através da conta movimento, que garantia ao banco o poder de operação dos recursos do Tesouro. Esse poder possibilitava ao BB emprestar com taxas de juros subsidiadas e expandiu rapidamente a oferta de crédito rural, que apesar da promoção de outros instrumentos de desenvolvimento rural, tornou-se a principal política de incentivo a agricultura brasileira até meados dos anos 70 (BARBOSA e COUTO, 2008, p. 7).

A crise fiscal e financeira do Estado nos anos de 1980 diminuiu a arrecadação das fontes de financiamento⁵² do crédito rural, transferindo ao Tesouro Nacional a maior responsabilidade quanto a parcela ofertada. Essa novidade, aliada ao aumento da taxa de inflação e à crise fiscal derrubou a oferta de crédito subsidiado. Em outros termos, o Estado deixou de atuar de forma tão intensa e direta no financiamento do crédito rural e das políticas agrícolas através de subsídios diretos e taxas de juros menores que a inflação e passou a praticar cortes no volume de crédito e taxas pós fixadas e indexadas aos índices inflacionários (BARBOSA e COUTO, 2008, p. 2).

O resultado foi a diminuição na capacidade de expansão do crédito para atender às demandas do setor de soja do Centro-Oeste, naquele momento, em franca expansão, o que abriu espaço para o financiamento privado à comercialização agrícola, e para o desenvolvimento de algumas modalidades de instrumentos financeiros alternativos ao crédito oficial em declínio (GOLDFARB, 2013, p. 70).

Poder-se-ia dizer que a hipertrofia da política de crédito rural ao longo da industrialização da agricultura teve, como seu contraponto necessário, a inibição do desenvolvimento complementar de importantes e necessários instrumentos privados de suporte à produção e comercialização agrícolas. Destarte, a partir do momento em que se exaure o padrão de financiamento capitaneado pelo Estado cresce, em

⁵² As principais fontes de recursos do SNCR eram a destinação de recursos lastreados no Tesouro, administrados pelo BACEN e repassados aos produtores pelo BB, bem como a exigibilidade de 10% sobre os depósitos à vista dos bancos comerciais, com destinação ao financiamento do setor agropecuário. Com a crise dos anos 80, houve queda nos depósitos à vista dos bancos comerciais, o que aumentou a responsabilidade do Tesouro no financiamento do crédito rural em um momento bastante delicado para as contas públicas (BARBOSA e COUTO, 2008).

simultâneo, a percepção da urgência de se forjar novas fontes e modalidades de recursos (BARBOSA e COUTO, 2008, p. 10).

A crise dos anos 80 marcou um processo de gradativa perda de regulação da agricultura por parte do estado brasileiro, processo que se intensificou e passou a se dar de forma deliberada por parte do Estado nos anos 1990:

A abertura da economia e a queda de barreiras à importação transformaram a agricultura e o agronegócio em segmentos afastados de qualquer política preferencial, em uma situação muito diferente daquela do período de modernização compulsória da agricultura (BELIK & PAULILLO, 2001, p. 99).

Conforme gráfico 9, o crédito rural apresenta uma trajetória de queda acentuada a partir de 1980, apresentando recuperação apenas entre 1985 e 1987. Em 2000, o volume de crédito rural liberado no país representava apenas cerca de 25% do volume de 1979. Nota-se também um aumento expressivo do volume de crédito rural a partir dos anos 2000, em especial a partir de 2007. Essa mudança se deve ao *boom* das *commodities* dos anos 2000, que impulsionou o setor agrícola e a pressão por parte dos produtores por crédito para a expansão das lavouras e melhora da produtividade, bem como à mudança na orientação da política econômica a partir da eleição do ex-presidente Lula, que voltou a fortalecer o papel do Estado no financiamento do Plano Safra.

Gráfico 9: Evolução do Crédito Rural (em bilhões de reais) entre 1969 e 2013

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural – BACEN, organizado por FREDERICO (2014)

No caso da soja, a grande novidade do período foi a criação de novos mecanismos de financiamento operados pelas indústrias processadoras e pelas produtoras de insumos do setor,

que por terem mais acesso ao mercado de crédito internacional, assumiram papéis até então desempenhados pelo Estado (crédito, assistência técnica, pesquisa, etc.), levando os agricultores a se integrarem de forma muito ampla à indústria, o que diminuiu seu poder de negociação e de sua capacidade de iniciativa em relação às condições geralmente impostas pelas *tradings* agroindustriais.

Segundo Goldfarb (2013, p. 71), os créditos para investimentos e comercialização apresentaram queda expressiva já em 1980. O crédito custeio caiu somente a partir de 1983, o que, aliado às boas condições climáticas, garantiu fôlego à produção agrícola voltada para o mercado interno na primeira metade da década. Ressalta-se aqui o objetivo claro de garantir, através da agricultura, o abastecimento interno e, conseqüentemente, minimizar o processo inflacionário sem ter de recorrer às importações num cenário de descontrole das contas externas. Já na segunda metade da década de 1980, com a deterioração da situação fiscal, caiu a atuação do setor público na questão do abastecimento interno. No caso da soja, essa menor atuação não teve impacto significativo em razão da elevação dos preços internacionais que o grão apresentava naquele momento, bem como em virtude da queda dos preços dos insumos derivados do petróleo e, conseqüentemente, dos custos de transportes.

A grave crise econômica pela qual o país passou durante a década de 1980 mudou não só forma de atuação do Estado no setor agrícola, mas mudou o cenário macroeconômico da agropecuária. A crise do balanço de pagamentos, iniciada no início da década de 1980 provocou forte desvalorização cambial, o que impulsionou as exportações agrícolas, que passaram a ganhar importância mais destacada no combate à escassez de divisas estrangeiras. Além disso, as políticas agrícolas passaram a cumprir papel no controle da inflação nos vários planos econômicos do período. À exceção do Plano Bresser, todos os demais planos econômicos tentados entre 1985 e 1994 foram lançados em períodos de safra, com medidas de controle e tabelamento dos preços das mercadorias agrícolas. O tabelamento dos preços justamente durante as safras gerou forte impacto no setor agrícola, tendo em vista que nesses períodos, a maior oferta tende a colocar os preços em menor patamar (BARBOSA e COUTO, 2008, pp. 2-3).

Durante o Governo Collor, a alta dos preços agrícolas no final do ano de 1991 levou a uma política agrícola voltada ao aumento da oferta de alimentos através da garantia de rentabilidade ao produtor. Essa garantia de rentabilidade, financiada pelo crédito rural, assegurava o abastecimento e minimizava os efeitos da inflação, mas era cara ao Tesouro e culminava em estoques de alimentos que, num cenário de liberação das importações e

valorização cambial, encontravam dificuldades de retornar ao mercado a preços compensatórios (GOLDFARB, 2013, p. 71).

O Plano Real teve dois importantes reflexos sobre a agricultura: queda nos preços das terras e dos produtos agrícolas, motivados principalmente pelo aumento das taxas de juros e pela apreciação cambial. Esses impactos reduziram o preço das máquinas e insumos, aumentando o consumo de fertilizantes, implementos e maquinários agrícolas (REZENDE, 2003, p 153). Não obstante, o endividamento externo e a busca pelo controle das contas públicas abalaram a capacidade do governo de regular o setor agropecuário por intermédio de políticas específicas de incentivo e subsídio, o que culminou na desregulamentação do setor agrícola, com transposição de parte das funções de financiamento, armazenagem, comércio da produção, e pesquisa tecnológica do governo para iniciativa privada (BARBOSA e COUTO, 2008, pp. 4-5).

Na questão do crédito rural, a década de 1990 foi marcada pela iniciativa do Estado em incentivar novos instrumentos financeiros agrícolas, delegando, ao setor privado parte da tarefa de agente provedor de fundos necessários ao seu desenvolvimento. Assim, houve crescimento de fontes de financiamento com recursos captados no mercado, com taxas de juros superiores às das fontes tradicionais, que eram compostas basicamente por recursos do tesouro e exigibilidades de parte dos depósitos à vista dos bancos (GASQUES e VILLA VERDE, 1996, p. 8).

Nesse contexto, foram criados a Caderneta de Poupança Rural (1986); os Fundos Constitucionais (1989); as Sociedades de Crédito Imobiliário e Bancos Múltiplos (1990); os Fundos de Aplicações Financeiras (1990); os DRI (Depósitos Interfinanceiros Rurais – 1990); os DER (Depósitos Especiais Remunerados – 1990); e os Fundos de *Commodities* (1990). Além disso, abriu-se a possibilidade de utilização dos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para o financiamento do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e, em 1995, foram criados os Contratos de Compra e Venda de Soja Verde, os Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio – ACC e o Finame Agrícola (BARBOSA e COUTO, 2008, p. 11)

A criação das novas fontes de recursos modificou profundamente a origem dos recursos do crédito liberado através do SNCR, diminuindo consistentemente a parcela de responsabilidade do Tesouro Nacional. Algumas delas, como os Fundos Constitucionais (FCO, FNE, FNO) têm origem em recursos tributários e são importantes na canalização de recursos para financiar o investimento na agropecuária e na agroindústria nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Mas pode-se destacar também a participação do FAT nos recursos dirigidos

ao PRONAF e a Caderneta de Poupança Rural, que em 1993 aportou 45,5% do total de recursos liberado pelo SNCR.

Vale notar que a criação de novas fontes de recursos não foi suficiente para compensar a queda no crédito disponibilizado pelo governo federal ao setor agropecuário. Além da queda na quantidade de recursos para este fim, buscou-se diminuir o caráter de subsídio do crédito oficial, dado por taxas de juros menores que a inflação, o que, segundo a visão liberalizante que triunfou na política econômica brasileira na segunda metade da década de 1990, gerava grandes desequilíbrios distributivos regionais e setoriais que deveriam ser corrigidos através do sistema de mercado. Ou seja, a proposta era transferir para o setor privado a oferta de crédito rural, o que diminuiria a dependência dos recursos oficiais e corrigiria supostas distorções (GOLDFARB, 2013, pp. 71-72).

No caso da soja da região Centro-Oeste, reforçou-se o papel do setor privado no financiamento dos plantios, das colheitas e da comercialização, principalmente das *tradings* do setor agropecuário. Nesse cenário, destacam-se os contratos de compra e venda de “soja verde”; as CPR (Cédulas do Produto Rural); os ACC (Antecipação de Contratos de Câmbio); e a troca de insumos agroindustriais utilizados nas lavouras por grãos promovida pelas agroindústrias.

Nos contratos de compra e venda de “soja verde”, a venda antecipada da produção é a garantia do financiamento. Esse tipo de venda é uma forma de as empresas subordinarem os produtores, pois, as empresas financiam a produção em troca da compra antecipada da safra. Os juros são mais onerosos em relação aos juros cobrados pelo Banco do Brasil, mas o financiamento das empresas, em especial das multinacionais, costuma ser mais rápido e exige menos tempo e documentação. As principais multinacionais que atuam com esse tipo de financiamento são as maiores empresas exportadoras de produtos agrícolas do Brasil: Cargill, Bunge e ADM (MATOS e PÊSSOA, 2011, p. 310-312).

Em 1994, o mecanismo de compra antecipada passa a ser regulamentado pela lei nº 8.929, que criou a CPR (Cédula do Produto Rural). A CPR é um título emitido por produtores rurais e cooperativas que possibilita a venda antecipada da produção com a finalidade de captar recursos para o custeio da safra, principalmente a aquisição de insumos agrícolas. Esse título é adquirido, financiado ou avalizado por uma instituição financeira idônea, o que reforça o compromisso do emitente de entregar a futura (mas não certa) mercadoria na quantidade, qualidade e local especificados (BARBOSA e COUTO, 2008, p. 20).

Juntamente com a CPR avalizada, desenvolveu-se de maneira “informal” a “CPR de Gaveta” um contrato utilizado como garantia nas transações comerciais entre produtores rurais e fornecedores de insumos, indústrias de processamento e empresas de comércio exterior. Em

2000, o governo criou também a CPR financeira (CPR-F), que não envolve necessariamente a entrega física da mercadoria e na qual o valor do título no dia da liquidação é determinado pelo preço e pela quantidade do produto dado por uma instituição escolhida entre as partes. Em 2001, as CPRs passam a poder ser comercializadas na BM&F, permitindo especular com produtos ainda em processo de produção nas bolsas de mercadorias (GOLDFARB, 2013, p. 75).

Os ACC seguem a mesma lógica da CPR com foco para as exportações. Trata-se de uma operação de crédito com bastante importância para a sojicultura, na qual o banco concede adiantamento de recursos em moeda nacional ao exportador brasileiro antes do embarque da mercadoria para o exterior por meio da contratação de câmbio celebrada entre as duas partes. Esses recursos correspondem ao valor em moeda estrangeira da exportação que será efetuada (BANCO DO BRASIL, 2016, não paginado). Esse financiamento tende a aumentar em momentos de desvalorização da moeda brasileira ante o dólar, já que, nesses momentos, aumenta a receita da atividade exportadora em moeda nacional.

Outro mecanismo bastante importante de financiamento que passou a ser utilizado, e que evidencia a crescente subordinação dos produtores rurais às agroindústrias é a venda antecipada das safras em troca de insumos e maquinários para a produção. Conforme apurado na pesquisa de campo que será descrita no capítulo 4, essa modalidade é bastante utilizada pelos produtores para adquirir maquinários de maior valor, como colheitadeiras e tratores e, principalmente, para o custeio dos implementos químicos utilizados no plantio. Na prática, essa modalidade consiste numa triangulação entre agroindústria processadora de grãos, produtor e agroindústria produtora de maquinários e insumos agrícolas. Nela, o produtor vende antecipadamente sua safra para uma indústria processadora, que repassa os recursos ou até mesmo revende o certificado da produção futura ao fabricante dos insumos e maquinários que o produtor necessita em sua propriedade. Ou seja, nesse arranjo financeiro, o produtor pode comprar, por exemplo, uma colheitadeira com a venda de sua futura produção de soja a uma indústria processadora de alimentos. Essa por sua vez pode repassar os recursos financeiros necessários ao fornecimento da máquina demandada pelo produtor ao fabricante ou revendedor da mesma ou até mesmo um título de parte da produção futura como forma de pagamento. Nesse caso, o revendedor ou fabricante da máquina pode ainda revender o título para outra *trading* processadora, ou até mesmo para um banco, evidenciando as inúmeras possibilidades de ganhos financeiros na agricultura abertas pela diminuição do papel do Estado no crédito rural.

Em relação aos mecanismos de controles de preços, nota-se também uma diminuição expressiva do papel do Estado na comercialização agrícola via política de preços mínimos e na

venda de estoques agrícolas. As principais marcas desse processo foram a redução drástica das AGF (Aquisições do Governo Federal) e do EGF (Empréstimos do Governo Federal).

Desarmou-se, ainda, o esquema anterior de participação ativa do governo na comercialização agrícola (através tanto da compra – via preços mínimos remuneradores – como da venda de estoques agrícolas), e optou-se, em seu lugar, pelo financiamento da estocagem (EGF) e pela adoção de novas regras de comercialização (REZENDE, 2003, p. 142).

O AGF (Aquisição do Governo Federal) existe desde a década de 1970 e consiste na compra de alimentos ao preço mínimo pelo Governo Federal para a formação de estoques. No Empréstimo do Governo Federal (EGF), são financiados mecanismos de estocagem para que os próprios produtores armazenem grãos para a venda futura. Ambos têm papel importante no combate à sazonalidade da oferta de alimentos. Durante a década de 1990, ambos sofreram drástica redução e foram substituídos por mecanismos de Mercado, como o Prêmio para Escoamento do Produto (PEP). Nestes programas o Estado apenas intermedia relações comerciais, ou seja, o governo deixou de adquirir os alimentos e passou a pagar à iniciativa privada um prêmio pela compra e transporte dos produtos. Além disso, foi criado Valor de Escoamento de Produto (VEP), destinado a escoar os produtos estocados nos armazéns públicos ou conveniados à CONAB através da iniciativa privada. A atuação direta do Estado passou a estar restrita à Opção de Venda, mecanismo criado em 1997, por meio do qual produtores ou cooperativas ganharam o direito de vender ao governo uma determinada produção no futuro a um preço mínimo já estabelecido, caso o preço praticado no mercado seja menor ao preço estipulado no contrato (GOLDFARB, 2013, p. 76).

Em relação ao crédito de investimento, promoveu-se uma substituição dos recursos tradicionais do crédito rural por linhas de crédito e ações com finalidade específica. Nesse contexto, foi reforçado o papel do BNDES, que criou o FINAME voltado para máquinas e tratores agrícolas e o MODERFROTA (Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras). Além disso, em 2001, foi sancionada a Lei 6022/2001, que isentou de PIS e COFINS veículos automotores de transporte de passageiros e máquinas propulsadas (tratores e colheitadeiras) (BORGES et al, 2015, p. 25).

A análise das principais políticas públicas e transformações na área do financiamento e do crédito rural evidenciam que o Estado reduziu sua participação no aporte de recursos para a concessão de crédito subsidiado, mas não abriu mão de atuar no setor. Isso significa dizer que a atuação do Estado se reconfigurou, ou seja, o Estado diminuiu a participação do erário público no aporte de recursos financeiros e passou a atuar como facilitador do fomento de soluções

privadas para o financiamento da atividade agrícola, através de novos mecanismos de regulação e da criação de novos nichos de ganhos financeiros no setor. Não obstante, o Estado seguiu atuando de forma contundente na agropecuária, inclusive como financiador do Plano Safra, do MODERFROTA e outros programas voltados para o interesse dos produtores rurais.

Uma evidência dessa atuação em prol dos produtores rurais foi a lei nº 9.138 de 1995, que autorizou a renegociação de dívidas agrícolas. Após a pressão de lideranças e movimentos de produtores rurais e o “caminhoneço” à Brasília em 1995, os empréstimos rurais até R\$ 200.000,00 foram prolongados por até 10 anos, com juros de 3%, e os de maior valor foram securitizados⁵³, o que representou um refinanciamento de dívidas cuja monta ultrapassou a cifra de 7 bilhões de reais. O PESA (Plano Especial de Saneamento de Ativos) foi repetido em 2001 em condições ainda mais favoráveis e maior alongamento no prazo de pagamento (BARBOSA e COUTO, 2008, p.30).

Nos anos 2000, o Governo FHC e, principalmente, o Governo Lula passam a investir na reinserção do Brasil no comércio internacional através da exportação de *commodities* primárias, que passa a ser concebida como alavanca para o crescimento econômico, para a melhora do balanço de pagamentos, e principal estratégia de aproveitamento da ascensão chinesa e do aumento nos preços internacionais de *commodities*. Para este fim, reestrutura-se o SNCR e o Estado volta a participar mais ativamente na oferta de crédito rural. Não obstante, o Estado segue tomando medidas facilitadoras da captação de recursos para o crédito rural no mercado financeiro.

No caso da soja, a criação do Depósito Agropecuário (CDA) e do Warrant Agropecuário (WA), criados pela Lei 11076 de 2004, facilitou ainda mais a alavancagem de recursos no mercado financeiro para financiar a expansão das lavouras e também a sustentação dos níveis de preços. O CDA é uma promessa de compra e venda de um produto depositado num armazém. O WA é um título de crédito que confere direito de penhor sobre o produto de um CDA. Esses papéis podem ser negociados no mercado gerando ganhos para os investidores e maior liquidez para a comercialização, já que esses mecanismos asseguram não só a participação das tradings e agroindústrias no financiamento agrícola, mas de agentes diretamente ligados ao mercado financeiro, como fundos de pensão e de investimento, além de investidores individuais (BORGES et al, 2015, p. 27).

Essa maior participação de investidores financeiros tende a subir os preços dos produtos, uma vez que, no mercado de derivativos, a movimentação dos preços da soja, ou de outro

⁵³ Alongamento e indexação das dívidas aos rendimentos da caderneta de poupança mais 12% ao ano mediante a aquisição de títulos da dívida pública por parte dos devedores.

produto, fica atrelada às mudanças de preços dos mercados de futuros. Dessa forma, a volatilidade do mercado financeiro passa a “contaminar” o setor alimentício, não só pela inconstância das expectativas e diárias oscilações dos mercados, mas também pelo crescente abandono e desprestígios das culturas “tradicionais”, que não contam com essa alavancagem de recursos e que geralmente são as mais importantes na alimentação humana.

Diferente das tradings, as novas empresas financeiras e fundos de pensão não asseguram a venda futura dos grãos a um preço fixo (hedge), os seus objetivos são justamente lucrar com o aumento a curto prazo do preço dos alimentos por meio de especulação financeira, o que torna ainda mais volátil o mercado. (FREDERICO, 2008, p. 242)

A Lei 11.076 de 2004 criou ainda os Certificados de Direito de Crédito do Agronegócio (CDCA), os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). Vale notar que a atuação do Estado não se restringe ao desenvolvimento do marco legal e regulação dessas atividades. Conforme Oliveira e Belle (2006, pp. 16 e 17), o processo de negociação das CPR tem o Banco do Brasil como garantidor de boa parte das transações, o que leva a crer que, nos anos 2000, o banco federal retomou um papel de centralidade no crédito rural brasileiro:

As fases do processo do modelo negocial são: 1) o produtor rural ou cooperativas vende Cédulas de Produto Rural (CPR) física para trading; 2) A trading indica o armazém, no qual deve ser feita a entrega; 3) O fornecedor de insumos avaliza a CPR (ou afiança o Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (CCA)/Adiantamento sobre cambiais Entregues (CCE)/pré pagamento (PP) que deverá gerar o *funding*); 4) O produtor rural ou a cooperativa se compromete em comprar insumos no valor total do negócio; 5) O BB financia a trading mediante ACC/ACE/PP, tendo como garantia a CPR (trading endossa CPR ao BB) avalizada pela fornecedora de insumos ou fiança no ACC/ACE/PP; 6) A trading, por meio do BB, paga ao produtor rural ou à cooperativa e, ao mesmo tempo mediante prévia autorização destes; 7) O BB transfere os recursos para o fornecedor de insumos, liquidando a compra de fertilizantes por ele realizada; 8) A fornecedora de insumos entrega o produto ao produtor rural ou à cooperativa; 9) No vencimento das CPR, o produtor rural ou a cooperativa entrega o produto à trading; 10) A trading efetua a exportação; 11) A trading, com os recursos da performance, liquida o empréstimo no BB; 12) Caso o produtor rural ou a cooperativa não entregue o produto, o fornecedor de insumos honra o pagamento da operação de ACC/ACE/PP no BB (OLIVEIRA e BELLI, 2006, p. 16 e 17)

É necessário destacar também que a política agrícola brasileira a partir de 2003 trouxe novidades no que diz respeito ao apoio aos agricultores familiares, assentamentos de reforma agrária ou atividades não empresariais, alijados do processo de modernização e dos circuitos mercantis e financeiros. A partir do governo Lula houve aumento expressivo dos recursos do PRONAF, de políticas de economia solidária e a instituição do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar).

A partir de 2003, o aumento crescente do volume de recursos liberados anualmente para financiamento rural de agricultores familiares sinaliza para uma mudança de prática por parte do Estado em relação a esse segmento da agricultura. O valor saltou de R\$ 2 bilhões no ano safra 2002/2003 para mais de R\$ 4 bilhões já no ano seguinte e mais de R\$ 10 bilhões em 2009/2010 (MDA, 2016).

Além disso, houve a criação do PAA, programa que adquire os produtos dos agricultores familiares em situação de insegurança alimentar para o suporte da rede pública de educação e saúde, bem como de instituições assistenciais, além de promover a estruturação de circuitos locais de abastecimento e a formação de estoques para prestar assistência familiar. Implantado em 2003, o programa representou uma política decisiva no fortalecimento da agricultura familiar⁵⁴, garantindo um canal de comercialização para os produtores familiares bem como a possibilidade de ingresso no mercado e melhoria dos processos produtivos dessas propriedades, além de garantir a segurança alimentar das famílias participantes do programa (GRISA et al, 2009, p. 35).

Não obstante as iniciativas acima elencadas, a síntese das políticas públicas de financiamento rural do período 1980-2010 evidencia uma tendência de suporte e promoção por parte do Estado para a crescente financeirização da agricultura pelas grandes corporações do agronegócio e agentes do mercado financeiro. Essa característica das políticas públicas do período vai de encontro com um modelo de dominação do capital privado sobre os produtores, a economia, a soberania alimentar e até mesmo sobre o território através do processo de territorialização dos monopólios.

Além dos financiamentos, cresceu o controle das grandes corporações agroindustriais sobre a produção, as exportações, e sobre as relações de produção, que passam a se dar em sintonia com a lógica mundializada dos capitais transnacionais controladores das principais *trappings* do setor agropecuário. Sob o discurso neoliberal da necessidade de equilíbrio fiscal e de diminuição da intervenção do setor público, a atuação do Estado se reconfigurou sem deixar de ser central e necessária, e passou a viabilizar o desenvolvimento dos mecanismos de

⁵⁴ O conceito pelo qual a agricultura camponesa é denominada pelo Estado brasileiro e em suas políticas públicas é o de agricultura familiar de Abramovay (1997, p. 3): “A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas”. Existe intenso debate da Geografia Agrária a respeito dessa utilização. Para mais detalhes, verificar Oliveira (2007).

mercado e de derivativos no financiamento da agricultura, abrindo enormes nichos de ganhos nos mercados especulativos.

2.3.2 Políticas Tecnológicas

Durante os anos de 1960 e 1970, as políticas tecnológicas para a agropecuária foram estabelecidas principalmente através de agências públicas de geração e difusão tecnológica e tiveram papel decisivo no avanço da soja rumo a fronteira agrícola da região Centro-Oeste. As áreas de cerrado puderam ser integradas ao espaço agrícola nacional graças às inovações tecnológicas que possibilitaram o aproveitamento dos solos ácidos e de baixo teor de cálcio. Apesar de serem áreas planas e com vegetação de menor vulto em relação a outros biomas, como o da Amazônia e o da Mata Atlântica (o que representa uma vantagem, visto que barateia a instalação de unidades produtoras agrícolas), os solos do Cerrado têm características que impediam o uso das técnicas de manejo usadas até então nas localidades tradicionais de plantio da soja. Os solos ácidos e com baixo teor de cálcio facilitam a perda dos minerais solúveis do solo através do processo de lixiviação. Além disso, os solos do Cerrado são, em geral, pobres em fósforo assimilável, com média ou baixa disponibilidade de nitrogênio e potássio trocável (DINIZ, 2006, p.93).

A Lei Delegada número 9, de 11 de outubro de 1962, criou uma série de Institutos de Pesquisa e Experimentação vinculados ao Ministério da Agricultura. Para este trabalho, vale a pena destacar o IPEACO (Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro-Oeste). Com sede em Sete Lagoas (MG), sua especialidade era a pesquisa de milho e sorgo. Destacam-se também o IPEAO (Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias), sediado no Mato Grosso, e o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal). Em 1973, esses institutos foram subordinados à EMBRAPA (DINIZ, 2006, p. 90).

A EMBRAPA é um marco da política agrícola no Brasil. A partir de sua criação, o governo decidiu organizar maciçamente e em escala nacional o sistema de pesquisa agropecuária. Esse sistema foi essencial para criar demanda para as tecnologias de produção agrícola (implementos, maquinários e insumos agrícolas) através de novas variações de sementes e cultivares que demandam mais insumos agrícolas, estimulando as inovações a montante na agropecuária. Em 1974, o sistema de pesquisa agropecuária se fortaleceu com a transformação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural na EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica Rural) e nas EMATERES (Empresas Estaduais de Assistência Técnica Rural).

Para Delgado (1985), a introdução das mudanças na base técnica da agricultura no Brasil ocorreu através de uma divisão do trabalho, na qual o Estado ficou com a tarefa de gerar e difundir as inovações biológicas, em virtude dos maiores custos e dificuldades de pesquisa num cenário de variação regional tão amplo como o brasileiro. As inovações mecânicas e físico-químicas ficaram a cargo da grande empresa capitalista de capital estatal, multinacional ou nacional privado. Os três grupos de inovações são inseparáveis. As inovações físico-químicas e biológicas alteram a engenharia das plantações, o espaçamento das plantas e os tipos de insumos agrícolas necessários para a produção, influenciando nas inovações mecânicas e vice-versa. Não obstante, é possível identificar que, no Brasil, houve, por parte do Estado, certa especialização nas inovações biológicas.

A presença do Estado na produção direta de tecnologia ocorre conforme uma certa divisão do trabalho. Pelo seu sistema de pesquisa, bastante reforçado a partir da criação da EMBRAPA em 1973, observa-se uma determinada concentração de esforços na geração das chamadas *inovações biológicas* (introdução de novos cultivares, por produtos e distintas regiões, melhoria genética na pecuária, controle de pragas e moléstias, etc.). Aponta-se como uma das razões dessa especialização, os custos mais elevados e demorados da pesquisa, aliados a uma certa dificuldade de apropriação provada dos resultados da pesquisa, haja vista que sua difusão está sujeita a modificações, em razão da diversidade do clima, ecossistema e outros fatores de natureza regional (DELGADO, 1985. p. 92).

Conforme já discutido no capítulo 1, a pesquisa tecnológica está na gênese da expansão a soja pela região Centro-Oeste. Os novos cultivares de período juvenil longo produzidos principalmente pelo setor público através da EMBRAPA, além de possibilitarem o plantio de soja nos solos do Cerrado, aumentaram a eficácia das inovações tecnológicas, mecânicas e físico-químicas. Essa inovação não se limitou às inovações biológicas, mas também abarcou a questão da correção do solo através da seleção de bactérias e técnicas de correção desenvolvidas pela EMBRAPA e pelo PNP – Soja (Programa Nacional de Pesquisa de Soja) (SOARES, 2013, p 97).

Além disso, o Centro de Pesquisas Agropecuária dos Cerrados (CPAC) teve importante papel na efetivação da produção de soja neste bioma, ao desenvolver projetos para a correção do solo; fertilização; microbiologia; e auxiliar na criação de variedades de soja, como a Doko, Savana, Mato Grosso e Numbaíra. Os principais cultivares plantados no Brasil desde os anos 60 até o início dos anos 80 estão na tabela 27, dentre as que mais se popularizaram a partir de 1980 foram as seguintes variedades Timpira; Tropical; Numbiara; BR-15; Cristalina; IAC-8; UFV-1 e IAC-7, predominantemente, sementes de período juvenil longo, que logo se disseminaram pelo território do Centro-Oeste pela sua boa adaptação aos solos do Cerrado.

Tabela 27: Principais cultivares de soja plantados no Brasil entre 1960 e 1980

Período	Principais cultivares
-/60	Amarela, Comum, Abura, Pelicano e Mogiana
1960/68	Hill, Hood, Majos, Bienville e Hampton
1968/74	Bragg, Davis, Hardee, Santa Rosa, Delta, Campos Gerais, IAC-2, Viçosa e Mineira.
1975/80	IAS-4, IAS-5, Planalto, Prata, Pérola, BR-1, Paraná, Bossier, Sant'Ana, São Luiz, IAC-4 e UFV-1.
1980/-	BR-2, BR-3, BR-4, Ivaí, Vila Rica, União, Coob, Lancer, Co-136, IAC-5, IAC-6, IAC-7, UFV-2, UFV-3, Cristalina, Timpira, Tropical, Numbiara, IAC-8, BR-15 e Doko

Fonte: Kaster e Bonato (1980, p. 428)

A partir de 1980, e sobretudo na década de 1990, o processo de enxugamento do Estado também implicou num processo de desarticulação da pesquisa pública, especialmente em agricultura e órgãos de provisão de informações. Ou seja, a tecnologia agrícola deixou de ser um bem público e ganhou força o discurso de que as instituições públicas dessa área são ineficientes para resolver os problemas tecnológicos da agricultura. Em 1990, foi extinta a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) foi extinto o SIBRATER (Sistema Federal de Extensão Rural), o que desarticulou a maior parte dos sistemas estaduais de pesquisa agropecuária

No caso da soja, o espaço deixado pelo desmonte das agências públicas de pesquisa agropecuária foi preenchido pela atuação das grandes agroindústrias internacionais do setor, que passaram a atuar no setor de pesquisas de sementes também através de fusões e aquisições de empresas privadas nacionais do setor. Foram os casos da Agrocere e da FT Sementes e Pesquisa, ambas compradas pela Monsanto juntamente com suas pesquisas tecnológicas e informações acumuladas (SANTINI; PAULILLO, 2003, p. 26). Esse processo ganhou força a partir de 1996 e 1997 anos da criação da Lei de Proteção aos Cultivares⁵⁵ e da Nova Lei de Propriedade Industrial⁵⁶.

A aprovação dessas duas leis viabilizou a cobrança de *royalties* na multiplicação de sementes melhoradas, inclusive por modificação genética, atraindo vultosos investimentos privados no setor. Esses investimentos se deram principalmente na pesquisa de sementes de

⁵⁵ Lei 9456/97 que passou a reconhecer aos melhoristas brasileiros o direito à propriedade intelectual de novas variedades vegetais.

⁵⁶ Lei 9276/96 substituiu a lei 5772/71 e ampliou a proteção para produtos e processos biotecnológicos, incluindo o patenteamento de genes usados na indústria de sementes.

soja, pela sua elevada rentabilidade e pela abertura da possibilidade de plantio de variedades transgênicas, aprovada em 2003, marcando o início de um período em que as biotecnologias passam a ter na semente o seu principal vetor de aplicação (SANTINI; PAULILLO, 2003, pp. 28-30).

O aumento dos custos em P&D é reflexo da importância que a ciência ganhou enquanto força produtiva. Nesse contexto a pesquisa tecnológica privada possibilita o controle de informações privilegiadas capazes de modificar decisivamente mercados e estruturas produtivas. Com o intuito de dividir custos e trocar informações, as grandes empresas passaram a desenvolver “alianças corporativas estratégicas” para produzir um determinado produto para um determinado mercado, permanecendo como concorrentes nas demais áreas. Como exemplo desse tipo de aliança, figura a parceria entre as empresas Cargill e Monsanto para compartilhamento de conhecimento e informações sobre produção e o desenvolvimento de novas sementes e insumos agrícolas (CASTELLS, 2000, p. 183).

Nesse contexto, diversas empresas agroquímicas entraram no mercado de sementes visando complementar suas atividades e viabilizar a expansão da produção de soja e garantir crescente demanda para seus produtos. Conforme tabela 28, observa-se que, após 1997, a participação de empresas agroquímicas transnacionais no mercado de sementes de soja no Brasil aumentou consideravelmente, marcando o início de uma acentuada internacionalização no setor.

Tabela 28: Participação das Empresas no Segmento de Soja

Nome da Empresa	Percentual
Até 1997	
EMBRAPA	70
FT Pesquisas e Sementes	12
COODETEC/Ocepas	10
IAC	2
Dois Marcos	1
Outros	5
Após 1997	
EMBRAPA	55
Monsanto (Monsoy)	20
Coodetec	10
CTPA (Emgopa)	5
Pionner/Du Pont	1
Aventis	1
Outros	8

Fonte: SANTINI; PAULILLO (2003, p. 28)

O ano de 1996 também foi marcado por uma importante medida de estímulo à exportação de soja em grãos: a Lei Complementar 87 de 1996, conhecida como Lei Kandir, que isentou do pagamento de ICMS as exportações de produtos primários. Essa lei, aliada à ascensão chinesa, fez as exportações de grãos de soja saltarem de 20% das exportações do Complexo Soja em 1996, para 55% em 2003 e para 65% em 2010 (ALICEWEB, 2016). O crescimento da proporção do grão de soja no total das exportações do Complexo Soja mostra um claro descolamento entre o aumento da produção e da capacidade de esmagamento, importante elo da cadeia de valor da soja. Enquanto a capacidade de esmagamento brasileira cresceu 42,16% entre 1995 e 2009, a produção de soja em grão cresceu 164,86% no mesmo período (ABIOVE 2010). A lei teve como objetivo dar mais competitividade às exportações primárias brasileiras num claro intuito de atender aos interesses dos setores agroexportadores num momento de aquecimento do mercado mundial de *commodities*, mas não levou em consideração que parte importante do processo de agregação de valor à soja passou a pagar menos tributo na aquisição de matéria prima quando feito fora do país.

Nos anos 2000, outras ações da esfera normativa tiveram impacto decisivo na expansão das lavouras de soja na região Centro-Oeste e no Brasil. A primeira delas foi a já citada liberação do plantio e da comercialização dos transgênicos em 2003 pela lei 10688/2003,

sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda que estudos técnicos da EMBRAPA realizados no ano agrícola 2000/2001 nos estados do RS, PR, SP, MS, MT, GO e MG tivessem apontado que a produtividade por hectare da soja transgênica (2.826 kg/ha) seja a mesma da soja convencional (2.914 kg/ha), bem como o custo de produção: R\$ 25,81 por saca da soja tradicional e R\$ 25,44 da soja transgênica, o governo Lula optou pela regulamentação desses cultivares (NODARI e GUERRA, 2001, pp. 7-14). A opção do Brasil pela liberação de plantio de variedades de soja transgênicas, apesar de controversa do ponto de vista da saúde humana de trabalhadores e consumidores, possibilitou ao país uma rápida expansão da produção e a chance de aproveitar o *boom* das *commodities* dos anos 2000. Segundo o MAPA, cerca 88% da safra 2012/2013 era composta de soja transgênica.

A utilização indiscriminada de agrotóxicos é um vetor de estímulo ao desenvolvimento de novas variedades de sementes transgênicas. No Brasil, a semente mais de soja popular é a *RoundUpReady*, desenvolvida pela Monsanto para resistir ao popular herbicida glifosato *RoundUp*. Fabricado pela mesma empresa, esse herbicida, popularmente conhecido como “mata mato” é amplamente utilizado no controle de pragas nas plantações brasileiras. Seu uso indiscriminado passou a exigir quantidades cada vez maiores de sua aplicação, o que passou a ser prejudicial aos cultivos de soja. Como “solução” a este problema a Monsanto passou a comercializar as sementes resistentes a este herbicida, numa promissora jogada comercial de obter lucros na criação de um problema e no fornecimento de sua solução.

A disseminação da soja transgênica nas lavouras brasileiras reforçou o poder dos oligopólios agroindustriais sobre a produção agrícola e sobre a renda da terra através da cobrança dos *royaltes* que incidem sobre as patentes das sementes⁵⁷ desenvolvidas por essas empresas. Nota-se assim que a diminuição das responsabilidades do Estado na pesquisa agrícola e a regulamentação da propriedade intelectual abriram espaço para novos mecanismos de ganho e nichos de atuação para as *tradings* agroindústrias, evidenciando o papel fundamental da P&D nos processos de acumulação de capital no capitalismo mundializado e na agricultura capitalista.

⁵⁷ Atualmente a cobrança de *royaltes* ocorre somente sobre a comercialização de sementes transgênicas, protegidas pela Lei de Propriedade Industrial. Há debates no Congresso para que a cobrança ocorra também sobre a comercialização de variedades tradicionais. Mais informações na seção 2.4.

2.3.3 Transportes e infraestrutura logística

Os investimentos em transporte e infraestrutura logística ganharam notória importância com a expansão da soja pela região Centro-Oeste. Essa importância passou a mobilizar as principais políticas públicas e investimentos privados em infraestrutura nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1990, quando a alta dos preços da soja e o bom desempenho das exportações do grão fortaleceram o *lobby* do setor.

Não por acaso a questão dos transportes é tratada como tema de fundamental importância pelo *lobby* da soja. Os principais importadores da soja brasileira produzida na região Centro-Oeste são China, União Europeia⁵⁸ e Japão. Enquanto os produtores dos EUA estão a 6 ou 7 mil Km de Rotterdam e a 10 a 12 mil Km da China, escoando a soja por Santos e Paranaguá, os produtores brasileiros estão a mais de 10 mil Km de Rotterdam na Europa e a mais de 25 mil Km da China. Além disso, deve ser considerado o longo trajeto que a soja percorre por terra para chegar a esses portos, através dos quais a maior parte da produção nacional de soja para exportação ainda é escoada (OLIVEIRA, 2006, p. 27).

A Figura 3 foi extraída de uma apresentação realizada no dia 09/11/2012 pela senadora Katia Abreu, naquela altura, presidente licenciada da Confederação Nacional da Agricultura, para a então ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. O tema da apresentação era as reivindicações do agronegócio para a pasta na área de licenciamento ambiental. Na ocasião, ficou demonstrada a preocupação dos produtores rurais com a questão dos transportes, bem como a concentração do escoamento das exportações nos portos das regiões Sul e Sudeste.

No mapa, a latitude 16°S foi designada como divisor entre a produção do Sul e Sudeste e a produção do Norte, Nordeste, Mato Grosso e Goiás. O mapa revela que acima dessa latitude, designada pela linha laranja, foram produzidas 68,2 milhões de toneladas de soja e milho, ou 52,1% da produção nacional. Desse total, 53,7 milhões de toneladas tiveram como destino a exportação, mas apenas 8,2 milhões foram exportados por portos localizados acima da latitude 16°S, ou seja, portos das regiões Norte e Nordeste. Apesar dos portos das regiões Sul e Sudeste serem mais distantes, através deles foram exportados 45,5 milhões de toneladas de grãos produzidas acima da latitude 16 S, ou 84,47% das exportações de soja oriundas das regiões

⁵⁸ A União Europeia restringe o cultivo de sementes transgênicas em seu território, mas libera a importação dessas variedades para a produção de alimentos de consumo humano e rações animais. Atualmente, são autorizadas 46 variedades de transgênicos no continente, sendo que 44 para comercialização após a importação. Dentre os transgênicos autorizados estão sete variedades de soja: 356043, A 2704-12, A5547-127, MON40-3-2, MON87701, MON89788 e RoundupReady2Xtend, o que possibilita a penetração da soja brasileira no continente (ABIOVE, 2016, não paginado).

Norte, Nordeste, de Goiás e de Mato Grosso, maior produtor nacional. O mapa revela também que os portos das regiões Sul e Sudeste exportam 85,9 % de toda a soja exportada pelo Brasil, mas que das 50,1 milhões de toneladas de soja escoadas por esses portos, 45,5 milhões, ou 90%, é proveniente de áreas acima da latitude 16°S, já que a soja proveniente das regiões Sul e Sudeste têm como principal destino o mercado interno brasileiro.

Figura 3: Mapa do Escoamento da soja brasileira

Fonte: ABREU (2012, não paginado)

O mapa revela a debilidade da estrutura de transportes das regiões Norte e Nordeste, que apesar de mais próximas das áreas produtoras e dos mercados consumidores externos não contam com infraestrutura adequada para o escoamento da produção exportadora. Em busca de reduzir esses custos, o poder público e as *tradings* começaram a investir de forma expressiva e

coordenada em infraestruturas de transportes capazes de melhorar o escoamento de soja pelo Norte e Nordeste. Durante os governos FHC (1995–2002), foram criados dois programas: o Brasil em Ação e o Avança Brasil, que traziam uma nova estratégia geopolítica para a infraestrutura de transportes na Região Amazônica.

O Brasil em Ação tinha como meta implantar duas hidrovias na região amazônica: a hidrovia do Rio Madeira entre Porto Velho e Manaus e a hidrovia dos rios Tocantins e Araguaia. Além disso, o plano visava à recuperação da BR 163 nos trechos entre Cuiabá e Terra Nova e entre Santarém e Rurópolis, e da BR 364 entre Cuiabá e Acre. Mais ao Norte, o plano tinha como objetivo recuperar a BR 174 entre Manaus e a fronteira com a Venezuela. Também visando melhorar o escoamento da soja para o exterior, o plano previa construir dois trechos rodoviários: um entre Marabá e a rodovia Belém-Brasília, e outro entre Imperatriz e a malha rodoviária do estado do Maranhão. No segundo mandato de FHC, o Programa Avança Brasil ratificou os compromissos do Brasil em Ação de melhorar a infraestrutura para escoamento da soja de Mato Grosso pela bacia do rio Amazonas, dado que a soja dessa região é que tem maiores custos de transportes em razão da distância dos portos (OLIVEIRA, 2006, p. 15).

Boa parte dessas ações não foi concluída, como a pavimentação da BR 163, e muitas delas foram sequer iniciadas, tendo em conta o contexto de crise fiscal e enxugamento dos investimentos públicos nos anos 1990. Não obstante, esses planos geraram uma movimentação nos investimentos das multinacionais da soja em sistemas de estocagem e transporte, redesenhando o sistema de circulação das *commodities* para exportação. Através de investimentos privados e algumas PPPs (Parcerias Público-Privadas), corredores de transporte foram criados a partir de iniciativa de capitais privados, como o Corredor rodoferroviário E.F. Carajás, que escoar produção do Sudeste do Estado do Pará e do sul do Maranhão através do porto de Itaquí, utilizado pelas multinacionais Bunge, ADM e Cargill; o Corredor rodoviário BR 364; o Corredor hidroviário rios Madeira e Amazonas, que conta com dois terminais graneleiros em Porto Velho, sendo um do grupo Amaggi e outro da Cargill; e a construção do terminal de exportação de grãos da Cargill na cidade de Santarém (OLIVEIRA, 2006, p. 20).

Vale notar que se tratam de investimentos privados que alteram a lógica de circulação e organização no território, bem como a forma de produção de espaços para a agricultura, evidenciando que o processo de territorialização dos monopólios avança não somente no controle de fazendas por parte das *tradings*, mas também através da influência direta desses capitais na construção e planejamento de obras de infraestrutura, na circulação e na produção do espaço.

É possível identificar a ação das *tradings*, que envolve concentração e centralização de poder, a partir de um sistema de malhas, nós e redes que se imprimem no espaço, conduzidos pela interação de indivíduos e grupos, como um fator que vem gerando reflexos na organização do território do cerrado. Além do Estado, atores como empresas ou outras organizações também desempenham papel relevante na organização do território nacional, por meio de novos recortes e novas implantações e ligações. Ainda, as possíveis relações entre diversos atores e seus grupos são, em sua maioria, dissimétricas e multilaterais, envolvendo relações de poder e dominação entre os diversos grupos em questão (SILVA, 2013, p. 11).

A partir do Governo Lula, os investimentos públicos previstos e em curso na região continuaram a concentrar-se no setor de transportes. Em relação à ampliação e melhoria da malha rodoviária, o projeto de pavimentação da BR-163 entre Guarantã do Norte (MT) e Santarém (PA) possibilitando o escoamento da safra do centro-norte mato-grossense com os portos da calha do rio Amazonas saiu do papel somente em 2013, já no Governo Dilma Roussef, através de concessão privada. Nesse período, foi concluída também por concessão privada a pavimentação da BR-158 entre Vila Rica (MT) e a fronteira MT-PA, que permite o escoamento da safra do leste mato-grossense pelo porto de Itaquí (MA).

Em relação à ampliação da malha ferroviária na região, dois projetos estão em curso: a extensão da FERRONORTE desde Alto Araguaia em direção a Rondonópolis e Cuiabá, que possibilita a ligação do território mato-grossense com os portos de Santos e Paranaguá; e a extensão da Ferrovia Norte-Sul na direção do sul do estado de Tocantins e do centro de Goiás, para conectar essa região com o porto de Itaquí. Vale destacar que o porto de Itaquí vem ganhando destaque como alternativa para o escoamento da produção da Região Centro-Oeste pela proximidade com as regiões produtoras, por ser um porto ainda não saturado, com estrutura apropriada à atracagem de grandes navios graneleiros, e por estar mais próximo dos mercados consumidores do Hemisfério Norte (MIRAGAYA, 2014, p. 444).

Durante o governo Dilma Roussef, ganharam força os projetos sob condução da Valec⁵⁹ (Engenharia, Construções e Ferrovias S/A), como a Ferrovia Oeste-Leste (Fiol), que liga Figueirópolis (TO), já conectada à Ferrovia Norte-Sul, ao porto de Ilhéus (BA); e a Ferrovia Centro-Oeste (Fico), mais conhecida como “Ferrovia da Soja”, ligando Campinorte (GO) às cidades de Lucas do Rio Verde (MT) e Vilhena (RO). Parte da Ferrovia Transcontinental, a “ferrovia da soja” está orçada em 5,4 bilhões de reais e aguarda edital de licitação para parceria público-privada desde 2014. Essas obras, se concluídas, poderão integrar o porto de Ilhéus (BA) às regiões graníferas do oeste da Bahia, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia. Há também o

⁵⁹ Empresa pública criada em 2008 sob a forma de sociedade por ações. É vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e sua função é a construção e exploração de infraestrutura ferroviária.

projeto de construção do ramal ferroviário Luziânia-Unaí-Pirapora, interligando a região com a Ferrovia Vitória-Minas e com o porto de Tubarão (ES) (MIRAGAYA, 2014, p. 445).

Na área hidroviária, há projetos para melhorias na Hidrovia do Madeira, entre Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM); o prolongamento da Hidrovia Paraná-Tietê até Anhanguera (GO) e planos para investimentos na Hidrovia do Paraguai. Vale notar a centralidade que agroexportação tem no PIL (Plano de Investimento em Logística) e no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), assim como na política de transportes de forma geral. A importância da questão dos transportes fica evidente quando se verifica que ADM, Amaggi, SLC e outras *trandings* têm subsidiárias da área de transportes e logística, controlando diversos corredores importantes de transportes no território nacional com apoio legal e financeiro do Estado.

O controle privado da circulação da soja também se dá nos setores de armazenamento de grãos, um dos pilares da capacidade de controle dos preços por parte das transnacionais agrícolas. Somente a Cargill tinha, em 2011, capacidade de estocar 4 milhões de toneladas de grãos em território brasileiro, o dobro da capacidade da própria CONAB, da ordem de 2 milhões de toneladas (CONAB, 2016, não paginado). Não obstante, existe muito pouco ou quase nenhum incentivo para a construção de sistemas de estocagem nas fazendas, o que daria ao produtor mais autonomia na escolha do melhor momento para vender sua produção

O sistema de armazenamento se destaca como um dos principais elos logísticos dos diversos circuitos espaciais produtivos agrícolas, em especial aqueles localizados nos fronts agrícolas devido à distância entre as regiões produtoras e os portos exportadores e locais de consumo. Os armazéns são de fundamental importância em todas as etapas produtivas dos produtos agrícolas (FREDERICO, 2008, p. 3).

No Centro-Oeste, em razão da distância da região em relação aos portos de escoamento da produção e das imensas dificuldades de transportes, o controle do sistema de armazenamento torna-se estratégico para o controle da produção. A escassez de sistemas públicos ou sob controle dos produtores rurais fortalece a estratégia de compra antecipada das safras por partes das agroindústrias processadoras e aumenta seu poder de controle sobre os preços e de subordinação da renda da terra.

Durante a década de 1970, o Estado brasileiro criou linhas de financiamento para a construção de infraestrutura de armazenagem de grãos. Destacam-se Programa de Investimentos Agropecuários (PROINAP), o Programa Nacional de Armazenagem Comunitária (PRONAC) e o Programa Nacional de Armazenagem (PRONAZEM). Entre 1975 e 1979, esses programas fizeram a capacidade brasileira de armazenamento de grãos saltar de

36 milhões para 50 milhões de toneladas. Durante a década de 1980, foi extinta a CIBRAZEM (Companhia Brasileira de Armazenagem) e esses programas foram sendo progressivamente desativados ou inviabilizados pela crise fiscal do Estado, abrindo mais espaço para os investimentos das *tradings* e marcando o início de um longo período sem investimentos públicos nessa área.

Nos anos 2000, foram retomados investimentos públicos no setor através da CONAB, ao mesmo tempo que foi reforçado o aparato legal para o armazenamento privado através do Decreto 3.855 de 3 de julho de 2001, conhecido como Lei da Armazenagem. O decreto regulamentou a armazenagem privada estabelecendo critérios técnicos para tal, bem como liberou a comercialização de grãos pelos armazéns, o que estimulou os investimentos privados no setor (GOLDFARB, 2013, p. 137).

A análise do quadro geral das políticas públicas para o setor agrícola, em especial para o setor de grãos revela uma atuação eloquente do Estado com vistas a fortalecer e dar mais competitividade à agroexportação. Essa atuação, sintonizada com as necessidades do setor agrícola empresarial capitalista tem um evidente caráter de viabilização de interesses privados através das políticas públicas. Esses interesses são variados e são contemplados de formas diferentes a depender da política analisada. Em geral, os interesses das *tradings* comercializadoras e processadoras de grãos têm prevalência sobre os demais na área tecnológica e logística, apesar de serem endossados pelos produtores rurais em sua defesa do agronegócio, da competitividade da agricultura brasileira e em sua atuação política, conforme será visto na sessão 2.4., evidenciando que as rivalidades entre produtores rurais e agroindústrias são de fato disputas entre frações de uma aliança de classes bastante coesa da qual participam os dois segmentos. Na área financeira e creditícia, buscou-se contemplar os interesses dos produtores rurais de forma mais aberta, através de renegociações e securitizações de dívidas bastante generosas, sem perder de vista o fortalecimento dos mecanismos privados de financiamento rural bastante estratégicos e rentáveis para as *tradings* agrícolas e para o mercado financeiro.

Em linhas gerais, o que se nota é que, sob o discurso da necessidade de diminuição da intervenção do Estado nos mecanismos de financiamento, investimentos em infraestrutura e regulação da agricultura, promoveu-se uma “privatização” da ação estatal no setor. A aparente diminuição da atuação do Estado significou de fato uma reformatação de sua atuação, que não deixou de ser central, mas perdeu ainda mais autonomia, passando a orientar-se no sentido de viabilizar novos nichos de acumulação no setor agropecuário, no qual sua atuação era supostamente ineficiente, distorcida ou inviável do ponto de vista fiscal. Nesse cenário diminui

o espaço para a defesa da soberania alimentar e para uma estratégia nacional de desenvolvimento.

2.4 A POLÍTICA DO AGRONEGÓCIO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

Conforme visto ao longo deste capítulo, o cenário internacional de aumento da demanda e dos preços das *commodities* e os arranjos econômicos e políticos internos responsáveis por viabilizar um novo ciclo de expansão econômica do agronegócio – tais como investimentos de recursos públicos, apropriação das políticas de financiamento rural e pesquisa tecnológica pelo setor privado, além de mudanças legislativas e tributárias - foram capazes de reinserir o Brasil no comércio internacional dos anos 2000 como importante fornecedor de gêneros agrícolas e carne para os principais mercados mundiais. No caso da soja, o país consolidou-se como segundo maior produtor mundial, tendo participação importante nos principais mercados consumidores da Europa e da Ásia.

Não obstante, vale destacar que o bom desempenho comercial da agropecuária capitalista brasileira, em especial da sojicultura, não se deu somente em virtude de variáveis macroeconômicas e internacionais, mas também esteve intimamente ligado à capacidade de organização política e de reprodução e renovação do discurso dos segmentos políticos vinculados à propriedade da terra e à produção rural. Historicamente parte importante da cena política nacional, essa classe vem sabendo se renovar de maneira bastante articulada, acoplando e reconfigurando suas bandeiras à ideia do “agronegócio moderno, sustentável, eficiente e lucrativo”, utilizando-se de diversos mecanismos midiáticos, e aumentando progressivamente sua participação nas instâncias político-decisórias (PORTO, 2014, p. 26).

O agronegócio tem se fortalecido como um grupo de interesse de maneira progressiva nos espaços no Legislativo e do Executivo, executando pressão de forma significativa também no Judiciário. Além disso, o agronegócio busca hoje ganhar cada vez mais terreno político através da legitimação entre a população de sua concepção de desenvolvimento econômico com base na agropecuária, no respeito à propriedade privada da terra, e no Estado mínimo no que diz respeito a exigências ambientais e trabalhistas, mas ativo no fomento a obras e projetos de interesse do setor. Seu discurso aglutina elementos com forte poder de persuasão. Dentre esses elementos, destacam-se a disputa pela ideia de “sustentabilidade”, a narrativa da modernização, a bandeira do combate à fome, e até mesmo uma defesa eloquente da legalidade, dos princípios democráticos, e do “Estado de Direito”, como uma maneira eficiente de travestir de legalidade e institucionalidade os interesses e as práticas dos agronegócios.

Essas dimensões, quando apropriadas, entrelaçadas e postas a serviço de determinados interesses específicos, figuram como metáforas mobilizadoras muito eficientes, capazes de convencer a opinião pública e legitimar a expansão de um

modelo de produção agrícola e, por extensão, do próprio grupo político ligado ao agronegócio (PORTO, 2014, p. 27).

Em relação à questão da sustentabilidade, percebe-se um grande esforço do agronegócio para se atrelar e se apropriar dessa bandeira. Ou seja, no intuito de rebater ou desqualificar as inúmeras críticas do movimento ambientalista em relação aos impactos negativos gerados pela maneira como a agricultura é praticada no país, opta-se não só por negar a crítica, mas também pela apropriação da bandeira de luta de quem faz a crítica:

A indefinição da ideia de sustentabilidade configura-se como um impulso para tal processo de apropriação difusa e abre espaço para o uso indiscriminado do termo, ao mesmo tempo em que permite um processo de mobilização da opinião pública, alimentado também pela imprecisão do termo. O termo sustentabilidade possui um potencial intrínseco de mobilização, capaz de revestir práticas nada responsáveis, ambiental e socialmente, em “práticas sustentáveis”. Ou seja, a adjetivação “sustentável” é genérica, e, por essa razão, é capaz de articular ou convencer diferentes grupos na sociedade, que não necessariamente se preocupam com o que de fato seria a sustentabilidade, mas que entendem que o uso desta palavra indica algo bom, algo que é responsável com relação à natureza (PORTO, 2014, p. 28).

A apropriação da bandeira da sustentabilidade passa por um aparato organizativo estruturado a partir das diversas associações de produtores rurais, da CNA, da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio) e das agroindústrias, além de braços em setores da mídia, fundações de pesquisa e universidades. A Bunge, por exemplo, patrocina um portal de internet vinculado à Editora Abril chamado Planeta Sustentável. Esse portal, auto definido como “iniciativa multiplataforma de comunicação que tem a missão de difundir conhecimentos sobre desafios e soluções para as questões ambientais, sociais e econômicas do nosso tempo” (PLANETA SUSTENTÁVEL, 2016, não paginado) está presente nas mais populares redes sociais da internet (Twitter e Facebook) e conta com espaço em mais de 30 títulos da Editora Abril, inclusive títulos infantis, no qual o portal mantém a sessão “Meu Planetinha”, voltado para crianças de 6 a 12 anos.

O portal apresenta diversas matérias de cunho jornalístico, apresentando-se como um portal de notícias, conforme figura 4. No entanto, ao utilizar o mecanismo de busca avançada do portal incluindo-se os termos “soja no centro-oeste”, é possível deparar-se com matérias cujos títulos são “A marcha para o Oeste”, matéria da Revista Veja, na qual a manchete diz que “A prosperidade e a riqueza, embaladas pelo sucesso do agronegócio, espalham-se pelo interior do país a uma velocidade inédita”, ou ainda uma matéria com o título “Logística: o pesadelo dos produtores rurais do Centro-Oeste”, conforme Figura 5.

Apesar de tratar de sustentabilidade, nota-se que as matérias a respeito da soja na região Centro-Oeste passam ao largo da temática ambiental, restrita a pequenos comentários nos textos

das reportagens. A única matéria em que a temática ambiental protagoniza o texto é intitulada “O vilão virou bom exemplo”, e trata sobre o município de Santana do Araguaia, no Pará. A manchete explica que “em uma área do Pará que já foi símbolo de devastação, a agricultura avança e ajuda a preservar a floresta”. A matéria destaca ainda que “A nova fronteira agora atrai a atenção de grandes investidores do agronegócio”. Apesar do título, e da manchete, o texto da matéria limita-se a falar das vantagens de se produzir na região, em razão da facilidade de escoamento da soja pelos portos do Norte, bem como dos recentes investimentos da SLC Agrícola e da V-Agro no Pará, sem tratar das questões ambientais relacionadas ao tema.

Figura 4: Tela do Portal “Planeta Sustentável”

Fonte: Editora Abril (2016)

Figura 5: Tela com resultados de busca no portal Planeta Sustentável

Fonte: Editora Abril (2016)

A análise das notícias relacionadas à soja no Centro-Oeste presentes no portal exemplifica a forma de atuação do agronegócio na construção de uma imagem atrelada à ideia de “sustentabilidade, progresso e modernidade”. Essa construção busca apoio junto ao público para as demandas do setor por investimentos na área de logística entre os leitores. A busca pela apropriação da ideia de sustentabilidade fica evidente quando, no mecanismo de busca, é digitada o nome de um dos patrocinadores, a Bunge. Todas as primeiras matérias relacionadas tratam de temas que de alguma forma relacionam à Bunge à ideia de sustentabilidade, seja no que diz respeito à preservação ambiental, seja no que diz respeito às atividades da empresa, conforme figura 6.

Figura 6: Resultados do mecanismo de buscas do portal Planeta Sustentável para o termo "Bunge"

Fonte: Editora Abril (2016)

O portal é apenas um meio do arsenal de comunicação do agronegócio e sua capilaridade na mídia. No início de 2016, a TV Globo passou a exibir em diversas faixas de sua programação a campanha “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo”. Segundo informações do site oficial da campanha:

A Campanha "Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo" foi concebida pelas gerências de Marketing e de Comunicação da Rede Globo e vai até junho de 2018. A cada 15 dias, um novo tema é apresentado ao público. Até agora, os temas abordados foram frango, café, milho, arroz, laranja e flores. Todos importantes produtos do agronegócio do nosso país. Os vídeos de conceito, como o divulgado nesta quinzena, têm como objetivo tratar a importância dos produtos agrícolas e das coisas do campo para a sociedade brasileira. Os produtos agrícolas estão inseridos no dia-a-dia de todo cidadão urbano. Procuramos também sempre citar quantos empregos aquela atividade agrícola gera e quanto ela movimentou na economia. (PORTAL G1, 2016, não paginado)

Tendo como principal patrocinadora a JBS, a campanha evidencia a articulação da ideia da essencialidade do agronegócio na vida da população, na produção de alimentos e no

progresso do país. Além da mídia, o agronegócio busca articular-se através da formação de intelectuais e pesquisadores sintonizados com as necessidades do setor. Exponente dessa tendência nos últimos anos foi o ICONE (Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais). Criado em 2003, o Instituto tinha como missão prover ao governo e ao setor privado estudos e pesquisas relacionados a comércio e política comercial com foco na área da agricultura e do agronegócio. Além disso, o Instituto desenvolvia pesquisas e projetos sobre dinâmicas do uso do solo no Brasil, desempenho do setor agrícola e comércio de produtos agroindustriais. O Instituto, que não tinha fins lucrativos, era mantido pela UBABEF (União Brasileira da Avicultura), pela ÚNICA (União da Indústria da Cana de Açúcar) e pela ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness). Segundo informações do site do próprio do ICONE, o Instituto está atualmente desativado e eventuais contatos são encaminhados a equipe da AGROICONE, empresa de consultoria econômica e agrícola fundada em 2013 por um grupo de especialistas do ICONE.

O Instituto já foi presidido por Marcos Jank, engenheiro agrônomo, doutor em Administração e livre docente em Economia Aplicada pela USP. Jank tem vasta carreira acadêmica, foi assessor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio em 1999, Coordenador de projetos de pesquisa junto ao Banco Mundial, BID, OCDE, FAO, PNUD, presidente do ICONE entre 2003 e 2007, cargo que deixou para ocupar a presidência da ÚNICA, organização representativa dos interesses dos setores de açúcar e bioetanol e que atua declaradamente em função dos “interesses dos produtores de açúcar, etanol e bioeletricidade tanto no Brasil como ao redor do mundo” (ÚNICA, 2017, não paginado). Hoje Marcos Jank vive na Ásia, onde é responsável pela expansão do grupo BRF na região.

O sucessor de Jank na presidência foi o engenheiro agrônomo e economista, Andre Nassar. Ex-secretário de Política Agrícola do segundo governo Dilma, Nassar foi responsável pela fundação da AGROICONE, que faz parte de uma holding de participações chamada Plataforma. Agro, que controla também a Agro. Consult, o Agro.Ipes, que tem como sócio o ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues e a Agro. Satellite (SUINOCULTURA INDUSTRIAL, 2013, não paginado). Dentre os principais clientes das consultorias controladas pela holding estão o Banco Santander, Banco John Deere, Itaú BBA, Bovespa, Bunge, MbAC Fertilizantes, Galvani, New Holland Agriculture, Du Pont, Milenia, Girassol, Agrinvest e Braskem (AGOCUNSLT, 2017, não paginado).

Dentro da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, foi fundado em 1990 o PENSA (Centro de Conhecimento em Agronegócios). Segundo informações do próprio site do PENSA, trata-se de um centro que se dedica à Gestão e Coordenação de

Agronegócios com atuação nos cenários nacional e internacional estruturado em forma de rede, com envolvimento de diversas instituições de ensino e pesquisa, pesquisadores, executivos, indústrias e produtores rurais (PENSA, 2016).

O PENSA se apresenta como programa institucional da FIA (Fundação Instituto de Administração), escola de negócios privada ligada a docentes da FEA-USP, que oferece cursos pagos de MBA, Graduação e Mestrado Profissional na área de negócios. As atividades do PENSA concentram-se na investigação de sistemas agroindustriais. Além disso, o PENSA tem o programa PENSA-LIDERAGRO (Programa de Formação de Lideranças no Agronegócio), que oferece cursos fechados *in company* para executivos, empresários, sucessores, consultores, pesquisadores e profissionais de liderança do agronegócio. A grade de cursos para o ano de 2016 foi bastante extensa. Ministrados nas instalações da FIA por docentes da FEA-USP, os cursos versam sobre temas como Finanças no Agronegócio, Marketing e Vendas no Agronegócio e Inteligência de Mercado no Agronegócio. Chama a atenção o curso de “Governança e Desenvolvimento de Sucessores”, voltado para empresas de controle familiar, com o intuito de capacitar os sócios, herdeiros, gestores ligados a empreendimentos de controle familiar.

Quando o tema é a questão fundiária, ou ainda a demarcação de terras indígenas, o ruralismo lança mão de um arsenal discursivo variado, que passa sempre pela defesa da “segurança jurídica” e do Estado de direito, chegando até mesmo à defesa de liberdades democráticas. Nesse quesito, é notória a importância de figuras públicas da política brasileira ligadas ao agronegócio, principalmente da senadora Kátia Abreu. De forte e articulado potencial argumentativo, a ex-ministra é uma das figuras mais atuantes na defesa dos interesses do agronegócio através de publicações em jornais, entrevistas e aparições públicas.

Seu arcabouço argumentativo é bastante variado e flexível, conforme a conveniência. Com frequência, a senadora recobra os termos destacados no parágrafo anterior, principalmente quando estão em destaque temas relacionados à posse da terra:

Equivoca-se quem vê um conflito entre 'indígenas' e 'agronegócio'. É a soberania nacional que está em jogo. (...) A insegurança jurídica se generaliza e joga os brasileiros uns contra os outros, ao arrepio do Estado de direito. Pior ainda, contraria os interesses maiores do Brasil e da soberania nacional. (ABREU, 2012b, não paginado).

Ao evocar termos como a “soberania nacional” e os “interesses do Brasil”, relacionando-os à necessidade de “segurança jurídica” e à manutenção do Estado de direito via garantia do direito à propriedade privada capitalista da terra, a senadora busca estabelecer uma relação de

oposição entre os conflitos relacionados à questão da demarcação de terras indígenas e a viabilidade da produção rural e o desenvolvimento do país. Em outras palavras, o artigo da senadora na Folha de São Paulo, um dos jornais de maior circulação do país, busca consolidar a ideia de proteção à propriedade privada capitalista da terra como sinônimo de “segurança jurídica” e condição para o desenvolvimento nacional. Restringindo a questão da segurança jurídica à proteção da propriedade privada capitalista da terra, a senadora propositadamente não cita um elemento bastante comum na formação das fazendas brasileiras: a grilagem de terras.

Enfim, o que gostaríamos de frisar é esta estratégia discursiva empregada pelos representantes do agronegócio, capaz de ocultar conflitos sociais de grande magnitude e reduzir tais questões através de procedimentos semânticos particulares. O resultado disso, ou melhor, o propósito maior desse esforço parece ser mesmo um interesse cada vez maior de se construir uma imagem positiva do agronegócio junto à opinião pública (PORTO, 2014, p. 41).

Além de trabalhar em uma eloquente formação discursiva e intelectual, o agronegócio se organiza politicamente através de suas associações e federações. No caso da soja, uma das mais expressivas delas é a APROSOJA (Associação dos Produtores de Soja do Brasil). Com sucursais em 12 unidades da federação, a associação representa mais de 90% da área plantada de soja do país. Vale destacar que ela foi fundada em 1990 a partir de iniciativa de produtores de Goiás e Mato Grosso, e hoje representa produtores de todos os estados. Entre os valores que a associação diz ter como essenciais estão a responsabilidade socioambiental e o respeito à propriedade, como garantia de segurança jurídica da atividade rural (APROSOJA, 2016, não paginado).

O presidente da associação até 2018, Marcos da Rosa, é produtor de soja no estado de Mato Grosso. Eleito por aclamação para a gestão 2016-2018, Marcos tem como propostas o alongamento de dívidas dos produtores rurais e a liberação de novos defensivos agrícolas, em especial novos fungicidas, já que, segundo ele, os disponíveis no mercado atualmente já não funcionam mais no campo, além de serem caros e comprometerem a renda do produtor:

As liberações são necessárias o mais rápido possível porque nós temos produtos que não funcionam mais no campo, inseticidas, mas principalmente os fungicidas no caso da ferrugem asiática. Até pela questão do preço, para tornar os produtos mais acessíveis, quanto mais empresas trabalhando com um produto que está fornecendo, o produto fica mais acessível, que é nossa conversa do início. Nós buscamos a renda do produtor rural (APROSOJA, 2016, não paginado).

Além disso, em sua entrevista de posse, o produtor defendeu a revisão nos pagamentos de *royalties* sobre sementes transgênicas que, segundo o Rosa, penaliza os produtores de soja obrigando-os a pagar *royalties* acima da média mundial pelas sementes utilizadas no plantio:

Temos que ter uma igualdade mundial. Quanto que os Estados Unidos pagam? Quanto que a Argentina paga? Será que, às vezes, nós não temos um preço exorbitante no Brasil, se comparado com outros lugares que concorrem conosco em produção de soja? Acho que a conversa, o embate vai ser nesse sentido rural (APROSOJA, 2016, não paginado).

Essa alegação demonstra uma disputa pela renda da sojicultura entre produtores rurais e agroindústrias, denotando a presença e conflitos na aliança de classes do agronegócio e a subordinação da renda da terra à ação dos oligopólios agroindustriais. Vale notar que as indústrias processadoras de soja também têm entidade representativa, a ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias Produtoras de Óleos Vegetais), e as Indústrias de sementes formam a ABRASEM (Associação Brasileira de Sementes e Mudas).

Merece destaque também a presença do agronegócio na vida política e nas instâncias decisórias do Estado, bem como sua forte atuação política. Os setores sociais ligados ao agronegócio, sejam proprietários de terras, produtores ou agroindústrias têm atuação política destacada nos poderes instituídos, em especial no Legislativo e no Executivo. Nesse quesito, fica evidente a força política do agronegócio da fronteira agrícola do Oeste, dado que as três maiores figuras públicas do meio político ligadas ao agronegócio têm suas bases eleitorais e suas propriedades no Brasil central: Blairo Maggi, Katia Abreu e Ronaldo Caiado.

Na região Centro-Oeste, a força político-parlamentar do ruralismo é revelada pelo elevado grau de participação dos parlamentares da região na FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária). Com o lema “Promovendo o Desenvolvimento com Sustentabilidade”, a FPA, substituta da Frente Ampla Ruralista, atua no parlamento brasileiro desde a Assembleia Constituinte de 1988. Na legislatura 2015-2019, a Frente contou com mais de 200 parlamentares e seu objetivo primeiro é a preservação dos direitos de propriedade e o estímulo à ampliação das políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional. Vale notar que, no texto da missão da frente, consta novamente o termo “segurança jurídica”:

Dentre as prioridades atuais estão a modernização da legislação trabalhista, fundiária, tributária, além da regulamentação da questão de terras indígenas e áreas de quilombolas, para garantir a segurança jurídica necessária à competitividade do setor (FPA, 2016).

Dos 207 parlamentares em atividade signatários da Frente na Câmara dos Deputados, 29 são da região Centro-Oeste. Apesar dos deputados da região representarem apenas 14% dos membros da Frente, vale destacar que, do total das bancadas da região, 70% faz parte da FPA. No estado de Mato Grosso, maior produtor de soja do Brasil, esse número chega a incríveis 100%, levando a crer que a ligação com o agronegócio seja imprescindível para a conquista de

uma vaga na Câmara pelo estado. Em todos os estados da região, inclusive no DF, o percentual da bancada ligada à FPA ultrapassa os 50%, conforme tabela 29.

Tabela 29: Deputados membros da FPA no CO

Deputado Signatário	Partido	UF	% da bancada na UF
ALBERTO FRAGA	DEM	DF	
AUGUSTO CARVALHO	SD	DF	
IZALCI	PSDB	DF	
RONEY NEMER	PMDB	DF	50%
ALEXANDRE BALDY	PSDB	GO	
CÉLIO SILVEIRA	PSDB	GO	
DANIEL VILELA	PMDB	GO	
FLÁVIA MORAIS	PDT	GO	
HEULER CRUVINEL	PSD	GO	
JOÃO CAMPOS	PSDB	GO	
JOVAIR ARANTES	PTB	GO	
LUCAS VERGILIO	SD	GO	
MAGDA MOFATTO	PR	GO	
PEDRO CHAVES	PMDB	GO	
ROBERTO BALESTRA	PP	GO	65%
CARLOS MARUN	PMDB	MS	
DAGOBERTO	PDT	MS	
ELIZEU DIONIZIO	SD	MS	
GERALDO RESENDE	PMDB	MS	
MANDETTA	DEM	MS	
TEREZA CRISTINA	DEM	MS	75%
ADILTON SACHETTI	PSB	MT	
CARLOS BEZERRA	PMDB	MT	
EZEQUIEL FONSECA	PP	MT	
FABIO GARCIA	PSB	MT	
NILSON LEITÃO	PSDB	MT	
PROFESSOR VICTÓRIO GALLI	PSC	MT	
SÁGUAS MORAES	PT	MT	
VALTENIR PEREIRA	PROS	MT	100%
TOTAL CENTRO-OESTE		29	70%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da FPA (2016)

No Senado, a Tabela 30 mostra que todos os estados da região têm senadores membros da FPA. Novamente Mato Grosso chama atenção por ter 100% de seus senadores signatários da frente, com destaque para o Senador Blairo Maggi, que está licenciado do cargo para o exercício do cargo de Ministro da Agricultura. Seu suplente, Cidinho Campos, apesar de não ser signatário da FPA, é empresário do setor agropecuário e é um exemplo de parlamentar que, apesar de não compor a FPA, atua em prol do ruralismo, assim como as senadoras Lúcia Vânia (PSB-GO) e Simone Tebet (PMDB-MS), o que revela que a força da bancada ruralista exorbita a FPA dentro do legislativo federal.

Tabela 30: Senadores membros da FPA do CO

Senadores Signatário	Partido	UF	% DA BANCADA DA UF
Blairo Maggi	PP	MT	
Wellington Fagundes	PR	MT	
José Medeiros	PPS	MT	100%
Ronaldo Caiado	DEM	GO	33,33%
Hélio José	PSD	DF	33,33%
Waldemir Moka	PMDB	MS	33,33%
TOTAL CENTRO-OESTE		6	50%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da FPA (2016)

Segundo Costa (2012, p. 248), dos 20 maiores proprietários de terras levantados através das declarações de bens à Justiça Eleitoral entre 1998 e 2010, 8 eram da região Centro-Oeste, dentre eles o ex-deputado pelo Mato Grosso, Flavio Derzi, que declarou possuir mais de 45 mil hectares de terras. Dentre eles, está também o deputado Sandro Mabel (PR-GO), que ficou famoso durante o ano de 2015, por ser o relator do projeto de lei 4.330 que libera a terceirização das atividades fim das empresas, proprietário de 9.000 hectares de terras declaradas improdutivas para o cadastro do INCRA. Curiosamente, o deputado não é membro da FPA.

A Figura 7, extraída de Costa (2012, p. 282), revela uma forte concentração das terras declaradas pelos ruralistas no cadastro rural do INCRA na região Centro-Oeste, em especial no estado de Mato Grosso, maior estado produtor de soja e onde estavam as maiores propriedades, já no ano de 2003. Esse dado revela a força política dos produtores de soja e a magnitude das propriedades dos políticos sojicultores do estado. As circunferências vermelhas do mapa sinalizam as propriedades, quanto maiores as circunferências, maiores as propriedades. Nota-se que há uma forte presença de grandes circunferências vermelhas justamente em

municípios com produção expressiva de soja, como Comodoro, no centro-oeste do estado, Alta Floresta, no Norte, próximo à divisa com o Pará, e na região centro-sul, próximo à Cuiabá, que abriga as maiores produções de soja do estado, segundo dados do IBGE de produção de soja por município. A figura 7 traz também uma expressiva concentração de circunferências vermelhas na região sul do Maranhão e em sua fronteira com o Piauí; bem como no oeste baiano e no norte de Tocantins, regiões que compõem o MATOPIBA, onde a soja vem se expandindo em ritmo acelerado.

Figura 7: Concentração das Terras dos Ruralistas no Brasil, 2003

Fonte: COSTA (2012, p. 281)

O maior expoente da força política da soja mato grossense está no fato de um de seus maiores produtores, o senador e ex-governador do estado de Mato Grosso, Blairo Maggi, ocupar o cargo de ministro da agricultura, o mais alto posto de planejamento das políticas agropecuárias do país. Sua atuação no mercado da soja não está restrita ao plantio de mais de

203 mil hectares de soja em 12 fazendas espalhadas pelo Mato Grosso. O grupo empresarial comandado pelo ministro da agricultura, Grupo Andre Maggi é uma *trading* com ação e negócios em várias unidades da federação.

Por meio da Amaggi *Commodities*, o grupo atua na área de fornecimento de insumos, agrotóxicos e sementes para fazendas produtoras de soja, e também no processamento de grãos para a exportação através de três plantas de esmagamento de soja: Itacoatiara (AM), Lucas do Rio Verde (MT) e Fredrikstad (Noruega). O grupo também está presente na área de transportes fluviais por meio da Amaggi Navegação, responsável pela criação e exploração do Corredor Noroeste de Exportação⁶⁰ e que administra três terminais portuários: o de transbordo de Porto Velho (RO), o porto flutuante de Itacoatiara (AM) e parte do Terminal de Granéis do Guarujá (TGG). Na área de energia, o grupo atua através da Amaggi Energia, detentora de cinco centrais hidrelétricas em Sapezal e Campor de Júlio (MT) (AMAGGI, 2016, não paginado).

A notável atuação e expressão da Amaggi *Commodities* e do Grupo Andre Maggi demonstram que, apesar do predomínio da atuação de grupos estrangeiros na cadeia de valor da soja - discussão que será retomada no capítulo 3 - a burguesia local da região Centro-Oeste conseguiu alçar posições importantes e empreender projetos de monta no setor, evidenciando que existe um espaço de disputa importante no controle de alguns dos elos de valor da soja entre a burguesia local e as multinacionais agroindustriais que compõem a aliança regional de classes do Centro-Oeste brasileiro.

Nomeado para o posto pelo presidente Michel Temer, Maggi não é o primeiro representante do agronegócio a ocupar a pasta. A penetração do agronegócio nas instâncias decisórias do Poder Executivo federal é uma tradição nos diferentes governos que ocuparam o Palácio do Planalto na história recente. A análise do período 1995-2016, cujos dados constam da tabela 31, mostram que, dos últimos 13 ministros da agricultura apenas 3 não declararam ser produtores rurais como atividade principal e apenas 4 não eram membros da bancada ruralista no Congresso Nacional. Vale destacar ainda que, desses 4, Francisco Turra e Wagner Rossi, apesar de, no momento da nomeação não exercerem cargo no legislativo federal, tiveram atuação política anterior em prol do agronegócio ocupando cargos políticos em seus estados de origem.

⁶⁰ Escoamento da soja pelas hidrovias dos rios Madeira e Amazonas

Tabela 31: Relação dos Ministros da Agricultura entre 1995 e 2016

Período	Governo	Partido	Nome	Produtor Rural como atividade principal	Membro da Bancada Ruralista no Congresso
1995/96	FHC I	PTB - PR	José Eduardo Vieira	Não	Sim
1996/98		PTB - MG	Arlindo Porto	Sim	Sim
1998/99		PPB - RS	Francisco Turra	Sim	Não
1999/03	FHC II	PPB - RS	Marcus Pratini	Não	Sim
2003/06	LULA I	-----	Roberto Rodrigues	Sim	Não
2006/07		-----	Guedes Pinto	Não	Não
2007/10	LULA II	MDB - PR	Reinhold Stephanes	Sim	Sim
2010/11		MDB - SP	Wagner Rossi	Sim	Não
2011/13	DILMA I	MDB - RS	Mendes Ribeiro	Sim	Sim
2013/14		MDB -MG	Antonio Andrade	Sim	Sim
2014		PP- MT	Neri Geller	Sim	Sim
2015/16	DILMA II	MDB-TO	Katia Abreu	Sim	Sim
2016/18	TEMER	PP-MT	Blairo Maggi	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do CPDOC/FGV e Ministério da Agricultura.

Outra figura pública oriunda do Centro-Oeste que representa os interesses do agronegócio no Congresso Nacional é o deputado Nilson Leitão (PSDB-MT). Líder de seu partido na Câmara dos deputados, o deputado, nascido em Cassilândia (MS), iniciou sua carreira política na cidade de Sinop (MT), onde se elegeu vereador no ano de 1996 e prefeito em 2000, cargo que ocupou por dois mandatos. Em 2010 se lançou candidato a deputado federal, cargo para o qual foi eleito com 70.958 votos naquele ano e reeleito com 127.359 votos em 2014. (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018, não paginado). Atualmente, o deputado é presidente da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária).

Apesar de sua defesa enfática do que faz do agronegócio através de seu mandato, Leitão nunca foi produtor rural. Formado como técnico em contabilidade, o deputado teve origem humilde e prosperou economicamente com atividades ligadas à construção civil na cidade de Sinop, onde é notadamente conhecido por nunca ter sido produtor rural. Não obstante sua biografia, o deputado é considerado o expoente máximo da representação do agronegócio na cidade, contando com forte apoio de líderes do Sindicato Rural de Sinop, o que se justifica pelos projetos de sua autoria em tramitação no Congresso. Conforme tabela 32, sua atuação parlamentar tem ligação orgânica com os interesses ruralistas, em especial no que diz respeito a questões ambientais e indígenas. O mais polêmico deles é o PL 6442/2016 que, caso aprovado, permitiria a remuneração de trabalhadores rurais sob a forma de moradia e comida. Além dos

projetos de sua autoria, durante as votações, o deputado tem atuação eloquente nos interesses do agronegócio, como no caso do PL 4148/2008, aprovado pela Câmara em 2015, que retira a obrigatoriedade de sinalização da transgenia dos alimentos nos rótulos.

Tabela 32: Propostas de Projetos de Lei de Autoria do Deputado Nilson Leitão (PSDB-MT)

Número de Medida ou Projeto	Resumo
PL 6442/2016	Altera regulamentação do trabalho rural e inclui a possibilidade de que trabalhadores sejam pagos com comida e moradia
PDC 1300/2013	Retira da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a prerrogativa de fazer exigências para obras em áreas indígenas ou próximas
PDC 1465/2014	Institui mudanças no processo de licenciamento ambiental
PDC 636/2017	Suspende a homologação das terras indígenas Kayabi (MT) e Jacareacanga (PA)
RCP 26/2016	Cria CPI para investigar atuação da FUNAI e do INCRA
PLP 227/2012	Altera processo de demarcação de terras indígenas
PDC 3/2015	Susta portaria que proíbe coleta, corte e comercialização de espécies da flora ameaçadas de extinção
RCP 16/2015	Cria CPI para investigar atuação da FUNAI e do INCRA

Fonte: Ruralômetro (2018)

A atuação do deputado em defesa do agronegócio não se limita ao parlamento. Nilson Leitão é alvo de inquérito que apura seu envolvimento em incentivo a invasões de terras indígenas no STF (3936/2014). Leitão também é réu da ação penal 985/2016, no qual é acusado de crime de responsabilidade por desvio ou apropriação de bem público por suposto superfaturamento de obras de pavimentação e drenagem em trecho urbano da BR-163 entre 2001 e 2006, quando era prefeito de Sinop (MT). Em 2007, ele chegou a ser preso preventivamente na Operação Navalha da Polícia Federal, que investigava crime de corrupção passiva em esquemas de corrupção entre a empreiteira Gautama e administradores públicos de Sinop (MT), durante sua gestão à frente da prefeitura. Além dos inquéritos no STF, Leitão responde a 16 processos em instâncias inferiores que vão, desde fraude em processos licitatórios a reprovação de contas de campanha (RURALÔMETRO, 2018, não paginado).

Sua força junto ao agronegócio mato-grossense permitiu a Leitão contar com boas doações desse segmento em sua última campanha. Dos R\$ 2.460.134,00 arrecadados por sua

campanha, R\$ 519.000,00 foram doados por produtores Pessoa Física e R\$ 1.241.000 por agroindústrias (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018, não paginado). Ainda que com uma atuação clara em defesa da agropecuária, durante visita realizada a Sinop, alguns produtores relataram insatisfação com a atuação do deputado que, segundo eles, vem se afastando da defesa do setor e defendendo seus próprios interesses. Essa insatisfação ocorre devido a sua atuação na tramitação do projeto de lei 827/2015, que altera a lei 9456/97 (Lei de Cultivares). Pelo projeto, cuja relatoria é de Nilson Leitão, a partir de sua aprovação ficará estabelecida a obrigatoriedade do pagamento de *royalties* para os desenvolvedores de melhorias genéticas de sementes convencionais⁶¹ na comercialização dessas sementes aos produtores rurais, inclusive pelos produtores que “guardam”⁶² sementes para a próxima safra.

Atualmente, o obtentor (desenvolvedor) da variedade melhorada só é remunerado no momento da venda da licença para os multiplicadores (empresa que irá multiplicar e comercializar aquela variedade). Após a quebra da patente, não incidem *royalties* sobre a comercialização e é permitido aos produtores o salvamento das sementes para as safras seguintes. Por exemplo, atualmente quando o agricultor compra uma semente, ele está adquirindo o germoplasma, que carrega características como tamanho e porte e também a biotecnologia, que, no caso da soja, geralmente são os genes que garantem resistência ao glifosato e à lagarta. Ao adquirir sementes da soja RR1, variedade com patente vencida, o produtor paga royalties somente pelo germoplasma. Na compra da variedade RR2, que ainda tem patente em vigor, o produtor é obrigado a pagar royalties também pela biotecnologia desenvolvida e não só pelo germoplasma. O produtor que salvar parte da produção para cultivar a próxima safra não paga nada sobre a variedade RR1 e paga royalties apenas pela biotecnologia da RR2. A proposta de alteração da lei de proteção de cultivares é que a cobrança de royalties sobre o desenvolvimento da biotecnologia passe a ser feita cada vez que o produtor salvar ou comprar novas sementes, sejam elas sementes com patente em vigor ou vencida. Segundo o relator e a ABRASS (Associação brasileira dos Produtores de Semente de Soja) essa medida irá melhorar e remunerar melhor as pesquisas em biotecnologia feitas no país, estimulando mais inovações no setor (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018, não paginado)

⁶¹ Vale destacar que esse projeto não se aplica às sementes transgênicas, regidas pela Lei de Patentes. O projeto abarca sementes convencionais melhoradas geneticamente, mas que não foram produzidas a partir de cruzamentos de DNA de diferentes espécies, que é o caso dos transgênicos. É importante frisar que nem todo o OGM (Organismo geneticamente modificado) é um transgênico, embora o contrário seja verdadeiro

⁶² É comum entre os produtores de variedades de soja convencional “guardar” sementes de uma safra para outra. Essa prática conhecida também como salvamento de sementes, consiste em plantar em parte de sua propriedade pés produtores de sementes a partir daquelas compradas. Pelo projeto essa prática se tornaria crime de pirataria.

O projeto, que significa um claro aumento de custos para os produtores na compra das sementes é rechaçado pela APROSOJA, que considera que seu intuito não é remunerar os pesquisadores e estimular a pesquisa, conforme defendem seus apoiadores, mas sim gerar uma nova fonte de receitas para as sementeiras e multiplicadoras de semente, cujo mercado é dominado por *tradings* agroindustriais e pela EMBRAPA, conforme será detalhado no capítulo 3. O projeto também é rechaçado por lideranças da agricultura familiar e de movimentos sociais ligados à questão agrária, que entendem que, caso aprovada, a alteração da lei significaria a entrega completa do poder de controle do mercado de sementes e da segurança alimentar nas mãos das grandes *tradings*, o que comprometeria a variedade da produção agrícola e as produções menos rentáveis, nas quais a prática de salvamento é mais comum (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017, não paginado).

O deputado Nilson Leitão, relator do projeto, defende mudanças na Lei de Cultivares, por considera-la desatualizada e um entrave à pesquisa agrícola no país, porém alega que ainda não existe um consenso ideal do formato através do qual funcionará o pagamento de *royalties* e muito menos sobre a questão do salvamento de sementes (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018, não paginado).

A plataforma Ruralômetro, criada pelo site Repórter Brasil, mede a atuação dos parlamentares em prol dos interesses do agronegócio. Na classificação desenvolvida pelo site, o deputado aparece como o congressista que, na Câmara, mais atuou em defesa dos interesses ruralistas na legislatura 2015-2018. Além de sua atuação parlamentar, para sua campanha de 2014, o deputado recebeu R\$ 664.151,00 de empresas⁶³ flagradas com trabalho escravo ou autuadas pelo Ibama (RURALOMETRO, 2018, não paginado).

Assim como na atuação parlamentar de Nilson Leitão, a temática ambiental é objeto de atuação contínua e organizada do agronegócio em prol de seus interesses, como ocorreu durante a discussão e aprovação do novo Código Florestal. O projeto de lei tramitou por mais de 13 anos no Congresso Nacional até ser aprovado no parlamento e sancionado pela então presidente Dilma Rousseff. O projeto de lei 1.876 foi apresentado pela primeira vez pelo deputado ruralista Sérgio Carvalho. Sua tramitação foi retomada em 2009, quando parecia que se havia chegado a um acordo entre governo e ruralistas. A votação em plenário ocorreu em março de 2011. Apesar da aprovação do texto acordado, a bancada ruralista do PMDB apresentou uma emenda ao projeto possibilitando a manutenção de atividades agrícolas nas APP (Áreas de Preservação Permanente). A emenda 164, chamada de “vilã” do Código, apresentada por Paulo Piau

⁶³ Até as eleições de 2014, eram permitidas as doações de empresas para campanhas eleitorais, prática que foi proibida a partir das eleições de 2016.

(PMDB-MG) foi aprovada e o projeto seguiu para o Senado (CONGRESSO EM FOCO, 2012, não paginado).

No Senado, o projeto foi aprovado com alterações, tendo que retornar à Câmara, onde, naquele momento, a bancada ruralista estava mais mobilizada no sentido de tornar o Código mais permissivo com desmatamentos passados e redução das APP's. Novamente na câmara, o projeto foi relatado por Paulo Piai, que fez 21 alterações no texto aprovado pelo Senado, tornando-o ainda mais próximo dos interesses ruralistas. Mais uma vez o governo foi derrotado, e foi aprovado o texto dos ruralistas, que seguiu à sanção presidencial em abril de 2012. Dilma Rousseff vetou 12 dos 84 artigos da lei, bem como fez 32 outras alterações no texto. Ao final da longa batalha, apesar da mobilização de diversos setores da sociedade e de ambientalistas, e mesmo com os vetos, os ruralistas saíram vitoriosos da discussão, pois o novo Código Florestal (Lei 12.651/2012) isentou os proprietários rurais de multas ou demais sanções por utilização irregular de áreas protegidas até 22/07/2008 e estabeleceu que áreas com até 4 módulos fiscais⁶⁴ (consideradas pequenas propriedades pela legislação) não precisam recompor mata nativa (SENADO FEDERAL, 2016, não paginado) .

A aprovação do novo Código nos termos em que ocorreu foi uma demonstração eloquente de força da bancada ruralista. Vale destacar que vários parlamentares que, no momento da aprovação do Código, estavam respondendo criminalmente, sendo multados ou tendo obras embargadas pelo IBAMA, participaram das votações atuando favoravelmente às mudanças. A principal acusação envolvendo os parlamentares, “Danos às APP's”, foi amenizada pelo novo código. Dentre os envolvidos, estão Ivo Cassol (PP-RO), Jayme Campos (DEM-MT), João Ribeiro (PR-TO), Irajá Abreu (DEM-TO), José Agnolin (PDT-TO), Reinaldo Azambuja (PSDB-MS), Roberto Doner (PP-MT), Augusto Coutinho (DEM-PE), Eduardo Gomes (PSDB-TO), Iracema Portella (PP-PI), Marcos Medrado (PDT-BA) e Paulo Cesar Quartiero (DEM-RR) (CASTILHO, p. 129-132, 2012). Blairo Maggi, que, no Senado, atuou decisivamente na aprovação do novo Código, cometeu crime ambiental em sua fazenda de Rondonópolis, mas

⁶⁴Introduzido pela Lei nº 6.746/79, o módulo fiscal é uma unidade de medida de área (expressa em hectares) fixada diferentemente para cada município, uma vez que leva em conta as diferentes realidades locais, como o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); a renda obtida com a exploração predominante; e o conceito de propriedade familiar (art 4º, II, Lei 4.504/64). O módulo fiscal corresponde à área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável. O tamanho do módulo fiscal para cada município está fixado através de Instruções Especiais (IE) expedidas pelo INCRA. De acordo com a Lei nº 8.629/93, no art. 4º, II, o módulo fiscal também é parâmetro para a classificação fundiária do imóvel rural quanto a sua dimensão, sendo entendido como minifúndio o imóvel rural de área inferior a 1 (um) módulo fiscal; pequena propriedade o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; média propriedade aquele de área compreendida entre 4 (quatro) e 15 (quinze) módulos fiscais; e grande propriedade com área superior a 15 (quinze) módulos fiscais (ATLAS DA QUESTÃO FUNDIÁRIA, 2011, não paginado)

em 2010 assinou um termo de ajustamento junto ao governo de MT e implantou medidas compensatórias (CASTILHO, p. 89, 2012).

A penetração do agronegócio nas instâncias político decisórias do Estado brasileiro, bem como seus diversos mecanismos de reforço de um discurso de promoção das atividades agropecuárias empresariais e de legitimação social do direito de propriedade mostram o potencial organizativo do setor e sua capacidade de pautar e comandar uma agenda política e econômica para o país. Seja na questão fundiária, nos investimentos em infraestrutura ou nas políticas ambientais, o ruralismo brasileiro atua de forma orgânica no sentido de colocar sua agenda e sua forma de resolução dos conflitos sob a justificativa de que a contribuição auto proclamada primordial e quase que exclusiva do agronegócio para o crescimento econômico e para desenvolvimento do país deve ser obrigatoriamente retribuída pela sociedade e pelo Estado. Essa contribuição deve se dar através de autonomia aos negócios, marcos regulatórios flexíveis e respeito à livre iniciativa, mas também através de apoio financeiro e da intervenção do Estado e seu aparato legal e policial na garantia da segurança jurídica e do direito à propriedade quando considerado necessário.

Além de contrastar com todas as políticas agrícolas e agrárias analisadas neste capítulo, o ideário liberal difundido pelas lideranças do agronegócio é incompatível com todas as principais conquistas e reivindicações do setor junto ao Estado e aos sucessivos governos nos últimos anos. Com sua força e poder de influenciar decisões do Estado, o agronegócio obteve perdão e securitização de dívidas nos anos 1990, descontos de até 70% para o abatimento dívidas fiscais e previdenciárias através da MP 733 editada pelo presidente Michel Temer em junho de 2016 e o recorde de R\$ 202 bilhões para o Plano Safra 2016/1017, num momento de graves restrições fiscais. Na questão fundiária, devem ser ressaltadas a MP do Bem, MP 255/2005 que garantiu isenção fiscal a vários setores, inclusive a diminuição de contribuições previdenciárias à bovinocultura, bem como aumentou o limite para regularização de posse indevida de terras públicas devolutas na Amazônia para 500 hectares. Sob o pretexto de diminuir os conflitos por terra no campo, ainda no governo Lula, a grilagem de terras, artifício historicamente utilizado pelo agronegócio brasileiro na constituição de suas propriedades, foi beneficiada por outras duas MP's que aumentaram ainda mais esse limite: MP 422/2008 e MP 458/2009, que flexibilizaram a limitação para 1500 e 2500 hectares respectivamente (CONGRESSO EM FOCO, 2018, não paginado; RURALÔMETRO, 2018, não paginado).

No caso da soja, essa construção ideológica liberal do agronegócio torna-se bastante frágil quando confrontada com História. A expansão da soja, além das motivações de ordem internacional, como a ascensão chinesa, contou com intenso apoio de todas as principais

políticas voltadas para o setor agrícola desde a década de 1960. A gênese de seu fabuloso sucesso, o desenvolvimento das sementes de período juvenil longo e a adaptação dos solos do Cerrado foram empreendidas pelo Estado através da EMBRAPA, fato deliberadamente ignorado na maior parte das aparições públicas e editoriais de jornais das figuras públicas do agronegócio, sempre ávidas pelo controle de postos decisórios estratégicos no Estado. Em suma, sob a lógica do agronegócio, o Estado deve estar apto a garantir viabilidade financeira do negócio ou o direito a propriedade quando estes estiverem de alguma forma ameaçados, mas sem ferir a autonomia e a autoproclamada eficiência dos capitais privados da agricultura e da agroindústria, autoconsagrados “patronos” do progresso e do desenvolvimento nacional.

Este capítulo tratou de desenhar o quadro geral da expansão da soja no Brasil e nas regiões Centro-Oeste e do MATOPIBA. Para tanto, foram levantados os principais aspectos dessa produção, como composição das exportações, capacidade de esmagamento, números de empregos formais, pessoal ocupado e participação da agricultura familiar. Além disso, buscou-se explicar a relevância e a influência da ascensão da China ao posto de segunda maior economia do mundo nesse processo, e seus principais impactos comerciais e produtivos para a cadeia de valor da soja no Brasil. Fez-se também um levantamento das principais políticas públicas econômicas, financeiras, agrícolas e de infraestrutura do período 1985/2010, buscando evidenciar as relações dessas transformações com as principais transformações do período, principalmente no que diz respeito à mudança do papel do Estado no planejamento e, principalmente, na execução das principais políticas que impactam a agricultura. Finalmente, buscou-se traçar um quadro das principais formas de atuação política do agronegócio na busca pela execução de uma agenda de políticas públicas e legislação favorável aos seus interesses.

Ao longo deste processo, percebeu-se a conversão do Centro-Oeste em espaço profícuo para a produção e reprodução ampliada dos capitais agroindustriais monopolistas através de dois processos: a monopolização dos territórios e, mais recentemente, a territorialização dos monopólios. Em que pese a importância do Estado como importante agente no planejamento e execução de políticas públicas e marcos regulatórios para agropecuária, bem como de financiador e garantidor de financiamentos, assumindo inclusive ônus relacionados a perdão de dívidas de produtores rurais através do Sistema Nacional de Crédito Rural e do Tesouro Nacional, observa-se um crescimento contínuo e consistente da abertura de capital de fazendas e também de novos nichos de ganhos financeiros no financiamento e comercialização da soja via *tradings* processadoras. Além de um papel decisivo no crescimento de novas modalidades de financiamento da agropecuária ligadas ao capital financeiro, observa-se também uma participação cada vez maior dos capitais monopolistas do setor agropecuário no planejamento

e execução de obras de infraestrutura de transportes, energia e armazenamento, evidenciando seu poderio de decisão sobre os entes públicos e sua capacidade de intervenção no território com o objetivo de produzir novos espaços para a acumulação de capital.

A produção do Centro-Oeste como espaço produtivo da agropecuária guarda ligação com os circuitos superiores do capitalismo mundializado. Para entender essa ligação e consolidar o entendimento do processo de expansão da soja pelo Centro-Oeste brasileiro como um processo de produção monopolista do espaço é necessário analisar a conexão dos processos regionais aqui descritos com o processo de “mundialização do capital” e a formação das cadeias globais de valor na produção de *commodities* ocorridos no final do século XX e início do século XXI. Com este objetivo, no capítulo 3, será feito um estudo da cadeia global de valor da soja com fins de entender quais são os setores chave e as empresas líderes dessa cadeia, bem como compreender quais desses elos se realizam em território nacional e a origem dos capitais que os controlam.

3 A AGRICULTURA NO CAPITALISMO MUNDIALIZADO

O final do século XX foi marcado pelo início de uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo mundial denominada pela economia política como “mundialização do capital”. Mundialização não deve ser entendida somente como a internacionalização do capital. Trata-se de uma “nova configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação” (CHESNAIS, 1996, p. 13). Logo, a mundialização deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização. Uma das principais marcas desta fase é avanço do ideário neoliberal de privatizações, desregulamentação e desmantelamento de conquistas sociais, o qual transformou o modo capitalista de produção e reordenou a formação e a constituição dos monopólios econômicos que, mediante a redução do papel dos Estados Nacionais, passaram a comandar a economia a nível global (CHESNAIS, 1996, p. 34).

Neste capítulo, serão levantados os principais elementos de sustentação e de funcionamento do capitalismo mundializado e seus reflexos na agricultura. Em seguida, será feita uma breve análise das principais consequências do processo de “mundialização do capital” para o Brasil e para a agricultura brasileira, com olhar especial para a reinserção do Brasil nos quadros do comércio internacional através da exportação de *commodities* a partir da crise cambial de 1999. Nesse contexto, será verificada a continuidade do papel do Estado como principal importante agente financiador agronegócio a partir dos anos 2000. Essa atuação, que ajudou a viabilizar a recente expansão do agronegócio, consistiu numa política de retomada do SNCR, do mercado de terras e do estímulo à expansão, em território nacional, de determinados elos de cadeias agroindustriais nas quais o Brasil tem vantagem comparativa, dentre eles o plantio de soja. Essas medidas se combinam com a expansão da atuação do capital financeiro na agricultura que, por diferentes mecanismos, busca através de comercialização de *commodities* em mercados futuros e sua utilização em diversos tipos de operações financeiras especulativas a valorização financeira do capital. No caso da soja, tanto a atuação do Estado, como a crescente conjunção entre os capitais industriais e financeiros no comando da agroindústria têm papel determinante na inserção do Brasil na cadeia global de valor da soja e, consequentemente, nos impactos socioeconômicos e espaciais dela.

A soja, além de importante item da pauta de exportações, é indutora da expansão do agronegócio capitalista pelo Centro-Oeste e pelos Cerrados brasileiros, além de setor estratégico de atuação dos capitais monopolistas transnacionais na agricultura. Por isso, sua cadeia global de valor será objeto de análise relevante deste capítulo, no intuito de verificar

quais dos seus elos encontram-se no Centro-Oeste brasileiro e quais estão sob controle de capital nacional ou internacional.

3.1 OS PILARES DO CAPITALISMO MUNDIALIZADO

O processo de consolidação de oligopólios internacionais por meio das transnacionais; a emergência dos EUA como a grande e maior potência militar e econômica após o fim da Guerra Fria, eliminando os entraves entre os mundos capitalista e socialista; os avanços na área de telecomunicações com o advento da rede mundial de computadores; e a ascensão da China como potência industrial global, plataforma de exportações de empresas transnacionais e importante protagonista do comércio internacional a nível mundial a partir dos anos 2000 são alguns dos principais fenômenos do final do século e início do século XXI que ajudam a entender o processo de “mundialização do capital”.

Tais fatores possibilitaram a concentração e coordenação do capital alocado em diferentes países em escala global. Nos países semiperiféricos, como o Brasil, esse processo passa pela cooptação de setores das burguesias nacionais pelos capitais monopolistas transnacionais. Para tanto, o neoliberalismo foi fundamental para remover os entraves nacionais e possibilitar o surgimento de uma nova configuração espacial do modo capitalista de produção. Nesse novo contexto, os capitais se integraram em escala mundial, redefinindo assim as relações entre centro e periferia e originando empresas transnacionais que consolidaram oligopólios internacionais em diversos setores através de fusões, aquisições, dumping, formação de cartéis e de trustes.

Para tanto, verificou-se a existência de quatro processos correlatos: produção capitalista internacional, ações de governo a nível internacional, movimentação internacional de capital e a emergência do capital financeiro como importante ator no comando do capitalismo contemporâneo (OLIVEIRA, 2015, p 236). Mundializado o capital, a produção passa a se localizar onde existam possibilidades de utilização de baixos custos da mão de obra, da terra e de acesso à tecnologia necessária. Assim, as transnacionais desenvolveram novas formas de organização interna e de relações de produção de modo a eliminar ou minimizar as contradições geradas pela disputa de mercados e de fontes de matérias-primas com as empresas nacionais.

A produção capitalista internacional originou-se de monopólios de pesquisa tecnológica que possibilitaram às transnacionais as condições de controlar mundialmente a força de trabalho, os mercados e as fontes de matérias-primas. Essas tecnologias permitiram descentralizar a produção, deslocando cada etapa do processo produtivo para a região onde os custos do trabalho e das matérias-primas são menores, bem como para regiões estratégicas do ponto de vista dos mercados consumidores. Isso significa que, em vários setores de atividades, a produção capitalista internacional no contexto do capitalismo mundializado se dá com base

na incorporação da mão de obra de diferentes partes do globo em uma estrutura integrada de escala global, o que só foi possível graças aos avanços na área de informática e das comunicações.

Essa escala global, elaborada pelas transnacionais a partir de seus próprios interesses, pode ser integradora ou excludente para os demais atores, sejam eles países, as demais empresas ou trabalhadores. Os termos “global” ou “globalização” ocultam o fato de que uma das principais características da mundialização é justamente um movimento crescente de polarização resultante do aumento da desigualdade entre os mais altos e mais baixos rendimentos, bem como do desemprego em razão da ascensão do capital financeiro e da destruição das relações salariais. Outra polarização que se agudiza no capitalismo mundializado é a internacional, em razão do aumento brutal da distância entre países centrais e periféricos (CHENAIS, 1996, p. 37).

Diferentemente do imperialismo clássico, os países periféricos deixam de ser apenas subordinados, reservas de matérias-primas e passam a sofrer os efeitos conjuntos e combinados da dominação política e das trocas desiguais. O resultado é uma tendência de marginalização dos países em desenvolvimento, duramente golpeados pela conjuntura internacional e pelas transformações tecnológicas ocorridas no centro do sistema a partir da década de 1980 (CHESNAIS, 1996, p. 47).

É preciso considerar também as implicações das deslocalizações de parte da produção para os países de baixos custos salariais. Essas deslocalizações se dão a partir da iniciativa de grupos industriais e comerciais oriundos, na maioria dos casos, dos países da Tríade (UE, EUA e Japão) em direção a países com baixo custo da mão de obra e menores custos de produção, dentre os quais se destaca a China, que combina a condição de potência global com crescente volume de IED em outros países com a condição de “fábrica do mundo”, por ser o destino de diversas empresas transnacionais em busca de mão de obra barata, tal qual outros países do Sudeste asiático. A deslocalização da produção industrial rumo a países com menores custos de mão de obra logrou êxito ao colocar em concorrência a oferta de força de trabalho entre diferentes países. Tal êxito decorre do fato de a “mundialização do capital” ter implodido a integração simultânea num mesmo local de três mercados: o de mercadorias, o de capital e tecnologia e o de trabalho, outrora base para expansão do sistema capitalista. Muito embora o sistema mundial tenha dado passos importantes quanto à integração das mercadorias, das tecnologias e das novas técnicas financeiras, não está integrado quanto ao trabalho, o que permite que as companhias explorem ao seu bel prazer as diferenças entre remuneração do

trabalhador em diversas áreas do globo, engendrando condições desfavoráveis aos trabalhadores a nível global (CHENAIS, 1996, pp. 39-40).

A produção capitalista internacional não seria possível sem uma ampla movimentação internacional de capital através dos IED (Investimentos Estrangeiros Diretos), cujo montante ultrapassou com folga os montantes do comércio internacional durante o século XX. Esses investimentos se dão com base no capital acionário de empresas multinacionais efetuados por investidores não nacionais, investimentos diretos de capitais pelas multinacionais e por depósitos em bancos estrangeiros. No final do século XX e início do século XXI, observou-se também um aumento dos fluxos de capitais privados associados de um país para outro por meio da unificação do mercado financeiro internacional (OLIVEIRA, 2015, p. 236).

Além da ampla movimentação internacional de capitais através dos IED, vale destacar também a perda esmagadora da capacidade de boa parte dos países de conduzir um desenvolvimento independente ou minimamente autocentrado. Nota-se que houve quase uma redução drástica da autonomia na condução dos mercados nacionais e a destruição da possibilidade, para muitos Estados, de se levar adiante políticas próprias. Não obstante, tais fatos não surgiram como consequência direta da globalização. Nesse sentido, houve influência política pesada dos governos Thatcher e Reagan, bem como do conjunto de governos que aceitaram submeter-se ao ideário neoliberal, às políticas de desregulamentação, privatização e liberalização do comércio exterior. Não fosse essa adesão, tais práticas não teriam avançado tão rapidamente em escala global como ocorreu nas últimas duas décadas do século XX. A política foi essencial para retirar todo e qualquer entrave à liberdade dos grandes grupos multinacionais de explorar os recursos humanos, econômicos e materiais onde julgarem mais lucrativo e conveniente em suas estratégias (CHESNAIS, 1996, p. 34).

Como decorrência dos processos anteriormente descritos, surgiu a necessidade de ações internacionais de governos, como forma de definir a intervenção do Estado na economia e definir os projetos de cooperação internacional. Essas ações passam pela ação e/ou fortalecimento de diversas organizações governamentais internacionais, como a FMI (Fundo Monetário Internacional), a ONU (Organização das Nações Unidas), a OMC (Organização Mundial do Comércio) e o Banco Mundial. A formação desses organismos são a marca de uma nova economia, com crescente grau de internacionalização, na qual os poderes dos Estados nacionais são limitados ante a crescente tendência de internacionalização das políticas econômicas, bem como dos capitais e do trabalho (OLIVEIRA, 2012, pp. 4-5).

O FMI talvez seja o mais claro exemplo desse processo. As exigências do fundo para conceder empréstimos às nações em dificuldades incluem reformas baseadas em ajustes fiscais,

privatizações, redução de subsídios agrícolas e outras medidas do receituário neoliberal de política econômica. Essas medidas passaram a ser propagadas como requisitos e medidas de confiança para os investimentos das multinacionais. Esses investimentos possibilitaram uma unificação do capital e da força de trabalho mundiais que reduziu a independência dos Estados, fazendo com que fosse necessária a criação de instituições e mecanismos supranacionais de regulação.

Foi dessa forma que o FMI e Banco Mundial implementam o Washington Consensus que está na base dos planos de estabilização e ajustamento das economias dos países que estavam ou estão endividados internacionalmente, de modo a adaptá-los à nova realidade do capitalismo mundial. Resumidamente, ele prevê a estabilização da economia (combate à inflação); realização de reformas estruturais (privatizações, desregulamentação do mercado, liberalização financeira e comercial); e retomada dos investimentos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento. O Plano Real no Brasil, é na sua totalidade o próprio Washington Consensus. É, pois, assim, que surgiram também, os mercados comuns e as comunidades econômicas que passaram a compor o cenário do comércio mundial. NAFTA, UE, Mercosul, etc. são múltiplos exemplos da nova organização do capitalismo monopolista mundializado que agora pode no limite, até praticante prescindir do estado nacional. Aliás, no novo acordo de tarifas da Organização Mundial do Comércio - OMC - pretende-se que todas as barreiras alfandegárias sejam removidas, enfim, que o mundo seja finalmente, a “pátria” única do capital. (OLIVEIRA, 2012, p. 5)

Essa nova realidade foi moldada principalmente a partir das necessidades e estratégias dos capitais multinacionais da tríade (empresas de origem norte-americana, europeia e japonesa) e passou a sofrer fissuras a partir da ascensão da China à categoria de potência global no início do século XXI. O País asiático, além de plataforma de exportação para transnacionais e de receber investimentos industriais que buscam mão de obra barata passou a ser importante *player* do comércio internacional exportando em larga escala produtos industrializados para todas as partes do globo. Segundo Barbosa (2015, p. 27) a participação da China no valor exportações mundiais de manufaturados cresceu de 6% em 2000 para cerca de 23% em 2013. Além disso, o país asiático ganhou peso decisivo na balança comercial de vários países, passando a ser o destino principal das exportações brasileiras (19% do valor total exportado pelo país em 2013), reconfigurando não só o comércio exterior a nível mundial, mas também o sistema financeiro internacional e o mercado internacional de capitais (BARBOSA 2015, p. 63).

Nesse contexto do capitalismo mundializado, cabe destacar a simbiótica relação entre EUA e China, escondida pela rivalidade entre os dois países em diversas questões econômicas relacionadas ao desrespeito sistemático da propriedade intelectual através da pirataria em território chinês e à questão do câmbio chinês desvalorizado que acaba por inviabilizar alguns setores da indústria americana. A China com sua política de câmbio fixo e acumulação de

reservas tem sido um dos principais compradores de títulos do Tesouro americano sustentando o dólar e possibilitando a manutenção de juros baixos e crescimento econômico nos EUA, principal freguês de suas exportações (ARRIGHI, 2008, p. 68).

A entrada da China na OMC em 2001 marcou sua consolidação como país de peso decisivo no comércio internacional global, no preço das commodities e no crescimento da economia mundial. O acelerado crescimento chinês na primeira década dos anos 2000 alavancou o crescimento da América Latina, em especial dos setores de commodities, tornando diversos países, dentre eles o Brasil, bastante dependentes das exportações para a China, conforme visto no capítulo 2.

Outros aspectos bastante interessantes da ascensão chinesa neste início de século é seu empenho sistemático em abandonar a pecha de fabricante de produtos baratos e de baixa qualidade e a atuação da de suas empresas em vários países. Para tanto o governo chinês estimula as empresas chinesas a se tornarem marcas globais através de empréstimos subsidiados, bem como promove pesados investimentos em pesquisas tecnológicas. É interessante notar também o aumento dos IED de origem chinesa, em especial nas áreas de mineração, petróleo e infraestrutura no intuito de assegurar o fornecimento de matérias-primas para o país. No Brasil, destacam-se a joint-venture entre a Baosteel e a Vale, a Baovale, criada em 2001 e, mais recentemente, um acordo entre os dois países assinado em 2015, através do qual a China pretende investir US\$ 53,3 bilhões nas áreas de energia, mineração e obras de infraestrutura no país, com claro intuito de facilitar a produção e o escoamento de commodities agrícolas do Brasil para exportação. (MEDEIROS e CINTRA, 2015, p. 40).

Como se vê, a essência do processo de “mundialização do capital” é algo muito mais complexo que uma simples internacionalização da produção. Para Dicken (2010, p. 15) o aumento dos IED é uma medida da expansão das atividades das empresas transacionais, porém não engloba as estratégias cada vez mais diversificadas pelas quais estas empresas organizam suas teias de produção e comercialização. A mundialização transformou empresas nacionais em empresas transnacionais através de uma expansão mundial por via de abertura de filiais, aquisições, fusões, e associações que abriu novas fronteiras e possibilidades de acumulação ao redor do planeta. Além das empresas transnacionais originárias na tríade e, mais recentemente da China, nota-se também a presença de algumas empresas oligopolistas mundiais de origem semiperiférica, como é o caso da J&F, *holding* de origem brasileira, originada a partir do frigorífico JBS, do estado Goiás, que hoje é a maior processadora de carne bovina do mundo. Além do setor de processamento de carnes, o grupo detém uma série de investimentos em outros setores, como bancos, fabricação de produtos de higiene e limpeza, derivados de leite,

comunicação e energia. Este grupo, que cresceu basicamente através de fusões e aquisições no Brasil e no mundo, mostra o protagonismo da burguesia nacional nessa aliança supranacional dos capitais no capitalismo mundializado.

Para Dicken (2010, p. 57), a economia global se transformou em uma “estrutura caleidoscópica e altamente complexa”, o que envolve a fragmentação de processos produtivos e sua realocação geográfica em escala global, transformando decisivamente o comércio mundial. Nessa nova realidade, a quantidade e a variedade de produtos e serviços que é comercializada internacionalmente se expandiram exponencialmente, bem como o movimento de capitais e os investimentos em tecnologias, formando cadeias de produção a nível planetário.

Esse novo contexto fez com que as relações Estado-empresa entrassem em uma nova dinâmica. Nessa aliança, os Estados nacionais abriram espaço e permitiram que as empresas passassem a ser as novas organizações de controle da economia mundial. Dada a crescente necessidade de integração entre as diversas tecnologias e os diferentes setores da economia; a presença de custos crescentes em pesquisa e desenvolvimento; o encurtamento do ciclo de vida útil dos produtos; e o encarecimento do custo da mão de obra nos países industrializados, a relação Estado-empresa se modificou substancialmente, tendo os capitais transnacionais industriais e financeiros assumido o papel de direcionamento e controle da dinâmica econômica mundial (OLIVEIRA, 2015, p. 5).

Outra importante marca do processo de “mundialização do capital” é a ascensão de um capital muito concentrado sob a forma monetária, responsável pela emergência de uma “globalização financeira”, que subordinou os capitais industriais e imprimiu uma lógica financeira à indústria, à agricultura e ao setor de serviços. A esfera financeira representa o mais avançado patamar da “mundialização do capital”, no qual é gritante o descompromisso dos operadores desse mercado com as necessidades mundiais (CHESNAIS, 1996, p 239). As instituições financeiras e os “mercados” são hoje forças poderosas ante os Estados nacionais, subordinando-os conforme suas necessidades e princípios.

A aparente “autonomização” do capital financeiro esconde, contudo, uma estreita e profunda relação com a esfera produtiva. Essa imbricação, clara na forma como os grandes grupos industriais passaram a ofertar seus títulos diretamente no mercado financeiro internacional e no aumento da importância das operações financeiras dos grupos industriais, ou seja, as finanças concebidas como indústria: Ou seja, a “indústria das finanças” consiste, a grosso modo, no comércio de dinheiro e valores como atividade transnacional mundializada, objeto de competição entre agentes que procuram explorar da melhor forma suas próprias vantagens comparativas a fim de extrair uma parte da renda mundial criada na esfera da

produção, onde são criados os rendimentos fundamentais: salários e lucros (CHESNAIS, 1996, p. 241).

A autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia relativa. Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo. Eles começam por tomar a forma, seja de lucros (lucros não reinvestidos na produção e não consumidos, parcela dos lucros cedida ao capital de empréstimo, sob a forma de juros); salários ou rendimentos de camponeses ou artesãos, os quais depois foram objeto de retenções por via fiscal, ou sofreram a forma de agiotagem moderna dos “créditos ao consumidor”; por fim, depois de quarenta anos, salários diferidos guardados nos fundos privados de aposentadorias, mas cuja natureza se modifica ao entrar na esfera financeira, tornando-se massas em busca da rentabilidade máxima. A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada. Representa a arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde (CHESNAIS, 1996, p 241).

Assim, os termos “autonomia” e autonomização dos capitais financeiros devem ser utilizados com cautela. A esfera financeira, apesar de seu circuito de relações e transações especializadas nas quais existem processos de valorização, tem fortes vínculos com a esfera da produção e da circulação, nutre-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho. Parte da riqueza gerada na hoje popularmente chamada “economia real”, isto é, a esfera da produção agrícola e industrial, bem como o comércio, é captada pela esfera financeira, na qual ocorrem processos de valorização fictícios, capazes de aumentar exponencialmente o montante nominal dos ativos financeiros. Trata-se afinal de uma retenção sobre a mais valia que se dá através de uma “punção sobre os lucros industriais” (CHESNAIS, 1996, p 247).

Em síntese, o processo de “mundialização do capital” se assenta em 4 pilares fundamentais: (i) IED (Investimento Externo Direto) que, junto com ações políticas e de governo a nível internacional, possibilitou a mobilidade de capitais ao redor do planeta e a redução de entraves nacionais para sua circulação; (ii) a divisão internacional do trabalho, que permitiu a deslocalização da produção para as regiões mais vantajosas para a realização de cada atividade segundo a gestão e os interesses do capital multinacional, formando as cadeias globais de valor; (iii) interpenetração entre os capitais de diferentes nacionalidades através de fusões e aquisições que integrou capitais nacionais e multinacionais e formou uma burguesia mundializada com interesses consideravelmente alinhados; e (iv) a ascensão de um capital muito concentrado sob a forma monetária, responsável pela emergência de uma “globalização financeira”, que elevou ao mais alto grau a capacidade de retenção de parte da mais valia gerada

na espera da produção por parte do setor financeiro, imprimindo uma lógica financeira à indústria, à agricultura e ao setor de serviços.

3.2 A “MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL” NA AGRICULTURA

No estágio atual do capitalismo monopolista mundializado, é cada vez mais clara a relação de complementaridade entre o capital agrícola e o capital industrial com forte influência e penetração do capital financeiro. A expansão dos grandes capitais no campo, em especial nos setores de *commodities*, é conduzido pelos setores industriais e os favorece, em especial aqueles caracterizados pelo domínio de empresas transnacionais. Essa dinâmica é engendrada através de um modelo de agricultura inaugurado pela Revolução Verde altamente dependente de insumos químicos e máquinas agrícolas. Esse modelo, que passou a ser dominante e atualmente é chamado de *agronegócio*, tem como característica intrínseca a crescente integração e associação dos setores sociais ligados à propriedade da terra com os capitais agroindustriais amalgamada pelo capital financeiro, cuja estratégia de atuação na agricultura se baseia na apropriação dos lucros e da renda da terra⁶⁵. Nessa dinâmica, o Estado vem cumprindo o papel de mediador de empréstimos bancários para o agronegócio, o que na prática significa financiar insumos industriais através da agricultura, aumentando o potencial de acumulação de capital do setor industrial oligopolista, bem como do setor bancário (MENDONÇA, 2013, p.34).

Diante desse quadro, pode-se dizer que a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado está estruturada sob o seguinte tripé: produção de *commodities*, bolsas de mercadorias e de futuro e nos oligopólios agroindustriais mundiais. A produção de alimentos deixou de ser questão estratégica nacional e passou a ser mercadoria mundial, cujos preços mundiais são definidos nas principais bolsas de mercadorias e de futuro. No caso da soja, tanto o grão, quanto o farelo e o óleo têm o preço definido na bolsa de Chicago e na Bovespa. (OLIVEIRA, 2016, p. 240).

Esse tripé é a expressão, na agricultura, dos pilares do processo de “mundialização do capital” expressos na seção 3.1: investimento estrangeiro direto, divisão internacional do trabalho sob controle das multinacionais, integração entre burguesias nacionais e capitais monopolistas multinacionais e a mundialização financeira. O processo de transformação de

⁶⁵A renda da terra é uma categoria da Economia Política, que designa um lucro extraordinário, suplementar permanente oriundo da propriedade de terras urbanas e rurais. A renda da terra pode ser chamada também de renda territorial ou renda fundiária. O lucro extraordinário é a fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio. Na agricultura o capitalista que produz e é dono das terras onde produz tem este lucro de forma permanente. Trata-se de um lucro extraordinário permanente, produto do trabalho excedente transfigurado de lucro ou de renda fundiária. Na forma pré-capitalista ela era diretamente o produto excedente, a fração da produção entregue pelo parceiro ao proprietário da terra como pagamento pela autorização que este lhe dá para cultivar a terra. No modo capitalista de produção, a renda da terra é sempre sobra acima do lucro médio que todo capitalista retira de sua atividade econômica, ou seja, sobra acima da fração do valor das mercadorias, que nada mais é do que mais-valia. O conceito renda da terra, que consiste na apropriação do trabalho excedente para remunerar a propriedade da terra e é fundamental para a compreensão da realidade agrária e mesmo urbana, pois em ambas a terra entra como componente importante (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

alguns gêneros agrícolas em *commodities* mundiais está intimamente ligado com o aumento dos IED e com a internacionalização da produção, que possibilitou a integração global de diferentes elos dos sistemas agroindustriais e o controle deles por capitais monopolistas transnacionais. Esses capitais agroindustriais estão cada vez mais sob a esfera de influência ou controlados por *holdings*, bancos e outras instituições do mercado financeiro que formam os preços mundiais desses gêneros agrícolas em bolsas de valores a partir de expectativas e negociações de títulos e produções futuras.

Além de ter transformado a produção agrícola em produção de mercadorias, a “mundialização do capital” permitiu o controle oligopolista da produção das *commodities* por parte das transnacionais. As transnacionais da agricultura, em muitos casos, foram formadas a partir do processo mundial de investimentos diretos de capitais através de fusões, associações, franquias, etc., no qual empresas nacionais e estrangeiras passaram a ter o controle oligopolista da produção, e lograram êxito em tornar-se mundiais ao se associarem com suas concorrentes.

Conforme visto no capítulo 2, essas empresas atuam basicamente através de duas maneiras: a territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios. No processo de territorialização dos monopólios, o grande capital controla a propriedade privada da terra, o processo produtivo no campo e também o processamento industrial da produção, podendo ser a mesma pessoa física ou jurídica a controlar todas as etapas, cumprindo o papel de proprietário de terras e de burguesia capitalista. Essa forma de atuação dos capitais monopolistas na agricultura vem crescendo de forma significativa nas novas regiões produtoras de soja do chamado MATOPIBA (cerrados dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), onde se destaca a presença da SLC agrícola, primeira empresa cuja atividade principal é a produção agrícola de capital aberto no mundo.

Dessa forma, o processo de territorialização do monopólio se dá pelo controle da produção imediata sobre a circulação e deriva da especificidade técnica desses dois setores: o sucoenergético e o de celulose, papel e madeira plantada. Essa especificidade tem a ver com os setores que operam com matéria-prima cujo peso elevado, atua como fator limitante da distância entre a área de produção e a planta industrial de processamento. Isto quer dizer, que o custo do frete da matéria-prima atua como fator limitante da distância da área de plantio (OLIVEIRA, 2015, p. 242).

O processo de monopolização dos territórios se dá através do controle da comercialização e/ou do processamento industrial da produção agropecuária por parte das empresas multinacionais enquanto que a produção agrícola no campo está sob controle de camponeses ou dos capitalistas produtores rurais. As empresas processadoras e comercializadoras atuam como *players* nos mercados futuros das bolsas de valores, tendo em vista seu controle sobre a circulação da produção agrícola em escala mundial. Para tanto, esses

grandes capitais agroindustriais articulam alianças de classes com os produtores rurais e proprietários de terras. Esse processo é mais evidente nas regiões produtoras de soja da região Centro-Oeste, em especial no Mato Grosso.

O setor de grãos brasileiro está oligopolizado entre quatro empresas transnacionais: ADM, Cargill, Bunge, Louis Dreyfus, o chamado grupo ABCD; e outras nacionais, como: Caramuru e Amaggi. Destaca-se também o recente crescimento da chinesa COFCO, que vem expandindo rapidamente sua rede de silos e armazéns no norte de Mato Grosso e MATOPIBA. Essas empresas estabelecem relações contraditórias de subordinação com os produtores rurais através da compra das safras para as quais passam a “dar origem”. Esse processo consiste em as empresas oligopolistas “darem origem” a produtos que nunca produziram, como forma de atestar sua origem e qualidade (OLIVEIRA, 2015, 243).

No contexto do capitalismo mundializado, a instância financeira assume proeminência vez maior como meio de alavancagem de recursos para agricultura. Essa crescente dominância do capital financeiro guarda suas raízes em duas características básicas da agricultura capitalista: a dependência dos insumos industriais e a propriedade privada capitalista da terra. Isto é, na agricultura capitalista, existe uma elevada imobilização de capital gerada pela dependência de insumos industriais, tais como maquinários, sementes, defensivos agrícolas. Além disso, a terra como base produtiva também se torna um limite para a circulação de capitais, tendo em vista que é necessária a imobilização de capital sob a forma de dinheiro na compra ou aluguel da propriedade (DELGADO, 1985, p. 133).

Nessa realidade, o produto do agronegócio não seria mais simplesmente a soja, o gado, a cana-de-açúcar, a laranja ou o eucalipto, mas também a apropriação de capital através dos juros de dívidas adquiridas pelos produtores rurais para financiamento de investimentos nas propriedades e custeio das safras. Por ser a terra o lastro financeiro das operações de crédito destinadas a essas finalidades, o mercado de terras acaba por cumprir papel fundamental nesse modelo. Vale lembrar que a propriedade privada da terra nos moldes capitalistas pode ser explicada justamente por se tratar de um bem natural e não reproduzível, características que permitem que seus títulos patrimoniais, tais como ações, obrigações e títulos da dívida pública, ou até mesmo o dinheiro sejam monopolizados (MENDONÇA, 2013, p. 36).

O funcionamento do mercado de terras consiste em operações financeiras nas quais tais ativos servem como “garantias” para acessar crédito, de modo que será a classe detentora dos títulos de propriedade que irá acessar o mercado de dinheiro, aprofundando a correlação entre o mercado de terras e o mercado financeiro. Dessa forma, esse mercado abre a possibilidade de que aplicações fixas de capital sejam “descongeladas”, isto é, a utilização da propriedade da

terra como garantia para financiar aplicações fixas de capital, tais como a aquisição de maquinário ou construção de benfeitorias.

A existência desse mercado de títulos de propriedade, como assinala o próprio Keynes, assegura a alguns inversionistas a oportunidade de operações financeiras de tal modo que “determinadas inversões que são “fixas” para a comunidade, se transformem em “líquidas” para o indivíduo (DELGADO, 1985, p 194).

Assim, sempre que há elevação do preço da terra e/ou a incorporação de novas áreas agricultáveis na fronteira agrícola, o mercado de terras acaba por possibilitar o aumento da circulação de capital em sua forma financeira, sendo parte importante para a consolidação do processo de “mundialização do capital” na agricultura. No Centro-Oeste brasileiro, a expansão do mercado de terras foi conduzida por grandes empresas bancárias, companhias de colonização, seguradoras, imobiliárias, fazendeiros e industriais com apoio central do Estado através da concessão de terras públicas para o setor privado, garantias legais à propriedade privada capitalista da terra e incentivos fiscais para grandes empresas. Contudo, é importante ressaltar que o Estado brasileiro não atua somente fomentando e garantindo as condições para a existência do mercado de terras. Sua atuação no mercado de crédito rural é direta, através da concessão de crédito a juros subsidiados para investimento e custeio através do Plano Safra e suas várias linhas de crédito destinadas às diferentes demandas da agropecuária.

Essa atuação do Estado como agente financiador de parte significativa da produção agrícola brasileira - 31% do total de recursos que financiam a agricultura no país e 70% dos recursos destinados à agricultura familiar (CNA, 2018, não paginado; MDA, 2016, não paginado) - aparece como um fator complicador para o entendimento da lógica da financeirização da agricultura, dado que o crédito rural oficial via SNCR destinado à produção agrícola brasileira, por ter taxas de juros subsidiadas e possibilidades de renegociação e até mesmo perdão⁶⁶ das dívidas, em certa medida, funciona como uma forma de subsídio a esta produção e não como uma apropriação de parte de sua renda e até mesmo do seu capital através dos juros de dívidas lastreadas com a terra. Dessa forma, é importante entender que a atuação do capital financeiro na agricultura tem natureza distinta da atuação do Estado via políticas de financiamento rural, muito embora ambos se utilizem da hipoteca das propriedades como garantia real das operações de crédito.

Conforme será visto no capítulo 4, o crédito oficial apresenta distorções tanto em relação à sua destinação como e relação ao perfil de seus tomadores. As formas como estão idealizadas

⁶⁶ Na seção 2.3.1, está detalhada a securitização de dívidas rurais nos anos através da Lei 9.138/95.

e operacionalizadas as linhas de crédito ligadas ao Plano Safra funcionam, em certa medida, como estímulo às agroindústrias à montante à jusante da agricultura. À montante, porque induzem através de suas exigências e destinações inovações técnicas e métodos de produção específicos, cuja expansão representa a expansão da demanda por insumos indústrias. À jusante porque asseguram e até aumentam a oferta de gêneros agrícolas produzidos sob os padrões requeridos pelas agroindústrias a preços menores. Sem embargo, ainda que o crédito público oficial ofertado aos produtores rurais apresente um discutível viés pró indústria, os métodos e as formas de subordinação da renda da terra e de especulação financeira com a produção agrícola das quais se utilizam os grandes capitais financeiros, muitas vezes comandados pelas próprias *tradings* processadoras, não se traduzem somente em taxas de juros mais elevadas para o financiamento da produção. A conjunção entre capitais financeiros e agroindustriais atuando em conjunto no financiamento, comercialização e processamento da produção, marca importante do processo de financeirização do capitalismo neste início de século, produziu, no campo, uma nova realidade. Nela, a apropriação de parte cada vez mais substancial da renda da terra e das atividades agrícolas - através dos juros das dívidas, contratos de compra antecipada de safra, cédulas cambiais ou outras formas de intermediação financeira da produção - acabou por tornar-se produto central das atividades do agronegócio, tão ou mais importante que a própria produção dos gêneros agrícolas e pecuários à qual se destina a atividade.

3.3 O BRASIL E A “ECONOMIA DO AGRONEGÓCIO”

O termo agronegócio, por si só, tem natureza puramente descritiva das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial realizadas antes, durante e depois da produção agropecuária, cuja soma constitui, em tese, uma espécie de novo setor de atividade. Via de regra, o termo “agronegócio” não contém qualquer potencial explicativo de relações econômicas e sociais, ou seja, está aquém de um conceito teórico.

Falar em agronegócio no sentido convencional, de negócios no campo e nos ramos da produção a montante e a jusante da agricultura, como se costumava dizer no período de primazia de noção de complexos agroindustriais é apenas uma informação técnica à busca de um esforço ulterior. Este precisa desvendar, desnudar e desencobrir o sentido essencial das relações econômicas e sociais que se dão no interior desse setor (do agronegócio) para justificar o corte taxonômico proposto. Sem este segundo passo, a expressão é apenas uma informação técnica, carente de pretensão heurística, ou seja, sem hipótese à descoberta científica, e portanto, ainda precária para análise técnico-científica (DELGADO, 2012, p 90).

Contudo, não se pode abrir mão dos múltiplos significados das palavras, que além de serem um código linguístico têm vários significados socialmente construídos. Isso significa dizer que, na prática, o termo agronegócio representa mais que a descrição das operações relacionadas à produção agropecuária, mas de fato denomina um modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista.

No Brasil, o termo agronegócio tem sido utilizado para descrever a criação das chamadas cadeias produtivas. Através dessa denominação, tem-se o objetivo de agregar atividades agroquímicas, industriais e comerciais à geração de riqueza da agropecuária e fortalecer a concepção de agricultura integrada à indústria. Marcos Jank, importante intelectual e ideólogo da agricultura capitalista definiu agronegócio como:

(...) um marco conceitual que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final, no qual todos os agentes que se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias devem fatalmente se inserir, sejam eles pequenos ou grandes produtores, agricultores familiares ou patronais, fazendeiros ou assentados (JANK, 2005, in: O Estado de São Paulo de 05/07/2005, p. 2).

O artigo defende a concepção uma concepção de agronegócio que consiste numa agricultura fortemente integrada à indústria como algo inevitável, natural e irreversível. Esse tom, na realidade, resume a estratégia de acumulação e apropriação da renda que vem se tornando preponderante no campo brasileiro: a integração intersetorial da agricultura com a indústria com forte atuação do capital financeiro, em especial no mercado de terras. Essa

dinâmica tem relações sociais e raízes históricas específicas que devem ser investigadas além do caráter meramente descritivo com que o termo agronegócio é tradicionalmente construído e disseminado.

A análise das políticas econômica e agrícola, bem como da história econômica brasileira do período militar feita no capítulo 1, revelou um processo concreto de articulação entre o grande capital agroindustrial, o sistema de crédito público, a agricultura, e a propriedade fundiária em uma estratégia econômica e política de modernização conservadora da agropecuária assentada na modernização técnica e na propriedade privada capitalista da terra. Segundo Delgado, todo esse processo traz consigo um pacto da economia política, cuja abordagem teórica deve ser levada em consideração para o estudo da economia brasileira do século XXI:

Esse processo, do ponto de vista da acumulação de capital, tem o caráter de um pacto da economia política, em sua acepção clássica, e é fundamentado na organização dos interesses hegemônicos de classes sociais no interior do aparelho do Estado. Mas será que a teoria do capital que tentou captar e explicar estes fenômenos para um dado período histórico (1965-1985) teria algum potencial explicativo além desse período? Vamos verificar isto, e sob condições históricas concretas, propor essa abordagem teórica, aplicada à economia brasileira no século XXI (DELGADO, 2012, p. 91).

A análise da estratégia de acumulação de capital no espaço do agronegócio, contudo, tem estado restrita a uma formulação de caráter meramente descritivo. Isso significa dizer que a utilização do termo agronegócio sem que seja feita sua ligação com as formulações teóricas capazes de explicar as relações sociais envolvidas, bem como com o significado do ponto de vista da inserção do Brasil na economia-mundo capitalista desta estratégia de acumulação de capital, acaba por tornar qualquer tentativa de análise do setor meramente descritiva de processos agroindustriais.

Assim, a explicação e o detalhamento da expansão das atividades do setor primário no Brasil a partir dos anos 1990 demanda uma análise do capital financeiro na agricultura, pois é ela que irá permitir a compreensão do processo real de acumulação de capital do setor. Designado de forma empirista simplesmente como agronegócio, a agropecuária deve ser compreendida “no contexto das relações de economia política concreta; e nunca restrita aos limites de sua convencional empiria” (DELGADO, 2012, p. 92). Assim, o norte de uma abordagem teórica que seja apropriada para a análise da estratégia de captura do excedente econômico e/ou de acumulação de capital nos agronegócios é, segundo Delgado: “o da economia política clássica de Marx, adaptada ao estilo keynesiano para o caso brasileiro, em

sentido estritamente econômico, sob a denominação de capital financeiro na agricultura brasileira” (DELGADO, 2012, p 93).

Essa abordagem parte da análise histórica do processo de modernização conservadora da agricultura ocorrido no Brasil durante o regime militar. Nele, a acumulação de capital, sob múltiplas formas foi integrada ao capital aplicado em terras, sendo a captura da renda da terra essencial. Além disso, a constituição de um sistema público de crédito para a agricultura (SNCR) foi essencial para a modernização técnica e para a constituição dos complexos agroindustriais. Nessa dinâmica, os capitais operantes nos sistemas agroindústrias acabam, com apoio do Estado, realizando uma “estratégia de perseguição da taxa média de lucro do capital aplicado em múltiplos setores e atividades” (DELGADO, 2012, p 91).

Tendo em vista que, a estratégia do capital financeiro na agricultura depende da organização e regulação dos mercados de terras, crédito e complexos agroindustriais, o agronegócio brasileiro necessita de uma associação consolidada entre grande capital agroindustrial e grande propriedade fundiária. Essa associação é requisito para a estratégia econômica do capital financeiro de perseguição de parte do lucro e da renda da terra, assim como o patrocínio das políticas de Estado. Esse pacto, denominado por Delgado como “Economia do Agronegócio”, foi fortalecido pelo rápido avanço das exportações primárias e passou a dominar instâncias decisórias importantes, bem como a desenvolver uma estrutura de propaganda e formação ideológica, conforme foi visto no capítulo 2.

A partir dessa abordagem economia política, pode-se dizer que o agronegócio no Brasil, do ponto de vista de sua estratégia de acumulação e de captura do excedente econômico, configura-se, de modo geral, a partir de uma aliança entre a propriedade fundiária e os capitais agroindustriais monopolistas nacionais e transnacionais. Essa aliança é amalgamada pelo Estado, que atua como regulador e facilitador de arranjos regulatórios e financeiros capazes de viabilizar a estratégia do capital financeiro de apropriação dos lucros e da renda da terra através de financiamentos e do mercado de terras.

Nessa aliança cabe ressaltar a histórica e especial força dos latifundiários nas instâncias decisórias do Estado, cuja atuação tende a ser de ampla passividade e permissividade com a apropriação de terras públicas devolutas e com a concentração fundiária. Além disso, cabe destacar que, em alguns setores, em especial na pecuária e na soja, é visível a presença de empresas oligopolistas mundiais de origem brasileira, como a JBS e o Grupo Amaggi, o que mostra a capacidade da burguesia nacional ligada à agropecuária de se colocar em algumas posições de dianteira no contexto do capitalismo mundializado.

Feita a reflexão e a análise do ponto de vista das relações sociais e da economia política da chamada “economia do agronegócio”, parte-se para o enfoque principal deste capítulo: levantar suas origens analisa-la do ponto de vista da história econômica, no sentido de construir um entendimento sobre contexto histórico e econômico da expansão da soja pelo Brasil.

Já após à Segunda Guerra Mundial, se consolidou a concentração de monopólios privados na forma de empresas transnacionais, já que a adoção do dólar como moeda internacional gerou uma grande disponibilidade financeira no mundo capitalista. No Brasil, este período foi marcado pelo chamado “milagre econômico”, e foi marcado pela industrialização da agricultura, grande entrada de capitais internacionais e aumento das importações industriais (OLIVEIRA, 1998, p. 202).

O capital financeiro ganhou papel preponderante na agricultura brasileira, principalmente a partir dos anos 1960, conforme analisado no capítulo 1. A substituição da base técnica agrícola por insumos industriais demandou uma política intensiva de crédito governamental e de comércio exterior, além incentivos fiscais e novos financiamentos para infraestrutura. Para tanto, o SNCR cumpriu papel essencial⁶⁷, possibilitando a industrialização do setor e fazendo com que, entre 1965 e 1981, a agricultura brasileira completasse um ciclo de modernização técnica e intenso crescimento sem mudança na estrutura agrária.

A partir dos anos de 1970, os sucessivos aumentos no preço do petróleo tiveram fortes impactos na economia global, em especial nos países periféricos, onde houve fortes oscilações cambiais e aumento das taxas de juros, que culminaram na crise da dívida dos anos 1980. A crise do endividamento externo de 1982 marcou o fim do ciclo econômico de crescimento da economia e o início de uma nova fase da economia e da política econômica brasileiras. A forma como foi gerida a crise requereu profunda participação do setor agrícola e das cadeias agroindustriais de exportação, tornando o setor agroexportador essencial na geração de saldos positivos na balança comercial, suprimindo assim as necessidades de financiamento do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos principalmente entre 1982 e 1984, ocasionado principalmente pela alta dos juros da dívida externa.

Em resposta à relativa desorganização provocada pela recessão de 1982-1983, a política econômica do governo militar, coordenada pelo ministro Delfim Neto, lança uma estratégia de geração de saldos comerciais expressivos. Estes serão ancorados basicamente na expansão das exportações de produtos básicos e agroprocessados, que avançam pela nova fronteira agrícola da região centro-oeste (DELGADO, 2012, p. 80).

⁶⁷ Entre 1969 e 1976, o aumento médio anual do crédito rural no Brasil foi de 23,8% (DELGADO, 1985, p. 46)

Passado o auge da crise de liquidez internacional e iniciada uma nova etapa de abundância no período 1994-1998, o Plano Real e a política de atração de capital externo aliados a uma nova conjuntura internacional de abundância de capitais transitando por economias emergentes levaram a uma tendência de maior liberalidade à política de comércio e a política de promoção das exportações foi abandonada em nome da abertura comercial e financeira como forma de resolução dos problemas de dependência de recursos externos via mercados. Não obstante, com o câmbio sobrevalorizado, as tarifas de importação reduzidas e a forte diminuição das políticas de fomento agrícola e industrial, caiu substancialmente o superávit no comércio exterior, que passou a ser deficitário, assim como a conta corrente de transações internacionais (DELGADO, 2012, p.81).

Além disso, o início da aplicação do receituário de ajustes do Fundo Monetário Internacional (FMI) diminuiu drasticamente a oferta de dinheiro para a agricultura, resultando numa descontinuidade do projeto de modernização conservadora da era militar sem a imediata estruturação de novos aparatos políticos e econômicos ou sequer de uma nova estratégia de acumulação de capital na agricultura. Esse período de transição entre a modernização conservadora e a economia do agronegócio perdurará até a crise cambial de 1999, quando, através da exportação de commodities, o Brasil irá se reinserir no comércio internacional e irá buscar seu equalizar o déficit nas chamadas “transações externas”, o que aumentou significativamente a proporção de produtos primários na pauta de exportações, em especial de carne e de soja (DELGADO, 2012, pp. 77-78).

Durante essa transição, em especial entre 1994-1999, houve uma tendência de baixa dos preços das commodities, o que derrubou os preços agrícolas, a renda da terra e a renda agrícola de forma geral, contribuindo de forma indireta para o sucesso do Plano Real em derrubar a inflação. Sem embargo, o efeito na agricultura foi bastante significativo. Entre os Censos de 1985 e 1996, houve diminuição de 1 milhão de estabelecimentos agrícolas ativos. Não foi passivamente que o agronegócio assistiu a esse processo. Conforme visto no capítulo 2, os chamados “caminhoneiros” a Brasília e outras formas de protestos e influência nas políticas públicas garantiram o perdão e a securitização de dívidas agrícolas através da transferência para a dívida mobiliária⁶⁸ federal de uma enorme quantidade de débitos privados contraídos junto a bancos públicos e privados em troca de títulos da dívida pública (DELGADO, 2012, pp.82-85).

⁶⁸O processo consistiu na transferência de dívidas de produtores rurais e agroindústrias de programas outrora financiados pelo poder de emissão do Banco do Brasil para a Dívida Ativa da União, enquanto os bancos detentores de tais dívidas foram capitalizados por títulos do Tesouro. O problema (ou solução) está no fato de os processos judiciais que compõem a Dívida Ativa terem adimplência e eficiência muito baixos na cobrança, tendo a

Contudo, vale ressaltar que a crise e as mudanças de orientação na política econômica ocorridas no período 90-94, apesar de terem criado obstáculos adicionais a estratégia de expansão dos complexos agroindustriais, mercados de terras e crédito rural iniciada no período militar, não a reverteu. A ausência de uma estratégia específica para a acumulação de capitais na agricultura não significou a involução dos complexos agroindustriais. No capítulo 2 deste trabalho, foi mostrado como a diminuição do papel do Estado na elaboração, implementação e financiamento de políticas abriu possibilidades de novos nichos de ganhos privados e financeirização do setor agrícola, em consonância com o processo de “mundialização do capital”, dado que a importância do crédito na agricultura capitalista faz com que o papel dos bancos seja crucial nesse setor.

Em um contexto no qual o capital financeiro determina o processo produtivo, é importante notar que a adoção de um sistema de juros flutuantes se constituiu como fator adicional que aprofundou a especulação financeira e a formação de monopólios agroindustriais, que tinham acesso privilegiado a juros subsidiados pelo Estado (MENDONÇA, 2013, p. 47).

Em agosto de 1998, estourou a chamada “Crise da Rússia”⁶⁹, e em poucos meses o país viu esvair-se sua reserva internacional de dólares, à época, ao redor de R\$ 65 bilhões de dólares, inviabilizando a continuidade da política anterior, baseada em déficits volumosos nas contas nacionais (DELGADO, 2012. p. 75). A crise levou à desvalorização abrupta do câmbio em janeiro de 1999, levando o segundo governo FHC a fazer um ajustamento externo com base nas exportações primárias. O relançamento da economia do agronegócio após a crise cambial de 1998 colocou o agronegócio capitalista na prioridade da agenda macroeconômica e política, fato expresso nas políticas de infraestrutura que ajudaram a produzir novos espaços para o agronegócio capitalista se expandir; na frouxa regulação do mercado terras devolutas; na mudança na política cambial, tornando o agronegócio competitivo; no aumento da provisão do crédito rural no Plano Safra; na Lei Kandir; e no MODERFROTA, conforme foi discutido no capítulo 2.

O “sucesso” do ajustamento externo com base nas exportações agrícolas, que contou com ambiente externo favorecido pela ascensão chinesa e pelo o aumento do preço das commodities, incluindo a soja, fez-se refletir rapidamente na pauta de exportações. Os produtos

securitização se convertido num mecanismo de “socialização das perdas” da agricultura, já que os devedores privados junto aos bancos deixaram de selo, e os bancos passaram a receber a remuneração pela posse dos títulos da dívida pública.

⁶⁹No dia 17 de agosto de 1998, o governo russo anunciou moratória de 90 dias dos pagamentos da dívida da russa e uma desvalorização da moeda do país, o rublo, balando a confiança do mercado financeiro nos países ditos “emergentes”, iniciando uma onda de especulação contra moeda desses países e inaugurando mais um período de queda na liquidez internacional.

básicos saltam de 25% para 45% da pauta entre 2000 e 2010. Contudo, ainda que se possa dizer que existe uma estratégia de aumento das exportações primárias como forma de compensar o déficit nas “transações correntes” das contas externas brasileira durante as crises cambiais de 1982 e 1999, o alarde em torno de uma suposta desindustrialização do Brasil durante o início do século XXI esconde que as exportações de manufaturados entre 2003 e 2013 saltaram de R\$ 39,7 bilhões para R\$ 93,8 bilhões, impulsionadas pelo aumento da capacidade de importação dos países vizinhos e pelo crescimento econômico mundial no contexto da ascensão chinesa, conforme visto no capítulo 2 (ALICEWEB, 2016, não paginado). Deve-se pontuar também que, apesar do crescimento das importações nesse período, o crescimento do mercado entre 2003 e 2013 aumentou a demanda interna, promovendo crescimento de diversos setores da indústria mesmo num contexto de elevada competição com produtos importados, em especial da China (JENKINS E BARBOSA, 2012, p. 68).

O movimento de expansão das exportações primárias, em especial o aumento das exportações de carne e soja, estimulou nesse período um intenso processo de valorização das terras no Brasil. Tendo em vista o preço da terra ser expressão monetária da renda capitalizada calculada pelos agentes econômicos para uma dada terra, esse aumento variou conforme a região analisada e a aptidão de suas terras para o desenvolvimento das atividades inseridas no circuito da agroexportação dos anos 2000. Nesse sentido, não é sem motivo que as terras da região Centro-Oeste tiveram a segunda maior valorização média anual do país entre 2000 e 2006: 9,40%, perdendo somente para a região sul, onde também se produz muita soja e onde há menor disponibilidade de terras: 11,36% (DELGADO, 2012, p. 98).

Tendo em vista que a renda oriunda da posse ou propriedade de terras e sua captura é uma arbitragem público-privada, já que o Estado controla o território e o regime jurídico de propriedade, essa dinâmica de aumento do preço da terra no Brasil guarda toda uma peculiaridade. Essa peculiaridade reside justamente na associação dos grandes proprietários com as agências de Estado encarregadas da política fundiária e consequente “frouxidão” das mesmas no que diz respeito principalmente à grilagem e outros mecanismos de apropriação de terras públicas devolutas.

(...) o preço das mercadorias produzidas ou potencialmente produzíveis na terra e as demais condições susceptíveis de gerar renda fundiária afetam os preços das terras e arrendamentos, propiciando ganhos ou perdas, codeterminados, ora pelo movimento conjuntural dos mercados agrícolas, ora pela política econômica. Em particular, a política fundiária do Estado desempenha esse papel regulador no espaço do mercado de terras nacional, sobre o qual incide a soberania territorial do Estado (DELGADO, 2012, p. 99).

Nos anos 2000, observou-se o avanço de uma política fundiária mais pró-agronegócio no plano federal, fundamentada basicamente em três pilares: a não atualização dos índices de produtividade⁷⁰ desde 1975, o afrouxamento do controle sobre a grilagem de terras através de sucessivas MP's, sendo a principal delas a MP 458/2008, e a flexibilização da legislação ambiental através do novo Código Florestal, aprovado no Congresso em 2012. A grilagem de terras é prática tão arraigada que, em 2016, o Serviço Florestal Brasileiro identificou⁷¹ que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) do Incra contém 11.569 declarações de propriedades rurais sobre terras indígenas, cuja demarcação tem primazia sobre a propriedade privada da terra no direito agrário brasileiro. Esses dados demonstram que, no pacto político do agronegócio brasileiro, que é associação entre proprietários de terras, burguesias nacionais e empresas oligopolistas mundiais, os proprietários de terra têm bastante influência e relevância, principalmente em razão da concentrada estrutura fundiária e da penetração desse setor nas instâncias decisórias do Estado.

Além da política fundiária, o papel do Estado reestruturou e retomou diversos mecanismos de política pública com incidência positiva sobre a renda fundiária. Trata-se de políticas agrícolas, comerciais e financeiras fomentadores das chamadas “rendas extraordinárias” da terra. Tais políticas, que em grande parte haviam sido eliminadas ou reduzidas durante o ajuste liberal dos anos 90 foram restauradas nos anos 2000. Essas iniciativas ficam evidentes no aumento do Crédito Rural sob provisão dos fundos públicos a partir de 1999, nas sucessivas recomposições dívidas agrárias com os bancos, no retorno parcial da política de garantia de preços via aquisições do governo federal e reestabelecimento de preços mínimos e no aumento dos investimentos em infraestrutura de transportes e armazenamento. No caso do Sistema Nacional de Crédito Rural, principal base da modernização agrícola brasileira, o crescimento foi de 9,5% ao ano entre 2001 e 2010 (DELGADO, 2012, pp. 100-103).

Nesse processo de aumento das exportações e de crescimento da agropecuária, houve significativo crescimento de algumas cadeias agroindustriais. Sob condições externas e de política interna favoráveis, os setores de carnes, açúcar e soja passaram a compor a maior parte das exportações do agronegócio, sendo o setor de soja o que mais cresceu:

⁷⁰ O índice de produtividade é a medida segundo o qual a terra pode ser considerada improdutiva para fins de desapropriação para a reforma agrária. No Brasil, essa medida não é atualizada desde 1975, apesar dos importantes avanços tecnológicos e consequente aumento na produtividade agrícola observados desde então. A produtividade mínima do hectare de soja pelo índice em vigor, fixado segundo o Censo Agropecuário 1975 é de 1200 kg/ha. No Censo de 2006, foi apurada que a produtividade média das plantações de soja brasileiras é de cerca de 2851 kg/ha.

⁷¹ Estudo disponível no link: <http://www.florestal.gov.br/ultimas-noticias/633-servico-florestal-libera-dados-publicos-do-car>

Por outro lado, esse movimento de ajuste macroeconômico externo vai ensejar um virtual pacto de economia política, relançando no presente, mas com características muito parecidas às de uma estratégia de capital financeira na agricultura, construída no período militar e desarticulada na fase mais ostensiva de liberalização dos mercados agrícolas (anos 1990). O que fica evidente nos anos 2000 é o relançamento de alguns complexos agroindustriais, da grande propriedade fundiária e de determinadas políticas de Estado, tornando viável um peculiar projeto de acumulação de capital, para o qual é essencial a captura da renda de terra, juntamente com a lucratividade do conjunto dos capitais consorciadas no agronegócio (DELGADO, 2012, p. 109).

O *boom* das *commodities* nos anos 2000 fomentou três grandes processos de inflexão no mercado de terras e nas políticas agrárias brasileiras no contexto do capitalismo mundializado: (i) aumento do preço das terras, em razão do aumento da renda da terra causado pela alta dos preços dos gêneros nela produzidos e das rendas extraordinárias da terra causado pelas subvenções da política agrícola e passividade do Estado ante à grilagem de terras; (ii) reconstituição do crédito público como importante mecanismo de fomento da política agrícola; e (iii) aumento da inserção externa do Brasil em algumas cadeias agroindústrias, o que inclui a cadeia da soja. Nesse novo contexto, aprofunda-se a articulação público-privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no setor agrícola tradicional e nos complexos agroindustriais. O intuito é perseguir simultaneamente o lucro e a renda da terra em prol dos capitais monopolistas agroindustriais, cujo comando e a ação estão cada vez mais atrelados à lógica da valorização financeira do capital. Esse pacto, denominado por Delgado (2012, p. 109) como “economia política do agronegócio” permeia a expansão da cadeia agroindustrial da soja, pelos Cerrados brasileiros e a realidade socioeconômica da região Centro-Oeste.

3.4 O SISTEMA AGROINDUSTRIAL DA SOJA NO CAPITALISMO MUNDIALIZADO

No contexto do capitalismo mundializado, no qual fica evidente a distribuição desigual dos benefícios da divisão mundial do trabalho, é necessário combinar as diferentes categorias de análise da economia internacional. Nesta seção, serão combinadas a análise das cadeias globais de valor com a análise de sistemas mundiais no sentido de entender a cadeia global de valor da soja, seus elos de agregação de valor bem como as relações de subordinação e dependência reproduzidas nesta cadeia,

A análise das cadeias globais de valor foca sobre a governança nas cadeias produtivas com a perspectiva de que, nessas cadeias, existem empresas líderes que desempenham um papel fundamental de comandar todo o sistema de produção, distribuição e comercialização de mercadorias. Essas empresas nem sempre são verticalizadas e integradas, e muitas vezes, sequer estão envolvidas no processo produtivo em si, podendo estar “à frente ou atrás” da cadeia produtiva. Na verdade, o que distingue a empresa líder de suas subordinadas é o acesso ou controle de recursos-chave na lógica e funcionamento do capitalismo mundializado. Esses recursos variam de setor para setor da atividade econômica, mas em geral são recursos de alto valor, como tecnologia, acesso a grandes mercados, *know-how* de *design*, patentes e marcas. Esse acesso faz com que essas empresas consigam se apropriar de maior parte dos retornos gerados nas atividades compreendidas pela cadeia (GERREFFI, 1999, p. 2).

O estudo das cadeias de valor permite justamente verificar em qual elo encontram-se os recursos chave e quem os controla. Seu estudo parte de uma análise minuciosa do conjunto de atividades necessárias para produzir e disponibilizar um produto ou serviço ao consumidor final. Esse conjunto de atividades envolve desde a concepção do produto até sua entrega ao consumidor, passando pelas diferentes fases do desenvolvimento, produção, distribuição, venda e outros serviços envolvidos. Segundo Kaplinsky e Morris (2001, p. 4), a perspectiva de cadeia de valor acaba por ser muito mais ampla que somente a análise da produção por si só, que é apenas um elo de um número de atividades bastante considerável que compõe o processo de agregação de valor de um produto.

Uma cadeia de valor envolve basicamente 4 nichos de atividades: design, produção, comercialização e consumo e reciclagem. O primeiro nicho, o design, envolve as fases de design e desenvolvimento de novos produtos. O segundo, a produção, envolve desde a obtenção dos insumos, sua transformação e a estocagem do produto final. No terceiro nicho, comercialização, se encontram as atividades de distribuição, comercialização, publicidade e

estudo de mercado. O quarto nicho, consumo e reciclagem, envolve o consumo, o descarte de resíduos e a forma como eles são tratados.

Hopkins e Wallerstein (1986) desenvolveram o conceito de cadeias mercantis globais, no qual destacaram o papel do Estado na definição dos sistemas de produção global através de tarifas e regras de conteúdo local. Já Gereffi (1994) orientou o foco de suas análises para as estratégias e ações das empresas, já que com a onda neoliberal dos anos 1990, diminuiu consideravelmente a capacidade dos Estados para definir regras tarifárias e políticas industriais de conteúdo local. O autor enfatizou a coordenação dos sistemas de produção dispersos mundialmente, nos quais, parte ou partes do sistema são comandados por empresas líderes, que são as que tem condições de coordenar e modernizar a cadeia de suprimentos. Nesse sentido, Gereffi classificou as cadeias mercantis globais em dois tipos: as comandadas pelos compradores e as comandadas pelos produtores

As cadeias comandadas pelos compradores têm como empresas líderes grandes varejistas ou “fabricantes” de marcas originárias dos países centrais, cuja fabricação é estabelecida em uma grande rede mundial de produtores terceirizados. Dessa forma, as empresas líderes centram suas atividades no desenvolvimento dos produtos e na comercialização e publicidade de marcas. Nos países onde são produzidos os bens, desenvolve-se um padrão de indústrias direcionadas à exportação, geralmente produções intensivas em mão-de-obra de bens de consumo, como calçados, brinquedos e utensílios. A produção é feita por empresas contratadas nos países periféricos e exportada para os grandes compradores estrangeiros. Nesse tipo de cadeia, as grandes companhias nada produzem e são o que Gereffi chamou de “firma da nova era de produtores sem fábricas”. Dessas cadeias comandadas pelo comprador, participam principalmente os países do Leste Asiático que, via de regra, adotaram a estratégia de desenvolvimento baseada na industrialização orientada para exportação (GEREFFI, 2001, p. 35).

Nas cadeias comandadas pelo produtor as grandes empresas, principalmente as transnacionais, desempenham papel central na coordenação da produção de uma rede de fornecedores subcontratados. Tais fornecedores, localizados tanto nas ligações para trás quanto para frente na cadeia, fornecem os bens indispensáveis à produção do produto principal, que permanece sob controle das empresas líderes. Esse tipo de cadeia é observada em setores intensivos em capital e tecnologia avançada, como na indústria de automóvel, de aviões, computadores, semicondutores e maquinaria pesada (bens de capital). A instalação de transnacionais desses setores nos países periféricos ocorreu principalmente nos países latino-americanos (GEREFFI, 1999, p 5).

Via de regra, as cadeias comandadas pelos produtores são formadas por oligopólios globais e, nelas, a governança é determinada pelo capital industrial. Já nas cadeias comandadas pelos compradores, nota-se elevada competitividade de produtores espalhados mundialmente e a governança é de controle do capital comercial, que desempenha um papel de intermediação entre produtores dispersos internacionalmente e os grandes mercados consumidores das economias centrais (GEREFFI, 1999, p. 6).

Contudo, a tipologia de cadeias mercantis comandadas por “compradores” e “produtores” não se aplica para todas as cadeias mercantis, como por exemplo, a agricultura. Nesse setor, a tipologia de cadeias de valor de Kaplinsky e Morris (2001) compreende melhora ideia de “valor adicionado”, que está relacionada à sucessão de valor acrescentado ao longo da cadeia. As cadeias de valor implicam em interações entre os diversos elos que as compõem, sendo essa dinâmica de e interações definida pela governança das empresas líderes, isto é, aquelas que controlam os “recursos chave”, aqueles que lhe dão poder de determinação do funcionamento de toda a cadeia e que normalmente irão definir os parâmetros relacionados a produtos, processo, logística e qualidade,

É importante ressaltar que governança não é o mesmo que coordenação. A coordenação das atividades é apenas uma tarefa de governança. A coordenação consiste na gestão dos parâmetros e do acompanhamento dos resultados, bem como no monitoramento das atividades dos diferentes participantes da cadeia produtiva. A governança, por sua vez, carrega o papel central de identificar as oportunidades de renda econômica, como elas serão exploradas e controladas, bem como a forma que serão administradas e onde ocorrerão (KAPLINSKY, MORRIS, 2001, p. 29).

A principal ideia presente na abordagem das cadeias globais de valor é que os papeis chave da governança estarão necessariamente sob controle das empresas líderes. Tais empresas não são necessariamente verticalizadas e integradas e, a depender do produto em questão, nem estão envolvidas com a produção. Elas podem desempenhar a função principal de desenvolver as marcas e/ou comercializar os produtos, como a Nike e o Walmart, ou ainda estar envolvidas no suprimento de peças e componentes essenciais, como Intel e Microsoft. O que de fato distingue as empresas líderes de suas subordinadas numa dada cadeia é o acesso aos recursos-chave que geram os maiores retornos na indústria, seja o *design* de produtos, seja o desenvolvimento novas tecnologias, o patenteamento de marcas ou até mesmo o acesso ao mercado consumidor (TORRES, 2011, p. 43).

No caso da agricultura, a análise das cadeias mercantis de valor deve considerar uma dinâmica específica: a integração intersetorial entre agricultura e indústria, presente no processo

de produção da agricultura e no processamento do produto da atividade agrícola (indústria processadora). No caso da soja, essa preocupação deve ocupar lugar central, pois o plantio é altamente dependente de insumos altamente tecnológicos, geralmente desenvolvidos por empresas monopolistas transnacionais, como maquinário, implementos e sementes transgênicas, bem como seu processamento e comercialização, controlado pelas *trandings* processadoras. Essa especificidade torna a abordagem de cadeias globais de valor mais adequada para a soja, já que, em seu processo produtivo, existem empresas líderes tanto no fornecimento de insumos, como no processamento do grão, o que inviabiliza sua caracterização como cadeia mercantil comandada por produtores ou compradores.

A particularidade dos Complexos Agroindustriais, surgidos principalmente entre os anos 1950 e 1970, fez surgir já no mesmo período os primeiros estudos sobre sistemas agroindustriais. Nos anos 1960, surge na França o conceito de *filière* como enfoque teórico para o estudo das relações agroindustriais. Este estudo focava na análise da cadeia produtiva ou dos sistemas produtivos conforme sua especificidade, ressaltando a importância do complexo agroindustrial como característico do capitalismo industrial. O conceito de *filière* analisa as sequências de atividades transformadoras de uma *commodity* em um produto pronto e acabado para o consumidor final (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 56-57).

As noções de complexos agroindustriais, complexo rural, cadeia produtiva e *filière* são análogas, e em suma, reconhecem que o destino dos produtos agrícolas passou a ser a agroindústria e não mais o consumidor final.

o setor agroalimentar nas sociedades complexas industrializadas compreende quatro subsetores; o das empresas que fornecem à agricultura serviços e meios de produção (crédito, assistência técnica, fertilizantes, sementes, plantas, defensivos, alimentos para animais, maquinaria agrícola, etc.), chamado de “indústrias à montante”; o agronegócio propriamente dito; o das indústrias de transformação e alimentícias, chamado de “indústrias a jusante”; e o de distribuição de alimentos (GRAZIANO DA SILVA, 1998, pp. 66-68).

Estas noções, contudo, ainda não incorporavam as influências institucionais, tais como políticas governamentais, mercados futuros, dentre outros em suas análises. Essa preocupação aparece de forma mais frequente a partir dos anos 1990, com os estudos de sistema de produção organizados verticalmente e com a coordenação da distribuição de alimentos. Surgem então novas conceituações e abordagens para os sistemas agroindustriais. Em todas elas, a característica determinante é: “a percepção de que as relações verticais de produção ao longo das cadeias produtivas devem servir de balizador para a formulação de estratégias empresariais e políticas públicas” (ZYLBERSZTAJN, 2000, p. 2).

Dentre essas abordagens, destaca-se o conceito de SAG (Sistema Agroindustrial). Mais amplo que o de cadeias produtivas, esse modelo relaciona as áreas de tecnologia, materiais, distribuição e até mesmo relações econômicas entre os agentes ao funcionamento das cadeias. No caso de sistemas agroindustriais atrelados ao ambiente internacional, como é o caso da soja, discute-se também a forma de distribuição do sistema produtivo pelos países envolvidos. Essa abordagem se conecta com a análise de Cadeias Globais de Valor, na qual a organização industrial está centrada sobre estratégias empresariais e de países formadores de uma “cadeia de valor acrescentada” global, que combina tecnologia, materiais, trabalho, insumos e distribuição. Sendo assim, para se discutir o SAG da soja, deve-se verificar quem são os agentes envolvidos, as relações entre eles, os setores, as organizações públicas e privadas envolvidas e a abrangência geográfica do sistema (ZYLBERSZTAJN, LAZZARINI e MACHADO FILHO, 1999, pp. 7).

O Sistema Agroindustrial da Soja no Brasil, segundo esse modelo, pode ser esquematizado da seguinte forma:

- a) Fornecedores de Insumos e Equipamentos: representa a indústria à montante da agricultura e contempla, de maneira geral, a indústria de fertilizantes, defensivos, máquinas, etc. No caso da soja, esse setor contempla ainda a indústria de sementes e pesquisas genéticas;
- b) Produção Primária: produção propriamente dita. Dentro do SAG da soja, relaciona-se “para frente” com as indústrias esmagadoras e “para trás” com a indústria de insumos;
- c) Comercialização e Armazenamento: composto por *tradings*, cooperativas, corretoras e armazenadores. Setor que tem contato direto com os produtores no processo de aquisição, armazenagem e distribuição da soja. Trata-se de setor integrado à fase de processamento/esmagamento, organizado através de corretores/armazenadores que atuam com contratos e subcontratos para indústrias de esmagamento e processadoras, cooperativas de produtores ou até mesmo diretamente pelas *tradings*.
- d) Trituradores/Esmagadoras/Refinamento (1º processamento): representa a indústria de processamento da soja. No caso da soja, é representado pelas companhias processadoras esmagadoras do grão, que pode vir a se tornar óleo ou farelo, matéria-prima para a segunda transformação: fabricação de massas ou rações;
- e) Indústrias de Transformação de derivados (2º processamento): responsáveis pela segunda transformação da soja, direciona os produtos das trituradoras para outras indústrias de transformação, como, por exemplo indústrias de alimentos obtidos a partir de fosfolipídios de soja e farmacêuticas.

- f) Distribuição: elo de ligação entre a indústria e os consumidores, engloba o atacado e o varejo, contendo grandes cadeias transnacionais, que compram diretamente das agroindústrias, até cadeias locais e pequenos negócios que podem comprar do atacado;
- g) Consumidor: destinatário final dos produtos do SAG.

Figura 8: Sistema Agroalimentar da Soja

Fonte: Lazzarini e Nunes (1998, p. 94)

Setor de Sementes

Na análise do sistema agroindustrial da soja, o setor de insumos/suprimentos para a agricultura acaba por ter ligação orgânica com o setor de processamento industrial do grão, representando o primeiro tentáculo de subordinação da renda da terra sob controle de capitais monopolistas transnacionais. Um exemplo bastante claro dessa dinâmica é a indústria⁷² de sementes. Este setor é composto por fazendas especializadas em plantios destinados exclusivamente para a produção de sementes e indústrias processadoras dessa produção. No

⁷²Apesar de as sementes por si só serem produtos da natureza, o amplo histórico de modificações e adaptações genéticas da soja, tornou a semente um produto industrial de elevada complexidade, evidenciando que, no contexto da agricultura capitalista, além do espaço, a natureza passa a ser produzida numa dinâmica industrial.

Brasil, o mercado de produção de sementes movimenta em torno de R\$ 10 bilhões, sendo 3,2 bilhões oriundos do mercado de sementes de soja de Mato Grosso, maior produtor da matéria-prima no país, cuja produção chega a 325 mil toneladas/ano e está concentrada na Serra da Petrovina (IMEA, 2015, p. 6). Em que pese a busca pela maximização da renda e da produtividade por parte dos produtores, fator determinante para a busca de sementes de maior produtividade, as indústrias processadoras têm exigências em relação à origem, valor proteico e oleaginoso do grão. Cada saca de 60kg deve produzir no mínimo, uma média de 60 quilos de farelo e 8 litros de óleo com aproximadamente 46% de proteína na matéria seca⁷³. O atendimento de tais exigências exige o uso de variedades certificadas⁷⁴ específicas de sementes, sob a pena de o produtor não encontrar compradores para sua safra.

(...) ao longo do tempo, os níveis menores de proteína causam impacto no preço da soja em função do menor valor para os usuários finais. Preços menores pressionam a renda dos produtores, fazendo com que esses busquem níveis de produtividade ainda maiores para se manter a renda (REVISTA AGROSOFT, 1999, p 4).

Outro fato relevante para aumentar a renda do produtor com a venda de soja é a produtividade por hectare. Para tanto, a escolha da semente mais adequada para a região e o solo de cada fazenda torna o conhecimento técnico um componente importante do processo produtivo. Nesse sentido, empresas de consultoria, a EMBRAPA e as indústrias de sementes privadas oferecem “pacotes tecnológicos” ao produtor. Esses pacotes incluem: preparo e conservação do solo, correção de acidez e fertilidade, inoculação, adubação e semeadura, controle de invasoras, combate às pragas e assessoria técnica para a colheita e armazenamento. Nesses pacotes, estão incluídas todas as especificações de quantidades de insumos, épocas de aplicação e visitas técnicas às propriedades (EMBRAPA, 1974, p. 15). Nota-se que os pacotes tecnológicos alcançam todas as etapas do processo produtivo dentro das fazendas, indicando uma tendência de padronização da organização do trabalho e da produção agrícola dentro das

⁷³Peso com desconto da umidade natural a partir de técnicas de aquecimento efetuadas em condições controladas.

⁷⁴A Lei 10.711 de 05/08/2003 criou o Sistema Nacional de Sementes e Mudas (SNSM). O objetivo era garantir a identidade e qualidade dos materiais de multiplicação vegetal. A lei prevê que, para serem certificadas, as sementes devem apresentar garantia, garantia de origem, de segurança e qualidade. Quando da compra de sementes certificadas, o agricultor recebe uma Nota Fiscal do produtor ou do comerciante de sementes citando a inscrição no RENASEM (Registro Nacional de Sementes e Mudas). Nesse registro, está descrita a espécie, o nome do cultivar conforme registro e a categoria (básica, C1, C2, S1 ou S2). A lei prevê que as sementes sejam produzidas seguindo normas determinadas pelo Ministério da Agricultura, garantindo a identidade e pureza genética, bem como propriedades físicas e fisiológicas mínimas. A produção de semente certificada é garantida por uma Entidade Certificadora credenciada pelo MAPA. O sistema garante também o recolhimento dos Royalties e Taxas Tecnológicas em favor dos desenvolvedores do cultivar.

propriedades, cujo desenvolvimento e aplicação se dá a partir das agências de pesquisa, consultorias e capital industrial.

A soja ocupa 33 milhões de hectares no Brasil, dos quais cerca de 90% são plantados com OGM (Organismos Geneticamente Modificados). O país tem mais de 1,3 mil cultivares registradas, dos quais 59% são transgênicos, sendo que a demanda anual por sementes de soja supera 1,2 milhões de toneladas por ano, o que requer uma área de cultivo específica para sementes de aproximadamente 1 milhão de hectares (ABRATES, 2017, não paginado). A comercialização de sementes de soja no Brasil é realizada, majoritariamente sob a forma de licenciamento, na qual o preço da semente embute um *royalty* ao detentor da variedade genética. Necessário para se obter a licença de comercialização, o valor do *royalty* custa em média 10% do valor da semente. São nove os genes criados em laboratório liberados para a modificação de sementes de soja em comercialização no Brasil, sendo oito deles capazes de tornar o cultivo tolerante a herbicidas e um tolerante tanto a herbicidas quanto a insetos (EMBRAPA, 2016, não paginado). O mais popular deles é o gene RR (*RoundUpReady*), desenvolvido e licenciado pela Monsanto, que torna o cultivo resistente à ação do herbicida *RoundUp*, também fabricado pela transnacional, conforme já mencionado no capítulo anterior.

Em que pese o fato de haver mais de 400 produtores de sementes reconhecidos pelo MAPA no país, os elevados montantes de recursos requeridos pelo processo de P&D em genética e biotecnologia para o desenvolvimento de novos tipos de sementes tendem a tornar essa indústria bastante concentrada. Até a safra 2007/2008, 72% do mercado brasileiro de sementes de soja recomendadas e certificadas pelo MAPA era controlado pela EMBRAPA (44%), Monsanto (21%), Du Pont (4%) e Syngenta (3%). Os demais 28% do mercado eram controlados por outras Instituições Públicas de Pesquisa Agropecuária (4%) e empresas brasileiras (24%). Ocupante da segunda posição no mercado de sementes, a Monsanto é detentora do gene RR (*RoundUPReady*), presente em 15% dos cultivares ofertados tanto por instituições públicas como privadas no país, o que além de garantir à transnacional papel chave na cadeia de valor da soja, rende lucros adicionais oriundos da taxa tecnológica cobrada nas sementes desenvolvidas e comercializadas por empresas que licenciam o gene para suas produções de sementes (CORDEIRO, PEREZ e GUAZZELLI, 2007, pp. 5-6).

Nesse sentido, muito embora o mercado ainda seja dominado pela EMBRAPA, é bastante importante verificar a colaboração entre os segmentos público e privado através de contratos de parceria tecnológica. Em 1996, às vésperas da promulgação da Lei Nacional de Cultivares, que garantiu o reconhecimento e a remuneração da propriedade intelectual genética de sementes e mudas no Brasil, Monsanto e EMBRAPA firmaram parceria para o

desenvolvimento de soja transgênica tolerante ao glifosato, matéria prima do herbicida *Roundup*. Dessa parceria, a EMBRAPA desenvolveu 18 variedades de soja com o gene RR, licenciado pela Monsanto (EMBRAPA, 2016, não paginado). As parcerias para avaliação, intercâmbio de cultivares e licenciamento de genes, no qual a EMBRAPA tem papel decisivo, evidenciam sua *expertise* e essencial papel para o desenvolvimento agronegócio brasileiro, mas desnudam também a penetração dos capitais monopolistas agroindustriais até mesmo nas agências de pesquisa e fomento do Estado

A atuação da Monsanto no mercado de produção de sementes brasileiro se dá através de sua subsidiária Monsoy Sementes, cuja atuação nos Cerrados teve pontapé decisivo em 1997 com a aquisição do banco de germoplasma de soja da FT Sementes, em especial da variedade FT Cristalina, voltada para a região Centro-Oeste. Dominando hoje praticamente um quarto do mercado brasileiro, a Monsanto é exemplo emblemático da forma de atuação dos capitais monopolistas transnacionais na agricultura. Além de controlar recurso chave da cadeia de valor da soja: biotecnologia, a Monsanto consolidou sua atuação no mercado de comercialização de sementes brasileiro através de estratégia chave dos capitais monopolistas no capitalismo mundializado: aquisição de empresas nacionais, no caso, de banco genético de origem nacional.

Setor de Máquinas e Equipamentos

Ao lado da indústria de sementes, a indústria de máquinas agrícolas é pilar importante da cadeia de valor da soja, tendo em vista o elevado grau de mecanização das lavouras, que são plantadas, irrigadas, adubadas e colhidas com tratores e colheitadeiras. Essa indústria ganhou impulso decisivo com a rápida expansão da área dos cultivos de soja no Brasil nos anos 1990 e 2000. Através do gráfico 10, é possível notar que existe uma clara correlação entre a evolução do preço da soja e a venda de máquinas agrícolas no Brasil entre 1997 e 2013, o que mostra a importância o peso da soja nesse mercado.

Gráfico 10: Evolução da venda de máquinas agrícolas no Brasil e do preço da soja entre 1997 e 2014

Fonte: Céleres Consultoria (2017, não paginado)

Diferentemente do mercado de sementes agrícolas, onde uma empresa pública brasileira, a EMBRAPA, controla parcela significativa do setor, no caso das máquinas agrícolas, o mercado é dominado por empresas oligopolistas transnacionais. Nesse caso, as estadunidenses AGCO, John Deere, e a holandesa Case New Holland controlam 97,2% da produção nacional de máquinas agrícolas. Os outros 2,8% são controlados pela Agrale, única empresa de capital nacional de relevância no setor. No caso das vendas, o cenário se repete, 97% das vendas de tratores e máquinas estão sob controle das transnacionais, e 3% sob controle da Agrale (ANFAVEA, 2015; BRADESCO, 2017, não paginado).

A elevada concentração no mercado de máquinas e tratores agrícolas revela o caráter oligopolista altamente concentrado dessa indústria de vital importância na cadeia da soja. Esse caráter, típico do processo de “mundialização do capital”, se consolida na indústria à montante da agricultura justamente pela crescente modernização tecnológica do setor, que aprofunda a dependência da produção agrícola em relação às tecnologias e produtos industriais controlados pelos capitais monopolistas e, em consequência, o processo de subordinação da renda da terra por estes capitais.

O que é característico da chamada fase de mundialização é a extensão de estruturas de oferta muito concentradas, para a maior parte das indústrias de alta intensidade de P&D ou “alta tecnologia”, bem como a numerosos setores de fabricação em grande escala (CHESNAIS, 1996, p. 95).

A participação significativa da produção agrícola brasileira no mercado global, especialmente no caso da soja, seguramente tem relação direta com a presença de plantas

industriais das três gigantes monopolistas globais da produção de máquinas agrícolas no Brasil. Não obstante, a localização de suas respectivas produções ao redor do mundo, demonstrada pela tabela 33, revela também uma das principais vantagens dos oligopólios transnacionais: a possibilidade de múltiplas localizações para suas filiais, o que abre a possibilidade de exploração das diferenças de custos entre os países e presença nos diferentes mercados. Nessa dinâmica, as transnacionais conseguem se apropriar das vantagens do país de origem, geralmente relacionadas à aquisição de recursos chave e estratégicos à produção, como P&D, bem como das vantagens de países em desenvolvimento: acessos a insumos estratégicos, mercados consumidores e mão de obra mais barata para as plantas fabris (SILVA, 2015, pp 36-37).

Tabela 33: Localização dos Centros de Controle e Fábricas das principais empresas do mercado de máquinas e tratores agrícolas brasileiros

Firma	Sede Mundial	Sedes Regionais	Fábricas
John Deere	EUA	EUA, Alemanha e Brasil	África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Canadá, China, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Índia, Israel, México, Nova Zelândia, Reino Unido e Rússia
CNH	Holanda	Reino Unido	Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, China, Espanha, Estados Unidos, França, Índia, Itália, México, Polônia, Reino Unido, República Tcheca, Rússia e Venezuela
AGCO	EUA	EUA, Suíça, China e Brasil	Alemanha, Argentina, Brasil, China, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Índia, Itália, México e Rússia

Fonte: Silva (2015, p. 37)

No que diz respeito à distribuição da produção e das vendas pelo território brasileiro, chama a atenção o descolamento entre a distribuição das vendas e da produção pelo território. A região Centro-Oeste, onde foram comercializados 16,2% dos tratores e máquinas agrícolas vendidos em 2015, tem apenas uma planta industrial de produção de máquinas e tratores agrícolas, a fábrica da John Deere, localizada em Catalão, no estado de Goiás. Enquanto isso, a região Sul, onde foi comercializada 36,9% do maquinário, concentra 69,5% da produção. Esses números reforçam a importância da soja no setor de máquinas e implementos agrícolas, tendo em vista que 70% da produção nacional se localiza em dois importantes estados

produtores: Paraná e Rio Grande do Sul, mas evidência também a baixa participação da região Centro-Oeste, maior produtora nacional, nesse elo da cadeia de valor da soja.

Setor de Fertilizantes

No Brasil, o setor de fertilizantes tem como principal demandante a cultura soja, responsável por 35% do consumo no país. Principal componente nos custos de produção da soja, 20 a 26%, os fertilizantes e os defensivos agrícolas são parte importante da indústria de suprimentos da cadeia de valor da soja. Os fertilizantes para a lavoura de soja são, via de regra, a combinação de três elementos químicos chamados de macronutrientes para as plantas: nitrogênio (N), fósforo (P) e potássio (K). As formulações com diferentes dosagens de cada nutriente e mistura de outros compostos, como enxofre, magnésio, cálcio, ferro, manganês, zinco, cobre, cobalto, molibdênio, boro, cloro e silício variam de acordo com a cultura a ser aplicada, com o solo, com as condições físico-químicas da terra, com a região geográfica e, claro, com a produtividade desejada. No caso da soja produzida na região dos Cerrados, os nutrientes mais demandados são o fósforo, potássio, tendo em vista a acidez do solo (EMBRAPA, 2016, não paginado).

Nesse segmento, o Brasil ainda é amplamente dependente das importações dos principais componentes dos fertilizantes mais utilizados para a lavoura de soja. No quadro geral dos NPK (nitrogenados, fosfatados e potássicos), o índice de dependência dos componentes se manteve sempre acima dos 60% nos anos 2000, chegando a 68% em 2010 (ANDA, 2017, não paginado). Contudo, analisando separadamente os componentes, nota-se que a dependência de importações chega a 88% no caso do Potássio, sendo menor no caso do Nitrogênio, 63%, e do Fósforo, 43%.

Até o final dos anos 1992, a produção de fertilizantes brasileira era majoritariamente controlada pela Ultrafertil e pela Fosfertil, subsidiárias da Petrobrás para a produção de fertilizantes. Os ajustes liberais ocorridos nos anos 1990 culminaram privatização dessas empresas, fato que, juntamente com as sucessivas fusões e aquisições discriminadas na tabela 34, acabou por internacionalizar o setor. Atualmente, tanto a importação dos componentes, quanto a extração e a mistura feitas em território nacional são controladas por capitais transnacionais de origem estrangeira.

Tabela 34: Operações de compra e venda de empresas produtoras de fertilizantes no Brasil

Ano da Operação	Empresa Vendida	Origem do Capital	Empresa Compradora	Origem do Capital
1992	Fósfétil	Brasil	Bunge	Holanda/EUA
1992	Ultrafétil	Brasil	Bunge	Holanda/EUA
1996	Serrana	Brasil	Bunge	Holanda/EUA
1997	IAP	Brasil	Bunge	Holanda/EUA
1998	Eleikeiroz	Brasil	Bunge	Holanda/EUA
1998	Takenaka	Brasil	Bunge	Holanda/EUA
1999	Solorríco	Brasil	Cargill	EUA
2000	Manah	Brasil	Bunge	Holanda/EUA
2000	Aubos Trevo	Brasil	Norks Hidro	Noruega
2000	Fertiza	Brasil	Cargill	EUA

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de WEIZS JUNIOR (2011).

Conforme tabela 35, 75,19% do faturamento do setor em 2008 estava concentrado em 3 grandes transnacionais Bunge, Yara/Trevo e Mosaic/Cargill:

Tabela 35: Participação das empresas no faturamento do setor de fertilizantes em 2008

Empresas	Origem/Sede	Participação no Faturamento
Bunge	Holanda/EUA	43,40%
Yara/Trevo	Noruega	15%
Mosaic/Cargill	EUA	16,79%
Heringer	ES/Brasil	9,92%
Copebrás	GO/Brasil	4,85%
Fertipar	PR/Brasil	3,92%
Iharabras	Japão	2,13%
Unifertil	RS/Brasil	1,63%
Outros	-	2,36%
Total	-	100%

Fonte: Ministério da Fazenda (2010, não paginado)

Setor de Defensivos Agrícolas

No setor de defensivos agrícolas, a soja também é a principal demandante do setor, sendo responsável por 47% do consumo brasileiro (BNDES 2012, não paginado). Demandante principalmente de herbicidas para combate à ferrugem, a soja movimenta o setor, cuja produção ocorre essencialmente em território nacional, mas também é majoritariamente controlada por transnacionais, conforme tabela 36.

Tabela 36: Participação nas vendas de defensivos agrícolas no Brasil em 2010

Empresa	Origem	Participação
Syngenta	Suíça	20,50%
Bayer	Alemanha	16,20%
Basf	Alemanha	12,40%
FMC	EUA	6,90%
DuPont	EUA	5,70%
Dow Química	EUA	5,60%
Monsanto	EUA	4,30%
Makhteshim-Agan	Israel	4,20%
Iharabras	Japão	3,60%
Arysta	Japão	2,90%
Nufarm	Austrália	2,90%
Cheminova	Dinamarca	2,60%
Nortox	Brasil	2,50%
DVA	Alemanha	1,60%
Fersol	Brasil	1,20%
Empresa	Origem	Participação
Sipcam	Itália	1,20%
Atanor	Argentina	1,10%
Rotam	China	0,50%
Helm	Alemanha	0,50%
Outros		3,40%

Fonte: BNDES (2012)

Em suma, nota-se que os setores de fertilizantes e defensivos agrícolas, responsável por até 42% dos custos totais da lavoura de soja, conforme tabela 37, é controlado por capitais transnacionais oligopolizados, revelando-se um setor onde as principais estratégias de atuação desses capitais no capitalismo mundializado: fusões e aquisições; o controle de recursos chave, como tecnologia e acesso aos mercados; e o aproveitamento das diferentes vantagens comparativas dos diferentes países através da divisão internacional do trabalho também funcionam a pleno vapor. A presença desses mecanismos em setores tão importantes para a produção e para a formação do preço da soja reforça o processo de subordinação da renda da terra aos capitais agroindustriais monopolistas na indústria à montante da agricultura.

A tabela 37 mostra que de 45% a 61% dos custos totais das lavouras de soja na safra 2010-2011 estiveram concentrados nas seguintes rubricas: fertilizantes (20%-26%); defensivos (12%-15%); máquinas (8%-13%); e sementes (5%-7%). Desses quatro segmentos de insumos, em três, os capitais transnacionais agroindustriais são os maiores fornecedores, e em um, no setor de sementes, esse papel é da EMBRAPA, seguida pela Monsoy (subsidiária da Monsanto).

Na safra 2010/2011, a APROSOJA-MT (2010, não paginado) estimou que a taxa média de lucro do produtor foi de 20% do preço da saca. Naquele ano a saca de soja foi vendida por em média R\$ 24,00 nas variadas praças do estado. A partir desse dado da APROSOJA, considera-se que o custo total de produção da saca, já contabilizados os gastos com transporte, seja da ordem de 80% do valor de venda, ou R\$ 19,20. Levando-se em conta que, segundo o BNDES (2012), entre 45% e 61% desse valor, ou seja, algo entre R\$ 8,64 e R\$ 11,72 de cada saca vendida teve como destino a compra de insumos e equipamentos. Em termos de faturamento, do total faturado no plantio e venda, até 48% teve como destino a compra de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas cuja produção e venda no Brasil são controladas por capitais monopolistas transnacionais de origem estrangeira.

Tabela 37: Participação das despesas por rubrica nos custos totais

% dos custos totais na safra 2010-2011		
Despesas	Conjunto de lavouras (h)	Soja
Fertilizantes	14 a 27	20 a 26
Defensivos	10 a 10	12 a 15
Sementes	5 a 7	5 a 7
Mão de obra (a)	3 a 5	3 a 4
Operação de Máquinas (b)	9 a 17	8 a 13
Despesas pós-colheita (c)	10 a 15	9 a 14
Depreciação (d)	6 a 10	7 a 11
Outros (f)	16 a 22	20 a 22
Custos variáveis	73 a 80	69 a 76
Custos fixos	9 a 14	11 a 15
Remuneração do Capital (g)	8 a 14	13 a 17
Fonte: BNDES (2012)		

Notas: (a) temporária e fixa; (b) avião, máquinas e serviços; (c) seguros, transporte, beneficiamento e armazenagem; (d) benfeitorias, instalações e máquinas; (f) royalties sobre sementes geneticamente modificadas, despesas administrativas, manutenção de equipamentos e seguros; (g) inclui o custo pelo uso da terra; e (h) lavouras de algodão, arroz, milho e soja

O elevado grau tecnológico presente nas lavouras de soja, bem como a dependência dos cultivos em relação a insumos e implementos químicos fazem com que o processo produtivo do grão nas fazendas, que é a atividade agrícola propriamente dita, seja um estágio de um processo industrial. Esse processo tem como elos chave a indústria à montante e também o processamento do grão e sua transformação em alimentos ou outros produtos industrializados,

a indústria à jusante. Essa etapa da cadeia se diferencia basicamente em dois estágios: o esmagamento/processamento da soja e a indústria de transformação. Nestas duas etapas decisivas de agregação de valor na cadeia da soja, verifica-se novamente que as empresas líderes são grandes grupos oligopolistas transnacionais

Setor de Esmagamento de soja

No setor de esmagamento, as empresas líderes são grandes grupos oligopolistas transnacionais: ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus controlavam sozinhas 45,2% da capacidade de esmagamento instalada do país em 2009. O único grupo empresarial de origem nacional que se destaca entre as cinco maiores esmagadoras é o Grupo Amaggi, controlando 4% da capacidade instalada, conforme tabela 38.

Tabela 38: Participação percentual das cinco maiores empresas esmagadoras no total da capacidade instalada no Brasil

Participação das empresas no controle da capacidade instalada de esmagamento de soja								
Empresa	Origem do Capital	1995	1997	1999	2002	2004	2007	2009
ADM	Internacional		4,1%	5,8%	8,4%	8,8%	10,2%	10,4%
Bunge	Internacional		24,3%	24,8%	22,2%	22%	18,5%	19,2%
Cargill	Internacional	6%	5,9%	5,7%	9,2%	9,6%	9,8%	10,6%
Dreyfus	Internacional		7,6%	7,1%	7,6%	7,1%	6,2%	5%
Amaggi	Nacional	-	-	-	2,9%	2,6%	2,3%	4%
% 5 Maiores		6%	41,9%	43,4%	50,3%	50,1%	47%	49,2%
Crescimento da participação das 5 maiores no controle do esmagamento entre 1995 e 2009								720%
Evolução da capacidade brasileira de esmagamento de soja								
Capacidade Brasil (ton./dia)		116.280	117.875	120.910	115.270	131.768	149.504	165.299
Crescimento			1,37%	2,57%	-4,66%	14,31%	13,46%	10,56%
Crescimento da Capacidade total de esmagamento entre 1995 e 2009								42,16%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Wesz Junior (2011)

Os dados da tabela 38 revelam ainda um descolamento entre o crescimento da capacidade nacional instalada e da participação desses grupos no controle dela. Enquanto a

capacidade nacional de processamento de soja cresceu 42,16%, a participação de ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus e Amaggi no controle dessa capacidade cresceu 720%. Esse descolamento revela que também no setor de esmagamento de soja, os capitais monopolistas transnacionais atuaram de forma substancial através de fusões e aquisições. Dentre as principais aquisições de empresas nacionais por empresas transnacionais na segunda metade dos anos 1990, destacam-se a Sadia, que vendeu suas plantas industriais de soja para a ADM; a Matosul, que vendeu as operações de soja para a Cargill; e a Ceval, a Santista e a Incobrasa, adquiridas pela Bunge (WESZ JUNIOR, 2011, pp 56-58).

Essas aquisições alteraram profundamente o controle do mercado de esmagamento de soja em um curto espaço de tempo sem que houvesse, todavia, uma alteração da mesma monta no aumento da capacidade instalada, no processo produtivo e nas estruturas fabris, o que mostra a penetração da estratégia monopolista dos grandes capitais no setor agroindustrial:

Essa participação de novas tradings é reflexo do elevado número de fusões e aquisições no setor de esmagamento da soja no período do Plano Real, como já comentado. É importante ressaltar, entretanto, que é uma alteração muito mais na estrutura patrimonial e nominal do que a construção de novas plantas industriais propriamente ditas, já que muitas indústrias de esmagamento permaneceram como no período anterior, mas com novo proprietário (WESZ JUNIOR, 2011, p. 58).

Setor de Transformação e Processamento

No setor de transformação, via de regra, nota-se o domínio oligopolista das mesmas empresas. O farelo de soja é majoritariamente utilizado como matéria-prima para fabricação de rações animais, ou seja, é matéria-prima a indústria de suprimentos de outra cadeia de valor, a de produção de carne. Tendo em vista que não está no escopo deste trabalho analisar a composição dos capitais desse setor, será feita aqui uma breve análise do setor de derivados de óleo de soja, responsável pela produção de margarinas, maioneses e óleos de cozinha destinados ao abastecimento do mercado interno. No setor de margarinas, a Bunge detém 43,9% do mercado nacional, seguida pela Unilever, com 31,9% e pela Sadia, com 15,6%, sendo essa a única de origem nacional a ter participação expressiva no setor. No ramo das maioneses, 95% do mercado brasileiro está sob controle da Unilever e da Bunge, através das marcas *Hellmann's* e *Millete*. No setor de óleos de cozinha, há o domínio da Cargill, da Bunge, e da Sadia, que controlam 45% do mercado, ainda abastecido majoritariamente por marcas regionais, como a Caramuru Alimentos, detentora da tradicional marca “Sinhá”, e que também é fabricante de rações animais domésticas e para rebanhos (WESZ JUNIOR, 2011, p. 129).

Compra e Exportação de Soja

No setor de compra e exportação da soja em grão brasileira, também é possível verificar um predomínio dos capitais monopolistas transnacionais, evidenciando o importante papel desses capitais na originação da soja consumida pelo sistema agroindustrial global. Conforme detalhado no capítulo 2, a maior parte da produção brasileira de soja é exportada sob a forma de grão, em especial após à Lei Kandir, que isentou essas exportações do pagamento de ICMS. Nesse nicho de negócios, que envolve também a estocagem dos grãos, nota-se um predomínio das mesmas empresas transnacionais oligopolistas: ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus. Tendo em vista os dados de comércio exterior por empresa terem sido retirados do portal da Secretária de Comércio Exterior (SECEX) sob a justificativa de sigilo fiscal e empresarial, serão utilizados dados de trabalhos que tiveram acesso a essas informações antes que fossem retiradas do site da secretaria em 2016.

Os dados de exportação por empresa levantados pelo pesquisador Valdemar João Wesz Junior em 2011, confrontados com os dados de exportação do Complexo Soja brasileiro (grãos, farelo e óleo) entre 1999 e 2009, revelam elevada concentração dessas exportações nas empresas ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus e Amaggi. Conforme gráfico 11, essas empresas concentraram mais de 50% do valor das exportações do Complexo Soja brasileiro em todo o período analisado, tendo essa concentração se acentuado e superado os 70% em 2009. No total do valor das exportações brasileiras, a participação dessas empresas subiu de 3,8% para 8,1% no mesmo período (WESZ JUNIOR, 2011, p 101).

Gráfico 11: Participação das empresas ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus e Amaggi nas exportações do Complexo Soja brasileiro em % do valor

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Wezs Junior (2011) e SECEX (2017)

Vale notar que, a nível global, dez transnacionais atuam como empresas líderes na Cadeia Global de Valor da soja e derivados, ou seja, nos setores industriais em que há maior agregação de valor: Bunge, Cargill, Monsanto, Nestlé, Danone, Basf, ADM, Bayer, Syngenta e Novartis. Embora todas essas empresas tenham sedes regionais, fábricas e atuem no Brasil em diversos ramos das indústria química, farmacêutica e alimentar, no Sistema Agroalimentar da soja brasileiro, observa-se uma crescente concentração do sistema agroindustrial entre Bunge, Cargill, ADM, Dreyfus e Amaggi que, em 2010 dominavam 50% da capacidade de esmagamento e 65% da fabricação nacional de fertilizantes. (WEZS JUNIOR, 2011, p 122).

O setor de armazenadores, corretores, assim como as *tradings*, também transaciona soja diretamente com os produtores de grãos. Esse segmento, compra, armazena e transporta soja para a indústria ou para exportação. Nesse grupo, encontram-se também grandes produtores que atuam como compradores. Eles possuem inclusive estrutura de armazenamento, formam lotes de matéria-prima e intermediam a comercialização com as *tradings*, seja para exportação ou processamento em território nacional.

O consumidor final de óleos e outros produtos derivados da soja, sejam eles advindos de cadeias integradas, como a de carne, de indústrias químicas, ou das indústrias de derivados de óleo, estão sujeitos ainda às estratégias de distribuição e lucratividade dos capitais comerciais envolvidos (Atacado, Varejo). Nestes elos, embora não haja agregação de valor significativa aos produtos, há geração de lucro expressiva, oriundo do transporte, publicidade, comercialização e gestão dessas atividades, muitas vezes bastante atrelada ao capital financeiro.

Diante do exposto, fica evidenciado que agroindústria processadora é quem comanda o SAG da soja. Esse sistema agroalimentar compõe uma cadeia global de valor cujos elos estão espalhados por todo o globo e são comandados verticalmente pelos capitais monopolistas agroindustriais a partir de pontos específicos, como Chicago, ou ainda as sedes das empresas líderes, geralmente localizadas nos principais centros financeiros dos Estados Unidos, Europa e também da Ásia. As *tradings* do setor de esmagamento e processamento da soja comandam a governança da cadeia e, dada sua atuação na indústria e no setor financeiro, negociando as produções nos mercados futuros e bolsas de valores, essas empresas conseguem direcionar o comportamento dos diversos agentes econômicos, direta ou indiretamente envolvidos com o setor. Em outros termos, é a partir desse setor que é determinada parte decisiva da dinâmica da cadeia, desde o plantio até o produto final. As *tradings*, por controlar os recursos chave, ditam os padrões de produção, competitividade e controlam parte decisiva da agregação de valor ao produto primário nível global. Essa dinâmica mundializada e verticalizada faz com que o SAG da soja constitua, na verdade, uma cadeia global de valor.

Os principais elos de agregação de valor da cadeia de valor da soja, seja à montante, seja à jusante, são os elos industriais, cuja origem dos principais capitais envolvidos não é brasileira. Esse registro mostra a importância de se analisar o sistema agroindustrial da soja brasileiro em conexão com as reflexões feitas neste trabalho sobre o papel das empresas líderes nas Cadeias Globais de Valor do capitalismo mundializado. Essas empresas transnacionais controlam recursos chave e acabam por determinar o funcionamento de todo o sistema agroindustrial da soja a partir de suas estratégias de atuação globais e de seu poder sobre os rumos do comércio e da economia-mundo capitalista.

A região Centro-Oeste é a que melhor sintetiza o esforço de inserção comercial do país e a forma acelerada como as modernas atividades comandadas por grandes empresas globais modificaram o território, adaptando-o a suas necessidades de acumulação, redefinindo, assim, sua inserção na geografia econômica (interna e externa) pela substituição de antigas atividades baseadas em subsistência e na economia natural por modernas produções do agronegócio internacionalizado. Com isso, promoveu-se completa redefinição do uso e ocupação do solo (rural e urbano) e, por consequência, reorientação de sua organização espacial (MACEDO, 2010, p.190).

O segmento da produção agrícola corresponde justamente à etapa de plantio e colheita do grão sem o qual não há matéria-prima para todo o restante da cadeia. Apesar de essencial e de ainda estar majoritariamente sob controle de capitais nacionais, conforme será analisado no capítulo 4, este elo da cadeia agroindustrial da soja tem a dinâmica orientada a partir das empresas líderes de processamento/comercialização, que controlam os recursos chave capazes de coordenar e determinar o funcionamento de toda a cadeia. Essa dinâmica evidencia a

subordinação da renda da terra aos capitais agroindustriais dentro do processo de monopolização do território desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agrícola de soja. Sem produzir no campo, essas empresas enredam, através de diferentes mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo, além de atuarem no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, conforme foi demonstrado aqui, controlarem também a produção dos agrotóxicos e fertilizantes.

No setor exportador, nota-se que Bunge, Cargill, ADM e Dreyfus controlam parte expressiva das exportações de soja em grão do Brasil, sendo que boa parte dessa soja é encaminhada para as suas próprias unidades na China, onde controlam 50% da capacidade de esmagamento (VALOR ECONÔMICO, 2008, não paginado). As transnacionais que controlam a exportação brasileira de soja brasileira exportam para suas unidades na China, revelando que o processo de “mundialização do capital”, ao internacionalizar a produção e facilitar a formação de cadeias globais de valor reconfigurou o poder das políticas e o protagonismo dos Estados nacionais a nível global, sujeitando-os mais às estratégias transnacionais para as cadeias globais de valor. Dentro dessa estratégia, o Cerrado brasileiro, espaço onde é praticada a agricultura capitalista da soja, é parte de uma cadeia de valor agroindustrial, cujos elos industriais são controlados, majoritariamente, por capitais agroindustriais monopolistas transnacionais segundo a lógica do capitalismo mundializado.

Contudo, não foram as transnacionais que introduziram a produção de soja em larga escala no país ou ainda que viabilizaram sua expansão para os solos do Cerrados. A análise da expansão da soja por essas regiões demonstra o papel fundamental da EMBRAPA e das empresas nacionais nessa expansão. A hegemonia das transnacionais a partir da abertura econômica ocorrida nos anos 1990, conquistada a partir de seu poderio financeiro desnacionalizaram o setor de esmagamento e comercialização, mas as estratégias de localização, estocagem e as soluções logísticas desenvolvidas por algumas empresas nacionais, em especial o grupo Amaggi, Caramuru e Fiagrill, que serão analisadas no capítulo 4, permitiram que estas preservassem lugar importante na cadeia de valor da soja, emergindo à condição de grandes players do setor.

O forte processo de concentração econômico-produtiva e desnacionalização do capital no setor, vinculado ao movimento mais geral de liberalização da economia brasileira na década de 1990, não impediu o enorme crescimento de importantes grupos nacionais como o Grupo Amaggi Alimentos, Caramuru e Fiagrill, que, além das tradicionais atividades em que eram especializadas, iniciaram ou expandiram seus investimentos em praticamente todos os elos da cadeia, adotando estratégias pioneiras

em termos de abertura de novas opções logísticas, comerciais e principalmente territoriais. As *tradings* internacionais imitariam mais tarde esse movimento (PASTRE, 2016, p. 28).

O processo de “mundialização do capital” reconfigurou a nível econômico e político a relação entre os capitais nacionais e estrangeiros entrelaçando-os não só em arranjos produtivos onde ocorrem profunda associação entre as empresas, mas também na forma de controle patrimonial das companhias através movimento de fusões e associações no agronegócio no Brasil a partir dos anos 1990. Nesse novo contexto, algumas empresas nacionais, como o grupo JBS, tornaram-se protagonistas do agronegócio em escala mundial e importantes *players* nos mercados futuros e financeiros, evidenciando o quão controvertida e complexa é a dinâmica do modelo de economia do agronegócio tal como ela se apresenta na forma de inserção do Brasil no capitalismo mundializado. Contudo, é importante frisar que, especialmente na cadeia da soja, essa inserção é limitada e circunscrita ao setor da produção e ao setor logístico, conforme será detalhado no capítulo 4. Nos demais elos da cadeia global de valor da soja, o controle das transnacionais do setor agroindustrial é preponderante sobre as empresas brasileiras e vem aumentando de forma acelerada desde os anos 1990. Em linhas gerais o cenário condiz com aquele descrito por Lessa (2014, não paginado)⁷⁵:

Hoje a tecnologia da soja, que foi transformada de planta de clima temperado em planta tropical pela pesquisa agrônômica da EMBRAPA, está dominada pela Monsanto que é um grupo estrangeiro. Os fertilizantes passaram a ser hoje quase todos eles dominados por empresas estrangeiras com características quase que monopólicas. Na verdade, nós temos um Complexo de soja que só é nacional por dois personagens: o produtor de soja e o caminhoneiro de soja. Tudo mais é controlado por capital estrangeiro. Todos os equipamentos, todas as ferramentas, todas as máquinas, tudo isso são filiais estrangeiras. Eu acho isso inquietante

⁷⁵ Entrevista gravada concedida por Carlos Lessa e veiculada pelo documentário “Um sonho Intenso” (2014). Trecho extraído a 01:19:11 do vídeo.

4 A REGIÃO PRODUTIVA DA SOJA DE MATO GROSSO: PRODUÇÃO AGRÍCOLA, LOGÍSTICA, TERRA E TRABALHO

O processo de “mundialização do capital” transformou radicalmente as relações entre capitalismo e agricultura a partir década de 1980. A crescente combinação entre tecnologia e biotecnologia na produção agrícola, aumento da procura mundial de alimentos e o imbricamento entre capitais agroindustriais e financeiros em alguns segmentos das cadeias globais de valor na agricultura transformou não só o modo de produzir alimentos, mas as relações sociais no campo e a relação campo-cidade.

Nessa nova etapa do modo capitalista de produção, observa-se que a formação de *tradings* alimentares que operam em escala mundial aprofundou processos que estão transformando o campo em várias partes do mundo: produção agrícola intensiva; especialização crescente; menor diversidade natural dos plantios; aumento das escalas de produção forçado pela crescente demanda e pelo aumento dos preços das commodities agrícolas; interpenetração e complementaridade entre agricultura e indústria; e crescente interferência dos capitais financeiros, principalmente através da especulação e utilização da terra como ativo financeiro. A hegemonia da agricultura moderna em relação a outras formas de produção no campo e outras formas de uso da terra e seu formato tecnológico requerem níveis mais elevados de mecanização e uso intensivo de insumos agroindustriais, incluindo agroquímicos.

Nota-se que a produção agrícola se torna cada dia mais um setor econômico complexo e sofisticado, o que inviabiliza cada vez mais formas tradicionais de uso e cultivo da terra. Como resultado dessa nova realidade observam-se altos índices de concentração econômica e financeira nos sistemas agroindustriais, que se tornaram cadeias globais de valor cujo controle dos diferentes elos de agregação de valor e distribuição, tais como indústrias de insumos agrícolas, máquinas, processamento, e também da própria produção agrícola estão cada vez mais internacionalizados e concentrados. Tendo a produção agrícola tornado-se parte de uma cadeia global de valor, nota-se que os agricultores e as áreas rurais, bem como todo o conjunto de subsetores produtivos que articulam os alimentos produzidos localmente às agroindústrias globais estão sujeitos a um complexo conjunto de relações que variam de subordinação à aliança com os capitais agroindustriais oligopolizados, engendrando realidades regionais complexas e marcadas por tensões de todos os tipos (FAROOKI, M.; KAPLINSKY R, 2012, p. 23).

Nesse cenário, os reflexos das mudanças variam substancialmente a depender do país ou região analisada. Os diferentes países reagiram de formas diversas a esses processos, projetando e aplicando diferentes políticas para tentar tirar proveito das oportunidades criadas

pela nova conjuntura e suas possibilidades. Essas respostas variam consideravelmente conforme o conjunto de recursos específicos de cada país, sejam recursos naturais, patrimônio institucional, localização e até mesmo nível de acumulação de capital. No Brasil, a “mundialização do capital” criou espaços de acumulação de capital através da expansão e modernização da produção motivada pela expansão dos mercados para exportação (BUAINAIN; SOUZA; NAVARRO, 2017, p. 10).

Assim, do ponto de vista da expansão de mercados, integração produtiva e acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento em território nacional de alguns elos das principais cadeias de valor do agronegócio, pode-se dizer que a sojicultura brasileira se beneficiou do processo de “mundialização do capital” ou globalização. O capítulo 3 confirma a extraordinária expansão do cultivo de soja e a importância que o grão adquiriu na balança comercial brasileira em um curto período de período compreendido entre os anos 1990 e 2010, transformando o Brasil em um dos líderes na exportação de alimentos e matérias-primas.

A recente expansão da produção de soja no Brasil aproveitou-se da ascensão da China como potência econômica global demandante de alimentos em larga escala, que, combinada com abundância de recursos naturais no Brasil, especialmente a terra, criou uma oportunidade ímpar de expansão dos negócios agrícolas. A China, ator fundamental do capitalismo contemporâneo, com o crescimento anual do PIB na casa dos 10% por duas décadas colocou o comércio internacional do *commodities* em outro patamar. Além de sua posição como importante produtor e exportador, tornou-se grande importadora de soja, minério de ferro e outros gêneros agrícolas para abastecer seu mercado interno em vertiginoso crescimento, resultado da migração do campo para as cidades, do aumento de renda familiar média, da diversificação dos padrões de consumo de sua população, e dos objetivos estabelecidos pelos seus planos de desenvolvimento (MEDEIROS, 2010, p. 11).

Contudo, ao transformar-se em um importante importador de matérias-primas agrícolas, especialmente a soja, a China interrompeu a trajetória do Brasil de agregar valor às suas exportações agrícolas. O que se observou nos números levantados no capítulo 3 desta tese é que houve um processo de reprimarização das exportações agrícolas do Complexo Soja, hoje dominadas pela exportação do grão, com participação de farelo e óleo inferior ao que se observava até 2000.

Ainda que sejam evidentes o papel central que a China teve na dinamização do mercado de global de soja e o aproveitamento dessa janela de oportunidade aberta pela ascensão chinesa pelo Brasil, nota-se que a primazia da exportação de grãos *in natura* durante o período de *boom* das *commodities* no início dos anos 2000 dificultou o desenvolvimento e a

consolidação dos elos industriais da cadeia global de valor da soja em território brasileiro. É necessário destacar ainda que a rápida expansão da produção e exportação da soja em grãos pelo Brasil só se tornou uma realidade porque o país estava preparado e equipado para fazer jus à demanda mundial em crescimento. Essa preparação foi resultado de um longo período de investimentos, que envolveu políticas públicas econômicas, setoriais e comerciais que se revelaram efetivas em promover a modernização tecnológica, o aumento da produtividade e a competitividade da soja brasileira no mercado internacional, apesar de muitas contradições e inconsistências (WESZ JUNIOR, 2011, p. 12).

Apesar de as políticas públicas e privadas para agropecuária brasileira nem sempre resultarem de uma estratégia clara projetada para promover a internacionalização de agricultura ou aproveitar as oportunidades oferecidas pela globalização, mas serem muitas vezes respostas erráticas a pressões momentâneas da esfera macroeconômica ou das forças políticas que mantiveram as administrações federais nas últimas três décadas, o fato é que o processo de modernização e expansão produtiva da agropecuária avançou velozmente nos Cerrados do Brasil, mobilizando capital e força de trabalho, constituindo novas paisagens, seja no espaço rural, seja no espaço urbano (ELIAS, 2015, p. 19).

Nessa nova realidade, a região Centro-Oeste do país passou a se articular intensa e diretamente com o capitalismo mundializado, já que ali se realiza uma produção agropecuária destinada, em grande parte ao mercado externo, principalmente a partir dos anos 1990. Nesse novo contexto, marcado pela internacionalização crescente da cadeia de valor da soja e do controle da indústria agroalimentar brasileira, observou-se um deslocamento do centro de comando dos elos indústrias da cadeia de valor da soja. O comando outrora centrado nas regiões Sul e Sudeste - áreas principais de localização das sedes das empresas brasileiras que comandavam a agroindústria alimentar até início dos anos 1990 – deslocou-se para o exterior, uma vez que essa indústria passou a ser controlada por grandes grupos transnacionais de origem estrangeira, em especial o já citado grupo ABCD. Ainda que essas empresas tenham sucursais no Brasil, responsáveis pela coordenação local de suas atividades, sua governança e comando emanam de suas sedes localizadas principalmente nos EUA, na Europa e, mais recentemente, na Ásia.

A expansão da cultura da soja pelos Cerrados e também pela Amazônia brasileiros foi parte fundamental do processo de modernização da agricultura brasileira, em especial a partir dos anos 1990. O volume da produção de soja do Brasil e sua condição de segundo maior produtor mundial de soja atraíram para o país as grandes tradings que hoje dominam grande parte desse comércio e processamento no território nacional. O Complexo Soja é hoje o um dos

principais complexos de exportação brasileiro, contando ainda com participação fundamental na produção e exportação brasileiras de carnes como substrato para a fabricação de rações animais, sem falar no seu papel na interiorização de grandes investimentos agroindustriais.

A conquista do Oeste brasileiro se deu no rastro da expansão do “ouro-verde”, alcunha pela qual a soja também é conhecida. Vale notar que hoje o grão já procura as fronteiras do Norte para ocupar seu espaço. A importância que a cultura da soja assumiu no cenário agrícola brasileiro ultrapassou os limites das porteiras das fazendas para influir nas discussões sobre pesquisa tecnológica, agroindústria, cadeias produtivas e, até, infraestrutura (FAVERET; PAULA, 1998, p.1)

Neste território de modernização, a industrialização da agricultura tornou-se orientadora da nova economia, cujo comando, conforme visto no capítulo anterior, pertence às grandes empresas, em especial às *tradings* processadoras de soja. São elas que definem diretrizes, os tipos e a intensidade de produtos cultivados, bem como são elas que regulam, em grande parte, a dinâmica do mercado externo. Essas empresas atuam aprofundando as diferenciações espaciais e econômicas, levando à produção de alguns espaços portadores das condições para receber o capital produtivo moderno (SANTOS, 2006, p. 86).

Pois os lugares assim constituídos passam a condicionar a própria divisão do trabalho, sendo-lhe, ao mesmo tempo, um resultado e uma condição, senão um fator. Mas é a divisão do trabalho que tem precedência causal, na medida em que ela é portadora das forças de transformação, conduzidas por ações novas ou renovadoras, e encaixadas em objetos recentes ou antigos, que as tornam possíveis (SANTOS, 2006, p. 87)

Essa estratégia de seletividade espacial se complementa com o monopólio da propriedade da terra, o que possibilita aos velhos (a comumente chamada elite agrária local) e aos novos personagens (empresários do agronegócio, muitas vezes membros da elite agrária) uma maior apropriação da renda capitalista da terra, na medida em que eles são detentores da propriedade fundiária, seja ela de origem lícita ou ilícita, pelo processo de grilagem (ELIAS, 2015, p. 23).

Esses processos, iniciados com a expansão da fronteira agrícola para os Cerrados durante os anos 1970 e alterados pela “mundialização do capital” na agricultura a partir dos anos 1990, seguem territorializando-se pela região do Araguaia, em Mato Grosso, no MATOPIBA e também rumo à Amazônia através da expansão da soja em Rondônia, sul do Pará e até mesmo no Amazonas⁷⁶. Cabe aqui esclarecer que a delimitação do recorte espacial

⁷⁶ Na cidade de Humaitá, interior do Amazonas, a soja vem sendo cultivada desde 2016 com produtividade média de 3,4 mil sacas por hectare (THE INTERCEPT BRAZIL, 2018, não paginado)

da região Centro-Oeste, com foco especial em Mato Grosso, feita neste estudo serve para oferecer condições para a sistematização das coletas de dados e análises aqui feitas, muito embora seja notório que a expansão dos fenômenos aqui descritos não se limita às fronteiras estabelecidas na divisão regional do IBGE e muito menos às fronteiras estaduais. Contudo, observou-se nesta pesquisa que a região Centro-Oeste, em especial o estado de Mato Grosso é a área cuja realidade socioeconômica e a dinâmica espacial possui fortes relações históricas com o avanço do agronegócio da soja e que se configura como epicentro dessa nova realidade aqui descrita como economia do agronegócio da soja.

O contexto de profundas transformações da agropecuária brasileira iniciado na década de 1970 teve profundos impactos sobre a (re)organização do território brasileiro incrementando e fazendo surgir novas urbanizações e regionalizações, originando áreas especializadas na produção agrícola. Isso significa que, no agronegócio mundializado, algumas áreas foram escolhidas para receber os mais expressivos investimentos produtivos do setor, e serem aproveitadas economicamente segundo sua lógica de produção e reprodução. Esse processo se denomina produção monopolista do espaço. As regiões agrícolas por ele produzidas se chamam RPAs (Regiões Produtivas do Agronegócio) (ELIAS, 2015, p. 25).

No nosso entendimento, as RPAs são verdadeiros híbridos, compostos quer por modernos espaços agrícolas, extremamente racionalizados, quer por espaços urbanos não metropolitanos (especialmente cidades pequenas, mas também cidades de porte médio). Essas formam nós, pontos ou manchas de redes agroindustriais e são perpassadas por parte dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação (SANTOS, 1988, 1993) de importantes *commodities* ou importantes produções agropecuárias, o quais evidenciam algumas das marcantes dinâmicas territoriais do agronegócio globalizado (ELIAS, 2015, p 27).

A noção de produção monopolista do espaço, que atravessa toda a compreensão do processo histórico aqui estudado parte de alguns elementos dados por Milton Santos em duas de suas obras célebres: “Economia Espacial” e “A natureza do Espaço”. Nesses livros, autor observou que as relações entre as sociedades e o espaço onde se inserem dependem de uma determinação externa que orienta sua produção e o destino de seus habitantes. Isso porque, no meio técnico científico informacional⁷⁷, a diferenciação do espaço agrícola devido às suas características naturais já têm relevância menos significativa. A técnica é responsável por criar

⁷⁷ Trata-se do momento histórico atual, no qual a construção ou reconstrução do espaço se dá com crescente conteúdo de ciência e técnicas de informação. Como consequências, surgem importantes mudanças na composição técnica do território, determinadas pelos investimentos em infraestrutura, e mudanças na composição orgânica do território, determinadas pela cibernética, biotecnologias, química, informática e eletrônica (SANTOS, 1993, p. 37).

novos processos de produção, ciência e tecnologia capazes de produzir uma natureza mais “perfeita” que o próprio meio natural. Isso cria uma situação onde o meio natural tende a recuar e deixar de ser parte significativa do meio ambiente, cada vez mais científico e tecnicista. (SANTOS, 2006, p. 160).

O novo mundo artificial criado pelo meio técnico científico informacional inclui também o mundo rural. Nesse contexto, avança uma diferenciação especulativa do espaço na qual a informação presente nas técnicas e nas ações necessárias para movê-las e fazê-las cumprir sua intencionalidade torna-se o vetor fundamental do processo social, de modo que, para um território funcionar como espaço produtivo, deve ser dotado de substratos que tornem capaz de fazer circular essa informação. Tratam-se das infraestruturas físicas, econômicas e sociais que assegurem funcionalidade e eficiência dos processos produtivos ali instalados. Esses espaços perdem sua dinâmica “espontânea” fruto da dinâmica interna das sociedades que ali habitam. Incorporados às novas correntes mundiais de acumulação passam a ser espaços produzidos para atender aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política segundo sua funcionalidade ditada pela divisão do trabalho comandada por esses atores (SANTOS, 1979, p.115; 2006, p. 160).

Se os atuais sistemas técnicos são invasores, sua capacidade de invasão tem limites. Esses limites são dados pela divisão do trabalho e pelas condições de criação de densidade. Quanto mais forte, numa área, é a divisão do trabalho, tanto mais há tendência para que esses sistemas técnicos hegemônicos se instalem. Nesses lugares, é mais eficaz a ação dos motores da economia mundializada, que incluem as instituições supranacionais, as empresas e bancos multinacionais. E a densidade – já notavam Marx e Durkheim – é um fator de divisão do trabalho, pois facilita a cooperação (SANTOS, 2006, p. 117).

Assim, num espaço produzido monopolisticamente a partir dessa lógica de divisão do trabalho e comandada a partir dos atores que comandam essa ordem global, a penetração dos atuais sistemas técnicos é facilitada e possibilita uma eficiente penetração das redes agroindustriais que compõem os territórios do agronegócio globalizado e reúnem vários ramos de atividades inerentes ao agronegócio mundializado. Nesse rol de atividades está a produção agropecuária intensiva propriamente dita e também atividades que antecedem essa produção e lhe são fundamentais (pesquisa, produção de máquinas agrícolas, sementes selecionadas, fertilizantes, serviços de aviação, etc.). Essas áreas podem concentrar também as atividades de transformação industrial, cuja matéria-prima provém da atividade agropecuária (indústria de alimentos, biocombustível, etc.); além das atividades de distribuição comercial de alimentos, *in natura* ou transformados, etc.

Dada a complexidade do estágio da técnica e das informações que a operam e dão sentido ao espaço produzido no meio técnico científico informacional, nas RPA's, a oposição

clássica entre a cidade e o campo já não é tão preponderante e a noção de “urbanização do campo” ganha força. Essas regiões são receptoras de expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio, ou seja, são compostas pelos espaços agrícolas e urbanos escolhidos para receber os investimentos privados e também públicos, convertendo-se em espaços dinâmicos da economia e do território do agronegócio globalizado. Nessa nova realidade, a região Centro-Oeste emergiu como “região produtiva do agronegócio”. Através dos inúmeros investimentos e políticas públicas de desenvolvimento setorial e regional que focalizaram o aumento da competitividade da cultura de soja desenvolvida em seu território, a região emergiu como uma RPA de soja, sendo o Mato Grosso, pelas distintas formas de manifestação desse aumento, como liderança na produção de soja, mobilidade da população, formas específicas de produção e de urbanização e expansão de infraestrutura para aceleração dos fluxos informacionais e de mercadorias, seu principal expoente.

Como RPA da soja, o Centro-Oeste brasileiro, em especial o estado de Mato Grosso, passou por profundas mudanças nas formas de uso e ocupação do espaço agrícola, através das quais se intensificaram as relações campo-cidade e a urbanização, dadas as transformações nas condições sociais (estrutura fundiária, regimes de exploração do solo e relações de trabalho) e técnicas da estrutura agrária. Essas transformações criaram novas demandas das empresas pertencentes às redes agroindustriais, que necessitam de processos desenvolvidos no espaço urbano próximo à área de produção agrícola e agroindustrial, incrementando o crescimento das cidades voltadas ao agronegócio globalizado.

Conforme isso indica, nas RPAs a solidariedade organizacional imposta pelas empresas hegemônicas do agronegócio é preponderante sobre a solidariedade orgânica, localmente e historicamente tecida, que fica muito comprometida, apesar dos permanentes processos de resistência dos sujeitos sociais excluídos pelas dinâmicas do agronegócio. Processa-se, dessa forma e em última instância, a produção de regiões especializadas e corporativas inerentes aos diversos circuitos da economia do agronegócio globalizado, notadamente relacionados ao circuito superior desse agronegócio (ELIAS, 2015, p 28).

Assim, as RPAs abarcam somente uma parte dos circuitos espaciais da produção e dos círculos e cooperação, notadamente os locais e os regionais. Os demais só podem ser visualizados ao se considerar todas as etapas do processo produtivo da *commodity* a ser estudada, pois muitos deles não se dão na RPA ou mesmo no país produtor. A soja, conforme analisado no capítulo 3, constitui uma cadeia global de valor controlada por capitais transnacionais cuja produção brasileira localizada nos Cerrados tem como principal destino o mercado internacional. Portanto, pode-se dizer que o Centro-Oeste, enquanto parte integrante

da RPA da soja é um espaço funcional do agronegócio globalizado, ou seja, uma região do fazer⁷⁸, com limitada ingerência efetiva sobre a produção agrícola e agroindustrial nela ocorrida.

Segundo Santos (2006, p. 192), o espaço se compõe de horizontalidades e verticalidades. As primeiras tratam-se relações entre coisas e seus fenômenos em pontos de lugares diversos fundados em sua localização relativa, ou seja, extensões de pontos que se agregam sem descontinuidade. Já as segundas remetem à integração vertical das coisas e seus respectivos fenômenos sob comando de um ou mais pontos descontinuados da superfície, ou uma inter-relação vertical. Tratam-se de pontos que, separados, asseguram o funcionamento global da economia e da sociedade. Em outras palavras, significa dizer que o arranjo espacial global contemporâneo é comandado a partir de pontos separados que definem os fluxos reguladores da dinâmica global, de modo que a funcionalidade dos demais espaços está posta à medida de sua capacidade de adaptação a uma ordem sistêmica comandada globalmente a partir de pontos específicos e descontinuados do espaço.

Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente (SANTOS, 2006, p. 192).

O agronegócio brasileiro de soja se realiza mediante a dialética entre a ordem global (verticalidade) e a ordem local (horizontalidade). Dessa forma, a RPA da soja está diretamente conectada aos centros de poder e consumo em nível mundial, de modo que o território se organiza a partir de uma dinâmica verticalizada comandada pelos atores que controlam a circulação, a distribuição e consumo da soja, ou seja, grandes empresas nacionais e multinacionais. Contudo, em que pese a racionalidade superior desses atores hegemônicos, a horizontalidade não é passiva e conformista. Ela se reconstrói e se fortalece a partir de ações localmente construídas, como a organização política local, muito forte no caso do Centro-Oeste, conforme visto na seção 2.4.

O Centro-Oeste, em especial o estado de Mato Grosso, maior expoente da RPA da soja do Brasil Central é um espaço de rápidos fluxos inerentes às atividades agroindustriais, como a expansão das atividades econômicas, aumento da população e do mercado de trabalho, e a chegada de novos agentes econômicos relacionados às atividades modernas, de modo que deve ser estudada como lugar funcional das redes agroindustriais globalizadas.

⁷⁸(SANTOS, 1993, p. 51)

Dessa forma, este estudo sobre a Região Produtiva da Soja do Centro-Oeste terá como foco o estado de Mato Grosso, o mais expressivo a nível regional e nacional no que tange à produção de soja, e pretende abarcar 4 aspectos tidos como fundamentais por Elias (2015, pp. 37-38) para o estudo de Regiões Produtivas da Agropecuária:

- a) A reestruturação produtiva da agropecuária, através da observação das mudanças das formas de uso e ocupação do espaço agrícola, do incremento da monocultura de soja no território e do funcionamento das unidades produtoras de soja, formação do preço do grão, dinâmica de escoamento e comercialização;
- b) A produção das redes agroindustriais e expansão de ramos agroindustriais ligados ao agronegócio, através da observância empírica do aumento da presença de empresas e *holdings* nos processos de integração da agricultura com a indústria, a verticalização das agroindústrias do ramo da soja e o papel do Estado no fomento dessas redes;
- c) A concentração fundiária e o reforço das grandes empresas agroindustriais como agentes produtores e gestores do espaço agrícola e urbano, bem como orientadores das vias de escoamento e obras de infraestrutura logística e;
- d) Novas relações entre campo e cidade e reestruturação regional, através da verificação do processo de especialização funcional das cidades e incremento da economia urbana, do consumo agrícola, do aumento dos fluxos diários de trabalhadores entre os espaços urbanos e os espaços agrícolas, bem como a diminuição da população rural e aumento da centralidade das cidades de médio porte na RPA.

Nesse prisma, para aprender a realidade das RPAs, teremos de reconhecer o processo produtivo inerente às redes agroindustriais em sua evolução; o funcionamento da economia em nível mundial e seu rebatimento na formação econômica e social brasileira, com a devida compreensão da intermediação do Estado e do conjunto de agentes econômicos hegemônicos e sujeitos sociais envolvidos. Portanto, devem ser levantados também dados relativos à presença ou não das infraestruturas e equipamentos associados às redes agroindustriais nas cidades e no campo, assim como dados sobre a dinâmica populacional e o mercado de trabalho, etc. (ELIAS, 2015, p. 40).

Neste capítulo pretende-se traçar um panorama do complexo agroindustrial da soja em Mato Grosso neste início de século XXI, apontando as principais perspectivas e discussões envolvendo seus diversos atores e setores, através dos eixos detalhados acima. Delimitada a

região objeto de estudo, a categorização da mesma como “região produtiva do agronegócio” e a metodologia de estudo desta RPA, segue-se agora para uma análise do processo produtivo do grão, bem como de sua comercialização e escoamento.

Para ilustrar essa realidade, serão apresentados no decorrer do capítulo os resultados da pesquisa de campo desenvolvida nas regiões de Bonito (MS), Sinop (MT) e Cuiabá (MT), entre fevereiro e março de 2018, na qual foram visitadas a sede da Embrapa no município de Sinop – MT; e três fazendas de soja, uma no município de Bonito, outra em Santa Carmen – MT e outra em Sorriso – MT; um armazém de soja em Santa Carmen (MT). Nesta pesquisa foram entrevistados também produtores rurais, um membro da direção do sindicato dos trabalhadores Rurais de Sinop, um assentado da GLEBA MERCEDEZ 5 (Assentamento da Reforma Agrária em Sinop), e pesquisadores da EMBRAPA, UFMT e UNEMAT, conforme tabela 39. A pesquisa baseou-se nas visitas e na realização de entrevistas semiestruturadas cujo intuito foi qualificar e verificar *in locu* os principais elementos que constituem a questão agrária contemporânea, como a nova relação campo cidade dada a partir da moderna agropecuária capitalista, o mercado de trabalho na RPA da soja. Através das entrevistas, a pesquisa buscou também construir uma compreensão da lógica de atuação dos atores neste espaço com fins de analisar os desdobramentos da expansão da soja pela região para o desenvolvimento regional.

Tabela 39: Relação de fazendas visitadas e entrevistas realizadas

Locais Visitados	Legenda
Fazenda de 18 mil hectares em Bonito (MS)	Fazenda 1
Fazenda de 6 mil hectares em Santa Carmen (MT)	Fazenda 2
Fazenda de 8 mil hectares em Sorriso (MT)	Fazenda 3
Armazém de Soja em Santa Carmem	Armazém
Entrevistado	Legenda
Gerente da fazenda 1	Entrevistado 1
Produtor proprietário da fazenda 2 e delegado da APROSOJA/MT	Entrevistado 2
Produtor proprietário da fazenda 3	Entrevistado 3
Produtor da Região de Tangará da Serra e delegado da APROSOJA/MT	Entrevistado 4
Membro da diretoria do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sinop	Entrevistado 5
Pesquisador da EMBRAPA Agrossilvopastoril de Sinop	Entrevistado 6
Assentada do Mercedes 5	Entrevistado 7
Gerente de Banco de Sinop	Entrevistado 8
Pesquisador UFMT	Entrevistado 9
Pesquisador UNEMAT	Entrevistado 10
Morador de Sinop	Entrevistado 11
Operador de Plantadeira	Entrevistado 12
Advogado Trabalhista de Sinop	Entrevistado 13
Selecionador de Soja no Armazém	Entrevistado 14

Fonte: Organizado pelo autor (2018)

4.1 DO PLANTIO À COMERCIALIZAÇÃO: O NEGÓCIO DA SOJA EM MATO GROSSO

Conforme demonstrado no capítulo 3, o elo da cadeia global de valor da soja no qual o capital nacional ainda tem relevância preponderante é o plantio. Esta seção tem como principal objeto destrinchar o processo de preparação do solo, plantio, colheita, formação do preço, comercialização, armazenagem e escoamento da soja, no intuito de identificar o funcionamento destes elos e os nichos de acumulação de capital possibilitados por eles.

A soja se originou na costa leste da China, no Vale do Rio Amarelo. A princípio, as plantas possuíam porte rasteiro, sua evolução se iniciou com o cruzamento natural entre duas espécies de soja selvagem, que, com o passar dos anos, foram domesticadas e melhoradas. A soja tem importância central na dieta dos chineses, de modo que é considerada juntamente com o trigo, o arroz, o centeio e o milheto um dos cinco grãos sagrados.

No Brasil, conforme já demonstrado no capítulo 2, a soja foi introduzida a partir dos Estados Unidos da América (EUA) no ano de 1882, quando Gustavo Dutra, professor da Escola de Agronomia da Bahia, realizou os primeiros estudos de avaliação de cultivares. Em 1891, o IAC (Instituto Agrônomo de Campinas) realizou testes semelhantes. Contudo, foi no Rio Grande do Sul que a soja recebeu destaque, devido aos fatores climáticos serem muito semelhantes ao ecossistema de origem das cultivares até então conhecidas, o que propiciou condições para o seu desenvolvimento. A cultura também foi favorecida pelos programas governamentais de correção do solo e incentivo ao cultivo do trigo durante a década de 1950, uma vez que foi colocada como boa opção para anteceder o cultivo do trigo. A partir dos anos de 1960/1970 tornou-se a cultura principal, devido à popularização do óleo de soja para cozinha e a facilidade de mecanização. A partir dos anos 1980, a lavoura se expandiu rumo ao Brasil central favorecida por vultosos incentivos do governo, pesquisa, projetos de colonização, infraestrutura, bem como pelo relevo do Centro-Oeste.

A soja pode ser utilizada para alimentação humana e, principalmente como matéria-prima para a agroindústria. Dentre os principais usos estão: a composição de rações (farelo de soja); a fabricação de farinha de soja (utilizada em pães, doces e massas), carne de soja, linguiça, salsichas, leite sem lactose e Tofu; e a extração de óleo doméstico e combustível (biodiesel). Além dos usos alimentares, da soja se extrai a lecitina, usada em produtos químicos, cosméticos e têxteis, alguns alimentos e sorvetes.

De acordo com dados da EMBRAPA (2018, não paginado), a soja possui elevado valor nutritivo, sendo 40% de sua composição proteínas, 20% lipídios, 5% minerais e 34%

carboidratos, o que abre um amplo leque de possibilidades para a utilização do grão. Vale ressaltar também que, apesar de sua baixa digestibilidade quando crua, a qualidade da proteína da soja é semelhante à de proteínas animais. Seu valor nutritivo e sua multifuncionalidade tornam a soja um grão altamente demandado em todo o mundo, o que serve de incentivo para o aumento de sua produção a cada ano, seja por quantidade de área e incremento na produtividade.

A cultura de soja tem como exigência principal a disponibilidade de água, já que ela corresponde a 90% da planta. A exigência hídrica é maior nos períodos de germinação-emergência, da floração e do enchimento dos grãos. A necessidade de água total da cultura varia de 450 a 800 mm conforme as condições climáticas da região onde é cultivada (EMBRAPA, 2018, não paginado). Merece destaque o fato de que as condições favoráveis de umidade do solo durante o período vegetativo (emergência – floração) serão determinantes para que o crescimento das plantas alcance altura compatível com a colheita mecanizada, em torno de 60 cm, reduzindo as perdas de grãos nesta operação.

A temperatura ideal para seu crescimento está em torno de 30^o C, de modo que, no Hemisfério Sul, a semeadura é entre setembro e dezembro (período de primavera), para que o crescimento se dê no final da primavera até o início do verão e a colheita ocorra entre o verão e o início do outono (de janeiro até maio). No Brasil, existem diferenças entre as regiões Sul e Centro-Oeste no que diz respeito à data da semeadura. Em Mato Grosso, alguns produtores já iniciam os trabalhos de semeadura logo após o vazio sanitário⁷⁹, que se encerra em 15 de setembro, ainda que as condições climáticas não estejam tão favoráveis. Esse calendário também varia de Estado para Estado. Na safra 2017/2018, os produtores de Goiás iniciaram o plantio em meados de novembro/dezembro, período posterior aos produtores de Mato Grosso, em razão das diferenças dos regimes de chuvas nos dois estados.

O crescimento da planta é paralisado em temperaturas menores que 10^o C e sofre distúrbios com temperaturas maiores que 40^o C. Isso ocorre porque, conforme cai a temperatura, o número de dias para o florescimento aumenta. A temperatura do solo deve estar entre 20 e 30

⁷⁹ Vazio sanitário é o termo que se refere ao período de ausência total de plantas vivas de soja, à exceção das áreas utilizadas por pesquisa científica e de produção de sementes. Áreas, em tese, monitoradas e controladas. A medida visa a proteção contra a ferrugem asiática, principal doença da soja, causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi* Sydow que se hospeda nas plantas. Durante o período do Vazio, todas as plantas de soja existentes na propriedade devem ser erradicadas, utilizando para isso produtos químicos ou equipamentos e maquinário (OLIVEIRA JUNIOR; CASTRO, 2013, p. 60).

graus Celsius, sendo 25 graus a temperatura ideal para a emergência mais rápida, e uma das razões para que, atualmente, algumas regiões do sudoeste baiano já alcancem índices de produtividade maiores que aqueles observados em Mato Grosso. Há também variações quanto ao número de horas sob a luz do sol que cada cultivar necessita para florescer. As cultivares precoces, ideais para o clima dos Cerrados, têm o seu florescimento induzido por um pequeno encurtamento no número de horas de luz do dia, já as cultivares tardias, necessitam de uma maior exposição ao sol para florescer (LOPES, p. 26, 2013).

4.1.1 A preparação do solo, os sistemas de plantio e a colheita da soja

Santos (2006, p. 162) destacou que as porções do território instrumentalizadas a partir das novas técnicas informacionais oferecem mais possibilidades de êxito para as atividades econômicas que outras áreas onde a incidência dessas técnicas seja menor, ainda que ambas apresentem dotação e recursos naturais semelhantes. Isso porque a estrutura do solo sofre alterações significativas conforme as práticas de manejo utilizadas, o que tem influência decisiva nas culturas na sua produtividade. No caso da soja, o correto ou incorreto manejo do solo tem impacto na disponibilidade de água, na sua resistência à penetração das raízes na difusão de oxigênio. (LOPES, p. 22, 2013). O sistema de manejo do solo deve priorizar a manutenção e a melhoria de sua qualidade do ambiente, buscando preservar a produtividade das culturas a longo prazo. Porém, o foco na produtividade imediata vem, desde os anos 1970, causando a degradação dos solos em diversas regiões. A ausência de cobertura vegetal no solo, ação de chuvas de alta intensidade, uso de áreas inaptas para culturas anuais e a preparação do solo altamente mecanizada trazem riscos para a produtividade dos solos, podendo acarretar graves prejuízos financeiros a muitos produtores.

Sob essa preocupação, a EMBRAPA, já a partir dos anos 1970 e 1980 envidou esforços na difusão do Sistema de Plantio Direto (SPD) nas fazendas de soja do Centro-Oeste brasileiro. O SPD consiste na ausência de preparo do solo e na cobertura permanente do solo com a palhada da colheita da soja para a realização das rotações culturais. Conforme figura 9, fotografada em visita à fazenda 2, de aproximadamente 6 mil hectares na cidade de Santa Carmen, região de Sinop-MT, assim que a soja vai sendo colhida, a própria colheitadeira pica a palhada e já espalha pelo campo, onde logo em seguida já é plantado o milho. Essa rotação é recomendada com culturas que forneçam uma boa quantidade de matéria seca no solo, pois a camada seca da palhada serve como camada protetora, evitando a lixiviação dos nutrientes pelas chuvas.

Figura 9: Colheitadeira colhendo e jogando a palhada pelo talhão

Fonte: Fotografado pelo autor (2018)

Apesar de já bastante difundido e de ser recomendado pela maior parte dos sindicatos rurais, pela EMBRAPA e técnicos da região, esse sistema ainda encontra resistência entre alguns plantadores de soja, tendo em vista que a cultura do grão produz pouca palhada, e seus resíduos se decompõem rapidamente, o que pode inviabilizar o SPD para aqueles que não desejam produzir milho durante a entressafra da soja. Alguns produtores argumentam ainda que, tendo em vista o elevado custo das sementes, do maquinário e dos insumos aplicados no solo, a produção de milho nem sempre é compensadora financeiramente, comprometendo assim a eficácia do SPD.

É importante que a escolha destas técnicas tenha propósitos comerciais e ao mesmo tempo de recuperação do solo. As vantagens no seu uso são inúmeras, pois garantem uma produção diversificada de alimentos e outros produtos agrícolas; a manutenção e melhoria das características físicas, químicas e biológicas do solo; auxilia no controle de plantas espontâneas, doenças e insetos; repõe a matéria orgânica e protege o solo da ação de agentes climáticos e auxilia na viabilização da semeadura direta e dos seus efeitos benéficos sobre a produção agropecuária e sobre o ambiente como um todo (EMBRAPA, 2003, p 43).

Ainda assim, a EMBRAPA bem como a APROSOJA-MT, cada uma ao seu modo, vêm incentivando os produtores a implantarem a alternância da soja com outras culturas em suas fazendas. Em Sinop, a unidade da EMBRAPA inaugurada em 2012 tem como foco o sistema agrossilvipastoril, que consiste na integração entre agricultura, pecuária e floresta através de

um sistema de combinação de espécies florestais, agrícolas e animais numa mesma área de forma simultânea ou escalonada. O sistema tem como foco a preservação ambiental através de práticas de manejo, a recuperação de solos degradados, o aumento da produtividade e a diluição dos riscos de mercado para o produtor, cuja produção torna-se mais diversificada. A recuperação de solos degradados pode se dar através do plantio de eucaliptos para futura produção de carvão, ou até mesmo plantio de arroz em áreas de pasto degradadas. O sistema ainda não encontra grande adesão na região de Sinop, cujos solos ainda apresentam boa produtividade, uma vez que o cultivo de soja se expandiu na região apenas a partir de 2004 (informação verbal)⁸⁰.

O entrevistado 6, pesquisador da EMBRAPA Agrossilvopastoril de Sinop, relatou que a relação da EMBRAPA com o agronegócio da soja, outrora, segundo ele “umbilical”, hoje já não tem a mesma magnitude e importância, tendo em vista que parte significativa das pesquisas para o setor hoje são feitas pelas próprias *tradings* ou ainda por institutos de pesquisa privados, como a Fundação MT. O entrevistado ressaltou ainda que percebe uma mudança no perfil das pesquisas da estatal. Segundo ele, há uma tendência de reorientação dos esforços de pesquisa e desenvolvimento para novos métodos de plantio, manejo e administração das lavouras conectados com uma nova acepção de agricultura, menos dependente de agrotóxicos e menos focada tão somente no aumento da produtividade, capaz de resolver os problemas ambientais decorrentes do modelo dominante de agricultura praticado hoje, que a própria EMBRAPA ajudou a desenvolver.

As pesquisas relacionadas a soja são hoje, na EMBRAPA, foco de um certo “choque geracional”. De um lado você tem aqueles pesquisadores e diretores que guardam fidelidade aos modelos de agricultura convencional e defendem as pesquisas com aumento na produtividade, em especial os mais antigos, que estão na empresa há muito tempo e ajudaram a desenvolver esse modelo de agricultura. Do outro, parte do corpo funcional que defende que a empresa deve abrir novas frentes de pesquisa com base em novas técnicas, conectada com as tendências da agroecologia, com o sistema agrossilvopastoril e com toda a discussão de sustentabilidade que ganha cada vez mais corpo e que me parece o grande ponto da agropecuária no século XXI (informação verbal)⁸¹.

O entrevistado 6 disse também considerar importante a EMBRAPA abrir novas frentes de pesquisa como forma de se manter viável e relevante num cenário que as melhorias genéticas e pesquisas agronômicas voltadas às produções comerciais e à agricultura capitalista são cada vez mais objetos de vultosos investimentos privados. Para ele, seria interessante a EMBRAPA investir em pesquisas de foco interdisciplinar capazes de conectar questões técnicas com

⁸⁰ Entrevistado 6, conversa realizada em 27/02/2018

⁸¹ Entrevistado 6, conversa realizada em 27/02/2018.

questões socioeconômicas e ambientais, buscando aliar produtividade e bem-estar social e ambiental.

A mudança no perfil das pesquisas da EMBRAPA, apesar de abrir um novo horizonte de possibilidades para as pesquisas agrícolas, ainda não é bem compreendido por setores da população local. O entrevistado 2, médio produtor de Santa Carmen, relatou que a unidade da EMBRAPA na cidade “ainda não mostrou a que veio” e que o sistema agrossilvipastoril não é compensador, pois uma plantação de eucalipto demanda grande extensão de terra e sua maturação demora cerca de 7 anos, período no qual o solo poderia produzir sete safras de soja e sete safrinhas de milho. O produtor argumenta que o sistema de rotação com milho ou gado são bastante compensadores e que estes sim têm potencial na região e deveriam ser incentivados pela EMBRAPA. Ele acrescenta ainda que atuação da estatal vem diminuindo consideravelmente desde a redemocratização, e que seu sucateamento se insere em um cenário maior de ausência de políticas públicas de todos os tipos para a agricultura, cujo sucesso nos últimos anos deve-se ao trabalho e ao esforço dos produtores. O entrevistado 4, produtor da região de Tangará da Serra e ex-delegado da APROSOJA do município, compartilha da mesma opinião:

O país vive hoje um apagão no que diz respeito a políticas agrícolas. ANVISA, EMBRAPA, CONAB, está tudo sucateado e paralisado. Um defensivo novo leva anos pra ser aprovado pela ANVISA, a maioria dos produtores nunca viu um técnico da EMBRAPA, sem falar no crédito que é pouco, de difícil acesso e só beneficia a indústria, o produtor nem vê a cor do dinheiro, só fica com as dívidas (informação verbal)⁸².

O entrevistado 5, membro da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sinop, que representa os agricultores familiares e os assalariados rurais do município relatou que, atualmente, a EMBRAPA não tem feito a diferença na região, uma vez que chegou recentemente e tem foco no sistema agrossilvipastoril, que segundo ele não é compensador economicamente para as lavouras de soja. Contudo, o dirigente ressalva que as pesquisas que estão sendo desenvolvidas na unidade podem ajudar muito a região num futuro próximo, já que o elevado uso de agrotóxicos na região pode vir a apresentar impactos negativos na produtividade dos solos a médio prazo.

A preocupação e a disputa sobre qual é o melhor sistema de manejo dos solos tem sua

⁸² Entrevistado 4, conversa realizada em 24/02/2018.

razão de ser. A soja é uma cultura bastante exigente em todos os macronutrientes⁸³ essenciais, de modo que a insuficiência ou o desequilíbrio entre os nutrientes pode resultar numa absorção deficiente de alguns e excessiva de outros, comprometendo o desempenho da lavoura, cujo sucesso depende de um equilíbrio bastante específico entre adição de nutrientes, e adoção de boas práticas de calagem⁸⁴ e adubação. O nitrogênio (N) é o macronutriente mais importante para a cultura de soja, já que este nutriente promove um "arranque inicial" na cultura, uma vez que são necessários 15 a 25 dias para que a soja consiga fazer a fixação do nitrogênio por conta própria⁸⁵ (LOPES, 2013, p. 14). O potássio (K) é o segundo nutriente mais absorvido pela planta e favorece a retenção das vagens de soja durante sua formação, bem como reduz a abertura precoce das mesmas na maturação, melhora a qualidade das sementes e, combinado com o fósforo e o nitrogênio determina o conteúdo de lipídios no grão, tornando-o viável ou não para a produção de óleo. A falta de fósforo (P) é o que mais limita a produtividade da soja nos solos tropicais, por isso sua disponibilidade na solução de preparação do solo é essencial para que a cultura alcance níveis satisfatórios de produtividade.

No que diz respeito à densidade e espaçamento das plantas, a soja é uma espécie que não tem uma exigência específica geral, não apresentando na maioria das situações, diferença significativa em produtividade num intervalo entre 200 e 600 mil plantas/ha (LOPES, 2013, p. 12). Na pesquisa de campo, apurou-se que, até a década de 1980, era comum a semeadura da soja com alta densidade, 400 mil plantas/ha. Acreditava-se que a alta densidade ocasionava um aumento na altura, que facilita a colheita mecanizada, bem como o fechamento mais rápido do solo para evitar o surgimento de plantas daninhas, diminuindo assim a necessidade de herbicidas pré-emergentes. Contudo, o avanço das técnicas de modificações genéticas e novas

⁸³ Os nutrientes essenciais para o desenvolvimento de qualquer plantio são classificados em dois grupos: macronutrientes e micronutrientes. Os macronutrientes são aqueles que as plantas necessitam em quantidades elevadas e os micronutrientes em quantidades pequenas a variar conforme o cultivo. Os macronutrientes de maior importância são o nitrogênio, o potássio e o fósforo. Além deles há o cálcio, o magnésio e o enxofre. Já os principais micronutrientes são: boro, cloro, molibdênio, cobre, ferro, zinco e manganês.

⁸⁴ Adição de calcário aos solos com fins de elevar os teores de cálcio e magnésio para neutralizar a ação do alumínio trivalente (elemento tóxico para as plantas) e diminuir a acidez do solo. Esse processo é essencial nos solos do Cerrado, conhecidos por sua elevada acidez (EMBRAPA, 2003, n)

⁸⁵ O nitrogênio é o elemento mais abundante da atmosfera. As formas de absorção no solo são em NH_4^+ e NO_3^- , ou através do N atmosférico por via da fixação biológica. Contudo a absorção dele por parte da planta de soja depende de sua associação com as bactérias *Bradyrhizobium elkanii* e *Bradyrhizobium japonicum* o que ocorre somente após um período de 15 a 25 dias da semeadura. Contudo a associação da semente de soja com esta última resulta numa fixação de nitrogênio bastante eficaz. Atualmente, essa associação é feita em laboratório e, tendo em vista a dependência do Brasil em relação à importação de macronutrientes para o preparo do solo, estima-se que a fixação biológica de N_2 no Brasil na cultura da soja já e que valha a 150 milhões de toneladas de nitrogênio e que representou, em 2007, uma economia financeira de 3,2 bilhões de dólares. A técnica que consiste em colocar a semente em contato com uma população bacteriana capaz de nodular a planta formando uma simbiose através do emprego de inoculante à base de trufa, cuja eficiência deve ser previamente aprovada pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA (LOPES, p. 15, 2013).

tecnologias minimizaram esses problemas e, atualmente, o mais comum é a população de soja seja de 300 mil plantas/ha.

Todavia, essa realidade varia de região para região, enquanto na região de Aquidauana e Bonito, apurou-se que a densidade média é de 300 mil plantas/ha, em Sorriso e Sinop os produtores relataram ser ainda bastante comum a densidade de 400 mil plantas/ha, tendo em vista que, através dessa técnica, pode-se aumentar o porte das plantas e fechar mais rápido as entrelinhas.

Em relação aos métodos de plantio, são várias as opções disponíveis, sendo as mais populares o Plantio Cruzado, a Redução de Espaçamento, a Fileira Dupla, o Agrupamento de Plantas, Mais Sementes por hectare e o Método Convencional, o mais utilizado e mais recomendado segundo o Projeto Soja Brasil, parceria da EMBRAPA e da APROSOJA Brasil. Em todas as fazendas visitadas na pesquisa de campo realizada para esta tese, é utilizado o Método Convencional, no qual planta-se a soja com um espaçamento de 45 a 50 cm entre as fileiras e de 7 a 10 cm entre as plantas, sempre em linhas paralelas, com uma semente por cova, conforme figura 10.

Figura 10: Plantio pelo Método Convencional

Fonte: Projeto Soja Brasil (2018)

Outro item bastante importante a ser levado em consideração nas culturas de soja é o controle de plantas daninhas, pois elas dificultam e oneram os tratos culturais, prejudicando o desenvolvimento da planta pela competição por água, luz nutrientes e espaço físico. Portanto, o controle destas plantas é essencial para a obtenção de alta produtividade. Para esse controle,

podem ser utilizados os métodos mecânico, que consiste na extração das plantas daninhas; o cultural, que consiste na utilização de técnicas de manejo da cultura, como época de semeadura, espaçamento, densidade, adubação, cultivar, entre outras que propiciem vantagens ao desenvolvimento da soja em relação às outras plantas; e o método químico, o mais utilizado atualmente, que consiste na aplicação de herbicidas, em especial os Glifosatos, sendo os mais populares deles o *RoundUp*, de fabricação da Monsanto, e o *Paraquat*, da Syngenta, cujo banimento foi determinado pela ANVISA em setembro de 2017 em razão do possível nexo causal entre o manuseio do veneno e a incidência de Mal de Parkinson entre os trabalhadores responsáveis pela sua aplicação. O método químico, apesar dos efeitos ambientais controversos, é mais econômico no quesito de mão-de-obra e mais prático e rápido na aplicação (informação verbal)⁸⁶.

A soja também está sujeita ao ataque de diferentes espécies de insetos-praga. Dentre as principais pragas da soja destacam-se: a lagarta falsa-medideira (*Pseudoplusia includens*) e a lagarta-da-soja (*Anticarsia gemmatilis*), que desfolham as plantas durante as fases vegetativa e reprodutiva. Merece destaque também a lagarta elasma (*Elasmopalpus lignosellus*) e os percevejos (*Nezara viridula*, *Piezodorus guildinii*, *Euschistus heros*), que causam danos que impedem a formação de vagens (LOPES, 2013, p. 15).

O controle das principais pragas da soja deve ser feito com base nos princípios do Manejo Integrado de Pragas - MIP, que consiste em tomadas de decisões baseados no nível de dano econômico causado, ou seja, se o tamanho do dano causado pela praga compensa os custos de combatê-la, no monitoramento do número e tamanho dos insetos e no estágio de desenvolvimento da soja. Em todas as propriedades visitadas, essas foram as pragas mais encontradas e sempre acima do nível de dano econômico de acordo com o MIP, portanto, fazendo-se necessário o uso de produtos químicos (IMEA, 2015, p. 7).

A soja também está sujeita a uma variedade de cerca de 40 doenças causadas por fungos, bactérias, nematoides e vírus. Estima-se que a perda anual relacionada a doenças corresponda a algo entre 15% e 20% da produção. Como doenças principais, destacam-se: Oídio (*Erysiphe difusa*); Podridão vermelha (*Fusarium solani*); Antracnose (*Colletotrichum truncatum*), Ferrugem asiática (*Phakopsora pachyrhizi*); Antracnose (*Colletotrichum truncatum*); Nematóide das galhas (*Meloidogyne incognita*); Cancro da haste (*Phomopsis phaseoli f. sp. Meridionalis*); e *M. javanica* (LOPES, 2013, p. 19).

A mais famosa e mais temida é a ferrugem (figura 11). Considerada a mais preocupante

⁸⁶ Entrevistado 1, conversa realizada em 19/02/2018.

dos anos 2000, a ferrugem é uma doença policíclica de difícil controle e fácil dispersão. A infecção causa rápido amarelecimento ou bronzeamento e queda prematura das folhas, impedindo a plena formação dos grãos. Quando a doença atinge a soja na fase de formação das vagens ou no início da granação, pode causar o aborto e a queda das vagens, resultando em até perda total da produtividade. Ela surgiu na safra 2001/2002 com o avanço da produção no Centro-Oeste brasileiro. A doença foi detectada desde o estado do Rio Grande do Sul (RS) até o estado do Mato Grosso (MT) e espalhou-se em praticamente todas as regiões produtoras, sendo beneficiada por chuvas bem distribuídas e longos períodos de molhamento das folhas. O controle é feito através do vazio sanitário e da aplicação fungicidas do grupo das estrubilurinas e triázóis aplicados no momento do fechamento da lavoura pelas plantas ou também na época de floração (LOPES, 2013, p 24).

Figura 11: Folha de planta de soja com presença de Ferrugem

Fonte: Fotografado pelo autor (2018)

A importância do combate às pragas é tamanha que, um dos poucos funcionários fixos das propriedades visitadas é o “veneneiro”, responsável pela preparação e aplicação dos venenos que combatem as pragas. Esse funcionário é o que está mais sujeito a riscos de contaminação na fazenda, pois é ele quem mistura os agrotóxicos com água, faz o chamado “caldo” e, juntamente com os operadores de máquinas, faz a aplicação com tratores. Ainda que o veneno seja aplicado por avioneta e tratores, esse funcionário é responsável pela preparação da mistura. Acrescenta-se ao risco de manuseio o risco de exposição permanente ao veneno, já que, juntamente com o caseiro, o veneneiro é o funcionário que, normalmente, mora na fazenda, tendo em vista que seu trabalho não se restringe ao plantio ou à safra, uma vez que a adição de implementos ocorre desde o plantio e durante todo o crescimento da soja e do milho, se for o caso.

A colheita dos grãos de soja marca o ponto alto da condução da cultura, pois é a partir dela que se inicia o retorno de todo o capital investido durante o ciclo de cultivo. A colheita das áreas de plantio de soja é feita de forma totalmente mecanizada. Para tanto, as plantas devem estar em com a cor das vagens marrom, conforme figura 12. Nesse ponto, a estatura das plantas deve ser maior que 50 cm e as vagens mais baixas devem estar acima de 13 cm de altura.

Figura 12: Soja no ponto para ser colhida

Fonte: Fotografado pelo autor (2018)

Nesse processo, ocorrem perdas, tais como: pebulha natural, retardamento do início da colheita, má condução da lavoura, hastes soltas e por chuvas, granizos e ventos fortes. Durante a colheita, a existência de plantas daninhas em grande quantidade na época da colheita pode causar embuchamentos frequentes na máquina colhedora, fazendo com que o operador perca muito tempo para pôr a máquina novamente em condições de trabalho, causando redução da velocidade da máquina e um aumento no teor de umidade do grão, podendo causar perdas em sua qualidade (informação verbal)⁸⁷.

Antes iniciar a colheita o produtor ou administrador da fazenda, juntamente com o agrônomo responsável, avalia as plantas com o intuito de identificar se as mesmas estão com maturidade fisiológica para serem colhidas, o chamado localmente de desmame dos grãos. Em caso positivo, é feita a aplicação de dessecante (herbicida). Depois da aplicação ou não do

⁸⁷ Entrevistado 1, conversa realizada em 19/02/2018.

dessecante, verifica-se o teor do grão que, para o início da colheita, deve estar por volta de 14%. Vale destacar que o excesso de chuvas na época da colheita pode vir a prejudicar bastante o desempenho comercial do grão, tendo em vista que aumenta o grau de umidade do mesmo, que é medida no momento da comercialização por alterar suas propriedades nutritivas. Foi o que aconteceu na Fazenda 1, no município de Bonito, onde as chuvas fortes do mês de fevereiro atrasaram a colheita, que deveria ter se iniciado já na primeira semana do mês. O atraso é ainda maior quando se considera que, após o fim das chuvas, é necessário esperar a soja secar para depois colhe-la, já que a o teor de umidade é um dos principais motivos de desconto no preço no momento da venda para as *tradings* e armazéns. Segundo dados do Projeto Soja Brasil⁸⁸, até o início do mês de março de 2018, 46% da colheita de soja brasileira estava atrasada por razões climáticas, em especial excesso de chuvas (SOJA BRASIL, 2018, não paginado).

A análise detalhada da preparação, plantio, cultivo e colheita da soja demonstra que o grão é produzido a partir de um processo agroindustrial complexo, composto de diversas etapas demandantes de elevado grau de informação, inovação tecnológica e coordenação técnica. Para possibilitar o funcionamento eficaz e facilitar o controle de todas as etapas do processo produtivo da fazenda, foram desenvolvidos os sistemas de AP (Agricultura de Precisão). A Agricultura de Precisão baseia-se no uso Tecnologia da Informação para lidar com a variabilidade dos solos e climas para que, por meio da geoestatística, os dados coletados em uma área agrícola delimitada (talhão) sirvam para distinguir as diferentes características físico-químico-biológicas da área agrícola georreferenciada. O sistema serve para que se evite analisar uma área como um bloco de características homogêneas, evitando erros no manejo dos solos, na disposição do plantio e no controle de pragas.

Através de um mapeamento preciso das necessidades do plantio em cada região da fazenda, a Agricultura de Precisão propicia uma redução dos custos de produção e o aumento da produtividade. O sistema foi muito elogiado em todas as fazendas visitadas, o gerente e os produtores entrevistados relatam que a georreferenciação propicia que sejam usados os melhores insumos e as melhores práticas num determinado talhão. O sistema utiliza-se de aparelhos de Posicionamento Global por Satélite - GPS, Piloto Automático e softwares de Sistemas de Informação Geográficas - SIG.

O sistema utiliza o sinal de satélites captado por um aparelho de GPS. Esse sinal orienta o Piloto Automático das máquinas agrícolas (tratores, pulverizadores e colheitadeiras).

⁸⁸ Trata-se de Plataforma online da Aprosoja que reúne informações sobre economia, cotações, as melhores técnicas para sojicultura e organização política do setor. Através de cadastramento na página da internet, qualquer pessoa pode receber todos os vídeos, informes e notícias produzidos pelo celular através de aplicativo de mensagens.

Enquanto as máquinas exercem suas funções, um computador de bordo coleta, através de um software de Gerenciamento Agrícola, todos os dados necessários para alimentar o sistema, conforme figura 13. Em resumo, o GPS e o Piloto Automático instalados nas máquinas agrícolas direcionam as operações no talhão de atuação daquela máquina, e o computador de bordo controla as funções, coleta e armazena os dados na execução das operações.

Figura 13: Computador de Bordo de Colheitadeira John Deere S690

Fonte: Fotografado pelo autor (2018)

O software de Gerenciamento Agrícola, por sua vez, produz todos relatórios com os dados coletados durante o processo de colheita dos grãos. No seguinte plantio, esses relatórios subsidiam com elevada precisão as decisões dos nutrientes que devem ser adicionados ao solo para nutrir as plantas. Com isso, evita-se excessos ou escassez na utilização de insumos, o que melhora a produtividade e reduz os custos de produção. Para evitar falhas na aplicação de implementos agrícolas, sensores são instalados nas máquinas para evitar falhas de operação, que caso ocorram, são comunicadas ao operador através do monitor do computador. Essa operação permite inclusive a realização das operações em período noturno. Os dados das operações realizadas pelas máquinas – calagem, plantio, pulverização de defensivos agrícolas ou adubo foliar e colheita da safra - são gravados no computador de bordo. O programa de Gerenciamento Agrícola, por sua vez os utiliza para gerar Mapas de Produtividade por área plantada. De posse desses mapas, o produtor pode consultar o agrônomo

responsável para que o mesmo identifique problemas como: acidez do solo não corrigida pela calagem, compactação do solo, distribuição inadequada de fertilizantes, inadequação de sementes e baixo desenvolvimento das plantas no intuito de corrigir erros para o plantio seguinte.

No plantio também é importante o grau de precisão e de manejo automatizado dos solos alcançado pelos novos maquinários. Conforme figura 14, as plantadeiras, em seus eixos de tração, têm pneus bastante largos ou "filipadas" (pneus duplos). Essas estruturas permitirão que o seu peso seja distribuído em uma área maior no solo, minimizando a compactação do mesmo no intuito de facilitar o sistema de plantio direto. Ainda assim as máquinas agrícolas, ao passarem várias vezes no mesmo lugar compactam o solo. Para sanar esse problema, os sistemas de precisão programam os percursos das máquinas agrícolas em operação para evitar passadas no mesmo lugar, evitando a compactação do solo e diminuindo ou anulando a necessidade de arado para a próxima semeadura (informação verbal)⁸⁹.

Figura 14: Plantadeira John Deere 45 linhas

Fonte: Fotografado pelo autor (2018)

Por ser uma tecnologia ainda recente, não foi possível nesta pesquisa auferir dados precisos sobre o desenvolvimento e controle do mercado de softwares de Agricultura de Precisão. As quatro tentativas de contato com ABCBio (Associação brasileira das empresas de controle tecnológico) em busca dos dados sobre participação no mercado de programas de AP não obtiveram resposta. Sabe-se por inferência empírica durante a pesquisa de campo

⁸⁹ Entrevistado 1. Conversa realizada em 19/02/2018.

desenvolvida que os softwares são desenvolvidos por consultorias agrícolas e pelas gigantes do setor de Máquinas e tratores John Deere e Case New Holland. Os sistemas de AP configuram hoje parte relevante da revolução técnico informacional da agricultura e uma nova e importante corrente de acumulação de capital neste início de século, dada sua importância na produção de alimentos. Não obstante o Brasil ser importante player no mercado mundial de *commodities*, o desenvolvimento dessas tecnologias, além de estar sob comendo de transnacionais estrangeiras, na maioria dos casos, sequer se dá em território nacional, comprometendo a capacidade do agronegócio brasileiro de gerar empregos de elevada qualificação e ser um polo de desenvolvimento tecnológico e de criação de novos nichos de acumulação de capital no país.

Durante a pesquisa de campo, verificou-se que, em Sinop, os postos de trabalho gerados nas empresas de consultoria agrícola relacionados aos sistemas de agricultura de precisão estão restritos aos setores de venda, manutenção das máquinas e alguns treinamentos para operadores das mesmas, cuja qualidade é bastante contestada pelos produtores e até mesmo por trabalhadores das fazendas visitadas. Segundo o entrevistado 1, em caso de falhas do software, é acionado um *helpdesk* da John Deere ou da Case New Holland, cujos atendentes falam de outro país. Caso o problema não seja resolvido, o computador de bordo é substituído e o danificado enviado para endereços em Goiás e em São Paulo.

O caráter agroindustrial do processo de plantio e cultivo da soja torna-se evidente em uma análise da composição dos custos dessa produção. Segundo o BNDES (2012)⁹⁰, a maior parte dos custos totais da de produção soja envolvem fertilizantes, defensivos, sementes, operação de máquinas, depreciação e despesas com royalties e seguros de máquinas. Esses números revelam não só que os principais componentes do custo total da soja são variáveis, mas também os principais elos de agregação de valor da soja já no seu plantio correspondem a processos industriais, como maquinário, defensivos, sementes, operação de sistemas tecnológicos e seguros. A magnitude da remuneração desses processos na atividade agrícola frente ao que representa o trabalho no custo total da produção de soja (cerca de 4%) evidencia também que se trata de uma cultura intensiva em capital e tecnologia. Contudo, esse elevado grau de tecnologia ainda não coloca o Centro-Oeste e nem o Brasil como uma plataforma de desenvolvimento tecnológico para a agricultura, embora a aplicação desta torne o país um grande produtor.

Em que pese a expertise de empresas brasileiras como a EMBRAPA, ainda relevante no setor de sementes, e do Grupo Amaggi, a maior parte das novas tecnologias agroindustriais da

⁹⁰ Para mais detalhes consultar tabela 37 do Capítulo 3.

soja é desenvolvidas no exterior e estão sob controle de transnacionais de capital estrangeiro, o que torna o país um espaço funcional de plantio, com autonomia e gerência limitada sobre os processos produtivos dentro da cadeia global de valor da soja.

Os processos produtivos que envolvem o plantio e a colheita da soja detonam uma disseminação veloz de tecnologias baseadas inteligência artificial, bio e nano tecnologias, e no controle remoto das atividades. A tecnologia das fazendas de soja aparece como marca de uma produção que se dá em escala global, comandada por uma lógica planetária de geração de excedente e acumulação. Segundo Santos (2006, p. 118) elas são irreversíveis porque elas passam a produzir não só espaços e abrir novas fronteiras para a expansão do capital, mas a própria história:

Praticamente inevitáveis, as tecnologias contemporâneas se tornam também irreversíveis. Mas, em termos. Sua irreversibilidade advém de sua factibilidade. Ainda que fosse possível abandonar algumas, técnicas como modo de fazer, permanecem aquelas que se impuseram modo de ser, incorporadas à natureza e ao território como paisagem artificial. Nesse sentido, elas são irreversíveis, na medida em que, em um primeiro momento, são produto da história, em um segundo momento, elas são produtoras da história, já que diretamente participam desse processo (SANTOS, 2006, p. 118).

A realidade observada na pesquisa de campo mostra que as tecnologias de produção são portadoras de artificialidade e racionalidades extremas, e que suas essas características fundantes passam a se imprimir não só no modo de produzir no campo, mas sobre toda a lógica de funcionamento daquele subespaço. Desenvolvidas de maneira bastante concentrada nos centros de controle por ação das empresas líderes da cadeia de valor da soja, as novas tecnologias rurais estão fundadas em uma racionalidade padronizadora, que se opõe a métodos alternativos de como produzir e onde produzir. Sua aplicação está a serviço de um lucro a ser obtido universalmente, com atividades espalhadas em diferentes porções do território, mas cujo excedente se é apropriado de forma racionalmente coordenada e sob um comando centralizado.

4.1.2 Formação dos Preços, Comercialização e Renda do Produtor

No Centro-Oeste brasileiro, uma das mais importantes regiões produtoras de soja é a região do médio-norte mato grossense, onde estão localizados os municípios de Sorriso, Sinop, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum. Conforme já visto no capítulo 2, a maior parte da soja produzida em Mato Grosso tem como destino o mercado externo, e a maior parte do escoamento ainda se dá via portos de Santos e Paranaguá, apesar do empenho do Estado e das *tradings* em buscar construir novas alternativas de escoamento via regiões Norte e Nordeste. É relevante

também a parcela da soja produzida em Mato Grosso destinada ao mercado interno, cerca de 30% dos grãos, 40% do farelo e 82% do óleo (IMEA, 2015, p. 13).

Apesar de o cultivo de soja constituir hoje uma atividade essencialmente de caráter industrial, sua oferta ainda depende de elementos que não estão sob controle humano, como o regime de chuvas e as temperaturas. Essa sazonalidade da oferta, apesar de cada vez menor, acaba por influenciar o regime de comercialização de *commodities*, tornando-o diferente de produtos industriais. Em geral, as negociações de soja ocorrem em quatro grandes mercados: o mercado físico, o mercado a termo, o mercado futuro e o mercado de opções. Mais detalhes das intermediações do capital financeiro na venda de soja foram tratados no capítulo 2 deste estudo. Contudo, cabe aqui uma análise desses 4 tipos de mercado para que seja possível entender a formação do preço pelo qual o produtor vende a soja que produz e suas implicações.

No mercado físico, a dinâmica é basicamente de troca da mercadoria física por dinheiro, uma vez que se trata de uma transação imediata. Esse mercado, apesar de seu caráter imediato, apresenta incertezas quanto à regularidade do fornecimento quando pensado do ponto de vista das empresas processadoras, já que, ao final da safra, o produtor pode não disponibilizar sua safra a um preço compensador ou mesma vende-la a outra empresa ou corretora. Do ponto de vista do produtor, o mercado físico também apresenta riscos de não encontrar mercado a preço razoável para sua safra, dada a possibilidade de superprodução ou de simplesmente não encontrar compradores e perder todos os recursos próprios investidos no plantio e colheita.

Dados esses fatores, torna-se cada vez mais preponderante a prévia negociação das safras através de uma das outras três modalidades de mercado apontadas. No mercado a termo, as partes acordam previamente elementos da transação que irá ocorrer no futuro, como por exemplo, a mercadoria, a data, a entrega, a quantidade, o local, o meio de transporte e o meio de pagamento. Em geral, os produtores vendem antecipadamente suas safras (seja antes da semeadura, seja antes da colheita) para indústrias processadoras por preços fixos e com pagamento em data futura, garantindo o preço e a demanda para sua produção. A agroindústria, por sua vez, consegue planejar a regularidade de seu fornecimento. Na modalidade a termo, nenhuma das partes faz qualquer desembolso antes da entrega da mercadoria (Informação Verbal)⁹¹.

Como evolução do mercado a termo, tem-se a formação dos mercados futuros. O que os diferencia dos mercados a termo são sua negociação por bolsas organizadas para este fim, sem que as partes possam alterar cláusulas contratuais. Geralmente, esses contratos especificam

⁹¹ Entrevistado 4, conversa realizada em 24/02/2018.

apenas o período para entrega, o lugar, lotes padrão e o objeto transacionado. Ao comprar e vender um contrato, não é necessária a inspeção do produto ou avaliação da possibilidade de cumprimento do contrato, uma vez que este é assegurado pela instituição responsável, no Brasil, a BMF. Sobre esses contratos, é importante dizer que, na maior parte deles, ocorre a liquidação antecipada, isto é, a entrega efetiva da mercadoria dificilmente ocorre, sendo seu objetivo principal apenas a redução do risco, isto é, trata-se de uma operação de “travamento” do preço (BANCO DO BRASIL, 2017, não paginado).

O mercado de opções é aquele onde os contratos asseguram o direito de exercício de uma compra ou da venda de algum ativo através de opções de compra e venda. O comprador de uma opção de compra tem o direito de adquirir uma determinada quantidade de grãos a um determinado preço, enquanto o vendedor tem a obrigação de venda caso, no vencimento do contrato, o comprador ainda deseje comprar. O inverso vale para opções de venda. Em outras palavras, um agricultor, sujeito à queda de preço do seu produto, pode comprar uma *Put* (direito de venda) da mercadoria a um preço que remunere seus custos. Caso haja uma queda nos preços, o agricultor pode exercer o direito de venda de seu produto pelo preço determinado na opção. Da mesma forma, uma indústria processadora pode comprar uma *Call* (direito de compra) a um preço preestabelecido. Os valores dessas opções possuem variações de preço relacionadas ao tempo de vencimento e riscos do mercado, mas em geral reduzem os riscos das partes envolvidas (BANCO DO BRASIL, 2017, não paginado).

A soja produzida na América Latina tem seu preço referenciado pela realização de milhares dessas transações na Bolsa de Chicago, onde estão concentrados os principais ofertantes e demandantes de soja ao redor do planeta. Tendo em vista que a maior parte dos contratos serem negociados por um preço à vista, mas para uma data futura, existe o chamado preço futuro, que nada mais é do que o preço à vista mais as expectativas dos agentes envolvidos em relação aos fatores que podem afetar o preço daquele ativo, tais como custo, demanda, oferta, exportações, preço de bens substitutos, câmbio, clima, cenário político, entressafra e juros (IMEA, 2015, pp. 14-17).

Os preços à vista e futuro da soja na bolsa de Chicago são os determinantes da formação dos preços nas praças de Mato Grosso. No mercado brasileiro, a referência do preço é a saca de 60 quilos, já na Bolsa de Chicago, a soja é baseada em *bushel*, unidade correspondente a um cesto que, no caso da soja, equivale a 27,215 kg. Dessa forma, para se calcular o preço da saca no Brasil, o primeiro passo é a conversão do preço do *bushel* para preço em quilo. Em seguida, deve-se fazer a multiplicação por 60 para que então seja auferido o preço da saca. Uma saca de soja corresponde a 2,2046 *bushels*, logo se um *bushel* estiver sendo negociado hipoteticamente

a U\$\$ 10,00, o preço de uma saca será de U\$\$ 22,04 dólares. Finalmente para a obtenção do preço em reais, deve-se multiplicar o valor pela taxa de câmbio corrente.

O preço interno da soja possui estreita relação com o referencial da Bolsa de Chicago (índice CBOT), mas também depende de outras variáveis, como descontos e acréscimos nas negociações, prêmio de exportação e os custos dos fretes para escoamento da soja da região produtora para o porto. Definida a cotação a soja no mercado internacional a partir da Bolsa de Chicago, este valor deve ser comparado com o preço dentro do navio, no porto onde será feita a exportação, ou seja, o preço FOB (*free on board*). A diferença entre esses dois valores corresponde ao prêmio de exportação. Em geral esse prêmio está relacionado ao funcionamento da lei da oferta e da demanda e se forma a partir das negociações entre importadores e exportadores, que envolvem também a origem e destino da mercadoria, fretes marítimos e seguros da carga. Quando há uma oferta de soja muito grande no mercado, este prêmio tende a cair, podendo ser inclusive negativo. O valor do prêmio varia também de acordo com o porto por onde será escoada soja em questão. Em geral o prêmio em Santos é diferente do prêmio pago em Paranaguá, mesmo nos contratos a termo, futuro ou de opções, nos quais a negociação do prêmio varia ao longo do ano conforme as expectativas do mercado. Em suma, o prêmio é uma variável de ajuste na negociação internacional que leva em conta a origem e o destino do produto exportado, bem como sua qualidade e a disponibilidade do produto no porto (IMEA, 2015, pp. 16-19).

Vale destacar que, no porto, os principais agentes de negociação são as cooperativas exportadoras de grãos, indústrias, *tradings*, corretoras de prêmio e empresas de exportação e importação. Dificilmente produtores de soja atuam diretamente no porto. Em geral, a soja que está no porto já foi adquirida por um desses agentes e lá, muitas vezes após ter sido estocada por algum período é negociada por eles, assim como os contratos de opção, termo e futuros.

Pode-se dizer que os fundos especulativos nada mais fazem do que se apropriar, via mercado, de bens fungíveis para ganhar um bom dinheiro. Há uma década eram U\$\$ 10 bilhões, hoje são U\$\$ 450 bilhões aplicados na especulação com bens agrícolas em bolsas. A formação dos preços, que em última análise era definida pela lei da oferta e da procura, foi revogada. Hoje o que valem são os movimentos dos fundos, que a seu talante fazem subir ou descer os preços, sem conexão com o mundo real, mas sim com os seus jogos financeiros particulares (WOLFART, 2017, p. 140).

Outro fator que influencia no preço pago pela soja ao produtor são os custos portuários. Trata-se dos custos para efetuar a importação ou exportação de mercadorias e estão relacionados à utilização dos equipamentos e instalações terrestres e marítimas do porto, ao embarque e desembarque de cargas, despachos aduaneiros, o tempo de espera no porto e os

impostos e taxas. Além disso, há os custos de rebocagem, atracação, faróis, vigilância, tripulação e estiva. Deve-se computar ainda a perda de soja no deslocamento até o porto, o custo de oportunidade de se manter a soja no caminhão aguardando embarque em virtude de filas e o custo de utilização do armazém do porto.

Ainda envolvendo a questão logística, um importante componente na formação do preço da soja é o valor dos fretes de transporte ao porto. Esse custo varia conforme os modais e a distância percorrida, mas também incorpora oferta e demanda, especificidades da região a ser percorrida pelo transportador, preços dos combustíveis, etc. Durante a pesquisa de campo, a principal queixa dos produtores da região de Sinop e Sorriso é o elevado custo de transporte que, em razão da distância da região em relação aos portos de Santos e Paranaguá, torna, segundo eles, a soja do centro norte mato-grossense menos rentável e competitiva. O frete ocupa lugar importante na composição do valor da soja brasileira. Na época de safra, o frete da soja de Sorriso até Santos chega a corresponder 30% do valor da oleaginosa. Segundo o IMEA (2015, p. 16) a soja de Sorriso chega ao porto de Santos com fretes que custam ao redor de U\$\$ 90/ton., enquanto a soja de Córdoba, na Argentina, chega ao porto de Rosário com fretes no valor de U\$\$ 40/ton. e a de Illinois, nos Estados Unidos, chega a New Orleans com fretes de aproximadamente U\$\$ 20 ton. (CNT, 2015, não paginado).

Destarte, a formação da cotação interna da soja nas diferentes praças de produção, isto é, o preço que irá balizar as negociações da produção de soja, seja com base na data presente, seja com base em data futura (paridade de exportação) para a venda através de contratos de termos, futuros ou opções, se dá através do computo das seguintes variáveis: A (Cotação do bushel da Bolsa de Chicago); B (Prêmio do porto); C (Custo Portuário); D (Cotação do Dólar em moeda nacional) e; E (Frete rodoviário da praça de produção até o porto de Santos). Para a formação do preço pago ao produtor, faz-se o seguinte cálculo:

$$(((A + B) - C) * D) - E$$

$$(Cotação na Bolsa de Chicago + Prêmio do porto) - Custo Portuário * Cotação do dólar - Frete Rodoviário)$$

Nota-se, portanto, que o frete acaba por reduzir o preço pelo qual o produtor consegue negociar sua soja. Essa fatia é maior ou menor a depender da praça de localização da produção, fator principal de determinação do custo de transporte. Essa diferença entre o preço no mercado local e o preço de referência de comercialização futura da soja na BMF (cotação física no porto de Santos ou Paranaguá) ou do contrato futuro de vencimento mais próximo é o chamado preço base. Em geral esse preço é negativo, tendo vista que o preço no mercado local, sem os custos

de transporte é menor que o preço futuro no porto, já contabilizado os custos de transporte. Contudo, quando o preço futuro da soja cai em razão de um aumento da oferta mundial, ou qualquer outro fator, o preço nas praças internas pode superar o preço de Chicago, fato que ocorreu entre 2012 e 2014, quando o preço em Sorriso superou o índice CBOT (IMEA, 2015, p. 42).

Via de regra, o transporte da soja é feito por transportadores autônomos. Esses terceirizados são contratados para carregarem seus caminhões na fazenda e entregarem a soja na trading, corretora ou armazenadora e são responsáveis por acompanharem a coleta de amostra para a classificação da soja na chegada à empresa, bem como levar o relatório de classificação do produto de volta à fazenda. Em geral, os fazendeiros optam por contratar com exclusividade e, na medida do possível, sempre os mesmos transportadores autônomos a cada safra. Essa medida facilita a coordenação entre colheita e embarque, evitando que os grãos fiquem expostos à umidade no aguardo de transporte. Há também empresas de transporte, cujos motoristas são contratados via CLT com remuneração fixa mais variável em função da carga transportada (informação verbal)⁹².

A descarga da soja se dá nos silos da *trading*, corretora ou armazenadora. O processo se divide em seis etapas. A primeira delas é a coleta de 16 quilos de soja em diferentes pontos na carga. A segunda é a passagem da amostra a um quarteador, onde a amostra é dividida em quatro partes. Na terceira etapa, são separadas 250 gramas da amostra que passa por três peneiras. O quarto passo é a retenção dos grãos de soja perfeitos pela primeira peneira, das impurezas pela segunda peneira as impurezas e dos grãos quebrados pela terceira. Na quinta etapa, os grãos perfeitos são colocados em um aparelho que, em 16 segundos, determina o percentual de umidade dos grãos da soja, temperatura dos grãos, densidade, e toxidade do grão. Por fim, pesam-se as impurezas e os grãos quebrados e emite um relatório com os referidos descontos da carga (informação verbal)⁹³.

Os descontos respeitam a tolerância de 14% de umidade que é o nível ideal para armazenagem e transporte, inclusive para a exportação. Tolera-se ainda 30% de grãos quebrados de soja e 1% de impurezas (vagens, folhas, caule e etc.). São descontados os chamados grãos "ardidos", aqueles picados por percevejos e que apresentam manchas escuras, bem como os fermentados. Esses percentuais são abatidos no peso bruto da carga de soja, e a rejeição só acontece em caso os grãos com toxinas. Se ficar comprovado que o produtor não

⁹² Entrevistado 2, conversa realizada em 27/02/2018.

⁹³ Entrevistado 14, conversa realizada em 27/02/2018 durante visita a Armazém de soja em Santa Carmem, na qual o autor pode observar o processo descrito.

utilizou sementes certificadas em todo o plantio e tentou misturá-las à soja colhida, toda a carga é desprezada.

As negociações em geral acontecem com a celebração antes do plantio de um contrato futuro especificando quantidade, qualidade e preço (em dólar americano) por saca de 60 quilos de soja com o objetivo de entrega e recebimento em data futura. Conforme já retratado no capítulo 2, esses contratos são objeto de complexas intermediações financeiras e especulação nos mercados já que, com esses contratos, as *tradings* não necessariamente têm a intenção de comercializar produtos físicos, mas sim obter ganhos financeiros através da negociação de contratos que definem os preços futuros das mercadorias. A assinatura do contrato de venda futura de soja da *trading* com o produtor normalmente já vem acompanhada do fornecimento de insumos para a propriedade naquele ano, tendo como garantia o contrato de entrega futura da soja que será produzida.

Conforme detalhado na seção 1.5.4, já em 1954, em sua obra “O desenvolvimento econômico do Brasil”, Ignácio Rangel apontou o problema da comercialização do produto da agricultura como fator que prejudicava a rentabilidade dos produtores rurais e de pressão inflacionária dos alimentos em razão do poder de oligopsonia dos grupos que controlavam o comércio de bens agrícolas (RANGEL, 2005, v. 2, p. 62). De lá para cá, o mercado de alimentos e gêneros agrícolas apresentou mudanças radicais quanto à forma através da qual é negociado o produto da agricultura, bem como em relação à constituição dos capitais que controlam sua circulação. Sem embargo, as entrevistas com produtores de soja realizadas em 2018 trazem a questão do poder da agroindústria de determinar a formação do preço de suas produções como fator central de queixa e de preocupação.

As *tradings* mantêm os produtores enredados não só através de compromissos contratuais, financeiros e do fornecimento de pacotes tecnológicos, mas também oferecem consultoria e informações sobre a cotação da moeda americana, cursos sobre as tendências do mercado mundial da soja, estoques nacionais e mundiais, projeções de produção nacional e de países exportadores. Essas informações são dadas no intuito de ajudar o produtor a balizar suas decisões de venda futura de soja. Na pesquisa de campo, constatou-se também ser bem comum a venda antecipada de soja pelos produtores para as *tradings* em troca dos insumos de produção. Segundo o entrevistado 2, essa modalidade se popularizou pela região em razão dos elevados custos dos insumos e da dificuldade que os produtores têm de acessar o crédito público via bancos. O entrevistado destacou que as dificuldades principais são as exigências documentais excessivas feitas pelos bancos, em especial o Banco do Brasil, cuja lista de documentação, segundo ele, é incompatível com a realidade das pequenas e médias propriedades, geralmente

comandadas por produtores de origem humilde e baixo grau de escolaridade. Além disso, argumentou que, na contratação de crédito com os bancos, o produtor é obrigado a contratar também seguro da safra que garante apenas o valor financiado pelo banco e a pagar tarifa de avaliação da proposta de crédito e de manutenção da conta corrente relacionada à operação, o que somado à demora na liberação dos recursos, incentiva os produtores a buscar outras formas de financiamento.

As alegações do entrevistado 2 foram corroboradas pelo entrevistado 3, produtor da região de Sorriso. Segundo ele, o crédito oficial é direcionado às grandes propriedades (mais de 20 mil ha) e preferencialmente a grupos empresariais de grande porte, que possuem a titulação das terras e capacidade de pagamento maior, facilitando assim a aprovação do crédito na rede bancária. Além disso, segundo ele, as *tradings* costumam reservar lotes de fertilizantes e agrotóxicos a preços mais baixos para os grandes produtores, que também conseguem melhores preços nas vendas e preços mais baixos na compra de maquinários. O relato evidencia que o Sistema Nacional de Crédito Rural tal qual formulado e operacionalizado na atualidade carrega em si uma contradição: o sistema dá condições mais favoráveis de financiamento do custeio e dos investimentos justamente aos maiores produtores e grupos empresariais em razão desses terem garantia real adequada⁹⁴ às exigências dos bancos e maior capacidade de pagamento, que tornam menor o risco de inadimplência segundo a lógica de cálculo de risco de crédito utilizada pela rede bancária. Essa contradição faz com que o sistema acabe por diminuir os custos de intermediação financeira dos grandes produtores, enquanto dificulta o acesso ao crédito para os médios e pequenos produtores. Além disso, encarece os custos dos insumos nas médias e pequenas propriedades, obrigando esses produtores a recorrer a outros tipos de acertos para obterem os implementos necessários para a lavoura. O mais comum deles em todas as regiões visitadas: a venda antecipada de soja por insumos, modalidade bastante popular em todas as regiões visitadas, impossibilita o produtor de escolher o melhor momento de vender sua safra, bem como lhe tira a possibilidade de buscar outro comprador caso não concorde com os critérios de classificação do grão utilizados.

O entrevistado 4, produtor de Tangará da Serra, foi além nas críticas. Segundo ele, o Plano Safra do governo federal é um “presente” para as indústrias, tendo em vista que, em especial nas linhas destinadas a investimentos, o recurso sequer passa pela conta corrente do produtor, sendo creditado diretamente para a empresa que irá fornecer o equipamento ou

⁹⁴ Fazenda com título de propriedade regularizado, sem registro de ônus, ações reais, pessoais ou reipersecutórias, inalienabilidade, arrestos ou penhoras averbados na Ficha de Matrícula. Além disso, costuma ser exigida certidão vintenária atestando a regularidade cadeia dominial do imóvel nos últimos vinte anos (informação verbal do entrevistado 8).

estrutura adquirida. Além disso, segundo ele, a cada anúncio de nova linha ou de recursos do Plano Safra, os preços cobrados pelas indústrias na venda de colheitadeiras, plantadeiras, tratores, insumos etc. aumenta vertiginosamente, fazendo com que o produtor alcance elevados níveis de endividamento para a aquisição desses itens. Como exemplo o produtor citou os casos do PSI (Programa de Sustentação de Investimentos) e do PCA (Programa de Construção de Armazéns Rurais), ambos do BNDES. O primeiro tem foco na compra de tratores e caminhões e o segundo na construção de armazéns. Segundo o entrevistado 4, logo após o anúncio da linha PCA pela então presidente Dilma Rousseff, a Kepler Weber, empresa de origem brasileira de capital aberto, líder na produção de silos e armazéns agrícolas no Brasil triplicou os preços para a construção de armazéns e secadores de soja. Apesar das condições favoráveis da linha (juros de 3% a 6,5% a.a.), o alto custo do investimento, incompatível, segundo o produtor, com a capacidade de pagamento da maior parte dos produtores, somado à exigência de garantia real (hipoteca da propriedade junto ao Banco) e, dependendo do perfil do produtor, aval, dificulta o acesso dos produtores ao recurso, em especial daqueles que não tem a titulação de suas terras regularizada.

No caso do crédito de custeio, o entrevistado 4 também acredita que o modelo tenha como foco beneficiar as indústrias de insumos e implementos agrícolas e, indiretamente, as *tradings* processadoras. Segundo ele, as exigências burocráticas e técnicas para que o crédito seja acessado garantem demanda para os implementos agrícolas e obriga os produtores a aderir pacotes tecnológicos e a seguir padrões e métodos produtivos determinados pelas indústrias. Ele acrescentou ainda que essa configuração limita o acesso ao crédito às grandes propriedades, em geral aquelas ligadas a grupos empresariais, que, por obterem o crédito com mais facilidade, compram insumos a custos menores e conseguem operar a custos mais baixos. Nesse cenário, para os pequenos e médios produtores, resta o financiamento junto às *tradings* e revendas, com juros maiores (cerca de 16% ao ano contra uma média de 6 a 8% dos recursos oficiais) e venda antecipada da safra em troca dos insumos, o que impede o produtor de se valer de altas sazonais de preços nos períodos da colheita, como a que ocorre no início de 2018 em razão da quebra de safra argentina, permitindo às processadoras a apropriação de uma parcela maior da renda da soja.

O setor hoje é um transferidor de renda para as indústrias e pros bancos. O sucesso do agronegócio é feito às custas do trabalho e da terra do produtor, mas ele fica com muito pouco. Os preços dos insumos e dos investimentos sobem em ritmo muito maior que a produtividade. Estamos nas mãos das processadoras, se não é pelos pacotes, é por não ter onde armazenar, se não é pelo armazém, é pelo insumo, sem

falar nos juros pra se financiar⁹⁵ (informação verbal)

Conforme levantado no capítulo 3, estima-se que 48% do faturamento⁹⁶ da lavoura da soja destina-se à compra de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas agroindustriais, corroborando a tese do produtor segundo a qual o Estado vem cumprindo o papel de mediador de empréstimos bancários para o agronegócio que, em certa medida, representam políticas de financiamentos industriais através da agricultura. Ressalta-se, todavia, que apesar de o crédito oficial, indiretamente, incentivar o aumento da acumulação de capital do setor industrial oligopolista, ele consegue proteger mais a renda do produtor que consegue acessá-lo. Isso se dá em razão de suas menores taxas de juros, o que diminui os custos de intermediação financeira, bem como em função de ele não atrelar a safra de soja do produtor à uma determinada agroindústria ou revenda em troca dos insumos necessários para o plantio, dando ao produtor mais liberdade e poder e negociação na hora da venda de sua produção.

Durante a visita à fazenda 1, de 18 mil hectares, cuja gestão é empresarial, feita por funcionários contratados, em razão do compromisso de confidencialidade de informações exigido pelo grupo empresarial controlador da fazenda, o gerente que guiou a visita não pode responder a perguntas sobre financiamento, vendas, quantidade de maquinário etc. Apenas contou que a fazenda tem 19 funcionários fixos, quadro que chega a 33 durante a época da safra. Essa fazenda dispõe de armazéns próprios recém-inaugurados com capacidade para armazenar cerca de 50% da soja colhida na propriedade. Revelou que a obra era prioridade máxima dos donos da fazenda em razão das más condições de transporte da estrada que liga a fazenda à rodovia MS 382 e foi financiada pelo BNDES.

A baixa penetração do crédito oficial nas lavouras de soja de Mato Grosso é comprovada pelo IMEA (Instituto Mato Grossense de Economia Agropecuária). O instituto fez um levantamento junto aos bancos que possuem recursos federais e livres destinados ao crédito rural, bem como junto às tradings, multinacionais de fertilizantes, sementes e defensivos agrícolas, revendas de insumos e sementeiras. Nesse levantamento foi obtido o valor total financiado por esses agentes para o cultivo da oleaginosa mato-grossense. A diferença entre o que foi financiado por esses agentes e o valor total do custeio no Estado foi considerado recursos próprios dos produtores, entre os quais o índice de endividamento chega a 82% na safra 2017/2018 (SOJA BRASIL, 2018, não paginado). Os dados do Gráfico 12 mostram que a participação máxima dos recursos federais no crédito de custeio para a soja em Mato Grosso se

⁹⁵ Entrevistado 4, conversa realizada em 24/02/2018.

⁹⁶ Para mais detalhes, consultar tabela 37.

deu na safra 2013/2014: 22%, sendo que essa participação vem caindo desde então, chegando a apenas 14% na safra 2017/2018. Chama a atenção o papel das multinacionais no financiamento da soja mato-grossense: 35% dos recursos destinados ao custeio, o que revela a força dos capitais monopolistas transnacionais também como a “ponte financeira” que une os produtores, em especial aqueles que não conseguem acessar os recursos do crédito oficial, e a indústria que lhes fornece os insumos e compra seu produto. Essa intermediação mostra que a atuação dos capitais monopolistas agroindustriais comandantes da cadeia global de valor da soja no capitalismo mundializado vai além da busca pelo lucro na venda de insumos e comercialização da soja. Sua lógica passa também pela subordinação da renda via crédito e juros.

Gráfico 12: Origem dos Recursos do crédito de custeio da soja mato-grossense

Fonte: IMEA (2018, não paginado)

Na agricultura familiar, a dificuldade de financiamento é ainda maior. O entrevistado 5, membro da diretoria eleita do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sinop, entidade que representa os produtores familiares, assentados e trabalhadores assalariados na agricultura do município relatou que, desde 2015, as dificuldades para acessar os recursos do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) vêm aumentando e que a linha de Crédito Mais Alimento, também destinada à agricultura familiar, exige que o produtor já tenha o título de propriedade, o que acaba por impedir o acesso ao crédito por assentados e posseiros que ainda não obtiveram a titulação. O entrevistado 7, pequeno produtor da Gleba

Mercedes V, assentamento da Reforma Agrária na cidade de Sinop, expressa preocupação quando ao futuro:

Muitos assentados estão arrendando a terra pra sojeiros. Sem financiamento pra produzir, acaba compensando mais arrendar a terra e receber 30, 40 mil reais por ano sem mover uma palha, do que ter que lutar sem nenhum recurso. O problema que é que o avião de veneno passa e o vento leva tudo pros vizinhos. Eu não sei por quanto ainda vou conseguir comer minha laranja, comer minhas verduras e tomar meu leite com a certeza de que não estou me envenenando⁹⁷ (informação verbal)

Durante a visita à fazenda 2, na região de Santa Carmen, também ficou evidente a tensão na relação entre produtores e processadoras de soja. O produtor havia vendido antecipadamente sua safra para a COFCO, multinacional agroindustrial chinesa que tem Armazéns instalados às margens da MT 422, rodovia que liga Sinop a Santa Carmen num contrato de promessa de venda em troca de insumos para a produção. Para pagar os insumos utilizados no ano agrícola 2017/2018, o produtor teria que entregar cerca de 40% da soja colhida nos 1200 ha produtivos de sua fazenda na empresa. Ocorreu que, ao entregar os carregamentos na COFCO, foi calculado um índice de umidade duas vezes maior aquele calculado nos carregamentos entregues no armazém da CARGIL, o que leva a um desconto maior no preço, obrigando o produtor a entregar maior proporção de sua safra para o pagamento dos insumos fornecidos pela COFCO. Após uma tensa conversa ao telefone entre o produtor e o representante da empresa, a soja acabou sendo entregue nas condições estabelecidas pela COFCO.

Numa tentativa de buscar aumentar a capacidade de negociação de preço, 11 produtores da região de Santa Carmen formaram uma cooperativa de armazenamento de soja às margens da MT 422, muito próxima a COFCO. Conforme figura 15, o armazém tem 2 silos com capacidade para estocar 450 mil sacas de soja, o que segundo o entrevistado 2, um dos sócios da cooperativa corresponde a 40% da produção de soja dos cooperados. A cooperativa ainda não possui estrutura para tombamento de caminhões, mas conta com três esteiras de classificação e atualmente emprega cerca de 10 funcionários fixos e mais 25 temporários durante a safra. A cooperativa, segundo os produtores entrevistados, é uma tentativa de se defender do poder oligopsonista das *trandings* e melhorar a logística das colheitas, já que o armazenamento próximo diminui a demanda por caminhões, uma vez que eles descarregam a soja e voltam para a fazenda num período mais curto de tempo, diminuindo os custos com frete.

⁹⁷ Entrevistado 7, conversa realizada em 28/02/2018.

Figura 15: Armazém de soja em Santa Carmem (MT)

Fonte: Fotografado pelo autor (2018)

O entrevistado 8, gerente de uma agência bancária de Sinop reforçou um fator que pode ser bastante decisivo para a baixa penetração dos recursos oficiais no custeio mato grossense: a irregularidade dos títulos de propriedade. Tendo em vista que os bancos exigem garantia real (em geral hipoteca da propriedade) para concessão de empréstimos, muitas das propriedades do centro norte mato-grossense acabam não cumprindo os requisitos para acessar os recursos, já que a constituição das propriedades na região esteve altamente atrelada a processos de grilagem de terra e a projetos de assentamento nos quais não foram dados os títulos de propriedade, não cumprindo assim os requisitos para acessar os recursos. Nesse cenário, muitas *tradings* e revendas atuam decisivamente no crédito rural mato-grossense. Cobrando taxas de juros até 3 vezes maiores que as praticadas no crédito oficial, as *tradings* aproveitam-se da falta ou das dificuldades de acesso ao crédito público para explorar também a esfera financeira como forma de subordinação da renda da terra.

Vale ressaltar que, apesar de todas as dificuldades alegadas para a obtenção de crédito por parte dos ditos “médios proprietários” (entrevistados 2, 3 e 4) e da suposta ausência de políticas públicas, os três disseram ter ao menos uma colheitadeira de 45 pés⁹⁸ de última geração com computador de bordo, ar condicionado e aptas para a agricultura de precisão financiadas através do FINAME e terem financiado pelo menos 20% do custeio com recursos do plano safra, ainda que pela condução de bancos privados ou da SICREDI (Sistema Cooperativo de Crédito), instituição bastante valorizada e bem vista por todos os entrevistados, ao contrário dos

⁹⁸ Quantidade de eixos de colhimento de soja da máquina. Quando mais eixos, mais rapidamente a máquina colhe a soja de um talhão.

demais bancos comerciais, bastante criticados pela demora na concessão do crédito e falta de autonomia da rede de agências nas decisões de limite de crédito e endividamento.

Além da questão da titulação das terras, outro fator que merece atenção na realidade do centro-norte mato grossense é a questão do tamanho médio das propriedades. Nos municípios de Tangará da Serra, Sorriso, Sinop e Lucas do Rio verde, o módulo fiscal está entre 80 e 100 ha. Pela Lei nº 6.746/1979, que alterou alguns dispositivos do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), para ser considerada uma média propriedade, um imóvel deve ter entre 4 e 15 módulos fiscais, logo, não mais que 1500 hectares. Contudo, apesar de todos os três produtores entrevistados terem propriedades de no mínimo 6000 hectares, ou seja, serem todos grandes proprietários segundo os critérios estabelecidos pelo INCRA, dada a dimensão dos imóveis rurais em Mato Grosso, onde, segundo o IMEA (2015b, não paginado), as fazendas de soja têm em média 2.430 hectares e não é raro encontrar fazendas de soja com mais de 20 mil hectares, eles são considerados pela APROSOJA produtores médios. Essa inferência mostra os critérios oficiais de classificação estão em desalinho com a realidade concreta da expansão da fronteira agrícola, marcada pela constituição de fazendas e pastos cada vez maiores. Nota-se também que também a concentração fundiária e o processo de especulação e aprisionamento da terra avançam tão rápido que a noção espacial de tamanho dos imóveis rurais torna-se um elemento de legitimação da concentração da propriedade da terra e da grande propriedade rural, à medida que uma grande propriedade segundo os critérios da lei constitui, na prática, uma média propriedade, dado o tamanho descomunal das fazendas no Estado.

A dinâmica da formação dos preços da soja, bem como parte de sua rentabilidade financeira atrela-se intimamente ao setor logístico (armazenamento e transporte), pois, para que seja garantida a venda do grão e sua exportação, ou transformação, é necessária a circulação e armazenamento do grão. Em razão de o grão de soja não perder propriedades nutritivas ou valor comercial significativo após um período de armazenagem, o setor de armazenagem de grãos ganha uma importância relevante para a renda do setor, já que, dada a possibilidade de o produtor armazenar parte da produção para venda na entressafra, a forma de organização e controle do setor logístico numa dada região torna-se elemento fundamental da apropriação da renda atividade.

Segundo o entrevistado 9, pesquisador do avanço da fronteira agrícola, em Mato Grosso, nos últimos anos, tem sido comum que silos e armazéns cheguem nas localidades do Norte de Mato Grosso e sul do Pará antes da soja. A expansão da rede de armazenagem por parte das agroindústrias processadoras nacionais e transnacionais revela uma estratégia que vai além da simples expansão das redes de silos e armazéns das empresas, e consiste na orientação da

produção de regiões produtoras do agronegócio segundo as rotas de escoamento da soja controladas pelos capitais monopolistas agroindustriais.

4.2 O SETOR LOGÍSTICO

O acentuado processo de concentração econômico-produtiva e de desnacionalização do setor de esmagamento e processamento de soja brasileiro ocorrido nos anos de 1990 não impediu a emergência de importantes grupos nacionais no setor. Os três mais importantes deles relacionados à cadeia da soja são o Grupo Amaggi, a Caramuru e a Fiagril. Esses grupos, além de manterem posição relevante nas atividades de compra e exportação de grão de soja, expandiram seus investimentos na agroindústria de processamento e derivados e, principalmente, adotaram estratégias agressivas no setor logístico, com o estabelecimento de rotas de escoamento de soja que territorializam seu poder econômico e reforçam sua capacidade de influência, produção e gestão do espaço. Essa capacidade tem sido decisiva para que essas empresas consigam figurar como importantes *players* nacionais (Caramuru Alimentos e Fiagril) internacionais (Amaggi) dentro da cadeia global de valor da soja (PASTRE, 2016, p. 3)

A análise da cadeia global de valor da soja feita no capítulo 2 mostrou que as empresas agroalimentares de beneficiamento e processamento de soja são as empresas líderes nessa cadeia, capazes de comandar o processo mais importante de agregação da soja e as transformações pelas quais vem passando o plantio do grão, ditando o ritmo de toda a cadeia. Ao longo desta pesquisa, identificou-se que os principais atores do setor de beneficiamento e processamento de grãos são algumas *tradings* transnacionais de origem estrangeira, em especial as gigantes ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus.

De fato, as multinacionais entraram no mercado brasileiro de soja investindo pesado nas diversas etapas da cadeia produtiva, como a produção e venda de insumos, oferta de financiamento, assessoramento técnico, compra do grão, processamento, produção de óleo, farelo e mais tarde biodiesel, exportação da soja *in natura* e venda de mercadorias prontas para o consumo, tanto no mercado doméstico quanto internacional. Esta iniciativa, conhecida como verticalização da produção, além de elevar a margem de lucro, reduzir custos produtivos e de transação, minimizar riscos e gerar complementaridades e sinergias entre os diferentes setores, tornou o produtor rural mais dependente de uma mesma empresa (PASTRE, 2016, p. 48)

Essas empresas atuam no nível global e de forma verticalizada, inclusive com forte comércio intrafirma, que envia soja em grãos do Brasil para esmagar em suas plantas na China e na Europa, de onde envia ao Brasil fertilizantes e implementos agrícolas. Essa atuação verticalizada, além de aumentar sua competitividade e ampliar seus lucros diminui as possibilidades de concorrência com empresas brasileiras no mercado interno, diminuindo o espaço de atuação destas empresas nesses setores.

Contudo, na cadeia global de valor da soja, a logística de movimentação de carga e a interligação de regiões produtoras aos portos torna-se um elo fundamental para a atuação das empresas líderes e para o funcionamento da cadeia. Nesta pesquisa, verificou-se que essa demanda abriu uma alternativa valiosa para a atuação competitiva de empresas de capital nacional, cujo poder econômico e, principalmente, político constituem um ativo importante para a realização de negócios no setor logístico que, de modo geral, envolve o armazenamento, beneficiamento e o transporte da soja. Na região Centro-Oeste, as dificuldades de transporte transformaram a influência que esses grupos, comandados por figuras locais e políticos importantes, exercem sobre o território e em várias esferas do Estado, ativos importantes para viabilizar importantes projetos de infraestrutura, bem como consolidar a estruturação de corredores logísticos e garantir a funcionalidade da RPA da soja do Brasil Central.

Além disso, com a Lei Kandir, tornou-se mais cara a venda para o mercado externo de produtos processados em Estado diferente de onde a matéria-prima foi produzida, tendo em vista que, sobre a transferência interestadual de soja para processamento, é cobrada alíquota de 12% de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), o que não ocorre para a soja que é processada no mesmo estado de plantio (ABIOVE, 2013, não paginado). Nesse cenário, muitas *tradings* transnacionais passaram a intensificar, ainda que de forma tímida, seus investimentos em esmagamento no Brasil Central. Para os conglomerados empresariais nacionais, abriu-se a oportunidade de se obter vantagens competitivas no esmagamento da soja em áreas próximas às regiões produtoras, ainda que em associação com as *tradings* de esmagamento.

Segundo Pastre (2016, p. 7), a Amaggi, a Caramuru Alimentos e a Fiagrill atuam em porções específicas do território mato-grossense e goiano, onde além do atuarem no setor logístico, têm capacidade expressiva de esmagamento de soja. O grupo Amaggi centra sua atuação na cidade de Sapezal, já próxima da fronteira com Rondônia. Sapezal surgiu a partir de um projeto de colonização do próprio grupo Amaggi. O território do município, até 1994, pertencente a Campo Novo do Parecis, era de propriedade do Grupo Amaggi, que foi responsável pelo loteamento e construção de infraestrutura básica, inicialmente destinada à acomodação de funcionários do grupo. A Caramuru Alimentos, cuja atuação é mais centrada no setor logístico, tem como epicentro de sua atuação a Região de Rio Verde, em Goiás. A Fiagrill tem seus investimentos estratégicos, como plantas de esmagamento e armazenamento na região do Alto do Teles Pires, cujo eixo principal é a BR 163, e que engloba a região de Sorriso e Sinop. Essa região produz cerca de ¼ da soja mato-grossense.

Essas três regiões de influência desses grupos nacionais guardam diversas semelhanças entre si. Dentre elas estão o rápido crescimento dos núcleos urbanos e populacionais das últimas décadas, a elevada interação entre os complexos grão e carne nessas áreas, com a presença de frigoríficos, plantas de esmagamento e de armazenagem e comercialização de soja e graves problemas de infraestrutura de energia, armazenagem e transporte para escoamento da soja, nicho em que essas três empresas passaram a atuar de forma decisiva. Dada a distância dessas regiões das principais infraestruturas de estocagem e escoamento de soja, o setor logístico assume importância estratégica para a conexão dessas regiões produtoras com os demais elos da cadeia global de valor do grão bem como à agroindústria que abastece o mercado interno, ainda mais se for levado em consideração que, até o início dos anos 2000, as transnacionais em atuação no Brasil, assumiam uma estratégia mais conservadora de não deslocar suas plantas industriais para o Cerrado (WESZ JUNIOR, 2011, p. 144).

No final da década de 70, o Grupo Amaggi, chamado até 2013 de Grupo Maggi, iniciou suas atividades Mato Grosso, adquirindo terras no município de Itiquira, que faz divisa com Rondonópolis. No final da década de 1980, o grupo vislumbrou a oportunidade de expandir sua atuação rumo à Chapada dos Parecis, no noroeste do Mato Grosso. Essa região conta com solos planos e profundos e um regime pluviométrico muito regular. Sua desvantagem é a precária infraestrutura de transportes e grande distância de Paranaguá, cerca de 2500 km. Ainda assim, o grupo adquiriu cerca de 70 mil ha na região, dando início à Fazenda Tucunaré. Anos mais tarde, dentro da fazenda Tucunaré, surgiu a cidade de Sapezal, onde toda a infraestrutura básica de energia, estradas, instalações de distribuição de energia, água, cabos telefônicos e escolas eram frutos de investimentos de André Maggi, através de uma das suas empresas, a Cidezal.

(...) duas características, diretamente correlacionadas, que caracterizam a ocupação capitalista das áreas de fronteira do Mato Grosso. Primeiro, a necessidade de operar em escala, ou seja, de promover a concentração fundiária. Segundo, a capacidade de acessar fundos públicos e ditar o sentido e a dinâmica de uso e ocupação do solo por meio da influência econômica e política que esses capitais em ascensão exerceram nesses territórios. Os interesses e arranjos políticos que darão origem a uma série de novos municípios no front agrícola mato-grossense se darão em torno dessas corporações (PASTRE, 2016, p. 80).

Como influência do Grupo Amaggi na produção da região como espaço funcional do agronegócio, merece a inauguração da Fundação MT, em 1993. Idealizada por iniciativa de 23 produtores de sementes e soja do Estado, dentre eles, Blairo Maggi, a fundação é mantida com

recursos privados atua no melhoramento genético, adaptação de máquinas e implementos agrícolas a condições locais, desenvolvimento de sistemas de plantares, e conservação de plantas (FUNDAÇÃO MATO GROSSO, 2017, não paginado).

Além da Fundação, o Grupo exerceu forte influência sobre a expansão da soja na região através da Sementes Maggi, com importante estrutura de entrepostos em polos produtores de grãos, e fornecendo crédito a produtores. O desenvolvimento de sementes do Grupo Amaggi se iniciou através de parcerias com a EMBRAPA e com a Fundação MT, e a comercialização de insumos era atrelada à oferta de fertilizantes e defensivos, cuja aquisição era financiada com operações de crédito junto aos produtores. Na colheita, o grupo Amaggi oferecia também soluções de transporte e possuía capacidade de armazenamento na região (AMAGGI, 2017, não paginado).

A atuação do grupo nessa região mostra que a carência de infraestrutura, crédito, canais de comercialização e armazenagem abriram um nicho de atuação expressivo para o grupo. Aproveitando-se desse cenário, o grupo intensificou sua atuação na construção de unidades de armazenagem para uso próprio e de terceiros e de indústrias esmagadoras de soja na região, onde passou a atuar como coordenador logístico, com papel fundamental inclusive no financiamento da produção, já que no final dos anos 1980 até meados de 1990, houve profunda redução do crédito oficial rural. Em geral o grupo oferece modalidades de financiamento envolvendo o fornecimento de insumos em troca da compra futura da produção e via ACCs (Adiantamento de Contratos de Câmbio). É importante notar que o Grupo Maggi centrou sua atuação em regiões onde as tradings transnacionais não possuíam estrutura física e capacidade de comando suficientes para exercer o poder de coordenação na cadeia de soja, desenvolvendo a infraestrutura logística e fornecendo os insumos necessários para obter controle sobre a produção.

Logo, o que se verifica é que as estratégias adotadas pelo grupo Maggi até aquele momento representaram a formação de um verdadeiro monopólio calcado no controle do território. Ao monopolizar o sistema de armazenagem, obtém vantagem na originação dos grãos; ao coordenar a logística, se apropria de parte da redução dos custos de transporte; ao atuar no financiamento, se apropria da renda financeira. Somam-se ainda os lucros da atividade de produção e comercialização de grãos. (PASTRE, 2016, p. 85).

Conforme avançou o processo de controle e coordenação da cadeia agroindustrial da soja por parte das *trandings* internacionais, nota-se um reforço da estratégia de atuação no ramo logístico por parte da empresa, o que corrobora a importância do controle territorial em sua trajetória de ascensão como importante *trading* agroindustrial global nos dias de hoje. Em 1993,

o grupo André Maggi criou a Hidrovia do Madeira. Inicialmente essa hidrovia foi integralmente controlada pelo Grupo André Maggi, através de parceria Ciamapar Investimentos e Participações S/A, empresa criada para viabilizar a participação do Governo do Amazonas em empreendimentos privados. A hidrovia iniciou suas atividades em 1997, quando a companhia passa a ser a única a exportar soja pelos portos do Norte. Segundo Lazzarini e Faveret (1997, p. 09), com a abertura da saída para o norte o grupo Maggi consegue diminuir seus custos logísticos em 20% na comparação com seus concorrentes que escoam por Santos e Paranaguá.

No momento em que as multinacionais começam a competir fortemente no mercado de origem e processamento de grãos no Mato Grosso, o Grupo Maggi já apresentava uma estrutura fortemente verticalizada, influenciava a alocação de recursos públicos, contava com financiamento adequado, tanto de fontes próprias quanto de terceiros (em especial o BNDES), e dispunha de infraestrutura logística compatível com o tipo de produto com o qual trabalhava. Condições com as quais a maioria dos demais grupos nacionais não puderam contar e capazes de fazer frente ao padrão de concorrência internacional que se consolidava nos mercados agroalimentares (PASTRE, 2016, p. 87).

O monopólio do grupo Amaggi sobre a Hidrovia da Madeira durou até 2003, quando o grupo assinou um contrato de aluguel de parte da capacidade do porto de Itacoatiara/AM para a Bunge. A partir de então as duas tornaram-se sócias no projeto do Terminal Graneleiro de Grãos (TGG) em Santos/SP. Em 2013, estas duas empresas criaram uma nova *joint venture*, a Navegações Unidas Tapajós Ltda. – Unitapajós. Essa nova empresa será responsável pelo escoamento de grãos originados em Mato Grosso pela hidrovia Tapajós- Amazonas até Santarém/PA. Além da Bunge, o Grupo Amaggi tem parcerias no ramo de logística e infraestrutura com o grupo Louis Dreyfus. Os dois grupos iniciaram uma *joint venture* para atuar no mercado de grãos do MATOPIBA (AGROCONSULT, 2017, não paginado).

O Grupo Amaggi atua também em direções opostas às *tradings* transnacionais. Essas empresas, geralmente concentram seus negócios prioritariamente na comercialização de soja transgênica produzida com sementes geneticamente modificadas, cuja patente pertence a empresas como BASF, Monsanto, Syngenta e Bayer, as quais mantem parcerias a nível global. Na contramão, Amaggi vem optando por explorar o nicho de exportação de soja não transgênica, o que aliado ao fato de que 15% dos grãos que a empresa comercializa serem produzidos em fazendas próprias (facilitando uma série de cuidados e controle direto da lavoura) vem lhe permitindo exportar para mercados mais exigentes e/ou onde é proibida a entrada de soja em grãos transgênica, como por exemplo a União Europeia (PASTRE, 2016, p 161).

Paralelamente a essas iniciativas, a empresa também vem aprofundando seu processo de verticalização. Em 2008, inaugurou uma nova esmagadora de soja, localizada no município de Lucas do Rio Verde (MT), no intuito de comercializar o farelo com as integradoras de aves e suínos da região. No mesmo ano, a Amaggi começou seu processo de internacionalização, com a abertura de um escritório de importação e exportação de produtos agrícolas em Rotterdam na Holanda. No ano seguinte, em 2009, o grupo passou a ter o controle de 51% das ações da Denofa, empresa norueguesa de esmagamento de grãos (AMAGGI, 2017, não paginado).

Vale dizer que a desenvoltura política da família Maggi também constitui ativo importante na expansão das atividades do grupo e na competitividade de suas ações. As duas eleições de Blairo Maggi para governador de Mato Grosso e Senador pelo mesmo Estado dão ao grupo influência direta nas legislações, políticas públicas, financiamentos por meio de agências públicas e bancos oficiais e na atuação de seus dirigentes no executivo e no legislativo Estadual e Federal. Esse ativo é valioso em áreas carentes da construção das infraestruturas necessárias para a produção do espaço para a agropecuária e constitui uma vantagem bastante relevante dos grupos empresariais nacionais em relação às *tradings* internacionais para sua atuação em alguns elos da cadeia de valor da soja.

Em Cuiabá, a sede da Amaggi está ao lado do CPA (Centro Político e Administrativo do Estado), sendo conhecida na cidade como a sede do “quarto poder”. A sede da APROSOJA (Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso), por sua vez, está dentro do CPA, evidenciando a capilaridade do setor nos organismos de poder estaduais.

Figura 16: Sedes do Grupo Amaggi e da Aprosoja em Cuiabá

Fonte: Fotografado pelo autor (2018)

A capacidade de exploração de nichos de acumulação de capital dentro da cadeia de valor da soja bem como a de associação com capitais transnacionais do ramo também fica evidente na trajetória da Fiagril. A empresa iniciou suas atividades na microrregião do Alto do Teles Pires, no município de Lucas do Rio Verde, onde encontra-se sua sede. A ocupação dessa região é anterior à do Parecis e se deu a partir dos programas de colonização levados dos Governo Militares nas décadas de 1970 e 1980 ao longo da BR- 163 no sentido Norte Sul (VOLOCHKO, 2013, p. 23).

A Fiagril, fundada em 1989, diferentemente da Amaggi, não atua diretamente na produção de grãos no campo, mas adotou um conjunto de atividades cuja abrangência tem estratégia parecida à do Grupo Maggi. Iniciou suas atividades no comércio de defensivos agrícolas, fertilizantes, sementes e oferecendo assistência técnica especializada para os cultivos. Nota-se que lógica de atuação da empresa guarda relação com as principais carências e dificuldades que os produtores de cada uma das regiões onde atuam e exerce influências sobre a ocupação de solo rural e urbano nas regiões onde concentra sua atuação. Na região do Alto Teles, foram várias as dificuldades enfrentadas pelos “pioneiros”⁹⁹ por conta da falta de

⁹⁹ Em Mato Grosso, os imigrantes, especialmente aqueles da região Sul do Brasil, que foram público alvo dos projetos de colonização e de assentamento fundiário promovidos durante a ditadura militar em Mato Grosso são comumente chamados de pioneiros. Essa alcunha, originada a partir do ponto de vista oficial segundo o qual a região era um vazio demográfico a ser desbravado e ocupado está profundamente ligada à ideia de que as

infraestrutura e da dificuldade em obter crédito e assistência técnica. A região era uma frente de expansão ainda pouco integrada física, social e economicamente ao restante do país quando da chegada dos pioneiros vindos principalmente do Sul, onde muitos venderam pequenas propriedades e, com o dinheiro, adquiriram porções de terra muito maiores nas regiões no Mato Grosso.

O declínio do investimento público na década de 1980 e a transformação dos instrumentos de incentivo à agricultura com diminuição dos programas de preços mínimos, crédito oficial e estoques públicos transferiram à iniciativa privada várias decisões de investimentos na agricultura, cuja dinâmica passou a estar mais atrelada à lógica dos mercados. Assim, o desenvolvimento da capacidade de armazenagem de grãos da região Centro-Oeste se deu de forma mais concentrada na iniciativa privada, sendo reduzida a participação dos armazéns públicos e de cooperativas. Essa insuficiência também vale para os serviços de assistência técnica e comercialização, segmentos chave de atuação da Fiagril (PASTRE, 2016, p. 92).

Foi justamente o comércio de defensivos agrícolas que deu origem às atividades da Fiagril na região do Médio-Norte de Mato Grosso. A venda também era acompanhada da oferta de assistência técnica especializada para os cultivos de soja e milho. Seu principal acionista, Marino José Franz é técnico agrícola de formação, e se mudou para a região de Lucas do Rio Verde como extensionista do EMPA (Empresa de Pesquisa Agropecuária). Sua atuação como profissional do EMPA garantiu uma proximidade e relacionamento com os produtores da região, o que também lhe serviu como passaporte para sua atuação política do município (PASTRE, 2016, p. 94).

Da mesma forma que o Grupo Maggi, as operações de comercialização da Fiagril também passaram a envolver o fornecimento de sementes e outros implementos agrícolas para pagamento no final da safra com parte da produção. Essa modalidade de crédito foi bastante popular nessa região, já que muitas propriedades de Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop formaram-se a partir de assentamentos de reforma agrária ou por apropriação indevida de terras devolutas, sem que os produtores tivessem a titulação das propriedades, impedindo o acesso ao crédito oficial. A Fiagril, por conta de sua proximidade e relacionamento com a comunidade de produtores consolidou o crédito privado na região e, com a explosão da produção dos anos de 1990, conseguiu rapidamente ampliar seu leque de atuação para o setor logístico através da

populações deslocadas para o território mato-grossense tinham como “missão” levar a civilização para a região. Parte expressiva desses imigrantes converteu-se na burguesia local, controladora da atividade produtiva de soja, dos mercados imobiliários urbanos e de outros negócios.

Fiagril Agromercantil, voltada para o ramo de armazenagem e comercialização de grãos. Em 1997, a empresa investiu pesado na ampliação da capacidade física de armazenagem, chegando a 700.000 toneladas e passou a organizar o escoamento da soja da região da BR-163 para exportação (FIAGRIL, 2017, não paginado).

A partir de 1998, a Fiagril passou a oferecer um pacote de negócios que fornecia ao produtor a assistência técnica para as escolhas de plantio e os insumos necessários para sua produção já estruturados numa operação de financiamento, que abarcava também o armazenamento e comercialização do grão junto às indústrias processadoras e *tradings* através da BR-163. A empresa também faz um interessante arranjo de casamento entre o frete dos caminhões que transportam grãos e insumos, casando as datas de entrega destes o e embarque da produção com o intuito de diminuir despesas de transporte (FIAGRIL, 2017, não paginado).

Vale destacar que a proximidade da Fiagril com os produtores e o conhecimento ímpar da dinâmica política e empresarial local, já que o senhor Marino José Franz foi vice-prefeito e prefeito de Lucas do Rio Verde, rendeu importantes parcerias à Fiagril junto às grandes *tradings* estrangeiras, que passaram a aumentar sua atuação na região a partir dos anos 2000. De forma semelhante ao Grupo Maggi, a empresa, por seu “ativo local” acessava e acessa diretamente a administração pública e tem forte influência entre os produtores da região por meio da presença e liderança política de seus quadros de líderes.

Como exemplo, pode-se citar a região do Alto do Teles Pies. A participação da região na produção estadual de soja cresceu de 19% para 25% entre 1990 e 1999, um acréscimo de 1,4 milhões de toneladas na quantidade produzida, equivalente a um crescimento de 213%. As multinacionais, embora tenham se empenhado em aumentar sua presença no Alto do Teles Pires nos últimos anos, ainda concentram suas infraestruturas de armazenagem e processamento em Rondonópolis e Cuiabá, de modo que ainda dependem substancialmente da Fiagril para acessar essa produção (PASTRE, 2016, p. 105).

Um fato interessante, é que a empresa passou a intermediar operações de *barter* entre as multinacionais e os produtores. Essas operações nada mais são que operações de financiamento com liquidação em espécie, nas quais a empresa entrega os insumos ao produtor em troca da garantia do recebimento do valor equivalente acrescido de juros na colheita. De modo geral, a Fiagril passou a captar recursos junto às *tradings* internacionais para financiar a aquisição de insumos pelos produtores, cobrando uma espécie de taxa de intermediação financeira. Essa modalidade acaba por ser mais vantajosa para muitos produtores que têm títulos de propriedade irregulares ou que não conseguem aprovação de crédito junto ao Banco do Brasil, ainda que as taxas sejam em média três vezes mais altas (PASTRE, 2016, p. 113).

Em 2007, quando as transnacionais já haviam penetrado na região, a Fiagril fez uma operação de integralização de capital junto ao BNDESPar e construiu uma fábrica de biodiesel em Lucas do Rio Verde, dando um salto para verticalizar suas atividades, abrindo a possibilidade de ampliar sua presença nos negócios de originação, processamento e de exportação, dada sua capacidade ampliada de armazenagem e coordenação da logística, através da Ferronorte. Tendo em vista que a região de Lucas do Rio Verde está a uma distância de aproximadamente 2.200 km dos principais portos utilizados para exportação de grãos e que (na formação dos preços pagos aos produtores, os fretes têm impacto negativo) a política de uso e produção de Biodiesel potencializou as oportunidades de esmagamento da soja na região e abriu novas possibilidades de ganhos aos produtores (FIAGRIL, 2017, não paginado).

A partir de 2010, a empresa, que já expandiu seus negócios para o estado de Tocantins, vem atuando também na criação de um novo corredor para a exportação da soja de Mato Grosso. Com a integração da BR-163 com a hidrovia do Rio Tapajós, a empresa criou uma operadora logística (Cianport) em sociedade com a comercializadora de grãos Agrosoja, e pretende construir e operar estruturas de recebimento e embarque de grãos em Itaituba (PA) e no Porto de Santana (AP). Além disso, a Fiagril vem investindo também na produção de sementes através da *joint venture* chamada Sementes Serra Bonita, criada com a Sinagro para a reprodução de variedades de milho e soja (WESS JUNIOR, 2011, p. 134).

As estratégias adotadas pela Fiagril representam a consolidação de um modelo de poder agroindustrial na agricultura cujo alicerce é o controle do território. Esse controle se deu não só pela atuação no controle das rotas logísticas e do crédito, mas principalmente pelas redes de negócio que a empresa construiu, isto é, histórico de relacionamentos com produtores e instituições, vínculos familiares, reciprocidade, competência, condições de atendimento, conveniência etc.

Nota-se que a atuação em regiões com potencial de expansão dos cultivos e onde o território carece de soluções de logística de transportes e armazenagem, constituem as bases de atuação da Fiagril. Além disso, conhecimento tácito para lidar com os agricultores da região, a possibilidade de influenciar a alocação de recursos públicos e capacidade de moldar o desenho das instituições locais permitiram à empresa moldar as redes territoriais de negócios em torno de si. O sucesso da empresa em meio ao avanço das multinacionais e a manutenção da relação próxima com os produtores credenciam a Fiagril como referência para as demais *tradings* que que tenham planos de se instalar na região. “De certa forma, o pacto de dominação sobre o território engendrado pela elite política e econômica local cobra pedágio de forasteiros que queiram utilizar-se de suas redes de valorização” (PASTRE, 2016, p. 106).

Contando com amplo leque de atividades em torno da BR-163, e profundo conhecimento da dinâmica produtiva, empresarial e penetração na esfera político-institucional dessa região, a Fiagril consegue hoje manter uma posição de estabilidade perante o avanço do das tradings transnacionais no Mercado agroindustrial brasileiro, em especial nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste a partir dos anos 2000:

(...) as decisões de troca entre produtores e compradores vai além das decisões de mercado pura e simplesmente. As redes de relacionamento interpessoal, os contratos tácitos, firmados “ao fio do bigode”, a reputação, a amizade e os longos anos de parceria são fortemente levados em consideração pelos agricultores no momento de fechar seus negócios. Soma-se a isso a influência dos acionistas da empresa junto às instituições públicas que vai desde a administração local até o governo estadual e instituições públicas federais. Em certo sentido, essas figuras se tornam depositárias e guardiãs dos produtores locais, uma vez que formam uma verdadeira rede de atuação no território. Por isso é válido creditar boa parte do sucesso da Fiagril em exercer o controle do uso e ocupação do solo na região de Lucas do Rio Verde, seja através da alocação de recursos públicos, na definição do plano diretor ou no financiamento das atividades produtivas (PASTRE, 2016, pp. 102-103).

O caso da atuação da Caramuru Alimentos na região Sul do estado de Goiás no início da década de 1990 diverge um pouco dos casos da Amaggi e da Fiagril, pois o Sul Goiano já apresentava maior adensamento populacional e produtivo desde os primeiros anos do século XX, permitindo aos capitais industriais de São Paulo e Minas Gerais a subordinação das atividades econômicas do Centro-Oeste, sobretudo as de Goiás (SOARES, 2013, p. 47). Conforme retratado no capítulo 1, diversas políticas públicas setoriais e regionais aplicadas a partir da década de 1970 mudaram a realidade econômica do Centro-Oeste e do Cerrado, que passou a atrair diversos investimentos privados.

Em 1975, a Caramuru Alimentos chegou a Goiás, onde se instalou no município de Itumbiara. Seus investimentos foram amplamente favorecidos pelas políticas públicas setoriais e regionais de isenções fiscais e fomentos da época da ditadura, e por um ambiente favorável de negócios que se formou no Sul Goiano, região há muito mais tempo melhor conectada com os principais portos de exportação de soja e mercados consumidores. Nesse cenário, quando se deu a abertura da economia brasileira nos anos 1990 e a desnacionalização do setor de esmagamento, a empresa já possuía um conjunto de atividades suficientemente estruturadas para resistir a esse processo (PASTRE, 2016, p. 105).

Contudo, também no caso da Caramuru, a logística ocupa papel central na construção de vantagens competitivas da empresa em relação às tradings transnacionais. Dentre as principais estratégias da empresa estão a opção pelos modais ferroviário, hidroviário e pela

intermodalidade em detrimento do rodoviário, já que o custo do transporte intermodal de cargas, sobretudo de *commodities* como soja e farelo de soja, em comparação ao modal rodoviário, é sensivelmente menor. Foi justamente a disponibilidade de transporte hidroviário interior e a intermodalidade que fomentaram a produção agrícola e o processamento agroindustrial em Goiás (PASTRE, 2016, p. 115).

Após a Lei Kandir, dispor de plantas de esmagamento próximas às regiões produtoras e ainda com saída multimodal eficiente para os portos se tornou uma vantagem competitiva extremamente importante. Apesar de essa ser uma condição bastante favorável para resistir à avalanche de capital estrangeiro, que passou a atuar através de fusões e aquisições na indústria brasileira a partir dos anos 1990, poucas empresas, usufruíam dessa alternativa como a Caramuru Alimentos. A empresa se utiliza da hidrovia Tietê-Paraná, cujo tramo norte é controlado pela Louis Dreyfus, desde 1996. Além disso, possui 65 armazéns e silos e três indústrias em regiões atendidas pela hidrovia: São Simão-GO, Itumbiara-GO (sede do grupo) e Ipameri. A interligação das áreas produtoras de grãos com o porto intermodal de São Simão-GO é realizada via rodovia através de caminhões, onde a partir de 2006 começa a haver esmagamento de soja. Processado o grão, o farelo escoado pela hidrovia Tietê Paraná se destina ao mercado externo (Europa e Ásia) (CARAMURU ALIMENTOS, 2018, não paginado).

O fato de, quando da abertura da economia, a Caramuru já ter uma atuação consolidada na industrialização dos grãos, fez com que, quando do *boom* da produção nos anos 1990 a empresa tivesse uma boa capacidade de armazenamento instalada. Naquele contexto, oferecer ao produtor a garantia de ter onde depositar sua produção logo após a colheita garantiu a empresa uma oferta segura de grãos a preços competitivos, mesmo quando as multinacionais avançavam com voracidade sobre a região. Esse fator foi preponderante para que a empresa pudesse aproveitar sua posição geográfica privilegiada e resistir a onda de fusões e aquisições da época.

Em 2015, a empresa contava com 65 armazéns apenas na região sudeste do estado de Goiás, com capacidade de armazenamento de 2.174 milhões de toneladas. Sua capacidade de armazenagem se distribui entre Rio Verde, Jataí, Chapadão do céu, Catalão, Montevidéu, Mineiros e Ipameri, os maiores municípios produtores do estado de Goiás. Vale notar que as transnacionais pouco investiram no setor de armazenamento em Goiás, e tiveram que voltar suas operações para a exportação. Para obterem o grão se utilizam de outros mecanismos, tais como a oferta de crédito via pacote tecnológico e coordenação da logística por meio da utilização de frota terceirizadas. (PASTRE, 2016, p. 98).

A estratégia adotada pelas transnacionais de, na falta de armazéns e silos, usarem os

caminhões como silos ambulantes, enviando os grãos da fazenda para seus armazéns nos portos sem nenhum tipo de agendamento também tem suas vantagens. A capacidade de armazenagem dessas empresas nos portos de Santos e Paranaguá é elevada e, para elas, é mais vantajoso concentrar toda a carga comprada dispersamente em um único local, pois a escala barateia a realização de embarques em navios de grande porte, auferindo ganhos logísticos. Além do mais, essa estratégia transfere para o transportador o ônus de possíveis atrasos nas filas para desembarque no porto, situação corriqueira nos períodos de safra e bastante veiculada pela mídia todos os anos como símbolo da falta de investimentos em infraestrutura no Brasil. As filas ocorrem não somente pela falta de capacidade de armazenamento, mas pelo fato de a colheita ser concentrada no tempo e direcionada diretamente ao porto por conta dessa estratégia das empresas (PASTRE, 2016, pp. 101-115).

Todavia, não se pode perder de vista que, segundo a ESALQ (2010), 40% do valor agregado no complexo da soja encontra-se nas atividades de transporte, armazenagem e comercialização, de modo que a multimodalidade no transporte pode resultar em até 50% de redução nos custos de transporte e de 15% a 20% nos custos finais, o que certamente é decisivo nas margens de lucros das empresas. Desse modo, a possibilidade de contar com uma via alternativa para atingir o porto, contornando a demora para o desembarque e as perdas do transporte rodoviário conferem ao exportador uma vantagem em termos de custos. A alternativa que estruturada pela Caramuru a partir da articulação oferta de armazéns distribuídos pelos principais municípios produtores de Goiás com a hidrovia Tietê-Paraná constitui uma estrutura extremamente favorável do ponto de vista da otimização da movimentação de cargas, aumentando a eficiência na distribuição das mercadorias.

Essa rota atraiu a atenção da Bunge, que, em 2008, estabeleceu parceria com a Caramuru. Nessa parceria, a Bunge compra dos fazendeiros e entrega para a Caramuru, que armazena em seus silos e o devolve à Bunge somente no Porto de Santos. Com armazéns e silos estrategicamente distribuídos, a distância média dos armazéns da Caramuru aos produtores é menor que os da Bunge, que compra em praticamente todas as localidades. Nessa parceria, a Bunge diminui seus custos de transporte, deslocando o grão até um dos armazéns da Caramuru, mais próximos, o que baixa as despesas com frete. A Caramuru separa para si os grãos de melhor qualidade, e separa os OGM e não OGM, já que a Bunge não faz essa distinção. A vantagem é que a empresa consegue suprir a demanda por matérias primas para suas fábricas de derivados de alto valor agregado, como às de óleos, margarinas e farinhas (PASTRE, 2016, p. 145).

A maior capacidade financeira das transnacionais do setor de soja lhes permite e exercer

dominância sobre o destino que os produtores dão aos seus grãos e sobre o ritmo da produção, bem como lhes possibilita controlar os principais elos de agregação de valor da soja, conforme visto no Capítulo 3. Entretanto, por conta da vantagem logística construída precocemente pela empresa Caramuru Alimentos, observa-se que esta continua tendo posição privilegiada na obtenção de matérias primas e atuação bastante estratégica e importante no setor logístico. Em linhas gerais, as condições que permitiram que a Caramuru Alimentos resistisse à concorrência do capital estrangeiro e ainda ampliasse sua escala e escopo de atuação lembram muito as condições de vantagem da Amaggi e da Fiagril. Através de diferentes instrumentos, ao longo do tempo, essas empresas construíram ativos logísticos intimamente ligados ao controle político e material do território.

É importante destacar que, durante as entrevistas com produtores realizadas na pesquisa de campo, quando o assunto foi a questão de infraestrutura logística, todos foram unânimes em dizer que as rotas de escoamento criadas pelas *tradings* diminuem o custo de escoamento da soja, mas que muito pouca dessa diminuição tem sido repassada sob a forma de melhora nos preços pagos aos produtores que, na maioria dos casos vendem sua soja nas praças próximas de onde produzem ou antecipadamente, numa dinâmica em que a soja é colhida e já é despejada diretamente num caminhão contratado pela indústria processadora. Segundo os entrevistados 2, 3 e 4, para os produtores, o ideal seria uma política estatal de melhoria dos transportes e não a concessão de canais de escoamento para as *tradings*, que segundo eles, apesar de facilitarem a venda da soja e valorizar as propriedades, privilegiam mais as processadoras controladoras das rotas, que buscam lucrar com a soja e com o transporte.

Esse relato denota que o processo de subordinação da renda da terra pelos capitais agroindustriais monopolistas é percebido na vida cotidiana dos produtores rurais, inclusive daqueles capitalizados e donos de grandes propriedades. A logística de transportes e armazenamento é pilar fundamental para a reprodução do capital, de modo que coordenar e otimizar essas atividades, além de essencial para a distribuição das mercadorias é uma necessidade da acumulação de capital, em especial das modernas atividades comandadas por grandes empresas globais.

Num espaço produzido de maneira oligopolista, como a Região Produtora da Agropecuária da soja nos Cerrado e na Amazônia brasileiros, onde, num curto espaço de tempo as antigas atividades baseadas em subsistência e na economia natural foram substituídas por modernas produções do agronegócio internacionalizado, foi preciso promover uma completa reorganização do uso e da ocupação do solo rural e também urbano. Esse processo de reorganização especial, apesar de ter sua dinâmica comandada a partir dos capitais

transnacionais internacionais, comandantes da cadeia global de valor da soja, conforme demonstrado no capítulo 3, não ocorre sem um pacto político e econômico cuja organização englobe os atores da burguesia local e os mobilize em prol da abertura de novas frentes de valorização do capital no interior do aparelho do Estado, pois esses atores exerceram forte influência política na seletividade espacial dos investimentos para o atendimento aos seus objetivos privados.

Muito embora esse pacto gere novos nichos de acumulação de capital e abra espaço para a atuação de conglomerados agroindustriais nacionais e até mesmo para o surgimento de *players* globais de origem brasileira, como é o caso do Grupo Amaggi, não coloca em risco a dominância e o papel de liderança das empresas do grupo ABCD na cadeia global de valor da soja bem como o controle dos recursos chave dessa cadeia localizados no Brasil. As presenças significativas de conglomerados empresariais brasileiros em elos agroindustriais, no setor logístico, e até mesmo na formação de *enclosures* territoriais por parte dessas empresas torna-se bastante reduzida quando comparada à dominância de ADM, Bunge e Cargill e Louis Dreyfus na venda de insumos e implementos, no armazenamento, esmagamento, processamento e exportação de soja. Por outro lado, presença de conglomerados agroindustriais de origem brasileira, muitas vezes associados às *tradings* internacionais em atividades logísticas e outras, mostra-se evidência significativa do processo de amalgamento entre burguesia nacionais e capitais transnacionais no processo de “mundialização do capital” e da dificuldade crescente de diferenciação das empresas entre empresas de capitais nacionais e capitais estrangeiros nessa nova realidade.

4.3. A QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO

Além dos elementos diretamente ligados à questão agrária, como concentração fundiária e conflitos por terra, a expansão do agronegócio brasileiro a partir dos anos 1990, alimentada, dentre outros fatores, pela ascensão chinesa, contribuiu para a geração de empregos urbanos em regiões agrícolas. No estado de Mato Grosso, o setor do agronegócio de soja absorve mão-de-obra para além das atividades rurais, especialmente nos setores à jusante e à montante, como transporte, construção de infraestrutura, armazenamento, beneficiamento e processamento da produção. Assim, a análise que se pretende fazer da questão agrária nesta seção parte do princípio de que se trata de uma questão multidimensional e estrutural, ou seja, indissociável de outras questões, como trabalho e desenvolvimento urbano, que serão tratados em detalhes ao longo desta seção.

Conforme visto no capítulo 1, o golpe de 1964 marcou o início de um período em que o Brasil Central passou a ser contemplado por políticas públicas direcionadas à sua incorporação ao espaço econômico nacional e aproveitamento econômico do espaço a partir da agropecuária capitalista. Projetos de grande vulto foram efetivados nas terras da Amazônia e do Cerrado, com participação ativa de capitais nacionais e internacionais através dos projetos de exploração florestal e agropecuária e de colonização particulares.

(...) não é apenas uma contrarreforma agrária nessa região, mas adquire o caráter de uma contrarreforma agrária também no Nordeste, no Sul e em outras regiões. Para não distribuir nem redistribuir as terras em nenhuma área ou região de “tensão social”, no mundo rural, o Estado foi e continua a ser levado a realizar uma modesta “distribuição” ou “redistribuição” de terras devolutas, tribais ou ocupadas em algumas áreas da Amazônia (IANNI, 1979, p. 103).

A contrarreforma agrária implementada pelos governos militares entre 1964 e 1985 no Centro-Oeste brasileiro teve como intuito criar uma alternativa de migração às populações camponesas de regiões onde a terra vinha passando por um processo de intenso fracionamento, principalmente o sul do país. Nos projetos de colonização privada, as terras eram vendidas às empresas por valores simbólicos para a criação de projetos agropecuários. Os projetos agropecuários serviam também como forma de garantir a propriedade especulativa da terra para aquisição de empréstimos subsidiados de programas de incentivo à agropecuária, numa tática que concentra terra e crédito subsidiado nas mãos de seus controladores (SOUZA, 2001, p. 77).

Em Mato Grosso, houve forte incentivo à criação de projetos agropecuários por empresas e à criação de projetos de colonização públicos (estaduais e federais) e privados, como é o caso de Sinop, cujo projeto foi conduzido pela colonizadora SINOP, que até hoje atua na

cidade. No total, entre 1970 e 1980, foram implantados em Mato Grosso 88 projetos de colonização privada comandados por 33 empresas, totalizando 3,25 milhões de hectares. Tais projetos tinham, segundo o discurso oficial, a missão de ajudar o Estado a fixar excedentes populacionais nessas regiões, bem como promover assentamentos de reforma agrária.

Figura 17: Colonizadora SINOP

Fonte: Fotografado pelo autor (2018)

Além de Sinop, Nova Mutum, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Colíder, Vera, Alta Floresta, e Juína são exemplos de municípios que surgiram de projetos de colonização privada em Mato Grosso. Conforme figura 18, a maioria deles está localizada no eixo da BR 163, o que denota a importância da rodovia na viabilização desses projetos.

agropecuária estabelecida no Centro-Oeste brasileiro a partir da década de 1970 constitui o traço mais relevante da reconfiguração da questão agrária no final de século XX e início do XXI. Em 2010, a agropecuária era responsável por 23,5% do PIB matogrossense, mas empregava somente 18,4% da População Economicamente Ativa do estado. Vale destacar que, da PEA agropecuária, 54,2% residia em áreas urbanas (GIRARDI, 2016, p. 3).

Ao descolamento entre o peso econômico da agropecuária no PIB e sua participação na ocupação, bem como ao descompasso entre o crescimento do valor bruto da produção e do nível de emprego, acrescenta-se ainda o fato de que o campo não é mais o local de residência da maioria dos trabalhadores rurais. Isso significa dizer que o modelo de agropecuária aqui designado como “agronegócio”, cuja expansão produziu de maneira oligopolista o espaço do Cerrado e de partes da Amazônia como “regiões produtivas do agronegócio”, tem como característica intrínseca à sua expansão a formação de uma sociedade que, embora seja extremamente urbanizada, tem como sua base material a agropecuária conectada a cadeias agroalimentares globais de valor, bem como a algumas das atividades a ela relacionadas.

Essa realidade não foi forjada somente pela industrialização da agropecuária que marcou a expansão agropecuária na fronteira do Centro-Oeste, mas também pela forma como a terra foi apropriada pelos grupos sociais que presentes nessa fronteira. A apropriação privada da terra em Mato Grosso, ao privilegiar a grande propriedade especulativa da terra criou um cenário de “caos fundiário”. Segundo o DATALUTA (2015), em 2014, o cadastro de terras do INCRA, de caráter declaratório obrigatório por parte dos produtores rurais, registrou declarações de imóveis rurais cuja soma da área atinge o total de 106,9 milhões de hectares no estado de Mato Grosso, valor superior à área total do Estado, que é de 90,3 milhões de hectares. Essas áreas, cujos títulos de propriedade ou de posse precária geralmente são obtidos por processos de grilagem são alvos de conflitos judiciais ou violentos e mostram o caos da titulação de terras criado pelas políticas de ocupação e colonização do Cerrado e da Amazônia.

Conforme os mapas da Figura 19, a Amazônia e o Cerrado são regiões de grande concentração de terra. O Mapa mostra também que a região do Cerrado de Mato Grosso tem apresentado uma diminuição nos índices de concentração da terra no estado. Durante a pesquisa de campo realizada para esta tese, verificou-se que essa diminuição ocorre, em grande medida, a um problema sucessório nas famílias proprietárias de terras. Como as regiões do Cerrado matogrossense já não apresentam grande disponibilidade de terra, dado que a fronteira já se deslocou rumo à Amazônia, conforme os “pioneiros” vêm falecendo, ou deixando seus negócios em razão de idade avançada, as propriedades vêm sofrendo um processo de fracionamento entre os filhos, o que de certa forma vem diminuindo o índice de Gini da Terra

no centro-sul do estado. Sem embargo, esse fracionamento sucessório que vem ocorrendo em algumas porções do estado, em especial nas regiões de Cuiabá e Rondonópolis está longe de representar uma desconcentração da propriedade fundiária. Vale lembrar que, conforme destacado na tabela 20 do capítulo 2, segundo o censo agropecuário de 2006, apenas 3,5% da soja produzida no Centro-Oeste é originária da agricultura familiar, número que cai para 3% em Mato Grosso.

Figura 19: Índice de Gini da Terra calculado a partir dos dados do cadastro do INCRA– 2003 - 2006 - 2014

Fonte: Atlas da Questão Agrária (2014)

O “caos fundiário” em Mato Grosso fica evidente quando se nota a discrepância entre o recenseamento do IBGE e o cadastro do INCRA. Pelos dados do INCRA levantados por Girardi (2016, p. 6), Mato Grosso foi o estado que mais incorporou “novas terras” na estrutura fundiária entre 1992 e 2003, 24,7 milhões de hectares, o que equivaleria a 22,8% do total de terras acrescidas na estrutura fundiária brasileira no mesmo período. Já o Censo Agropecuário de 2006 mostrou que, em comparação com o levantamento anterior realizado entre 1995 e 1996, a área da estrutura fundiária de Mato Grosso diminuiu 2 milhões de hectares.

As diferenças entre as duas fontes se dá basicamente em razão de a área recenseada pelo IBGE ser menor que a área declarada pelos proprietários rurais no cadastro do INCRA em 47,8 milhões de hectares. Ainda que haja diferenças na forma de concepção das bases do INCRA e do IBGE, dado que a primeira utiliza-se do conceito de imóvel rural¹⁰⁰ e a segunda do conceito de estabelecimento agropecuário¹⁰¹, o motivo central para uma diferença tão gritante entre a área do cadastro do INCRA e a verificada pelo IBGE é a grilagem de terras¹⁰².

A apropriação privada de terras públicas e devolutas em Mato Grosso teve como importante estratégia a grilagem, a falsificação de títulos ou ainda corrupção de autoridades para “validá-los”. Em geral, os grilos se originam na remoção da vegetação natural e a formação de pastagens, a forma mais comum de “firmar a posse da terra”. Essas posses não são passíveis de regularização, em especial pelo tamanho da área ou condição jurídica da terra (indígena, quilombola, pública devoluta). Para obter títulos de propriedade, os grileiros então declaram, com apoio de funcionários corruptos do INCRA e cartórios, a propriedade de terras que não possuem junto ao cadastro rural, tendo em vista essa base ter validade jurídica, que pode servir para posteriormente ingressar com demandas judiciais por reconhecimento de propriedade.

¹⁰⁰ Área contínua que seja ou possa ser destinada à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial, independentemente de sua localização, na zona rural ou urbana do município

¹⁰¹ Todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde já se processa uma exploração agropecuária,

¹⁰² Como na antiga prática com os grilos, a apropriação ilegal de terras públicas continua fundamentada no esforço para fazer documentos falsos parecerem verdadeiros. Atualmente, os grileiros, ao obterem o registro no cartório de títulos de imóveis, repetem o mesmo procedimento nos órgãos fundiários do governo (Incra, na esfera federal, e órgãos de controle estaduais) e perante a Receita Federal. Através do cruzamento de registros, o grileiro tenta dar uma aparência legal à fraude. Apesar das diversas propostas para sanar as deficiências do sistema de controles de terras brasileiros, o governo ainda não implementou um registro único de terras ou ao menos um cadastro específico para as grandes propriedades. Também não há articulação e cruzamento de dados entre os órgãos fundiários nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal). Some-se a isto a existência de diversos títulos de propriedade para uma mesma área e fiscalização ineficiente junto aos Cartórios de Registro Imobiliário e chega-se a um cenário no qual a dimensão das áreas registradas acaba por ser maior que a área da UF as quais as terras pertencem.

Não é de hoje a necessidade de um ordenamento fundiário brasileiro, de forma que a “vontade” de estabelecer um marco zero para a “ordem fundiária no país” já constava nas justificativas para a Lei de Terras de 1850 – embora fosse mais uma propaganda do que um objetivo almejado de fato, que até hoje não foi concretizado. O ideal seria um sistema nacional de cadastro de imóveis integrado aos cartórios de registro de imóveis e à Receita Federal – a integração de sistemas seria a parte mais fácil. Seria necessário abolir toda informação declaratória e de autoria do detentor e que os casos duvidosos ou em litígio fossem esclarecidos juridicamente. Certamente esta é uma tarefa hercúlea em um país com o histórico fundiário do Brasil e suas dimensões territoriais. A demanda do sistema jurídico para se fazer isso seria gigantesca, mas é o preço desta tarefa ter sido adiada por séculos. Na verdade, há um movimento de “empurrar com a barriga” quando o assunto é estrutura fundiária, já que é uma questão política que mexe também com o poder econômico. A parte difícil está aí – uma gigantesca demanda do judiciário e enfrentamentos políticos profundamente acirrados (GIRARDI, 2016, p. 7)

Os dados da tabela 40 mostram que as propriedades com mais de 2500 hectares condensam 61,57% da área, enquanto correspondem a somente 3.754 dos 112.978 estabelecimentos do estado, o que equivale a 3,32%. O Índice de Gini da estrutura fundiária de Mato Grosso evidencia essa concentração. Passou de 0,909 em 1985, para 0,870 em 1996 e a 0,865 em 2006, ante 0,856 da média nacional. Segundo Girardi (2016, p. 8), 78 dos 141 municípios mato-grossenses apresentaram Índice de Gini superior a 0,800, grau de concentração da terra considerado muito alto.

Tabela 40: Estrutura fundiária de Mato Grosso em 2006

CLASSES DE ÁREA (HA)	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS	ÁREA (HA)	% ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS	% ÁREA
Mais de 0 a menos de 0,1	274	10	0,24	0,00
De 0,1 a menos de 0,2	87	12	0,08	0,00
De 0,2 a menos de 0,5	400	130	0,35	0,00
De 0,5 a menos de 1	739	430	0,65	0,00
De 1 a menos de 2	2.378	2.836	2,10	0,01
De 2 a menos de 3	2.801	6.317	2,48	0,01
De 3 a menos de 4	1.678	5.466	1,49	0,01
De 4 a menos de 5	1.715	7.817	1,52	0,02
De 5 a menos de 10	4.915	35.585	4,35	0,07
De 10 a menos de 20	9.649	138.606	8,54	0,29
De 20 a menos de 50	28.225	899.272	24,98	1,88
De 50 a menos de 100	23.900	1.544.379	21,15	3,23
De 100 a menos de 200	12.099	1.549.185	10,71	3,24
De 200 a menos de 500	9.378	2.979.629	8,30	6,23
De 500 a menos de 1000	5.100	3.581.165	4,51	7,49
De 1000 a menos de 2500	4.870	7.621.694	4,31	15,94
2500 e mais	3.754	29.432.982	3,32	61,57
Produtor sem área	1.016	-	0,90	0,00
TOTAL	112.978	47.805.514	100	100

Fonte: Organizado por Girardi (2016, p.6) a partir de dados do Censo Agropecuário 2006

A formação agrária do estado de Mato Grosso e as suas características atuais resultam da não utilização da área da fronteira agrícola como espaço para a realização da reforma agrária, uma vez que o campesinato e/ou trabalhadores rurais não tiveram qualquer possibilidades se

estabelecer como classe proprietária de terras no estado, já que a característica fundante de sua estrutura agrária foi a concentração da terra e o domínio do poder político-econômico representado por grileiros, latifundiários e agricultura capitalista. Vale lembrar que, conforme já mencionado nos capítulos anteriores, o estado de Mato Grosso foi, em 2006, a terceira unidade da federação com a menor participação dos estabelecimentos agropecuários camponeses na área total dos estabelecimentos agropecuários, 9,94%, perdendo somente de Mato Grosso do Sul (3,91%) e do Distrito Federal (4,32%). O estado com maior participação desse tipo de estabelecimento na área total é Goiás, com 12,69%, média inferior à nacional, 24%, o que demonstra a realidade de grande em toda a região Centro-Oeste.

Nesse contexto, ganham destaque a violência contra camponeses, trabalhadores rurais e indígenas e flagrantes de trabalho escravo, principalmente no norte do estado de Mato Grosso. Em 2015 foram registradas pela Comissão Pastoral da Terra, 55 ocorrências de violência contra ocupação e posse no estado de Mato Grosso, sendo vitimadas 6.251 famílias, 1.423 delas vítimas de pistolagem¹⁰³, o que coloca o estado em posição de vice-liderança na ocorrência de conflitos violentos no campo brasileiro, onde o arcaico e o moderno se articulam de forma complexa e contraditória.

Esses conflitos e violências são resultado da formação agrária permissiva, concentradora e exploradora, do homem e da natureza, que foi pensada e executada em toda a fronteira agropecuária no Centro-Oeste e Norte do país, mas que tem em Mato Grosso as mais profundas contradições entre o desenvolvimento mais avançado do capitalismo no campo brasileiro e a manutenção de formas de exploração humana como o trabalho escravo, relações de poder econômico e político que confrontam a ordem jurídica e a dignidade humana. O essencial a ser compreendido é que modernidade e brutalidade, embora sejam contraditórias, não são antagônicas, pois estão historicamente atreladas e dependentes uma da outra pela própria natureza contraditória do modo de produção capitalista (GIRARDI, 2016, p.20)

Outro contraste da realidade das agropecuárias de Mato Grosso, em especial no norte do Estado, é a presença do trabalho escravo. Na região do Araguaia fazendas de gado ainda negociam a aquisição de “peões” através de “gatos”. Segundo Barrozo (2017, p. 140), há duas categorias de peões em Mato Grosso: o peão morador, aquele que ainda detém parte dos meios de produção, e o peão “do trecho”, que já é um proletário, sem qualquer meio de produção e, muitas vezes não tem residência fixa. A segunda categoria tem uma conotação social mais negativa, são homens tratados como desconhecidos, sem família ou vagabundos. Nessa situação, acabam sendo alvo frequente de arregimentação para trabalho em situações análogas à escravidão. Diferentemente dos trabalhadores assalariados, esses trabalhadores são mantidos

¹⁰³ Trata-se da prática de contratar pistoleiros para encomendar mortes de pessoas com quem se está travando algum tipo de conflito, em geral por posse de terras.

nas fazendas através de dívidas com os proprietários. Esses trabalhadores, em geral são recrutados por “gatos”:

Os intermediários constituem parte importante na relação que se estabelece com o peão. Os empreiteiros, ou “gatos”, recrutam, organizam e fiscalizam o trabalho da grande massa de peões, em nome da empresa. Os intermediários podem ser grandes empreiteiros que recrutam e comandam turmas de até centenas de peões, ou subempreiteiros, os “gatinhos”, que assumem pequenas turmas desses trabalhadores (BARROZO, 2017, p. 142).

A remuneração ocorre por tarefa ou produção, sendo as tarefas mais difíceis, como a abertura de picadas e a derrubada de mata fechada melhor remuneradas. Contudo, eventual “saldo” dos peões, isto é, valor a receber, é encarado como prejuízo pelos “gatos”, que se utilizam de recursos como o roubo na medição do trabalho, exagero nos preços das mercadorias vendidas aos peões e inclusão de itens não consumidos na “conta” para roubar parte da remuneração dos trabalhadores. Na cultura da soja, tais práticas são mais comuns em regiões de fronteira, no processo de abertura das fazendas, ou ainda na contratação dos trabalhadores temporários para a safra e para o plantio. A comum prática de remunerar os trabalhadores parte em dinheiro e parte em sacas de soja não raras vezes leva a “erros” de cálculo e desacordos entre trabalhadores e produtores rurais. Segundo os entrevistados 5 (membro da diretoria do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sinop) e 9 (pesquisados da UFMT), nessas situações, os trabalhadores que procuram a Justiça costumam entrar para uma “lista do mal” e não são contratados por nenhum dos fazendeiros daquela região para as próximas safras.

A análise da questão agrária contemporânea nas Regiões Produtivas do Agronegócio da soja revela uma modernidade tecnológica cujo avanço parece acentuar as mesmas questões observadas por Caio Prado na metade do século XX. A concentração fundiária, relacionada por Prado Júnior (1966, pp. 131-133) à formação histórica brasileira e ao passado colonial cujo modelo econômico baseava-se na monocultura exportadora parece ter se reproduzido nas fronteiras da soja com a mesma ou maior intensidade. Permeada com elevada tecnologia e como elo de uma cadeia global de valor cujo caráter industrial e mundializado se produz e reproduz social, econômica e espacialmente de forma diferente da agricultura mercantil do século XVII, a expansão da soja, embora tenha reconfigurado a questão agrária brasileira, o fez fundada no latifúndio monocultor.

Apesar da permanência do latifúndio monocultor como alicerce central da expansão da soja, não se pode perder de vista que os temas analisados ao longo desta tese vêm demonstrando uma nova configuração da questão agrária brasileira dada, a partir do processo de “mundialização do capital” e seus rebatimentos na agropecuária capitalista e no espaço. Mato

Grosso, RPA da soja e expressão aguda do processo de produção monopolista do espaço é marca dessa nova configuração da questão agrária. Nela, a profunda relação intersetorial entre indústria e agricultura traz consigo a questão da urbanização do campo e do emprego como elementos essenciais para a discussão da questão agrária no início do século XXI.

4.3.1 A “urbanização do campo”: novo aspecto da questão agrária no início do século XXI

O avanço da fronteira da soja marcou o início de um período de grandes transformações econômicas, sociais e demográficas em todo o Centro-Oeste, em especial no estado de Mato Grosso. Conforme já discutido na seção 1.5.5, a articulação entre o espaço mato-grossense e as economias nacional e mundial por meio do chamado “agronegócio” vem, na esteira da industrialização da produção agrícola, difundindo no espaço agrário o chamado meio técnico-científico informacional, interiorizando o processo de urbanização (SANTOS, 1993).

Segundo Santos (2006, p. 171), a noção de urbanização do campo é uma ideia controversa cada vez mais utilizada, tendo em vista que ela define não só um processo de mudança nas relações sociais, mas também do conteúdo material do território. O novo contexto do capitalismo mundializado, aliado à ascensão chinesa, que colocou a demanda global por *commodities* em novo patamar a partir nos anos 2000 e teve papel decisivo para a expansão da soja no território do Centro-Oeste, em especial de Mato Grosso, fez com as cidades ganhassem um novo papel na acumulação de capital na agricultura. A articulação cada vez intensa entre indústria, finanças e agricultura aumenta a importância do capital financeiro e do crédito nas esferas da produção e circulação, redefinindo o processo de centralização e de urbanização, em especial nas Regiões Produtivas do Agronegócio.

Os limites entre a cidade e o campo são diluídos pela natureza da interdependência das atividades e serviços das áreas de produção, que são a um só tempo uma fronteira tecnológica, agrícola, do capital, e principalmente uma fronteira da urbanização a partir do agronegócio, capaz de definir a existência das agrocidades (VOLOCHKO, 2013, p. 20).

O crescimento das chamadas “cidades do agronegócio” se correlaciona com as estratégias de expansão da chamada “fronteira agrícola”, a qual se constitui uma fronteira de acumulação de capital (FIOVARANTI, 2017, p. 4). Esse processo ocorre porque a gestão do agronegócio mundializado necessita de espaços urbanos que atendam suas demandas de mão de obra e serviços, diminuindo a dicotomia entre rural e urbano e criando uma nova relação entre estes dois subespaços (ELIAS; PEQUENO 2007, pp. 4 - 5).

Na entrada de Cuiabá, a placa da Figura 20 com os dizeres “Cuiabá, capital do Pantanal e do agronegócio” já deixa bem clara a relação intrínseca da cidade com agronegócio, bem como sua funcionalidade na “região produtiva do agronegócio” de Mato Grosso:

Figura 20: Placa de entrada em Cuiabá

Fonte: Fotografada pelo autor (2018)

A correlação entre a expansão do agronegócio da soja e o crescimento e expansão da rede urbana mato-grossense se mostra bastante clara na Figura 21. Nota-se que o crescimento das áreas plantadas de soja em Mato Grosso a partir de 1991 foi acompanhado da criação de novos municípios e de um aumento da população urbana nas regiões com maior incidência do plantio. A figura mostra ainda que a incorporação das áreas da Amazônia e do Cerrado enquanto Regiões Produtivas do Agronegócio produziu novos núcleos urbanos em todo o Estado, dado que, entre 1991 e 2010, o número de municípios plantadores de soja no estado cresceu de 50 para 113, e a população urbana saltou de 73% para 82% (CAMARGO, 2010, não paginado).

Figura 21: Mapa da População urbana e da expansão da soja em Mato Grosso entre 1991 e 2010

Fonte: Camargo (2010, não paginado).

Esses núcleos estão articulados à lógica do agronegócio mecanizado num processo de “urbanização monopolista” dirigido por companhias colonizadoras, famílias de “pioneiros” e grandes grupos econômicos que atuam no mercado de terras e no que ramo imobiliário urbano. Em outras palavras, esses grupos comandam um processo de produção de espaços urbanos que exerçam a função de centralizar as atividades de gestão e de controle dos campos cultivados.

No atual momento a produção do espaço está enredada no plano de uma circulação imaterial dos fluxos financeiros mundializados, em boa parte especulativa, e que se liga também à dinâmica dos campos mecanizados e às novas cidades produzidas que formam um espaço dialeticamente articulado um ao outro e com processos que fogem da escala do lugar e da região, ganhando a escala nacional e internacional (VOLOCHKO, 2013, p. 23).

As cidades do agronegócio se inserem num processo de produção espacial no qual a urbanização é um novo setor produtivo. À medida que os capitais agroindustriais nacionais e

internacionais concentrados no Sudeste se descentralizam territorialmente para áreas onde a terra tornou-se meio de produção das commodities internacionais de exportação, eles não podem abrir mão da centralização urbana, já que é nas cidades que ficam concentradas a maior parte das infraestruturas de armazenamento (silos) e empresas de consultoria, informação, manutenção e controle (VOLOCHKO, 2013, p. 24).

Veja-se como exemplo, a relação cidade/campo, em que a atração entre subespaços com funcionalidades diferentes atende à própria produção, já que a cidade, sobretudo nas áreas mais fortemente tocadas pela modernidade, é o lugar da regulação do trabalho agrícola (SANTOS, 2006, p. 192).

É importante destacar que, no meio técnico científico informacional, no qual a técnica assume preponderância central nos processos produtivos, cada objeto (um silo, um edifício, um armazém, um meio de transporte) é, em sua essência, um sistema informacional que funciona de forma coordenada. Seu funcionamento tem relação de interdependência de outros objetos cuja lógica de funcionamento é a mesma e ambos estão conectados a uma ordem sistêmica. Essas atividades necessitam de coordenação, de espaços de coordenação que são as cidades (SANTOS, 2006, p 145).

Santos (2006, pp. 192-193) mostrou que regiões funcionam segundo uma solidariedade organizacional baseada em racionalidades originárias de pontos geograficamente distantes, mas que são capazes de, verticalmente, impor os fundamentos da organização e da existência dos demais espaços. Não obstante, essa verticalidade cria interdependências entre os lugares visando assegurar a coesão do processo produtivo, de modo que as cidades se tornam os pontos de intersecção entre as verticalidades e horizontalidades, ou seja centros de coordenação da racionalidade superior, responsáveis por garantir o funcionamento daquele subespaço segundo uma finalidade imposta de cima.

É nessa esteira do processo de “urbanização monopolista” e de produção de espaços urbanos a partir das necessidades dos grandes capitais agrícolas e agroindustriais que se inserem as cidades do eixo mato-grossense da BR 163: Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop. O estudo da RPA da soja em Mato Grosso feito neste trabalho teve como base a cidade de Sinop, localizada a 550 km de Cuiabá. Conhecida como a “Capital do Nortão”, pela sua centralidade que faz com que a cidade seja o carro chefe da rede urbana de toda a região norte do estado e do sul do Pará. Distante da capital Cuiabá, Sinop tem seu nome derivado das iniciais de Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná.

Sinop teve seu processo de ocupação iniciado no ano de 1972 como resultado do projeto Gleba Celeste¹⁰⁴, e foi coordenado pela Colonizadora SINOP S.A às margens da BR 163. Neste mesmo ano, foram abertas as primeiras ruas da cidade e já no mês de maio chegaram os primeiros “pioneiros” com intuito de se estabelecer na cidade, como Enio Pepino, Antonio Sechi e Antonio Pazzeto da Figura 22. Por serem considerados “desbravadores”¹⁰⁵ de uma região de difícil acesso e até então com povoamento escasso, essas figuras dão nomes de avenidas importantes da cidade e são reverenciados como “pioneiros”. Além disso, suas histórias ocupam local importante no Museu Histórico de Sinop, conforme demonstrado nas figuras 22 e 23.

Figura 22: “Pioneiros” de Sinop no ano de 1972

Fonte: Museu Histórico de Sinop (2018)

A partir de 1973, chegaram outras famílias de imigrantes sulistas, como a Família Olímpio João Pissinati Guerra, Família Braz Claro dos Anjos, Família Mauri Weirich, Família Osvaldo Paula, Família Plínio Calegari, Família Dirceu de César, Família Stanislau Belgrovicz, Família Antônio Sechi, Família Osmar Jordan, Família Aleixo Schenatto, Família Lindolfo Trierweiler, Família Alcides Shimidel, Família Arlindo Joanucci, Família Adelço José dos Santos e Família David de Marchi (PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP, 2018).

¹⁰⁴ Projeto de colonização implantado numa área de 645.000 hectares de terras ao longo da BR 163. Inicialmente o projeto contava com as cidades de Vera, Santa Carmem e Cláudia (SOUZA, 2006, p 16)

¹⁰⁵ Essa narrativa, bastante difundida em todo o Mato Grosso, foi construída a partir da visão dos projetos de colonização e da expansão do capital carrega consigo um intuito de legitimação desse projeto e de exaltação dessas figuras como semeadores da civilização numa terra inóspita inabitada, sem considerar outras formas de vida e organização social anteriormente existente nesse território, como comunidades de pequenos posseiros não atrelados ao modo capitalista de produção e populações indígenas.

Figura 23: Cadastro de Família de “Pioneiros” durante os anos 1970

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SINOP DIRETORIA DE CULTURA E EVENTOS Casa da Cultura DIVISÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO		Sinop Terra de vida preta		FOTOGRAFIA PIONEIRA		FOTOGRAFIA FAMILIA	
NOME DO PIONEIRO <u>Sebastião Brum</u>		DATA DE NASCIMENTO <u>15/10/1940</u>	LOCAL DE NASCIMENTO <u>Quiz de São</u>	CIDADE <u>Quiz de São</u>	ESTADO <u>MG</u>		
NOME DA PIONEIRA <u>Maria Vilma Brum</u>		DATA DE NASCIMENTO <u>04/11/1943</u>	LOCAL DE NASCIMENTO <u>Santa Catarina</u>	CIDADE <u>Videira</u>	ESTADO <u>SC</u>		
DATA DE CHEGADA DA FAMÍLIA EM SINOP <u>13/06/1973</u>		RELIGIÃO <u>Católico</u>					
NOME DE ALGUNS MORADORES QUE JÁ ESTAVAM EM SINOP QUANDO A FAMÍLIA CHEGOU <u>Heli, Sr. Gauchinho, Gaucha Tratorista da Colonizadora, José Vilmar, Rissinoti, Blas Carlos dos Anjos, Dêni Brás dos Anjos, Joaquim de Acomento, Usmar Lorde, o pai do Usmar, Cumbaca do Usmar, Usmar, etc. Vicente, família do Cyraldo de Machado.</u>							
NOME E IDADE DOS FILHOS QUANDO A FAMÍLIA CHEGOU A SINOP (SE CASADOS, NOME DO CÔNJUGE, DATA E LOCAL DO CASAMENTO) <u>Sebastião Brum 11 anos (Já casado)</u> <u>Maria Vilma Brum 9 anos</u> <u>Silvia Helena Brum 7 anos</u> <u>Laércio Vilmar Brum 5 anos</u>							

Fonte: Museu Histórico de SINOP

Em 14/09/1974, foi fundada a cidade de Sinop, com cerca de 20 quadras encrustadas na mata e a sete dias de viagem do noroeste do Paraná, de onde vinha a maioria de seus pioneiros. A cidade cresceu rapidamente, sendo elevada à categoria de município em 1979.

Fazendo parte do processo de colonização particular do norte mato-grossense, em 1974 foi fundada, dentro da Gleba Celeste, o núcleo de Sinop já instalado e com o traçado da BR-163 (Cuiabá-Santarém) definido às margens da rodovia. Por sua posição estratégica às margens da BR-163, Sinop adquiriu a primazia entre os núcleos urbanos da Colonizadora, passando a concentrar as atividades comerciais, industriais e os serviços e, por suas funções, a comandar a forma de ocupação dentro da área. Os outros centros - Vera, Carmem e Cláudia -, este último criado em 1978 com a expansão do projeto, constituem centros menores. Com pequeno comércio, serrarias e serviços de saúde, educação e apoio técnico aos colonos, eles correspondem às vilas ou, em analogia com o esquema do urbanismo rural, às agrópolis (SOUZA, 2001, p. 121).

Figura 24: Sinop EM 1973 e Sinop em 2017

Fonte: The Intercept Brasil (2017, não paginado).

O rápido crescimento de Sinop, observado na figura 24, decorre, dentre outros fatores, do fato de a cidade ter sido planejada para cumprir o papel de um centro urbano de importância regional. Isso significa dizer que seu desenvolvimento não constituiu um processo histórico dado a partir de um núcleo de ocupação antigo, como uma cultura, modo de vida, etc. característicos daquela área. O crescimento do núcleo urbano se deu a partir de um plano de ocupação e exploração da terra desenvolvido pelo colonizador Enio Pepino e da colonizadora SINOP. Com seu desenvolvimento planejado, o crescimento da cidade se deu a partir de técnicas avançadas de urbanismo e passou diretamente da mata virgem para um traçado urbanístico marcado por ruas e avenidas largas, bem como construções de arquitetura grandiosa (SOUZA, 2001, p. 16).

Segundo o entrevistado 10, professor e pesquisador da UNEMAT (Universidade Estadual de Mato Grosso) que vive em Sinop há cerca de 30 anos, Sinop teve uma importância

geopolítica dentro do projeto de desenvolvimento regional colocado em prática pelos governos militares. Dessa forma, a cidade recebeu precocemente uma ampla variedade de serviços públicos federais, estaduais e particulares. A cidade abriga representações regionais da Receita Federal, do INSS, do INCRA, do IBAMA, da Polícia Federal, bem como hotéis, bancos, restaurantes, imobiliárias, academias. Além disso Sinop também é conhecida por ser uma cidade universitária, já que lá estão instalados campi da UNEMAT (Universidade Estadual de Mato Grosso), da UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso), da UNIC (Universidade de Cuiabá), da Faculdade de Sinop e da Uniflor. Na área das comunicações, Sinop possui três emissoras de rádio e quatro emissoras de TV afiliadas a grupos de mídia nacionais: TV Centro América (afiliada da Rede Globo), TV regional (afiliada do SBT), TV Capital (afiliada da Record) e TV Cidade (afiliada da Bandeirantes). Na área de Saúde, a cidade possui dois hospitais particulares e um público, além de diversas clínicas e três laboratórios de exames de imagem e laboratório.

Inicialmente, a companhia colonizadora planejava usar as terras da região para a cultura do café. Essa iniciativa não deu certo devido à baixa produtividade, resultado do clima adverso do bioma amazônico para esta cultura. Houve também o plantio de mandioca, incentivado pela instalação da usina de álcool, Sinop Agroquímica/A237. Contudo, esse projeto também fracassou e muitos pequenos proprietários rurais foram obrigados a vender suas propriedades para saldar as dívidas junto aos bancos e à própria colonizadora (SOUZA, 2001, p. 8).

A partir da década de 1980 os esforços voltaram-se à exploração e à industrialização da madeira. Como havia mão-de-obra disponível, dado o fracasso das tentativas de estabelecer na região um polo agropecuário; madeiras nobres em abundância, bem como preços e mercado garantidos, Sinop tornou-se num dos mais importantes polos industriais madeireiros do estado de Mato Grosso. Contudo, por volta de 1998, as reservas florestais do município já estavam próximas do esgotamento, dado o caráter predatório de grande parte da exploração na cidade, feita com tecnologia obsoleta e sem reflorestamento. Nesse contexto, a necessidade de reflorestamento e o aumento da fiscalização inviabilizaram os pequenos madeireiros e os “pica-pauseiros”, que partiram em busca de novas áreas que pudessem ser exploradas, sem a necessidade de grandes investimentos em reflorestamento e manejo sustentado (SOUZA, 2001. P. 10).

A partir dos anos 2000, no rastro do desmatamento madeireiro, a soja começou a se expandir na região. A oleaginosa estava presente na cidade, desde 1987, quando a família Dal Mazo, plantou cerca de 1500 hectares e obteve bons resultados com a lavoura (PERIPOLLI, 2008, p. 36). Contudo, até fins do século XX, o dinamismo da atividade madeireira representava

um entrave para uma expansão mais vigorosa do grão. Com a decadência da atividade madeireira, a expansão da soja não só colocou Sinop como importante produtor de soja a nível estadual e nacional, bem como atraiu para a cidade demais atividades abarcadas pelo Complexo Soja, como armazenamento, assistência técnica, revendas de insumos, bancos, assessorias, etc.

A partir de Sinop, envolvendo um conjunto de municípios como Vera, Cláudia, Santa Carmen e Feliz Natal, entre outros, encontra-se a fronteira de expansão da agricultura moderna propriamente dita. As transformações em curso nessa área trazem determinações novas, gerando espaços com atividades com alto nível tecnológico, como a soja, com consequências marcantes na organização territorial das atividades, recursos e população da região, significando a substituição de atividades tradicionais (BERNARDES, 2006, p. 18).

Santos (1993, p. 102) mostrou que o espaço total brasileiro está dividido em regiões agrícola e regiões urbanas. As regiões agrícolas (e não rurais) contém cidades e as regiões urbanas contém atividades rurais. Nas primeiras, as cidades adaptam-se às demandas do mundo agrícola, e nas segundas as atividades rurais servem para atender às necessidades das cidades. A partir desse ponto de vista, e da realidade observada em campo, entende-se que Sinop se enquadra nas cidades que compõem o chamado “Brasil agrícola” defendido por Milton Santos em “A urbanização brasileira”.

A urbanização se avoluma e a residência dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais urbana. Mais que a separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural, há, hoje no país, uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas). No primeiro, os nexos essenciais devem-se sobretudo, a atividades de relação complexas e, no segundo, a atividades mais diretamente produtivas (SANTOS, 1993, p. 9).

Esse enquadramento parece ser o mais adequado porque seu crescimento e desenvolvimento estão diretamente ligada e depende das atividades agrícolas e extrativistas realizadas em seu entorno. Sua localização, às margens da BR 163, importante eixo de escoamento da produção de soja pelo norte do país, viabiliza seu papel de polo agroindustrial, comercial e de serviços diversificados que hoje atende não só o Norte de Mato Grosso, mas também o Sul do Pará. Durante conversa com o entrevistado 11, morador da cidade nascido em Altamira, sul do Pará, esse caráter ficou bem claro:

(...) tudo pra gente é em Sinop, médico é em Sinop, faculdade é em Sinop, curso, trabalho que não seja com gado ou agricultura. Minha irmã mesmo está grávida e vem

de Altamira até aqui pra fazer o pré-natal. Se o bebê tiver algum problema e precisar de cesárea, vai nascer aqui, lá não tem jeito¹⁰⁶ (informação verbal).

Segundo Santos (1993, p. 55), principalmente o consumo produtivo¹⁰⁷, mas também, o consumo consuntivo¹⁰⁸ têm um potencial de criação de demanda para os diferentes subespaços, o que tornaria mais complexa a divisão do trabalho entre os centros urbanos e intensificou sua importância demográfica e econômica:

O consumo produtivo cria uma demanda heterogênea segundo os subespaços. Os equipamentos mercantis tendem a ser diferentes. O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, adapta-as. A arquitetura dos diversos subsistemas é, desse modo, diversa. Há, na realidade, superposição dos efeitos do consumo consuntivo e do consumo produtivo, contribuindo para ampliar a escala da urbanização e para aumentar a importância dos centros urbanos, fortalecendo-os, tanto do ponto de vista demográfico quanto do ponto de vista econômico, enquanto a divisão do trabalho entre as cidades se torna mais complexa (SANTOS, 1993, p. 55).

Nesse quesito, além de uma ampla gama de comércio e serviços, alimentada não só pelo consumo produtivo, mas também pelo consumo consuntivo de automóveis, eletrodomésticos, higiene, construção civil, cultura, etc., Sinop se destaca pela indústria madeireira, que concentra 784 estabelecimentos focados no beneficiamento e produção de portas, taco, laminados, compensados, pincéis, cabos de escovas, vassouras e móveis, gerando cerca de 12 mil empregos diretos (PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP, 2018; RAIS/TEM, 2018). Na área agroindustrial, Sinop ainda não conta com planta de esmagamento de soja, presentes na vizinha Sorriso, mas conta com armazéns das principais multinacionais do setor: ADM, Bunge, Cargill, COFCO e Fiagril, bem como revendas da John Deere e Case New Holland. No ramo financeiro, Sinop conta com duas agências de cada um dos seguintes bancos: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco e Itaú, além da SICREDI e do BASA (Banco da Amazônia S.A.).

Pode-se considerar que a cidade de Sinop está inserida na nova economia surgida no final do século XX, que Castels (2005) destaca como informacional, global e em rede, haja vista que esta cidade na sua produtividade e competitividade de unidades ou agentes, depende de sua capacidade de gerar processos e aplicar de maneira eficaz a informação. Global, pois as atividades produtivas, consumo e circulação, estão organizadas em escala global através de uma rede entre agentes econômicos. Rede, pois nas novas condições históricas, a produtividade é gerada com

¹⁰⁶ Entrevistado 11, conversa realizada em 28/02/2018.

¹⁰⁷ Segundo Santos (1993), o consumo produtivo é aquele que se refere ao consumo das unidades produtivas, e que são parte do processo produtivo, seja sob a forma de matérias primas, seja sob a forma de máquinas, insumos ou equipamentos.

¹⁰⁸ O consumo consuntivo é aquele que se esgota em si mesmo, ou seja, cujo objeto de consumo não é parte do processo produtivo de nenhuma mercadoria. Essa categoria abrange primordialmente os bens adquiridos pelo consumidor final, sejam eles *in natura*, ou industrializados.

a concorrência existente por intermédio de uma rede global de interação entre redes empresariais (ROMANCINI e RODRIGUES, 2007, p. 51).

O aprofundamento da divisão do trabalho impõe novas formas de cooperação e controle entre os espaços. Nessa nova realidade, passa-se de uma autonomia relativa entre subespaços para uma interdependência crescente; de uma interdependência local, entre sociedade regional e natureza, a uma espécie de “socialização capitalista territorialmente ampliada” de circuitos locais, cuja ligação a circuitos mais amplos se dá por alguns poucos produtos e pouquíssimos produtores. O espaço se torna mais articulado às relações funcionais determinadas pela divisão do trabalho, e mais desarticulado quanto ao comando local das ações que nele se exercem, o que aumenta a demanda de empregos preenchidos por profissionais de origem urbana, atividades de escritório, em contraposição a atividades propriamente do campo.

Tecnoesfera e psicoesfera são os dois pilares com os quais o meio científico introduz a racionalidade no próprio conteúdo do território. Desse modo, o espaço nacional fica dividido entre as áreas onde os diversos aspectos da vida tendem a ser regidos pelos automatismos técnicos e sociais próprios à modernidade tecnicista e áreas onde esses nexos estão menos, ou quase nada, presentes. Seria uma oposição entre espaços inteligentes, racionais, e espaços opacos, não racionais ou incompletamente racionais, comandando uma nova divisão regional do país e determinando novas hierarquias: entre regiões com grande conteúdo em saber (nos objetos, nas instituições e empresas, nas pessoas) e regiões desprovidas dessa qualidade fundamental em nossa época; entre regiões do mandar e regiões do fazer (SANTOS, 1993, p. 51).

Santos (2006, p. 120) destacou que a revolução da informática tornou possível o controle à distância sobre os homens, a energia, os usos, os produtos e até mesmo sobre o tempo por parte dos centros de decisão real, o que lhes garante um poder sobre outros espaços. Tecnoesfera e psicoesfera criaram um novo meio geográfico indutor de novos comportamentos e de uma nova racionalidade no território. As novas técnicas demandam informação a circulação dela pelo território. Essa nova realidade se expressa territorialmente a partir de uma divisão regional do país que Santos (1993, p. 51) caracterizou como uma divisão regional entre regiões do mandar, aquelas com grande conteúdo em saber (instituições, empresas, técnica, mão de obra qualificada), isto é, dotadas das condições de exercer as atividades de controle do novo meio técnico científico, e regiões do fazer, aquelas desprovidas desses recursos. Sinop, por sua centralidade na região norte de Mato Grosso e sul do Pará, bem como pelo fato de concentrar as variadas atividades de serviço e de controle citadas anteriormente age constitui-se como uma região ambivalente, isto é, do mandar (ou do coordenar) e do fazer. Em outras palavras, sua força como centro polarizador de atividades relacionadas à coordenação das atividades

econômicas cujo controle real se dá de forma verticalizada a partir de outros pontos do país e do planeta lhe garante um status que não pode ser reduzido à categoria de região do fazer.

A produção do espaço urbano de Sinop como local central de forças produtivas agroindustriais, estabelecido através de novos circuitos espaciais de produção típicos da relação de cooperação campo-cidade amalgamada pela expansão dos capitais monopolistas no campo, é marcada por práticas urbanísticas e modificações do espaço urbano típicas do processo de conversão da terra em mercadoria e da especulação imobiliária. O processo de “urbanização monopolista” é pautado pela dinâmica do mercado imobiliário e resulta em elevação do custo de vida e na segregação sócio espacial no meio urbano, o que leva ao não atendimento de demandas por moradia popular, saneamento básico, educação, saúde e transporte para as populações mais pobres.

A paisagem de Sinop, marcada pelas largas avenidas de traçado reto, cujos nomes remetem às árvores cuja exploração ajudou a erguer a cidade, como Embaúbas, Castanheiras, Figueiras, Ítalas e Jacarandás, concentra nas ruas centrais construções grandiosas e imponentes, como o Fórum, a Câmara Municipal e a Basílica, além de bairros com casas de alto padrão, cujo projeto segue as normas colocadas pela colonizadora SINOP para manter a harmonia arquitetônica. Essas características dão a cidade ares de um grande empreendimento imobiliário cuja morfologia espacial segue à risca o projeto idealizado por uma incorporadora imobiliária, sem que se consiga visualizar ali características locais e marcas de acontecimentos e etapas históricas heterogêneas.

Figura 25: Câmara municipal e basílica de Sinop

Fonte: Fotografado pelo autor (2018)

Vale destacar que a colonizadora Sinop ainda é proprietária de grande parte dos terrenos, edifícios e casas para aluguel na cidade, bem como controladora da expansão e implantação de novos loteamentos junto com algumas famílias pioneiras. Esse controle concentrado de propriedades rurais e urbanas nas mãos de poucas famílias pioneiras e grupos econômicos é importante pilar de sustentação da produção monopolista do espaço. Grande parte do capital investido no mercado imobiliário das cidades da soja tem suas origens nas transferências de renda do campo e dos lucros vinculados ao agrário que enxergam, no setor imobiliário, uma oportunidade para investimento. Essa dinâmica ordena o crescimento urbano segundo os interesses do mercado imobiliário que fragmenta e hierarquiza porções de terra segundo sua lógica de extração da renda da terra (FIAVORANTI, 2017, p. 9-10).

A estratégia urbanística dos loteamentos nas áreas de mais alto padrão ajuda a criar uma aparência de desenvolvimento social que, na verdade, mascara uma segregação dos trabalhadores do campo e da cidade nas áreas de periferia, cujo acesso ao centro é difícil para quem não tem motocicleta ou veículo próprio, uma vez que o transporte público da cidade é bastante limitado em relação à quantidade e frequência das linhas. Sem um planejamento urbano orientado para o interesse público, Sinop, apesar de seu PIB per capita de R\$ 34.078,81 em 2015, possuía, no mesmo ano, apenas 10,8% de esgotamento sanitário adequado e 30,6% de ruas com urbanização adequada (bueiro, calçada, pavimentação e meio fio). A figura 26, fotografia tirada em frente ao parque florestal, localizado a 2 km da região central, mostra que, já a poucos quilômetros do centro, a cidade não conta com infraestrutura de pavimentação e

calçamento adequada e compatível com sua centralidade e com um PIB de mais de R\$ 4,2 bilhões de reais (IBGE CIDADES, 2018, não paginado).

Figura 26: Avenida de Sinop sem calçamento viário

Fonte: Fotografado pelo autor (2018)

E não é só no quesito de territorial urbano que os indicadores deixam a desejar quando comparados à importância e à riqueza da cidade. Em Sinop, o rendimento médio mensal dos trabalhadores formais foi superior à média nacional em 2016, 2,4 salários mínimos, contra 1,78 da média nacional. Contudo, no mesmo ano, 30,1% da população teve rendimento nominal mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, o que revela que boa parte da população está fora do mercado de trabalho formal, e também uma tendência concentradora de renda do modelo de desenvolvimento econômico com base na moderna agricultura mecanizada (IBGE municípios, 2017, não paginado).

O entrevistado 9, professor da Universidade Federal de Mato Grosso e membro do NERU, Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos, dedicado aos estudos da fronteira amazônica, destacou que o potencial de retenção da renda gerada pelas atividades agrícolas por parte das cidades e do estado de Mato Grosso é limitado justamente porque o setor agrícola, em especial a soja, transfere boa parte de sua renda para a indústria e para o capital financeiro através do modelo de agricultura estabelecido a partir da Revolução Verde e da internacionalização da agroindústria brasileira ocorrida entre os anos 1990 e 2000.

A maior parte da renda da agricultura não fica em Mato Grosso, vai pra tradings, pros bancos, pras sementeiras, pras indústrias químicas. Muito dessa renda na verdade nem fica no Brasil, porque a maior parte delas tem sede em São Paulo, mas são estrangeiras e têm ações na bolsa. A agricultura de Mato Grosso hoje enriquece o capital financeiro, perto do que se ganha de dinheiro na bolsa com ações e termos de opção de soja, o que fica aqui é migalha. Se não fosse assim, Mato Grosso

não estaria atrasando salários de servidores no trimestre que o PIB do Estado cresceu 100x mais que o do Brasil¹⁰⁹ (informação verbal).

O atraso de salários dos servidores públicos estaduais mencionado pelo professor, que vem ocorrendo no estado de Mato Grosso entre 2015 e 2018, contrasta com o resultado do PIB estadual do terceiro trimestre de 2017. Nesse período, enquanto a economia brasileira apresentou crescimento de 0,1% o PIB de Mato Grosso, puxado pelo agronegócio cresceu 11%. No mesmo período, o governo do estado de Mato Grosso, anunciou cortes de jornada e parcelamentos de salários no serviço público alegando dificuldades financeiras. (OLHAR DIRETO, 2018, não paginado). Vale destacar que as exportações de grão *in natura* não recolhem ICMS desde 1996, ano de promulgação da Lei Kandir, o que impacta negativamente as receitas de Mato Grosso, principal estado exportador de soja em grão do país.

O entrevistado 6, pesquisador da EMBRAPA Agrossilvopastoril de Sinop, manifestou opinião parecida. Segundo ele, o Mato Grosso constitui-se um espaço em que se gera muito valor através da agropecuária, mas que se apropria de parte pequena desse valor. Segundo ele, além de pequena, essa apropriação se dá de forma concentrada nas mãos de fazendeiros e outros tipos de empresários. Isso acontece porque a capacidade de geração de empregos da principal atividade, o agronegócio, é baixa, o que, de certa forma pressiona os salários dos demais setores para baixo, uma vez que o centro dinâmico da economia da região não absorve mão de obra no mesmo ritmo que cresce, mantendo assim uma disponibilidade de mão de obra relativamente estável e contínua para os demais setores.

O pesquisador da EMBRAPA afirmou ainda que “Mato Grosso cresce, mas não se desenvolve” e que a questão do emprego é apenas uma das evidências dessa realidade:

Sinop tem uma infraestrutura urbana ruim. O transporte é deficiente tanto em relação à área de cobertura, quanto em relação à frequência. O calçamento viário e a pavimentação fora do centro são inadequados e falta manutenção e as opções de lazer são muito limitadas a bares e restaurantes. A vida cultural é bem limitada, existe apenas uma sala de cinema dentro de um supermercado. A questão é que quem mora em SINOP e tem dinheiro, quando quer se divertir ou vai pra Cuiabá ou pra São Paulo. Agora estão construindo o primeiro *shopping center*. A expectativa é de que haja pelo menos mais salas de cinema¹¹⁰.

O entrevistado 7, assentada do assentamento Mercedes relatou que considera o sistema público de saúde da cidade “aceitável” e adequado às suas necessidades. Confirmou que o transporte público na cidade é ruim, mas expressou maior preocupação quanto à qualidade do

¹⁰⁹ Entrevistado 9, conversa realizada em 01/03/2018.

¹¹⁰ Entrevistado 6, conversa realizada em 27/02/2018

ensino em Sinop, bem como em relação ao apoio do poder público, essencial para o futuro do assentamento:

As nossas maiores demandas aqui são educação, assistência social e a saúde e apoio do município pra poder produzir. Tem escola, não estuda quem não quer, mas a qualidade não é boa. Os jovens saem da escola sem saber nada, queremos uma formação completa, formação profissional e desenvolvimento social e humano. Ninguém consegue ser produtivo senão tiver uma boa estrutura psicológica e formação sólida. Nossa demanda constante é apoio do município pra gente poder produzir, não é dinheiro, é assessoria, um técnico que venha aqui, que ajude, um lugar pra vender nossos produtos. Falta tudo, e a Prefeitura alega não ter dinheiro pra nada¹¹¹ (informação verbal).

O entrevistado 4, médio produtor de Tangará da Serra e ex-delegado da APROSOJA, também destacou a dificuldade financeira do Estado como um obstáculo para políticas públicas que pudessem ajudar Mato Grosso a reter mais renda da atividade agrícola:

A soja hoje emprega pouco em Mato Grosso porque a lavoura em si não emprega, o que emprega é a indústria, o processamento, fabricação de máquina, de fertilizante, laboratório. Isso tudo ou vem do Sul e do Sudeste, ou vem de fora do país. Não tem política agrícola nesse país, se tivesse podia desenvolver mais, podia fazer aqui coisa que a gente importa, mas nem pra formar operador de máquina o Estado tem escola, a gente treina na fazenda mesmo¹¹² (informação verbal).

Buscou-se nesta seção discutir como as chamadas “cidades da soja” têm sua economia e sua dinâmica territorial imbricadas com a expansão territorial da soja e com os projetos de colonização e de aproveitamento econômico da fronteira agrícola empreendidos a partir dos governos militares, cujas implicações manifestam influência decisiva na forma e funcionamento dessas cidades. A partir dos indicadores e das entrevistas colhidas, pode-se perceber que o papel central de Sinop no centro-norte mato grossense e no sul do Pará contrasta com uma realidade urbana desigual e com uma dinâmica territorial que favorece a apropriação privada da renda da terra em detrimento das políticas públicas territoriais e urbanas. Essa realidade é engendrada pela produção oligopolizada e corporativa de espaços urbanos a partir da lógica do agronegócio. Nesses espaços, o controle do espaço urbano reproduz a estrutura oligárquica do controle da terra no campo, gerando desigualdades espaciais, sociais e econômicas que, apesar dos projetos urbanísticos grandiosos e bem formatados, ficam evidentes na análise de indicadores sociais e urbanos, na situação de penúria das contas públicas e no não

¹¹¹ Entrevistado 7, conversa realizada em 27/02/2018.

¹¹² Entrevistado 4, conversa realizada em 24/02/2018.

desenvolvimento, nessas localidades, de atividades de ponta para as quais, existe demanda pelo próprio agronegócio.

4.3.2 O Trabalho na cadeia da soja no Centro-Oeste: análise qualitativa e tentativa de mensuração

A acelerada urbanização ocorrida na fronteira agrícola do Centro-Oeste, em especial no centro-norte mato-grossense, comandada pelos ramos industriais e comerciais ligados à plantação, colheita, armazenamento, transporte, processamento, e beneficiamento de soja e de carne gerou um efeito de atração de capitais e de força de trabalho que tornou possível abrir não só uma fronteira agrícola, mas também urbana.

A contradição do crescimento populacional e da expansão da rede urbana na da “região produtiva do agronegócio” da soja no Centro-Oeste consiste no fato de o plantio do grão não ser, por si só, um foco de atração de força de trabalho ou de geração de emprego. A colheita e o plantio de soja são expressões contundentes da Quarta Revolução Industrial¹¹³, apresentando níveis de tecnologia e automação superiores inclusive ao que é praticado em boa parte do parque industrial brasileiro. As atividades das lavouras de soja são completamente mecanizadas e controladas via satélite e computador de bordo através do sistema de agricultura de precisão, presente em todas as propriedades visitadas e em cerca de 42%¹¹⁴ das propriedades rurais de Mato Grosso, segundo o IMEA (2015b, não paginado). Em todas as propriedades visitadas, as colheitadeiras e plantadeiras, que não custam menos que R\$ 1,5 milhão cada, são equipadas com ar condicionado, rádio AM/FM e luzes para operação noturna. Nelas, o operador apenas verifica o *display* do computador de bordo no intuito de monitorar qualquer entupimento

¹¹³ A Quarta Revolução Industrial ou Indústria 4.0 consiste numa mudança radical na forma de se produzir bens e serviços no campo e nas cidades, cuja base é a automação dos processos através da computação em nuvem, biotecnologia e inteligência artificial. Nessa nova realidade, muitas tarefas repetitivas e de menor complexidade até então realizada por seres humanos estão sendo progressivamente extintas, o que torna os impactos dessas novas tecnologias preocupantes do ponto de vista social, à medida que inúmeros postos de trabalho estão sendo substituídos por robôs operados via internet. (SHAWAB, 2016, p. 6).

¹¹⁴ Segundo informações prestadas pelos entrevistados 1, 2 e 3, as propriedades visitadas apresentam nível de automação total, ou seja, máquinas com barra de luz, piloto automático e controle de seção nos pulverizadores e semeadoras, além de utilizarem de todos os mecanismos já disponibilizados para agricultura de precisão: mapa de fertilidade, mapa de colheita, mapa de pragas, doenças e ervas daninhas, aplicação de implementos agrícolas por taxa variável e aplicação por zona de manejo. Todavia, esse grau avançado de automação e mecanização ainda não representa 100% das propriedades, já que o grau de penetração das tecnologias varia conforme cada uma delas. O piloto automático, por exemplo, está presente em 61% das propriedades, enquanto o controle de seção das semeadoras, apenas em 37%. Dentro do sistema de AP, também existem variações no que diz respeito às tecnologias adquiridas pelos produtores. Enquanto o mapa de fertilidade está presente em 41% das propriedades rurais mato-grossenses, o controle de pragas, doenças e plantas daninhas está somente em 15% delas (IMEA, 2015, não paginado)

na máquina e faz as curvas ao final de cada rua colhida/plantada. Conforme figura 27, as máquinas andam por conta própria pelas propriedades e, enquanto plantam ou colhem, geram relatórios sobre os solos de cada talhão. Quando o reservatório da máquina colheitadeira ou bazuca de apoio está cheio, ela é descarregada no caminhão e a máquina volta a colher enquanto o caminhoneiro aguarda o próximo carregamento. No caso das plantadeiras, o reservatório de sementes e adubos da máquina costuma durar o dia todo.

Figura 27: Máquina colheitadeira com piloto automático em funcionamento

Fonte: Fotografado pelo autor (2018)

A figura 26 evidencia que, na era cibernética, os objetos trabalham com base em informações e que, mesmo na agricultura, já não são mais um meio de trabalho do homem sobre a natureza, mas um meio de ação de uma intencionalidade e de uma racionalidade do capital, cuja aplicação no processo produtivo se dá via sistemas transmissores de informações do qual o trabalhador, embora necessário para sua operação, está destituído de qualquer autonomia sobre o processo que desempenha. Em outras palavras, o trabalhador rural é apenas o operador de tarefas acessórias ao funcionamento do objeto que atua naquele meio, com praticamente nenhuma influência ou mesmo conhecimento de sua finalidade e até mesmo de seu funcionamento. É a transformação quase que completa do ser humano em acessório da máquina.

No passado, os objetos obedeciam a nós no lugar onde estávamos e onde os criávamos. Hoje, no lugar onde estamos, os objetos não mais obedecem a nós, mas sugerem o papel a desempenhar, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação. Sua funcionalidade é extrema, mas seus fins últimos nos escapam (SANTOS, 2006, p.144).

Segundo o IMEA (2015b, não paginado), em Mato Grosso, a quantidade média de máquinas agrícolas por fazenda produtora de soja é de 12, enquanto a de trabalhadores é de 10, número que tende a diminuir, tendo em vista que a agricultura de precisão chegou à região há apenas cinco anos e ainda tem muito potencial de expansão. Mesmo a soja tendo uma produção altamente mecanizada, demandando pouca mão de obra, sua expansão da soja pelo território do Centro-Oeste foi acompanhada por intensos fluxos migratórios. Esse fenômeno, explicado pelo processo de urbanização do campo, tratado na seção 4.3, fez com a população da região tenha crescido sempre em ritmo superior à média nacional entre 1970 e 2010, conforme tabela 41.

Tabela 41: Taxa de crescimento anual da população (em %) por estado do CO entre 1970 e 2010

	% 70-80	% 80-91	% 91-00	% 00-10
Mato Grosso	6,64	5,38	2,38	1,94
Mato Grosso do Sul	3,21	2,41	1,73	1,66
Goiás	2,77	0,37	2,47	1,84
Distrito Federal	8,15	2,84	2,79	2,28
Centro-Oeste	4,05	2,04	2,37	1,91
Brasil	2,48	1,93	1,63	1,17

Fonte: Censos Demográficos do IBGE de 1970 a 2010 tabulados por Camargo (2010)

A expansão da soja pelo centro-norte de Mato Grosso a partir dos anos 1990 atraiu armazéns e silos de agroindústrias processadoras nacionais e multinacionais sediadas no Sul e no Sudeste cujo objetivo era controlar a oferta de grãos do estado. A presença dessas empresas fomentou o uso corporativo do território e o surgimento de núcleos urbanos centralizadores das novas relações de trabalho agrícola, baseadas na união entre agricultura, indústria e serviços em todas as etapas do processo produtivo. Conforme comprovam os dados de imigração dos censos demográficos, 71,4% dos imigrantes que chegaram a Mato Grosso entre 1986 e 1991 tiveram como destino o meio urbano. Esse número aumentou nos anos seguintes para 72,9% entre 1995 e 2000 e 79,8% entre 2005 e 2010 (CAMARGO, 2010, p. 37).

Os números fazem sentido quando confrontados com a realidade da produção de soja levantada durante a visita de campo. A maioria dos profissionais que atuam no ramo é da área urbana, cuja atuação se relaciona ao agronegócio, tais como: corretores de grãos, gerentes e auxiliares de produção nas agroindústrias, motoristas de caminhão, professores, agrônomos, veterinários, vendedores de máquinas, pilotos de aviões despejadores de agrotóxicos,

profissionais de limpeza, etc. Em suma, em razão do elevado padrão tecnológico das técnicas utilizadas, nas áreas de agricultura moderna, as cidades acabam por acolher um grande número de pessoas que Santos (2006, p. 151) chamou de “pessoas treinadas em ler sistemas técnicos, verdadeiros tradutores”. Contudo, a maior parte desses atores acabam por não conseguem compreender a totalidade e o sentido do que fazem. A alienação do trabalho é maximizada pela crescente aplicação de técnicas que diminuem o grau de reflexão e de entendimento do trabalhador sobre o sentido e a totalidade do processo que executa “Aumenta o número de pessoas letradas e diminui o número de pessoas cultas” (SANTOS, 2006, p. 151).

Do ponto de vista quantitativo, observou-se que, nas fazendas maiores, como a fazenda 1, do município de Bonito, encontram-se zootecnistas, técnicos agropecuários, caseiros, gerente, auxiliares de serviços gerais e operadores de máquinas, totalizando 19 funcionários fixos, número que sobe para 33, chegando a 40 se contados os motoristas de caminhão autônomos que atuam dentro da fazenda durante a colheita. Nas fazendas de médio porte diretamente administrada pelo próprio produtor, como a fazenda 2, visitada em Santa Carmen, e a fazenda 3 visitada em Sorriso, o número de empregados fixos não passa de 5: um caseiro, um veneneiro e três auxiliares (4 na fazenda 2 e 5 na fazenda 3). Durante a safra e o plantio, esse número aumenta com a contratação de 4 ou 5 operadores de máquinas em períodos cuja soma não ultrapassa os 3 meses por ano. Nessas fazendas, durante a colheita atuam também entre 4 e 6 caminhoneiros durante a colheita. A diferença foi que, na fazenda 2, os caminhoneiros eram autônomos, e na fazenda 3, foi contratada uma empresa de transporte da qual os caminhoneiros eram funcionários. Além disso, nessas propriedades, os serviços de agrônomo e zootecnista estão incluídos no pacote tecnológico contratados pelos produtores para a implantação dos sistemas de agricultura de precisão, enquanto na fazenda 1, de administração empresarial, havia agrônomo e zootecnista próprios da fazenda.

Em suma, notou-se que a dinamização do plantio da soja no mercado de trabalho ocorre mais época da safra e se dá pela contratação dos temporários para operação das colheitadeiras e plantadeiras, e da contratação de caminhoneiros autônomos, geralmente aproximadamente 4 a cada 1200 ha durante a época da safra (as fazendas 2 e 3, descontadas as áreas de reservas legais, tem aproximadamente 1200 há de área plantada). Os números encontrados em campo são fidedignos com a divisão do número total de trabalhadores mensurados pela RAIS (2017) como trabalhadores formais de lavouras de soja (CNAE 0115) pelo número de hectares plantados em Mato Grosso: 3,5 trabalhadores por mil hectares de área plantada.

Além dessas atividades, existe uma demanda quase que diária de técnicos das vendas de máquinas e equipamentos representantes da John Deere e da New Holland nas fazendas. Sua

presença é muito requerida pelos produtores com o intuito de verificar o funcionamento das máquinas e sanar o mais rápido possível qualquer eventual problema. Nos armazéns, ocorre também a contratação de estivadores para o descarregar os caminhões (nos casos dos armazéns que não tem estrutura para tombamento do veículo, onde a soja tem que ser “puxada no rodo” do caminhão, como é o caso do armazém visitado em Santa Carmen). Em todas as propriedades visitadas, os trabalhadores eram registrados, incluindo os temporários.

Essa distribuição dos empregos relacionados ao Complexo Soja por vários setores e ramos de atividade dificulta um levantamento quantitativo preciso do potencial de geração de empregos do setor. O setor gera empregos na produção de fertilizantes, maquinário agrícola, implementos químicos, sementes, processamento, beneficiamento, transporte, consultoria. A análise descritiva do funcionamento e das lavouras de soja mostra o quão difícil é a tarefa de buscar mensurar precisamente quantos dos empregos relacionados as atividades acima citadas são gerados especificamente pela soja, já que as fábricas de fertilizantes, agrotóxicos, máquinas, etc. produzem para todas as atividades agrícolas e não só para a soja, apesar dela ser o principal cultivo da região. Segundo a ABIOVE (Associação brasileira das indústrias de óleos vegetais), o Complexo Soja gerou, em 2010, 900 mil empregos diretos e indiretos no Brasil, sendo 419 mil na etapa de plantio e 481 mil no processamento industrial. Ainda segundo o estudo da Associação, cuja metodologia não foi esclarecida, a geração de empregos pelo complexo soja é 4 vezes maior quando a soja é processada em território nacional. Conforme visto no capítulo 2, o Brasil, desde 1996, com a Lei Kandir, vem priorizando o crescimento da exportação do grão em detrimento do crescimento da capacidade de esmagamento, que cresceu em ritmo muito menor que a produção. Enquanto a capacidade de esmagamento brasileira cresceu 42,16% entre 1995 e 2009, a produção de soja em grão cresceu 164,86% no mesmo período (ABIOVE, 2016, não paginado).

A análise e o detalhamento da cadeia produtiva da soja feita neste estudo mostram que a produção de soja gera empregos nos seguintes ramos de atividades: cultivo de soja e sementes, consultoria técnica e assistência técnica rural, fabricação de derivados alimentícios e químicos de soja, fabricação de agrotóxicos, de fertilizantes e de maquinário agrícola, bem como a comercialização destes itens, armazenamento, comércio, aluguel, construção e arrendamento de silos e máquinas agrícolas, comércio atacadista de soja e derivados e transporte de cargas. Através da base estatística da RAIS, é possível filtrar apenas os vínculos de emprego de estabelecimentos produtores de soja, da indústria de derivados de soja e do comércio atacadista de soja e derivados, o que não permite a aferição quantitativa dos empregos gerados pela cultura da soja nos demais setores dinamizados pelo cultivo citados acima.

Nesse sentido, após a realidade da produção de soja auferida na pesquisa de campo, foi feita aqui uma tentativa de medição do potencial de geração de empregos da sojicultura nos demais setores citados no parágrafo anterior. Para tanto, foram somados todos os empregos formais permanentes e temporários cujos vínculos foram declarados à RAIS com as CNAES relacionadas a estes setores, conforme abaixo:

- Cultivo de Soja e sementes certificadas: 0115-6/00 produção de semente de soja (quando realizada junto com o plantio), 0115-6/00 cultivo de soja e 0141-5/01 produção de semente certificada de soja;
- Consultoria e Assistência técnica rural: 7490-1/03 assessoria, consultoria, orientação e assistência na agricultura, 7490-01/03 serviços de análises de solo para fins agrícolas; 7490-01/04 assessoria e extensão em atividades agrícolas e pecuárias, 7490-01/05, assessoria por agrônomo a estabelecimentos agrícolas, 7490-01/06 assessoria, consultoria, orientação e assistência na agricultura, 7490-01/07 assessoria, orientação e assistência a estabelecimentos agrícolas e pecuários, 7490-01/08 assessoria, orientação e assistência na agropecuária, 7490-01/09 assessoria, orientação e assistência técnica na agricultura, 7490-01/10 assistência técnica rural, 7490-01/11 serviços de extensão agropecuária, 7490-01/12 atividades de extensão rural;
- Fabricação de derivados químicos e alimentícios da soja: 1033-3/02 produção de bebidas a base de soja fabricação de soja, 1041-4/00 produção de farelo de soja peletizado; 1041-4/00 produção de farinha de soja própria para alimentação humana, 1041-4/00 fabricação de farinha de soja, produção de óleo de soja em bruto, mesmo demogado, 1042-2/00 produção de óleo de soja refinado, 1095-3/00 produção de molho de soja, 1099-6/99 fabricação de leite ou queijo de soja ou de outro substituto vegetal do leite; 1099-6/99 fabricação de produtos alimentares a base de soja (queijo, massa frita, etc.); 1099-6/99 fabricação de proteína texturizada de soja (carne de soja); 2099-1/99 fabricação de proteína de soja em pó;
- Fabricação de Agrotóxicos: 2029-1/00 fabricação de intermediários para farmoquímicos, defensivos agrícolas e aditivos em geral; 2051-7/00 fabricação de ciexatim; óxido de fembutatin (óxido de "fenbutatin") (princípio ativo para defensivos agrícolas, não especificados); 2051-7/00 fabricação de defensivos agrícolas, n.e.; 2051-7/00 fabricação de metam sódio (princípio ativo para defensivos agrícolas, não especificados); 2051-7/00 fabricação de raticidas, rodenticidas e outros defensivos para

uso na agricultura; 4612-5/00 representante comercial e agente do comércio de defensivos agrícolas; 4683-4/00 comércio atacadista de defensivos agrícolas biológicos; 4683-4/00 ; comércio atacadista de defensivos agrícolas;

- Fabricação de Fertilizantes: 0891 6/00 extração de minerais para fabricação de fertilizantes, 0990-4/03 atividades de apoio a extração de minerais para a fabricação de adubos ou fertilizantes, 2012-6/00 fabricação de intermediários para fertilizantes químicos; 2012-6/00 fabricação de ácido fosfórico utilizado na preparação de adubos e fertilizantes; 2013-4/01 fabricação de adubos e fertilizantes organominerais; 2013-4/01 fabricação de fertilizantes de origem animal ou vegetal, mesmo misturados entre si tratados quimicamente; 2013-4/02 fabricação de adubos e fertilizantes fosfatados; 2013-4/02 fabricação de adubos e fertilizantes nitrogenados; 2013-4/02 fabricação de adubos e fertilizantes potássicos; 2013-4/02 fabricação de fertilizantes compostos npk; 2013-4/02 fabricação de fertilizantes fosfatados, nitrogenados e potássicos; 2013-4/02 fabricação de fertilizantes químicos de uso agrícola e doméstico; 2013-4/02 fabricação de fertilizantes químicos puros, compostos e complexos; 2019-3/99 fabricação de ácido fosfórico, exceto utilizado na preparação de adubos e fertilizantes; 2833-0/00 fabricação de distribuidores de fertilizantes; 3314-7/11 fabricação de distribuidores de fertilizantes, reparação e manutenção executada por unidade especializada, 4612-5/00 representante comercial e agente do comércio de fertilizantes; 4612-5/00 representante comercial e agente do comércio de insumos agrícolas industriais (fertilizantes, adubos, agrotóxicos, bactericidas e similares); 4683-4/00 comércio atacadista de fertilizantes;
- Fabricação e Manutenção de Máquinas Agrícolas: 2833-0/00 fabricação de máquinas agrícolas (exceto tratores); 2833-0/00 fabricação de máquinas agrícolas para o preparo do solo, não especificados; 2833-0/00 fabricação de máquinas e aparelhos para colheita e debulha de produtos agrícolas; 2833-0/00 fabricação de máquinas para beneficiamento de produtos agrícolas; 2833-0/00 fabricação de máquinas para limpar e selecionar produtos agrícolas; 2833-0/00 fabricação de peças para máquinas, aparelhos e implementos agrícolas;
- Armazenamento: 5211-7/99 armazenamento;
- Comércio, Aluguel e Arrendamento e Máquinas e Silos Agrícolas: 0161-0/99 aluguel de máquinas agrícolas com operador; 0161-0/99 locação de máquinas agrícolas com operador; 0161-0/99 aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas com operador; 0161-0/99 locação de máquinas e equipamentos agrícolas com operador;

4614-1/00 representante comercial e agente do comércio de máquinas e equipamentos agrícolas; 4614-1/00 representante comercial e agente do comércio de máquinas e implementos agrícolas; 4614-1/00 representante comercial e agente do comércio de peças para máquinas agrícolas; 4661-3/00 comércio atacadista de máquinas agrícolas; 4661-3/00 comércio atacadista de máquinas e equipamentos agrícolas; 4661-3/00 comércio atacadista de máquinas e implementos agrícolas; 4661-3/00 comércio atacadista de peças para máquinas agrícolas; 6440-9/00 arrendamento mercantil (leasing financeiro) de máquinas e equipamentos agrícolas; 7731-4/00 aluguel de, locação de máquinas agrícolas sem operador; 7731-4/00 aluguel de, locação de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador; 7731-4/00 leasing operacional de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;

- Comércio atacadista de soja e derivados: 4611-7/00 representante comercial e agente do comércio de milho em grão, soja em grão, café em coco, arroz em casca, trigo em grão, cana de açúcar, amendoim em casca, babaçu; 4622-2/00 ; comércio atacadista de soja não beneficiada; 4623-1/08 comércio atacadista de com acondicionamento associado de soja em bruto; 4632-0/01 comércio atacadista de soja beneficiada; 4632-0/03 comércio atacadista de soja beneficiada com acondicionamento associado; 4637-1/03 comércio atacadista de óleo de soja em bruto;
- Transporte de Cargas: 4930-2/02 transporte rodoviário de carga, intermunicipal, interestadual e internacional; 4930-2/02 transporte rodoviário interestadual, internacional de carga em geral; 5011-4/01 transporte marítimo de cabotagem – carga; 5021-1/01 aluguel e fretamento de embarcações com tripulação para transporte aquaviário de carga, municipal, por navegação interior, exceto travessia; 5021-1/01 transporte aquaviário de carga, municipal, exceto de travessia, por rios, lagoas, canais e outras vias de navegação interior; 5021-1/01 transporte aquaviário de carga, municipal, por navegação interior, exceto travessia; 5021-1/01 transporte hidroviário de carga, municipal, exceto de travessia, por rios, lagoas, canais e outras vias de navegação interior; 5021-1/01 transporte hidroviário de carga, municipal, por navegação interior, exceto de travessia; 5212-5/00 serviços de carga e descarga com locação de mão-de-obra e equipamento de movimentação ao contratante; 5212-5/00 serviços de carga e descarga; 5212-5/00 serviços de movimentação de carga; 5212-5/00 serviços de carregamento e descarregamento de carga; 5231-1/02 serviços de carga e descarga de embarcações 5231-1/03 serviços de gestão e operação de terminais aquaviários de carga; 5250-8/05 serviços de organização logística do transporte de carga (otm).

Os dados, agrupados na tabela 42 captam os vínculos ativos na data de 31/12 dos anos de 2006, ano do último censo agropecuário, 2010, ano marco no recorte temporal deste estudo e 2016, último ano disponível para consulta.

Tabela 42: Soma dos empregos formais nos setores dinamizados pela cultura da soja por UF do Centro-Oeste

Ramo de Atividade	Mato Grosso do Sul			Mato Grosso			Goiás			Totais		
	2.006	2.010	2.016	2.006	2.010	2.016	2.006	2.010	2.016	2.006	2.010	2.016
Cultivo de soja e sementes certificadas	6.271	5.231	10.522	21.081	33.033	46.479	8.549	13.003	18.236	35.901	51.267	75.237
Consultoria e assistência técnica rural	1.581	1.542	2.385	2.434	2.917	3.404	3.078	3.531	4.052	7.093	7.990	9.841
Fabricação de Derivados químicos e alimentícios de soja	2.417	2.269	3.522	3.900	5.300	6.323	7.419	10.676	13.855	13.736	18.245	23.700
Fabricação de Agrotóxicos	41	56	33	172	185	98	1.117	1.169	1.156	1.330	1.410	1.287
Fabricação de Fertilizantes	72	301	457	746	866	1.901	1.918	2.251	2.556	2.736	3.418	4.914
Fabricação e Manutenção de Máquinas Agrícolas	1.068	1.839	2.413	1.261	2.563	3.035	2.570	4.910	6.683	4.899	9.312	12.131
Armazenamento	997	855	596	2.291	1.370	676	2.677	2.044	1.354	5.965	4.269	2.626
Comércio, Aluguel e Arrendamento de Máquinas e Silos Agrícolas	488	771	1.216	1.462	2.993	4.741	1.035	1.696	2.282	2.985	5.460	8.239
Comércio Atacadista de soja e derivados	593	663	839	1.184	2.270	3.846	472	476	883	2.249	3.409	5.568
Transporte de Cargas	6.158	9.717	15.290	8.696	14.560	23.028	14.368	23.937	28.578	29.222	48.214	66.896
Total de empregos das CNAES selecionadas	19.686	23.244	37.273	43.227	66.057	93.531	43.203	63.693	79.635	106.116	152.994	210.439
Total de empregos formais nos estados	314.708	415.923	495.766	374.500	513.495	610.866	698.756	963.779	1.102.382	1.914.742	2.559.151	2.951.799
Participação das CNAES no total dos empregos formais	6,26%	5,59%	7,52%	11,54%	12,86%	15,31%	6,18%	6,61%	7,22%	5,54%	5,98%	7,13%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/TEM

Os dados revelam que os setores mensurados na tabela 42, apesar da rápida expansão da soja, ainda têm participação pequena no total dos empregos formais de cada um dos estados da região Centro-Oeste: 5,54% em 2006, 5,98% em 2010 e 7,13% em 2016. Em Mato Grosso, maior estado produtor, o percentual subiu de 11,54% em 2006 para 12,86% em 2010 e 15,32% em 2016. Vale destacar que, nos casos dos setores de consultoria, fabricação de agrotóxicos, fertilizantes e máquinas agrícolas, armazenamento, comércio, aluguel, arrendamento de máquinas e silos agrícolas e transporte de cargas, os dados referem-se ao total de empregos gerados por esses setores, isto é, o dado gerado engloba empregos não gerados pelo plantio,

armazenamento, beneficiamento e transporte da soja, já que os setores são demandados também por outros plantios e atividades.

Os dados da tabela 42, revelam o baixo potencial de geração de empregos da expansão da soja quando feita sua comparação com os dados da tabela 43. Enquanto, o VBP (Valor Bruto de Produção) da soja do Centro-oeste cresceu 90,04% entre 2010 e 2016, os vínculos empregatícios formais do cultivo da soja e outras atividades dinamizadas pelo setor cresceram apenas 37,54%, saindo de um patamar de 152.994 para 210.439. Em Mato Grosso, o crescimento foi de 41,59% ante 90,88% do VPB. Se tomado como referência somente o setor de cultivo da soja, CNAE 0115, o número de postos de trabalhos formais cresceu 46,75% entre 2010 e 2016 no Centro-Oeste e 40,70% em Mato Grosso.

Tabela 43: Evolução do VPB da soja do Centro-Oeste

UF	2006	2010	2016
MS	4.241.307.595	4.840.759.880	8.694.242.999
Crescimento % 2010/2006 e 2016/2010		14,13%	79,60%
MT	13.785.625.786	16.344.855.162	31.199.119.456
Crescimento % 2010/2006 e 2016/2010		18,56%	90,88%
GO	5.201.377.233	6.154.835.725	12.063.631.815
Crescimento % 2010/2006 e 2016/2010		18,33%	96,00%
TOTAL	23.228.310.614	27.340.450.768	51.956.994.272
Crescimento % 2010/2006 e 2016/2010		17,70%	90,04%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do MAPA

Na tabela 42, as atividades industriais relacionadas ao processamento da soja geraram apenas 0,72% dos empregos formais da região Centro-Oeste em 2006, 0,31% em 2010 e 0,33% em 2016. Em Mato Grosso, esse número ficou ao redor de 1% nos três períodos, 3.900 postos de trabalho em 2006, 5.300 em 2010 e 6.323 em 2016. Deve se considerar que os números da tabela 42 referente aos empregos gerados pelo processamento e beneficiamento da soja podem não refletir fidedignamente a realidade, já que muitos dos estabelecimentos industriais de armazenamento e processamento de soja declaram à RAIS com CNAES que não às relacionadas ao processamento e fabricação de derivados de soja, o que torna o mapeamento dos empregos agroindustriais gerados especificamente pela oleaginosa uma tarefa bastante complexa.

Se considerado o resultado obtido pela ABIOVE, segundo os qual, quando a soja é processada em território nacional, ela gera quatro vezes mais empregos, pode-se auferir que, em razão da opção por privilegiar através da isenção de impostos a exportação de grãos *in natura*, o país vem perdendo muitas vagas de trabalho na indústria de processamento na região Centro-Oeste, em especial em Mato Grosso, já que, conforme tabela 19 do capítulo 2, a exportação de grãos correspondeu a 65,38% das exportações do complexo soja da região entre 2000 e 2010.

A primazia da exportação de grãos, além de prejudicar a criação de vagas, impede a criação de vagas de maior remuneração. Conforme tabela 44, os setores cujas CNAEs estão agrupadas na categoria de Fabricação de Derivados Químicos e Alimentícios de soja têm remuneração média maior que os empregos do cultivo de soja, muito embora, essa diferença venha caindo sistematicamente com o passar dos anos, chegando a apenas 9% em 2016. Em Mato Grosso, a média salarial das vagas no cultivo da soja têm média salarial ligeiramente superior às da agroindústria processadora de soja, cerca de 5%. Esse aumento da média salarial, quando analisado sob a perspectiva da elevação progressiva da mecanização e automação dos cultivos apurada em campo, denota que, nas culturas de soja, os empregos de menor qualificação e remuneração estão sendo substituídos por máquinas, restando apenas poucos empregos de maior qualificação relacionados às novas tecnologias rurais. Sem embargo, deve ser levada em consideração a valorização do salário mínimo efetuada pelo governo federal no período 2006-2016. Tendo em vista que muitos dos acordos salariais de trabalhadores rurais de Mato Grosso têm como o piso salarial o salário mínimo nacional¹¹⁵, supõe-se que essa política tenha favorecido uma valorização salarial mais consistente no campo que na indústria, onde as convenções geralmente têm pisos salariais maiores.

¹¹⁵ Informação verbal fornecida pelo entrevistado 5.

Tabela 44: Remuneração Média do Cultivo de Soja x Indústria de Derivados em valores de 2016

Mato Grosso do Sul			
Ano	Cultivo de soja (A)	Fabricação de Derivados Químicos e Alimentícios de soja (B)	Razão de B em relação a A
2016	R\$ 1.948,68	R\$ 2.226,28	1,14
2010	R\$ 1.555,18	R\$ 1.968,23	1,27
2006	R\$ 1.200,59	R\$ 1.821,83	1,52
Mato Grosso			
2016	R\$ 2.349,54	R\$ 2.220,78	0,95
2010	R\$ 1.948,30	R\$ 2.049,07	1,05
2006	R\$ 1.548,28	R\$ 1.812,92	1,17
Goiás			
2016	R\$ 2.044,61	R\$ 2.468,57	1,21
2010	R\$ 1.611,07	R\$ 2.008,29	1,25
2006	R\$ 1.311,39	R\$ 1.657,60	1,26
Centro-Oeste			
2016	R\$ 2.114,28	R\$ 2.305,21	1,09
2010	R\$ 1.140,88	R\$ 2.008,53	1,18
2006	R\$ 1.657,60	R\$ 1.764,12	1,30

Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir de dados da RAIS/MTE

A elevada tecnologia e o conforto do interior das máquinas colheitadeiras e plantadeiras contrasta, todavia, com um fato que já havia sido apontado na literatura e que foi comprovado durante a pesquisa de campo: as extensas jornadas de trabalho nas plantações de soja. Durante a visita à fazenda 3, o entrevistado 11, operador de plantadeiras e colheitadeiras que estava contratado em regime temporário durante um mês para a colheita da soja e plantio de milho na propriedade declarou que entrava na máquina por volta das 7 horas da manhã e nela permanecia até às 20 horas com um intervalo de uma de almoço do qual não estava usufruindo todos os dias em virtude do atraso na colheita ocasionado pelas chuvas que haviam atingido a região na semana anterior. Quando questionado sobre onde almoçava, jantava e utilizava o sanitário quando não usufruía seu intervalo para descanso/alimentação, ele mostrou os talheres que estavam ao seu lado apoiados na máquina e disse: “Comida eles trazem aqui mesmo, tô até com os talheres aqui. Banheiro quando dá vontade a gente para a máquina e vai aqui mesmo (apontando para a plantação), não tem ninguém aqui mesmo”

O desrespeito à jornada de trabalho, em especial na época das colheitas e das safras é tida como natural entre trabalhadores e produtores. O entrevistado 3, médio produtor de Sorriso, declarou que a legislação brasileira é extremamente engessada no que diz respeito aos intervalos para repouso/alimentação e comemorou o fato de a Reforma Trabalhista ter endurecido as

regras para o ingresso de ações trabalhistas, já que segundo ele, a Justiça Trabalhista é uma “indústria de reclamações”, principalmente no que diz respeito à jornada de trabalho.

Sobre esse tema, o entrevistado 12, advogado trabalhista de Sinop disse que, de fato, o desrespeito à jornada de trabalho é o principal tema de disputa entre patrões e empregados rurais, mas não é o único. É bem comum que seja feito um acerto entre trabalhadores e empregados, principalmente os temporários, segundo o qual parte da remuneração é paga com sacas de soja pagas após a colheita. Esse acordo, cujo intuito é estimular a produtividade, quase sempre leva a desacordos entre patrão e empregado, pois os erros de cálculo na remuneração do trabalhador, ou ainda a escolha das sacas com pior teor de umidade e, logo de menor preço, para o pagamento são comuns, segundo o advogado entrevistado. O entrevistado também expressou preocupação a respeito das novas leis trabalhistas em vigor desde novembro de 2017. Segundo ele, as convenções coletivas dos trabalhadores rurais de Mato Grosso são praticamente espelhos da CLT, dada a falta de organização política e sindical dos trabalhadores rurais no Estado, de forma que, ao estimular a livre negociação sobre diversos temas importantes e retirar do texto da lei itens importantes pra o trabalhador rural, como a obrigatoriedade de homologação das demissões nos sindicatos e a contagem do tempo de deslocamento para locais de trabalho de difícil acesso como parte da jornada, a nova lei abre espaço para um rebaixamento dos direitos da categoria.

Compartilhou dessa mesma opinião, o entrevistado 5, membro eleito da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sinop. Segundo o diretor, a nova lei trabalhista enfraquece os sindicatos de categorias pouco organizadas politicamente como a dos trabalhadores rurais de Sinop tanto pela questão do fim da obrigatoriedade das homologações das demissões pelo sindicato, já que é uma constante os produtores “errarem” nas contas do que devem pagar nas demissões, como pelo fim do Imposto Sindical, única receita do sindicato de Sinop, tendo em vista que o índice de sindicalização entre os assalariados ser próximo de zero. Nesse contexto, não ficam comprometidos somente o espaço para a luta por qualquer melhoria nos acordos entre patrões e empregados e nos benefícios da categoria, mas também o próprio funcionamento do sindicato, que conta hoje somente com uma funcionária de meio período e apenas dois diretores com dedicação exclusiva às atividades sindicais.

Figura 28: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sinop

Fonte: Fotografado pelo autor (2018)

Quando questionado sobre quais são os principais problemas dos trabalhadores assalariados rurais da soja, o entrevistado apontou que os mais graves são: a questão dos agrotóxicos, o desrespeito à jornada de trabalho, a remuneração variável e a falta de qualificação profissional e de conscientização dos trabalhadores em relação ao uso de equipamentos de segurança no trabalho, em especial aqueles relacionados ao manuseio de agrotóxicos. Segundo o dirigente, a questão dos agrotóxicos é tema central na saúde e segurança e saúde dos trabalhadores da soja, uma vez que os agrotóxicos são aplicados em larga escala e, na maioria das fazendas da região, por avião, o que facilita a dispersão pelo ar:

O agrotóxico vai matando a pessoa sem fazer barulho, aos pouquinhos ao longo tempo. Não dá pra saber exatamente quando e em qual emprego foi, e os efeitos são a longo prazo. A falta de consciência dos trabalhadores piora o problema. A maioria das fazendas oferecem o equipamento, mas na pressa, as pessoas não usam porque não têm informação dos efeitos da exposição no longo prazo. Não que o uso do equipamento garanta alguma coisa, porque o negócio é pesado, é veneno de todos os tipos o ano inteiro, é mata mato, inoculante, um monte de coisa, o certo mesmo era mudar a forma de cuidar da lavoura¹¹⁶ (informação verbal).

¹¹⁶ Entrevistado 5, conversa realizada em 28/02/2018.

O tema da remuneração variável (pagamento em dinheiro mais sacas de soja) também tem ocupado lugar central na pauta do sindicato dos trabalhadores rurais de Sinop. Segundo o dirigente, em Sinop, a categoria está sem convecção coletiva há 4 anos em razão de não haver acordo entre o sindicato rural e o sindicato dos trabalhadores a respeito do tema. Diferentemente do Sindicato dos trabalhadores rurais de Sorriso e outros representados pela FETAGRI (Federação dos trabalhadores da agricultura de Mato Grosso), a diretoria do Sindicato de Sinop se recusou a assinar um acordo através do qual a base de recolhimento de FGTS e INSS dos trabalhadores rurais seja somente o valor pago em dinheiro, sem que sejam computadas as sacas pagas a título de remuneração variável. Na falta de acordo entre representantes dos fazendeiros e dos trabalhadores, o piso salarial da categoria segue no valor de R\$ 1243,00 desde 2014, data do último acordo.

No capítulo 1, quando do estudo das obras de importantes pensadores brasileiros do século XX sobre a questão agrária brasileira, na seção 1.5.2, foi identificada uma profunda preocupação de Caio Prado Jr a respeito das condições de trabalho e sobre o padrão de vida do trabalhador rural. Para ele, a resolução da questão agrária passava essencialmente pelo fortalecimento da posição do trabalhador rural frente ao latifundiário, o que incluía a modernização da produção agrícola e a extensão da legislação social trabalhista para o campo, assegurando proteção legal aos trabalhadores. Na produção de soja, o avanço técnico é intrínseco à sua expansão pelo território e ocorreu de tal forma que os custos do trabalho correspondem a apenas 4% dos custos totais da lavoura¹¹⁷. Contudo, em relação ao trabalho, ainda que tenha ocorrido a extensão da legislação de regulação do trabalho para o campo, *in loco*, observa-se que essa expansão foi insuficiente para garantir condições ideais de trabalho. Não se trata de dizer que não ocorreram avanços importantes. Todos os trabalhadores das fazendas visitadas eram registrados e contavam com equipamentos de proteção e segurança, realidade bastante diferente daquela observada por Prado Júnior (1966) à altura de sua produção. Contudo, observa-se que o avanço tecnológico (que diminui a oferta de emprego no campo, favorecendo a formação de um exército de reserva rural), aliado à fraca fiscalização das condições de trabalho por parte dos órgãos do Estado, à falta de condições que favoreçam organização política dos trabalhadores através de seus sindicatos e, mais recentemente à Reforma Trabalhista favorece um cenário de baixa remuneração (quando comparada ao elevado

¹¹⁷ Para mais detalhes consultar tabela 37 do Capítulo 3.

nível de produtividade da atividade) e de desrespeito a itens básicos da legislação, como pausa para alimentação/descanso e jornada de trabalho.

A sustentabilidade do ponto de vista ambiental também é aspecto que preocupa na análise da expansão da soja em território brasileiro. O modelo de produção e reprodução do agronegócio da soja, cuja base é a produção de um espaço em que a natureza torna-se fator residual da técnica e da racionalidade do grande capital, tem impactos ambientais cuja magnitude, embora sob muitos aspectos seja difícil de mensurar, não podem ser desprezados. Segundo o WWF (2018, não paginado) entre 2013 e 2015, o Brasil destruiu 18.962 km² de Cerrado. Essa área equivale a 18 vezes a área da cidade de São Paulo. Há 10 anos o desmatamento do Cerrado supera o da Amazônia, tornando-o um dos ecossistemas mais ameaçados do planeta, do qual resta apenas 50% de sua área original. A ONG alerta também para o fato de o Cerrado estocar o equivalente a 13,7 bilhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂)⁵, de modo que as emissões significativas de gases de efeito estufa decorrentes do processo de seu desmatamento impedirão o cumprimento dos compromissos internacionais do Brasil nas Convenções do Clima e de Biodiversidade. A principal contribuição para o desmatamento do Cerrado vem da expansão do agronegócio sobre a vegetação nativa. Entre 2007 e 2014, 26% da expansão agrícola brasileira ocorreu diretamente sobre vegetação de Cerrado. O quadro é ainda mais grave quando considerada somente a região do MATOPIBA, nela, entre 2000 e 2016, ocorreu 49% da expansão agrícola no sobre vegetação nativa do Cerrado.

Outro impacto ambiental bastante controverso da expansão da soja é a utilização de agrotóxicos. Segundo Bombardi (2017, p. 70), Mato Grosso foi a UF que mais consumiu agrotóxicos no Brasil entre 2012 e 2014: 191.439 toneladas, 21,7% do consumo nacional. Na região Centro-Oeste, foram 334.628 toneladas, 38% do consumo nacional. O alto consumo de agrotóxicos nesses estados tem correlação com sua elevada produção de soja, cultura que mais utiliza agrotóxicos na atualidade. Esse consumo não só tem impactos deletérios na saúde humana dos consumidores dos produtos agrícolas e dos trabalhadores do setor, mas também sobre os lençóis freáticos, sobre a fauna e sobre a flora do Cerrado e da Amazônia. Dado que o plantio de soja na região estudada se expandiu entre 1975 e 2005 (a depender da região), ou seja há menos de 50 anos, ainda é difícil mensurar os impactos desse modelo de agricultura sobre a produtividade dos solos. Apesar disso, é bastante preocupante grau de completa artificialidade da produção de soja. Desde o preparo do solo, plantio da semente, passando pela sua germinação, controle de pragas, crescimento e colheita, tudo tem interferência química. Trata-se justamente do que Milton Santos chamou de “natureza artificializada”:

É essa a lógica da natureza artificializada, em sua busca de imitação e superação da natureza natural (E. Sotssass, 1991). Um outro sonho que se torna realidade, o sonho de um meio artificial, funcionando como um laboratório ideal, substituindo a natureza, sobre a qual se instala (SANTOS, 2006, p. 2004).

As formas dominantes de cultivo da soja têm hoje sua supremacia cada vez mais questionada sob dois aspectos: a sustentabilidade dos níveis de produtividade do solo ao longo do tempo e o elevado uso de implementos químicos de todos os tipos. Em nenhuma das regiões visitadas terem sido relatadas queixas quando ao desgaste do solo, fato que se atribui, em grande parte, ao curto interstício de tempo que separa a expansão da soja por essas áreas e a realização desta pesquisa. Ainda assim, na região de Sinop, observou-se que alguns produtores já optam pelo sistema integração entre pecuária e agricultura, o que revela por parte deles certa preocupação em tentar preservar as condições do solo. Outro fato relevante é a presença em Sinop da sede da EMBRAPA Agrossilvipastoril, revelando que a preocupação com os métodos produtivos da região, ainda que de forma insuficiente já estejam no radar de setores do poder público.

O sistema agrossilvipastoril, conforme já mencionado integra floresta, lavoura e pecuária e coloca-se como interessante alternativa para os métodos de produção convencionais, uma vez que preserva o fundamento mais importante da agricultura comercial: rentabilidade, conciliando-o com métodos de manejo e organização da produção mais sustentáveis. Segundo o entrevistado 6, pesquisador da unidade de Sinop, e EMBRAPA (2012, não paginado), nesse sistema, as árvores do sistema agem como quebra-vento, mantendo a umidade do solo, aumentando a fixação de nutrientes, restaurando as propriedades químicas, físicas e microbiológicas do solo, e melhorando a qualidade da cultura agrícola ou pasto. O sistema possibilita uma exploração mais sustentável e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, uma vez que o planejamento da área, com a introdução do componente florestal garante rendimentos oriundos tanto da agricultura como da pecuária, bem como da colheita de outros produtos florestais não madeiráveis. Além disso, o sistema de integração pode possibilitar uma redução nos gastos com implementos, já que os estudos desenvolvidos pela unidade da EMBRAPA apontam que a floresta tende a aumentar o bem-estar animal da propriedade, bem como regular melhor os níveis umidade e tronar mais rápida a ciclagem de nutrientes. No longo prazo, o sistema possibilita ganhos com o corte de parte das árvores e sua utilização como madeira com alto valor agregado para serraria, móveis, construção civil, etc. Além disso, o sistema tende a melhorar a distribuição da contratação de mão de obra durante o ano, tornando-

a mais uniforme e, conseqüentemente melhorando o mercado de trabalho da região onde se insere.

Figura 29: Sistema Agrossilvipastoril

Fonte: EMBRAPA (2012, não paginado)

O sistema agrossilvipastoril é mais adotado no setor agropecuário. Nas regiões produtoras de soja, ele enfrenta resistência por parte dos produtores em razão do longo período que separa a adoção do sistema e os ganhos com a exploração econômica da área da propriedade destinada à floresta. Quando perguntados sobre o sistema, os produtores entrevistados foram unânimes em dizer que as perdas econômicas de deixar parte da fazenda sem plantar soja para aguardar o crescimento da floresta não são compensadoras. No sistema agrossilvipastoril, a rentabilidade obtida com a venda da soja cairia em razão da redução da área plantada na propriedade, o que dificulta a disseminação do sistema numa região que ainda não apresenta problemas em relação à produtividade do solo.

Nesse cenário, as perspectivas mostram-se preocupantes. Não obstante a capacidade do meio técnico científico informacional de produzir uma natureza artificializada, sabe-se que ela ainda depende da água, das chuvas e do clima, variáveis dadas pela natureza natural, cujo funcionamento depende do equilíbrio ambiental. Contudo, apesar de moderna e altamente tecnológica, a (ir)racionalidade do meio técnico informacional, cujo desenvolvimento e aplicação estão a serviço de uma escala de produção planetária, pouco considera os limites do meio ambiente onde se insere. Permeada pela modernidade e pelas tecnologias científicas e

informativos, do ponto de vista ambiental, a agroexportação da soja mantém vivo - embora resignificado no tempo e no espaço - o processo de “bombeamento dos recursos naturais do solo” descrito por Prado Júnior (2000, p. 88) em sua caracterização da agricultura predatória do período colonial.

4.4 A NATUREZA DO ELDORADO DA SOJA NA OBRA DE MILTON SANTOS: ANÁLISE CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DO AGRONEGÓCIO DA SOJA

Nesta seção, pretende-se fazer uma reflexão crítica sobre a economia política do agronegócio da soja considerando suas principais características e os dilemas que elas representam ao desenvolvimento do Brasil. Essa reflexão sobre o processo histórico e econômico estudado busca qualificar a realidade observada durante a pesquisa de campo e, de alguma forma, contribuir para os atuais debates envolvendo o modelo de agricultura contemporâneo e seus impactos socioeconômicos e espaciais.

A reflexão teórica aqui empreendida não pretende, em nenhuma medida, “enquadrar” a realidade em limites teóricos, ou ainda constituir uma obstrução à observação e compreensão da realidade. A pesquisa de campo que deu base ao capítulo 4 mostra que a realidade da RPA da soja é complexa, contraditória e desafiadora dos pontos de vista histórico, social, espacial e econômico. Não poderia ser diferente. Um território que, num intervalo de 40 anos, de frente de expansão pouco povoada, transformou-se num espaço de excelência na produção da maior *commodity* agrícola deste início de século, certamente não pode ser analisado sob uma perspectiva obtusa que vise enquadrá-lo em rígidos esquemas interpretativos que desconsiderem a realidade tal como ela se apresenta.

Contudo, o historiador econômico, sob pena de cair no empirismo, não pode se abster do debate crítico e da compreensão analítica da realidade. Nessa tarefa, a tentação de compreender a realidade a partir das fronteiras temáticas impostas ao conhecimento é o caminho mais curto para interpretações totalizantes que se propõem a explicar tudo e que na verdade explicam muito pouco. Na luta do historiador econômico para se manter longe das linhas do empirismo tácito, e também do reducionismo totalizante de rígidos esquemas interpretativos, a melhor aliada é a interdisciplinaridade. Por isso, neste capítulo e ao longo de todo este trabalho, além da História e da Economia, buscou-se a utilização de diversas áreas do conhecimento como forma de compreender os vários processos correlatos e interdependentes que compõem a realidade estudada. Dentre essas áreas, destaca-se a Geografia Humana, cuja compreensão dos processos históricos globais e regionais aqui descritos, em especial dos impactos da “mundialização do capital” sobre o espaço e sobre a realidade concreta encontra hoje compreensão de valor irrefutável para esta pesquisa.

Nesse quesito, obra de Milton Santos enriquece muito a análise aqui compreendida. Em livros como *Economia Espacial* (1979), *A natureza do espaço* (1996), *A urbanização brasileira* (1993) e *Da totalidade ao lugar* (1996), o autor apresenta sua compreensão dos processos

globais e seus reflexos no espaço, permitindo tratar da questão agrária a partir de importantes transformações estruturais da economia brasileira ocorridas já na segunda metade do século XX: a alteração da distribuição da população pelo território e a intensa urbanização, inclusive em regiões interioranas.

O tratamento dado por Milton Santos à questão agrária traz contribuição impar para o entendimento da incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro entre 1960 e 1980 e também na mudança do entendimento da dinâmica espacial da região a partir do processo de “mundialização do capital”, cujos impactos no Brasil começaram a se tornar mais evidentes em meados da década de 1980. Esse período é o recorte temporal a partir do qual ocorre uma inflexão na compreensão das dinâmicas regionais engendradas a partir da expansão da soja pela região Centro-Oeste. A acepção centrada na ideia de incorporação subordinada, utilizada no primeiro capítulo para descrever o histórico da região até 1980, acaba cedendo espaço para a noção de produção monopolista do espaço engendrada a partir nova dinâmica global dada pela “mundialização do capital” e pela consolidação da visão do sistema agroalimentar da soja como cadeia global de valor comandada a partir de capitais monopolistas transnacionais. Este salto interpretativo, considerado ponto importante desta tese, se dá com base na obra de Milton Santos, pilar importante da análise crítica pretendida nesta seção.

Em sua produção, o autor tratou de um tema apontado por todos os autores analisados no Capítulo 1 como uma das principais problemáticas da questão agrária brasileira: a expulsão de grandes contingentes de trabalhadores para os centros urbanos, marca importante do processo de urbanização brasileiro, além de tratar de temas como a artificialidade dos processos produtivos na agricultura e da circulação da produção e dos capitais no espaço. Assim, ademais de possibilitar um salto qualitativo na interpretação da relação campo-cidade, a obra de Milton Santos permite construir uma compreensão teórica conectada com realidade regional do Centro-Oeste.

O esforço de análise empreendido nos quatro capítulos desta tese mostrou que a expansão da soja em território brasileiro, em especial pela região Centro-Oeste tem como características principais a concentração fundiária, a baixa capacidade de geração de empregos, e de internalização em território nacional dos setores líderes da cadeia global de valor, a “urbanização do campo”, a concentração de renda, empregos de baixa remuneração, e elevado impacto ambiental relacionado à destruição dos biomas do Cerrado, da Amazônia e ao uso de agrotóxicos.

Tais características da Região Produtiva da soja no Centro-Oeste e também no MATOPIBA encontram conexão e nexos causais com a forma como, a partir da expansão da soja,

essas regiões passaram a se vincular a uma cadeia global de valor cujos elos estão interligados a partir de uma lógica de apropriação de excedente em escala planetária. Fruto do processo de “Mundialização de Capital”, essa lógica criou uma nova divisão internacional do trabalho que, segundo Santos (2006, p. 86), gera como resultado a divisão territorial do trabalho com impactos espaciais e socioeconômicos controversos.

Trata-se de uma divisão pela qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente. Isso porque, no meio técnico científico informacional, nenhum recurso tem valor por si mesmo, em outras palavras, o valor real de cada objeto, de cada recurso natural, de cada contingente de mão de obra não depende de sua existência pura e simples, mas sim de sua qualificação geográfica. Essa qualificação representa o significado conjunto que todos e cada qual separado tem por participar de um determinado lugar

Fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concretos que pareçam, são abstrações. A definição conjunta e individual de cada qual depende de uma dada localização. Por isso a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país (SANTOS, 2006, p. 86).

Isso significa dizer que cada atividade é a manifestação de fenômeno social total e da distribuição da totalidade dos recursos, que resulta da divisão do trabalho. É justamente a divisão do trabalho que permite aos recursos (dinheiro, população, recursos naturais, etc.) funcionalizar-se e objetivar-se nos diferentes lugares. Nessa realidade, as diversas empresas, à medida de suas forças e de seus processos produtivos, induzem uma divisão do trabalho que corresponde ao seu próprio interesse. Em conflito (ou não) com elas, o Estado também imprime ao território sua lógica de divisão do trabalho (SANTOS, 2006, p. 87).

No meio técnico científico informacional, cuja dinâmica econômica global crescentemente se sujeita aos ditames do capitalismo mundializado, emerge uma lógica de apropriação de excedentes a nível global que, junto com a ascensão das técnicas informacionais consegue aprofundar o processo de divisão internacional do trabalho, mundializando a produção, o produto, o dinheiro, o crédito, a dívida, o consumo e até mesmo o poder político. Nesse contexto, o espaço das empresas transnacionais passa a ser o mundo, sendo que a capacidade dessas empresas de controlar a inovação técnica e científica, bem como a circulação e a gestão do capital se acentua (SANTOS, 2006, p. 134).

Essa dinâmica transformou a divisão territorial do trabalho à medida que sua objetivação e funcionalidade passam a depender da dotação de conhecimento dos espaços. Em termos práticos, as firmas mais dotadas técnica e financeiramente tendem a buscar localizações com

condições mais bem estruturadas de potencializar seu lucro. Como resultado, observa-se que os territórios nacionais transformam-se naquilo que Santos (2006, p. 163) chamou de “espaço nacional da economia internacional” e que os Estados nacionais têm sua soberania erodida, apesar de ainda serem atores importantes para encorajar ou inibir através de políticas nacionais a integração global designada pelas transnacionais.

Essa integração global, cuja tônica é a exigência crescente de controle coordenado e centralizado dos sistemas técnicos e, conseqüentemente, da produção, gerou uma tendência de união vertical dos lugares. Nessa união, os fatores de modernização desorganizam ou destroem a ordem local e criam uma nova ordem segundo sua lógica e a seu serviço. Os sistemas técnicos e a produção que eles suportam deixam de ser locais. As técnicas oriundas do centro se desterritorializam verticalmente, abarcando os subespaços onde se inserem numa ordem social e econômica mais abrangente.

Assiste-se, neste último quartel de século (século XX), a uma aceleração das mutações. Cada vez mais o homem se vê obrigado a utilizar técnicas que ele não criou, para produzir para os outros aquilo de que não tem necessidade ou que não tem os meios de utilizar. Em razão desta passagem de uma multiplicidade de técnicas locais geradas espontaneamente, para uma só tecnologia imposta em escala mundial, também o homem muda. Ele deixa de ser o homem “local” para se tornar um “homem mundial”. A escala local não é mais a das decisões que o afetam. Os espaços aparecem cada vez mais como se diferenciando por sua carga de capital, pelo produto que criam e pelo lucro que engendram e, em última análise por seu desigual poder de atrair capital (SANTOS, 1979, pp. 138-139).

Através desse processo, cria-se uma diferenciação tenaz entre os espaços que compõem um território. Os espaços receptores das novas técnicas e da racionalidade do capital mundializado seriam, segundo essa lógica, os “espaços inteligentes”, enquanto os demais, menos dotados de ciência, tecnologia e informação seriam os “espaços burros” (SANTOS, 2006, p. 147). Essa espécie de “competição” entre os lugares encontra na técnica apenas seu vetor de indução, já que sua existência se deve a um comando político produzido pelos atores globais que comandam essa nova ordem.

Cria-se assim um processo de especialização dos espaços segundo as vantagens que ele oferece à produção de certos produtos e no qual as condições técnicas e sociais tornam-se mais relevantes que as naturais. Essa especialização ocorre nas regiões urbanas como nas regiões agrícolas e aumenta a necessidade de intercâmbio entre os diferentes subespaços, estimulando-se assim, ainda que sob comando vertical, uma solidariedade organizacional entre os subespaços de uma região, elemento chave para o entendimento da relação dialética entre verticalidade e horizontalidade. A solidariedade organizacional entre os subespaços forma

interesses comuns e formas de organização locais importantes, cuja atuação pode, em certa medida, alterar a coesão organizacional do espaço verticalmente colocada.

A divisão territorial do trabalho resultante da união vertical dos espaços tem seus impactos na horizontalidade e, como resultado da maior intensidade de técnicas, de capital, de circulação de mercadorias, ideias e pessoas no espaço, atribui a alguns atores um papel privilegiado na organização do mesmo. Esses atores locais logram comandar aspectos técnicos das atividades econômicas da localidade, e permitem inclusive que as cidades locais ou regionais tenham certo comando sobre a porção do território que as rodeia e onde se realiza a produção propriamente dita. Contudo, o comando “político” das decisões relativas à governança das atividades exercidas na localidade se dá em instâncias superiores:

São as cidades locais que exercem esse comando técnico, ligado ao que, na divisão territorial do trabalho, deve-se à produção propriamente dita. Cidades distantes, colocadas em posições superiores no sistema urbano (sobretudo as cidades globais), têm o comando político, mediante ordens, disposição da mais valia, controle do movimento, tudo isso que guia a circulação, a distribuição e a regulação (SANTOS, 2006, p. 184).

O capital passa a ser o intermediário entre o homem, destituído dos meios de produção, e o espaço alienado de acordo com a sua capacidade de atrair capitais (SANTOS, 1979, p. 139). Isso significa dizer que as elites locais detêm poder sobre os fluxos de capital cuja dinâmica é local, já os capitais monopolistas transnacionais controlam o fluxo de capital e o funcionamento da economia a nível mundial

Embora corra a coesão horizontal das regiões onde se insere, a especialização dos subespaços a partir de técnicas desterritorializadas desenvolve uma relação de interdependência horizontal entre eles. Ou seja, a partir da atividade comum, a informação passa a circular mais rapidamente levando a um aumento da produtividade daquele subespaço. Essa coexistência dialética entre verticalidade e horizontalidade cria interesses e expressão comum no local:

A informação tornada comum não é apenas a das técnicas de produção direta, mas tende a ser também das técnicas de mercado. Os mesmos interesses criam uma solidariedade ativa, manifestada em formas de expressão comum, gerando, desse modo, uma ação política. A mídia local (jornais, rádio, televisão) é um testemunho desse movimento pelo qual as forças oriundas do local, das horizontalidades, se antepõem às tendências meramente verticalizantes (SANTOS, 2006, p. 195).

Conforme visto na seção 2.4, a elite política e econômica vinculada ao agronegócio da soja no Centro-Oeste tem capacidade de organização e poder econômico destacados. Sua presença política nas mais altas esferas de comando da República, bem como seu poderio

mediático comprovados nesta pesquisa são evidências factuais da força das horizontalidades e até mesmo da ascensão de alguns de seus atores à categoria de agentes de comando da racionalidade vertical, como é o exemplo do ministro da agricultura Blairo Maggi, cujo grupo empresarial ascendeu à categoria de *trading* global.

A subordinação da renda da terra aos capitais agroindustriais transnacionais oligopolistas - apesar de limitar a autonomia dos capitais nacionais envolvidos na cadeia, bem como a internalização de nichos de acumulação de capital e integração de valor na região Centro-Oeste - não impedem uma geração de riqueza e nem mesmo uma diversificação econômica, ainda que sob certos aspectos limitada, nas cidades da “região produtiva do agronegócio” da soja. Limitada porque a dinâmica de comercialização e formação dos preços da soja revela que o principal elo da cadeia global de valor da soja sob controle de capital nacional, o plantio, tem capacidade muito limitada de influência sobre os preços e sobre as condições de negociação do seu produto. Isso ocorre porque a soja é uma *commodity* no sentido mais puro do termo, ou seja, um produto de origem primária de qualidade e características uniformes que, sem processamento, não tem qualquer utilidade.

Apesar das exigências de certificação das sementes para a compra das safras por parte das *tradings*, a soja, desde que produzida a partir de sementes certificadas, não é diferenciável de acordo com quem o produziu ou pelo território de origem. Essa característica faz com que o preço do grão seja determinado no mercado internacional e com que a agregação de valor ocorra de fato nos processos industriais de processamento. Não bastasse isso, o processo produtivo, a organização da produção e as informações que balizam o produtor em sua tomada de decisões são, em geral comandadas a partir das *tradings* processadoras.

A conformação dessa produção, cuja cadeia de valor é comandada a partir de outro espaço que não aquele onde ela se realiza, cria espaços do mandar e espaços do fazer. A técnica aliada à lógica e a racionalidade dos grandes capitais é capaz de racionalizar paisagens e produzir espaços capazes de suportar determinadas funções na divisão territorial do trabalho segundo seus ditames (SANTOS, 1993, p. 144).

A produção espacial se dá através da expansão dos meios de transporte, de comunicação e da instrumentalização do espaço através de sua submissão a racionalidade dos grandes capitais. Além de criar condições objetivas à realização da produção, essa instrumentalização tem como intuito dotar o espaço de capacidade de transportar os fluxos de informação verticais que comandam desde pontos distantes do território as atividades locais (SANTOS, 2006, pp. 200-201).

A constituição desses aparatos busca dar aos locais de condições de oferecer rentabilidade aos investimentos. Isso significa que o espaço passa a ser modelado segundo os mesmos critérios de eficiência e racionalidade que comandam o processo técnico-científico. A intensidade e a forma desse modelamento irão determinar a menor ou maior rentabilidade daquele local. Essa estruturação, parte central do processo de produção monopolista do espaço não é, contudo, totalmente imposta verticalmente. As condições locais de ordem técnica (infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis, impostos, tradições) têm influência nesse processo e irão ter papel importante na produtividade daquele espaço produtivo, em que pese as condições artificialmente criadas para que seu sentido e finalidade obedeçam a um comando externo (SANTOS, 2006, p. 166).

Para esta função, os Estados nacionais cumprem função vital, o que denota sua importância cada vez mais decisiva para as organizações e firmas mundializadas. Ao orientar os investimentos públicos no sentido de aumentar a fluidez de mercadorias, pessoas e informações pelo território, os Estados tornam-se elementos chave na produção de pontos do espaço onde a comando dos centros, emanado sob a forma informação, se concretize de maneira segura e rentável. Para essa função, quanto mais artificial, mais seguro é o espaço. Em outros termos, a localização das infraestruturas é resultado de um planejamento feito por atores hegemônicos da economia e da sociedade, e não de forças sociais espontâneas ou de ação unilateral do Estado. Esse processo de produção de um espaço racional requer e se encarrega de produzir também uma “segurança” de que a resposta local aos comandos do centro seja rápida e adequada, permitindo assim que a ação pretendida seja processada e realizada sob a forma de produção da maneira mais fidedigna possível (SANTOS, 2006, pp. 200-204).

Para tanto, são produzidas não só as condições para a fluidez da informação, e da produção, mas também uma natureza artificial, capaz de possibilitar ao capital o controle de parte expressiva das condições naturais, mitigando riscos climáticos e até mesmo possibilitando a produção em locais inapropriados para um dado cultivo, como aconteceu com a soja nos Cerrados:

Foi o período técnico-científico da humanidade (Richa, 1972), isto é, a possibilidade de inventar a natureza, de criar sementes como se elas fossem naturais, isto é, o progresso da biotecnologia, que permitiu, no espaço de duas gerações, que o que parecia um deserto, como o cerrado, na região centro-oeste e na Bahia, se transformasse num vergel formado por um caleidoscópio de produções, a começar pela soja. O papel da pesquisa, empreendida na EMBRAPA e em outras instituições, foi fundamental nessa evolução (SANTOS, 1993, p. 40).

No Centro-Oeste brasileiro, o Estado brasileiro vem se empenhando na garantia dessas condições através de crédito, investimentos em infraestrutura, pesquisa científica e garantindo a segurança e a ampliação da concentração fundiária, ainda que sob a forma de omissão em relação à grilagem de terras. Conforme visto no capítulo 2, essa atuação se reconfigurou após o fim da ditadura militar e com a emergência do processo de “mundialização do capital”, passando a ter seu escopo de atuação ampliado no sentido criar novos mecanismos de financiamento da agricultura que dependessem menos do erário público, ao mesmo que criam novos nichos de acumulação para o capital financeiro na agricultura. Além disso, do ponto de vista legal e regulatório, a atuação do Estado foi decisiva no sentido de garantir as condições da penetração no país das novas técnicas biotecnológicas, em especial dos transgênicos.

A produção do espaço produtivo sob comando dos atores hegemônicos que comandam o capitalismo mundializado, produção monopolista do espaço como se denominou, traz como consequência a emergência das cidades como centros de comando e coordenação das técnicas e das informações que compõem essa nova ordem. Nela, a relação entre campo e cidade torna-se coesa, pois apesar das funcionalidades diferentes destes subespaços, nas áreas de agricultura capitalista, as cidades tornam-se o epicentro da regulação do trabalho agrícola. Nesse contexto, as cidades médias¹¹⁸ tendem a ser potencialmente beneficiadas, pois cumprem o papel de suprir com informação e técnica a atividade agropecuária moderna, ocupando um nicho de atividade urbana especializada e conectada com a produção regional. Visando suprir a crescente demanda por regulação e consumo produtivo, as cidades médias necessitam de investimentos públicos e privados a fim de tornarem-se centros de expressão regional, “pontes entre o global e o local” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 281).

O consumo produtivo da moderna agropecuária se dá nas cidades, de modo que são necessárias agências bancárias para viabilizar as operações de crédito; comércio especializado de máquinas, equipamentos, tratores, fertilizantes e agrotóxicos; consultorias especializadas; escritórios de fabricantes de insumos agrícolas e até mesmo agroindústrias. Essa diversificação, em certa medida, fomenta a expansão de uma classe média urbana, já que algumas cidades passam a abrigar uma gama maior de profissionais especializados, o que acaba por gerar uma demanda potencial maior por serviços como saúde, educação e lazer.

¹¹⁸Conforme Soares (1999), o termo cidades médias é uma referência ao lugar que essas cidades ocupam no sistema econômico global, isto é, na relação entre o local e o global, levando-se em consideração também o lugar que ocupa na rede urbana.

Não se pode esquecer, entretanto, que a rigidez da hierarquia de comando dos espaços produzidos tem influência sobre a forma como as cidades crescem e se desenvolvem. Mesmo Sinop, que é a cidade mais importante de todo o eixo produtor de soja da BR 163, apesar de sua centralidade - expressa na gama de serviços que oferece e de representar um polo de coordenação das atividades agroindústrias da região - sofre com as consequências da baixa retenção da renda gerada pelo complexo agroexportador da soja. A fabulosa riqueza gerada pelo complexo agroexportador da soja e o rápido crescimento econômico da região contrastam com a concentração de renda, deficiências nas áreas sociais e na infraestrutura urbana, em nas áreas voltadas para as populações mais carentes. Conforme visto na seção 4.3.1, trata-se uma localidade em que a desigualdade produzida pelo modelo de desenvolvimento com base no agronegócio da soja se imprime no espaço. Sua trajetória de urbanização, assim como a de outras cidades da região é uma expressão inequívoca do processo produção monopolista do espaço à medida que até o traçado das ruas e o padrão das construções deriva de determinações de uma empresa privada colonizadora.

O autor considera que o espaço brasileiro encontra-se dividido em dois tipos de espaço: os agrícolas e os urbanos, ou regiões urbanas e agrícolas. Nas agrícolas, as cidades devem adaptar-se às demandas do mundo rural e das atividades agrícolas. A unidade da região agrícola se deve à inter-relação entre os mundos rural e urbano, representado por algumas cidades que abrigam os setores econômicos ligados às atividades agrícolas (SANTOS, 1993, pp. 75-76).

O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas ao contrário, adapta-as. Estas são as chamadas respostas particulares às necessidades das produções particulares, e daí a maior diferenciação entre as cidades. Elas se diferenciam cada vez mais pelo fato de o nexo do consumo produtivo ser ligado à necessidade de encontrar, no lugar e na hora, respostas indispensáveis à marcha da produção. Este fenômeno, antes restrito às cidades, que eram “depósitos” para os fatores da produção industrial, agora também se dá no campo, com a diferença que, a partir desse momento, a regulação do mundo rural não se faz mais no campo. Hoje, nas áreas mais desenvolvidas, todos os dados da regulação agrícola se fazem no urbano, novidade que, em muito, muda a significação, neste período, da urbanização brasileira (SANTOS, 1993, p. 61).

Essa nova formatação do espaço apresenta, entretanto, uma contradição. No processo de urbanização do interior do Brasil, o potencial de dinamização urbana da agropecuária empresarial capitalista contrasta com cidades (em sua maioria municípios pequenos, com menos de 20 mil habitantes) que, mesmo localizadas em regiões de produção agropecuária moderna intensiva, não conseguem diversificar suas funções urbanas e sua economia, por não conseguirem reter a renda gerada nas atividades ao seu redor. Essa renda acaba sendo, em grande parte, drenada para médias e grandes cidades ou para o exterior, pois essas são capazes

de atrair esses capitais através da produção de bens e serviços. Essa dinâmica reforça disparidades espaciais históricas e evidencia a natureza controversa dos impactos das alterações do processo produtivo dadas pelo novo estado da técnica no meio técnico científico informacional (SANTOS, 1979, pp. 138 -140).

Os processos vigentes permitem-nos imaginar que as cidades pequenas tendem a persistir no Brasil dos próximos anos, apesar da diversificação da rede de transportes, e isso porque, entre outras razões, o espectro do consumo ainda está longe de ser completado no Brasil (SANTOS, 1993, pp. 138-139).

No campo, o processo de produção espacial se imprime pelo território através da emergência de uma natureza criada artificialmente a partir do estado da técnica. No caso do agronegócio da soja, ele torna-se ainda mais evidente do que nas cidades a partir da observância de todas as infraestruturas e benfeitorias adicionadas ao solo e da forma como é coordenado e operacionalizado todo o processo produtivo. Nota-se que o meio técnico científico informacional, conforme já foi dito, busca substituir o meio natural de todas as formas possíveis.

A profunda modernização do processo produtivo e da concentração fundiária liberaram um enorme contingente de mão de obra das atividades agrícolas que transformaram a relação campo-cidade nesse novo contexto. Aliada à modernização e à difusão de tecnologias que diminuíram a absorção de mão de obra não especializada, a elevação da concentração fundiária se refletiu na supressão de formas não capitalistas de produção, como parceria e produção familiar de subsistência. Como consequência, as cidades passaram a receber grandes contingentes populacionais que tiveram suas propriedades expropriadas, bem como trabalhadores rurais que perderam seus postos de trabalho em virtude da tecnificação do campo.

A urbanização crescente é uma fatalidade neste País, ainda que essa urbanização se dê com aumento do desemprego, do subemprego e do emprego mal pago e a presença de volantes das cidades médias e pequenas. Esse último é um dado “normal” do novo mercado de trabalho unificado, em que em média cerca de 75% desses chamados volantes, bóias-frias, etc. não são recrutados por intermediários. Esse mercado urbano unificado e segmentado leva a novo patamar a questão salarial, tanto no campo, como na cidade (SANTOS, 1993, p. 121).

Nesse sentido, o campo tende a não ser o local de moradia dos produtores e tampouco dos trabalhadores agrícolas. O campo tornou-se o espaço da produção agropecuária, mas não mais da residência da população, o que levou a uma elevação do percentual da população que reside nos núcleos urbanos. Ainda que a migração campo-cidade tenha tido impactos positivos sobre o consumo consuntivo, ela não foi suficiente para dinamizar e diversificar

economicamente a maior parte dos núcleos urbanos, em especial as pequenas cidades, que por não terem centralidade que as tornassem atrativas para o setor de comércio produtivo moderno, de serviços especializados, e agroindústrias não conseguem reter os capitais produzidos em seu entorno. Esse baixo dinamismo econômico de muitas das cidades do Brasil agrícola contrasta com a sua responsabilidade de abrigar a parte expressiva da população, inclusive grandes contingentes de trabalhadores rurais, o que resulta em baixa qualidade de vida, estrangulamento dos serviços públicos e cidades desfuncionais.

A inserção da produção de soja numa cadeia global de valor torna a esfera da circulação preponderante sobre a esfera da produção, o que aumenta ainda mais a importância das infraestruturas físicas nos subespaços onde é praticada. Nesse contexto, o poder das firmas monopolistas agroindustriais sobre o território se reforça, à medida que, ao comandarem a cadeia global de valor, elas conseguem impor a sua lógica corporativista sobre os meios de transporte e sobre toda a rede de infraestruturas do território.

Conforme visto na seção 4.2, através do controle de rotas logísticas e da capacidade de armazenamento, as *tradings* processadoras conseguem impor o que Santos (2006, p. 169) chamou de corporatização do território, processo que não molda o espaço somente do ponto de vista das infraestruturas físicas. Ao produzir espaços racionais de suporte a ações globalizadas, esse processo permite a circulação, pelo território, de normas desterritorializadas que determinam o exercício das ações de produção. Nesse cenário, a razão global e a razão local se sobrepõem (SANTOS, 2006, p. 228). Trata-se de um processo dialético e contraditório. Na luta pelo “uso” do espaço, as empresas monopolistas transnacionais saem em vantagem, o que não impede, todavia, a emergência de empresas nacionais capazes de se articular com sucesso a essa razão global que comanda o espaço produzido monopolisticamente. Conforme tratado na seção 4.2, ainda que em nichos de atuação e regiões específicas e de forma articulada às empresas transnacionais, empresas como a Fiagril e a Caramuru se destacam por sua bem-sucedida atuação na cadeia de valor da soja.

Essa corporatização do território, processo no qual a destinação prioritária dos recursos é o atendimento das necessidades geográficas das grandes empresas, afeta toda a sociedade em várias frentes. Isso porque o processo de produção monopolista do espaço requer uma reorientação qualitativa completa do investimento público no sentido de viabilizar localmente a realização de excedentes cuja apropriação se dá na escala global. Em termos práticos, ainda que o investimento público numa dada região aumente o fluxo do excedente gerado localmente, este irá fluir em benefício de firmas, investidores individuais, grupos econômicos, fundos de investimento ou bancos que podem ou não ser locais. No caso da soja,

a apropriação do excedente gerado pela atividade é desigual em benefício de firmas globais, no caso as transnacionais monopolistas agroindustriais, em especial as do grupo ABCD. Essa contradição conforma o espaço segundo uma lógica que prioriza a dotação regional de capital fixo capaz de viabilizar a fluidez dos serviços, mercadorias e informações. Um modelo de desenvolvimento socioeconômico e espacial orientado para o atendimento de necessidades externas enquanto a sociedade local se descapitaliza, a pobreza e a concentração de renda se mantêm, a qualidade de vida nas cidades se deteriora e o meio ambiente se degrada.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou investigar a expansão da soja pela região Centro-Oeste do Brasil no período 1980 e 2000, suas principais características, impactos, significados do ponto de vista histórico, socioeconômico e espacial. Para tanto, optou-se por fazer um primeiro capítulo voltado a uma retomada histórica do processo da expansão da fronteira agrícola para a região, seguida de uma reflexão teórica da questão agrária no Brasil. Em seguida, no capítulo 2, fez-se uma pesquisa dos principais elementos motivadores da expansão do cultivo da soja pelo Centro-Oeste e pelo MATOPIBA, bem como do panorama político regional engendrado por essa expansão. Para entender a forma e o ritmo dessa expansão, no capítulo 3, buscou-se contextualizá-la no capitalismo mundializado e seus reflexos na agricultura, bem como analisar a soja sob a ótica das cadeias globais de valor no intuito de entender como a sua organização verticalizada reflete na localidade e em seu processo produtivo. Finalmente no capítulo 4, buscou-se analisar os elos da produção agrícola e do setor logístico, tidos como os elos nos quais existe maior presença de capital nacional no controle das atividades. Esses elos apresentam relação direta com a realidade sócio econômica da região, discutida através da análise do trabalho na cadeia da soja e do processo de urbanização, elementos intrínsecos à questão agrária contemporânea. Por fim, foi feita uma reflexão crítica da expansão da soja sob o ponto de vista da composição e organização do espaço a partir da obra de Milton Santos. Essa reflexão buscou qualificar o entendimento do processo histórico regional com vistas a construir sua compreensão analítica de forma conectada à realidade que se desenha a nível global que o envolve e o influencia.

Conforme foi explorado ao longo da tese, a substituição de antigas atividades baseadas em subsistência e na economia natural por modernas produções do agronegócio internacionalizado de soja exorbita as fronteiras do Centro-Oeste rumo a Rondônia, Pará, Amazonas, Piauí, Tocantins, Bahia, Maranhão e Piauí, promovendo nesses estados a completa redefinição do uso e ocupação do solo rural e urbano e, por consequência, reorientação de sua organização espacial. Nesse cenário, a escolha pela região Centro-Oeste para o estudo do

eldorado da soja no Brasil se deu em razão de essa ter sido a primeira região onde esses processos ganharam corpo, sendo o estado de Mato Grosso o que melhor sintetiza o esforço de inserção comercial internacional do país e a forma acelerada como as modernas atividades comandadas por grandes empresas globais modificaram o território, adaptando-o a suas necessidades de acumulação e redefinindo, assim, sua inserção na economia-mundo capitalista. Além disso, a opção pela região Centro-Oeste mostrou-se necessária do ponto de vista metodológico, já que a produção dos dados estatísticos necessários para o estudo segue as delimitações das fronteiras estaduais, ao contrário do processo da expansão da soja, que não se delimita.

Nessa trajetória percebeu-se que o Centro-Oeste foi palco de um processo de produção monopolista do espaço como “região produtiva do agronegócio”. Constituiu-se, portanto, um espaço funcional de reprodução ampliada dos capitais agroindustriais monopolistas através de dois processos: a monopolização dos territórios e, mais recentemente, a territorialização dos monopólios. No primeiro, predominante no setor da soja e na região Centro-Oeste, o processo de subordinação da produção à circulação se dá pelo monopólio praticado pelo capital industrial na venda de insumos à agricultura e na compra das safras, isto é, à montante e à jusante. À montante, o capital industrial age pela monopolização do consumo das propriedades rurais, com destaque pela atuação oligopolista das transnacionais produtoras de agrotóxicos, fertilizantes, sementes e maquinário agrícola, evidenciando um processo de subordinação da renda da terra ao capital monopolista internacional. À jusante, os capitais mercantil, agroindustriais e financeiros atuam de forma sintonizada num cenário de oligopsônio das grandes corporações na compra e no processamento grão, elo de maior agregação de valor da soja.

Não obstante a dominância do processo de monopolização dos territórios no setor de soja, a partir dos anos 2000, nota-se um crescimento rápido e expressivo do processo de territorialização dos monopólios através de aquisições de fazendas por parte de *tradings* do setor agrícola, tanto na região Centro-Oeste, como na região do MATOPIBA. Nesse processo, marcado pela abertura de capital de fazendas e de novos nichos de ganhos no mercado financeiro, nota-se também uma participação cada vez maior das *tradings* agrícolas no planejamento e execução de obras de infraestrutura de transportes, energia e armazenamento, evidenciando seu poderio de decisão sobre os entes públicos e sua capacidade de intervenção no território com o objetivo de produzir novos espaços para a acumulação de capital.

Essa racionalidade hegemônica global das transnacionais que comandam o processo de “mundialização do capital” e a racionalidade do meio técnico científico informacional foram

analisadas por Santos (2002, p. 16) como “um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território”. O entendimento desse processo passa por dois recortes analíticos do território: verticalidades e horizontalidades, cuja aplicação se mostrou indispensável para o entendimento do processo de produção espacial do Centro-Oeste como RPA da soja.

As relações verticais são movimentos geradores de desagregação de formas capitalistas e não capitalistas de produção comandadas por atores locais. A racionalidade comandada pelos grandes capitais que comandam o capitalismo contemporâneo é transmitida para a sociedade através das verticalidades, ou seja, da especialização do território como um conjunto de pontos que forma um espaço de fluxos, e que estão profundamente adequados às tarefas produtivas hegemônicas cuja escala é global. Nesse cenário, predomina o tempo rápido/universal, e os interesses corporativos, inclusive sobre os processos territoriais. Destarte, o sistema de produção que se serve das verticalidades é constituído por redes que estão a serviço daqueles atores que, desde os centros de comandos dessa nova ordem, determinam as modalidades internas de ação nos lugares, organizando o trabalho de todos os outros atores.

Em termos práticos, isso significa que as decisões essenciais concernentes ao ritmo, à lógica e ao significado dos processos locais dentro da cadeia global de valor são tomadas desde fora, dos centros de comando verticais, tendo como consequência a alienação das pessoas e dos lugares. Apesar dessa dinâmica, é necessário levar em consideração também a dimensão horizontal, aquela correspondente às atividades e ações que possibilitam a estruturação da vida social, a base de vida comum, suscetível de criar normas locais e normas regionais que acabam por afetar as normas nacionais e globais. Essa perspectiva dialética evidencia que o território se afirma mediante um controle local da parcela técnica da produção e um controle remoto (global) da parcela política (decisória) da produção, ainda que haja constantes fluxos de informação entre um espaço local e um espaço global (SANTOS, 2006, p. 227).

A análise do caso Centro-Oeste permite inferir que essa dialética permitiu o surgimento de verticalidades construídas a partir do local em razão do vulto e da importância da horizontalidade na solidariedade organizacional que se desenvolveu naquele espaço. Essa verticalidade construída a partir de dentro teve como base o fato de a horizontalidade ter se mostrado tenaz no controle da produção agrícola e de segmentos do setor logístico, no qual existem empresas importantes de origem nacional atuando como organizadoras e orientadoras do ordenamento territorial. Destaca-se também a força da classe política local

em todas as instâncias de representação de poder retratada na seção 2.4. Não se pode perder de vista, entretanto, que outras horizontalidades são sufocadas pela lógica verticalmente colocada para a RPA da soja e não chegam sequer à superfície da vida econômica, manifestando-se sob a forma de rupturas sociais, como movimentos de luta pela terra, de resistência indígena e de produção camponesa para subsistência.

Contudo, o elevado grau tecnológico presente nas lavouras de soja, bem como a dependência dos cultivos em relação a insumos e implementos químicos, faz com que o processo produtivo do grão nas fazendas, que é a atividade agrícola propriamente dita, seja um estágio de sistema agroindustrial. Esse processo tem como elos chave a indústria à montante e também o processamento do grão e sua transformação em alimentos ou outros produtos industrializados, a indústria à jusante. Essa etapa da cadeia se diferencia basicamente em dois estágios: o esmagamento/processamento da soja e a indústria de transformação. Nestas duas etapas decisivas de agregação de valor na cadeia da soja, verifica-se que as empresas líderes são grandes grupos monopolistas transnacionais, mostrando a subordinação da sojicultura da região à dinâmica verticalizada da cadeia global de valor da qual faz parte. Isso significa que, não obstante a liderança da região Centro-Oeste no plantio do grão, é baixa a internalização na região dos principais elos de agregação de valor que compõem o sistema agroalimentar da soja, cuja composição e dinâmica são comandadas pelos capitais monopolistas transnacionais em vários elos da cadeia.

O controle vertical exercido pelas *tradings* monopolistas transnacionais sobre a cadeia global de valor da soja se expressa inclusive no intenso comércio de soja entre Brasil e China que ganhou corpo a partir dos anos 2000. Conforme analisado no capítulo 3, parte substancial desse comércio é controlada pela Bunge, que compra soja no Brasil, beneficiando-se da isenção de ICMS à exportação de grãos prevista pela Lei Kandir, e esmaga em suas plantas na China, onde controla parte expressiva da capacidade de esmagamento. Essa inferência revela um controle verticalizado do chamado “Comércio Sul-Sul” por parte de uma transnacional sediada em Nova York e cujo controle acionário está pulverizado nas principais praças financeiras de todo o mundo.

Do ponto de vista geopolítico, a forma como hoje é apropriada o excedente produzido pela cadeia global de valor da soja reforça a posição de dependência do Brasil na economia-mundo capitalista. Além disso, suas consequências deletérias do ponto de vista da erosão da soberania nacional e do desenvolvimento econômico minam a capacidade do Estado de planejar e apoiar políticas coordenadas de desenvolvimento industrial, tecnológico e territorial capazes de promover uma internalização dos elos industriais onde ocorre a agregação de valor à soja,

bem como de outras etapas de seu processo produtivo intensivas em tecnologia, como o desenvolvimento de softwares de agricultura de precisão, máquinas e biotecnologias. Nesse contexto, é difícil imaginar que, nessa cadeia, ocorra a ascensão de *tradings* de origem brasileira com capacidade de atuação em escala global, o que permitiria em território brasileiro uma geração de mais e melhores empregos no setor. Conforme detalhado no capítulo 3, à exceção do Grupo Amaggi, o que se observa desde os anos 1990 é uma profunda internacionalização e concentração do controle da agroindústria brasileira em seus diversos ramos de atividade. Ainda mais difícil e improvável é a possibilidade de uma reorientação das políticas econômica, agrícolas e agrárias do Estado no sentido de buscar desenvolver, através do estímulo e combinação de outras culturas e atividades com a soja, novos e melhores métodos de produção com menores impactos ambientais, bem como arranjos produtivos, sociais e territoriais capazes de promover uma apropriação e divisão mais justa da renda nas localidades produtoras.

O controle verticalizado das *tradings* sobre onde como e quando ocorrem as etapas de processamento a industrial da soja mostra que a sua expansão pelo Centro-Oeste brasileiro engendrou localmente uma dinâmica espacial, social e econômica dependente, na qual os capitais monopolistas agroindustriais têm influência decisiva no ritmo e intensidade da atividade por comandarem os recursos chave na cadeia global de valor da soja. Esses capitais têm também papel decisivo na construção e planejamento de obras de infraestrutura, na circulação e na produção do espaço, com uma ação que envolve concentração e centralização de poder que se imprimem no espaço gerando reflexos que vão além dos econômicos, e se expressam na organização do território.

A análise da chamada “economia política do agronegócio” revelou também sua constituição social, dada a partir de sua estratégia de acumulação e de captura do excedente econômico, uma aliança entre a propriedade fundiária e os capitais agroindustriais monopolistas nacionais e transnacionais. Essa aliança é amalgamada pelo Estado, que atua como regulador e facilitador de arranjos regulatórios e financeiros capazes de viabilizar a estratégia do capital financeiro de apropriação dos lucros e da renda da terra através de financiamentos e do mercado de terras. Vale destacar que o Estado não atua como um bloco monolítico de poder e decisão. Sobre sua atuação, atores como empresas ou outras organizações sociais – tais como a FPA, a ABAG e a APROSOJA - ainda que assimétricas, exercem influência importante, imprimindo assim elementos de sua lógica de ação e organização à atuação estatal.

Nesse sentido, cabe ressaltar a histórica e especial força dos latifundiários nas instâncias decisórias do Estado, cuja atuação tende a ser de ampla passividade e permissividade com a apropriação de terras públicas devolutas e com a concentração fundiária. Além disso, cabe

destacar que, em alguns setores, em especial na pecuária e na soja, é visível a presença de empresas monopolistas mundiais de origem brasileira, como a JBS e o Grupo Amaggi, o que mostra a capacidade da burguesia nacional ligada à agropecuária em se colocar em algumas posições de dianteira no contexto do capitalismo mundializado, marcado pela associação cada vez mais indissociável e indistinta das burguesias a nível mundial. Uma realidade em que a origem dos capitais é cada vez mais difusa do ponto de vista da nacionalidade, porém concentrada quanto à sua classe social detentora.

O quadro geral de produção espacial e ordenação do território para nele imprimir uma lógica baseada na exportação de um produto primário é de benefícios duvidosos para o Brasil e para a maior parte da população. Na prática, não se assiste somente à crescente subordinação da renda gerada pelos fatores envolvidos na atividade - como terra e trabalho - aos capitais agroindustriais monopolistas, em sua maior parte transnacionais, mas também uma crescente pressão pelo aumento da produtividade desses fatores alimentada pelo próprio sucesso do modelo. Uma dinâmica na qual, em nome de superávits comerciais e de um crescimento econômico concentrador de renda e gerador de poucos empregos, alimenta-se uma tendência de esgotamento dos recursos naturais. A expansão rápida e extensiva da soja e da pecuária sobre os biomas dos Cerrados e da Amazônia vincula estes espaços a lógica territorial das grandes empresas e hipoteca os usos futuros desses biomas, cuja exploração econômica sustentável poderiam internalizar segmentos de ponta de pesquisa científica e biomedicina, além de garantir reservas de água e recursos naturais num cenário global no qual a disponibilidade desses recursos é cada vez mais incerta.

A agroexportação da soja, baseada na monocultura e na grande propriedade conta com uma espécie de “natureza artificial”, expressão da constituição do meio técnico científico informacional sobre os territórios, como ponto fundamental de seu funcionamento. Essa característica das fazendas monoculturas de soja contemporâneas não foram capazes, contudo, de dirimir nos níveis de impactos ambientais dessa produção a níveis compatíveis com tamanha modernidade e com as necessidades ambientais que se colocam neste início de século. A essência tecnológica da expansão da soja pelo Cerrado e pela Amazônia carrega em si uma essência de extrativismo dos recursos naturais e de comprometimento do meio ambiente cuja racionalidade e o comando estão sob controle das *tradings* agroindustriais, empresas líderes da cadeia global de valor da soja. Em outras palavras, a “morte da natureza” no eldorado da soja ocorre sob uma lógica mundializada e comandada por atores estrangeiros de forma verticalizada através de uma cadeia na qual a participação do capital nacional é circunscrita aos setores de menor rentabilidade. Não bastasse a posição subordinada na cadeia global de valor, nota-se que

a viabilidade do plantio da soja e seu “sucesso” econômico como item de exportação depende, em grande medida, de mecanismos de apropriação da terra e manejo dos recursos naturais cujos efeitos são deletérios e arcados pelo conjunto da sociedade.

Esse processo, centrado na apropriação do excedente gerado em território brasileiro por elos de uma cadeia comandada por empresas estrangeiras, aumenta a circulação de capitais e estimula, dentro de suas limitações, o crescimento e a diversificação das atividades econômicas. Como consequência, observa-se a expansão das redes de infraestrutura de transportes, comunicações, serviços e da rede urbana. Nota-se também o enriquecimento e o fortalecimento político dos atores sociais ligados ao agronegócio, cujo controle das atividades da cadeia global de valor localizadas em sua região, lhe assegura posição de destaque na aliança de classes que comanda esse processo. Além disso, apesar da baixa capacidade de geração empregos do agronegócio da soja, observa-se nessas localidades maior diversificação social, com a emergência de novos atores ligados aos setores de serviços, comércio, mercado imobiliário e outros ramos de atividades urbanas, uma vez que as cidades passam a ser os centros de controle e coordenação das atividades agrícolas. A dinamização econômica e a diversificação social resultantes desse modelo de desenvolvimento - engendrado a partir da produção monopolista do espaço como “região produtiva do agronegócio” da soja - não são mais as daquele modelo agroexportador colonial vislumbrado por Caio Prado Júnior e detalhadas no capítulo 1. Entretanto, tampouco representa uma ruptura em relação à posição de dependência do Brasil na economia-mundo capitalista retratada pelo autor. A partir do eldorado da soja, sob a égide de novos atores e de novas formas de comando colocadas pela “mundialização do capital”, essa posição mantém-se e cristaliza-se, ainda que ressignificada no tempo e no espaço.

Neste início de século XXI, não há movimentos políticos, econômicos ou sociais cuja ação, apesar de importante e essencial na construção de alternativas para o futuro, seja capaz de imprimir alterações significativas nesse modelo. Seu perfil distributivo, no qual os ganhos de produtividade viram renda da terra e do capital, e os custos sociais e ambientais são arcados pela sociedade é fator central do processo de produção monopolista do espaço. Seu modelo de desenvolvimento espacial, dado pelo processo de produção monopolista do espaço, se faz sentir através da concentração fundiária rural e urbana e do controle corporativo das rotas logísticas. A economia do agronegócio da soja gera riqueza, porém poucos empregos e baixa internalização de processos industriais mais complexos e de novos nichos de acumulação de capital, limitando as potencialidades de desenvolvimento socioeconômico de uma região cuja economia cresce de forma acelerada, porém agravando a dependência e a desigualdade.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais, p.29. 1997.

ABRATES (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE SEMENTES). **O Mercado de sementes movimentou R\$ 10 bi ao ano no Brasil**. 2017. Disponível em <http://www.abrates.org.br/noticias>.

ABREU, K. **Audiência com a Ministra Izabella Teixeira**. Brasília: CNA, 2012. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/juhoffmann/apres-sen-katiammademandascnaagronegocio081112>. Acesso em 17/10/2016

_____. **Até abuso tem limite**. Folha de São Paulo, São Paulo, 27 out 2012b. Caderno Mercado.

ABREU, M. P. **A ordem do progresso**. São Paulo, Ed. Campus, 1989.

AGROCONSULT. Disponível em <http://www.agroconsult.com.br/quem-somos.asp>. Acesso em 26/01/2017.

AGROSOFT. **Boletim de Publicação Agrícola**. Revista Agrosoft, Juiz de Fora, n. 6, pp. 4-25, 1999.

ALVES, V. E. L. **A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira**. AGRÁRIA, São Paulo, Nº 2, pp. 40-68, 2005.

AMAGGI (Grupo André Maggi). Disponível em <http://amaggi.com.br/>. Acesso em 26/01/2017.

ANDA (ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA DIFUSÃO DE ADUBOS). Indicadores anuais. 2017. Disponível em: <http://www.anda.org.br/index.php?mpg=03.01.00&ver=por>. Acesso em 09/07/2017.

ANFAVEA (ASSOCIAÇÃO DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES). Estatísticas. 2017. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br/estatisticas.html>. Acesso em 09/07/2017.

ANHOLETO C. D.; MUSSIQUETI, A. **A soja brasileira no período 1994-2010: Uma análise da produção, exportação, renda e emprego**. Revista Economia e Desenvolvimento, Recife, v. 13, n. 2, pp. 379-404, 2014.

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo, Boitempo, 2008.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA DO BRASIL (APROSOJA). **Entrevista com o presidente Marcos da Rosa, 2016**. Disponível em: <http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/audio/momento-agricola-marcos-da-rosa-aprosoja-brasil>. Acesso em 17/10/2016.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA DO MATO GROSSO (APROSOJA-MT) **Produtor de soja terá lucro 20% maior em 2011 no MT**, 2010. Disponível em <http://ruralcentro.uol.com.br/noticias>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS (ABIOVE). Fonte de dados sobre emprego, exportação, oferta, demanda e receitas do complexo soja. Disponível em: <www.abiove.com.br> Acesso em: 13/10/2016.

_____. **Sustentabilidade do Complexo Soja: reflexos da política econômica**. 51º Congresso da SOBER. Belém – PA, 2013. Disponível em: http://www.abiove.org.br/site/_FILES/Portugues/25072013-105434-37._sober.pdf. Acesso em 14/07/2018.

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BARBOSA, A. F. China e América Latina na Nova Divisão Internacional do Trabalho. In: LEÃO, R. P. F., PINTO, E. C., ACIOLY, L. (org). **A China na Nova Configuração Global: impactos políticos e econômicos**. Brasília, IPEA, pp. 269-307, 2011.

_____. **Presença Chinesa na África e América Latina**. Brasília, Ministério da Fazenda. Não publicado, 2014.

BARBOSA, A. F.; MENDES, R. C. **A Ascensão chinesa e os desafios da política externa brasileira**. Nueva Sociedad, out/2008.

BARBOSA, M.Z. **Trajetória do Biodiesel de Soja: Questões Ambientais, Disponibilidade Alimentar e Constrangimentos ao PNPB**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-graduação em Energia, Santo André -SP, 2011.

BARBOSA G. J.; COUTO, E. P. **Evolução das Políticas Agrícolas e o Incentivo à Iniciativa Privada na Agricultura Brasileira**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, Acre, julho de 2008.

BARROZO, J. C. **Fronteiras de Mato Grosso: em busca do Eldorado e da Terra Prometida**. Cuiabá, EDUFMT, 2017.

BB (BANCO DO BRASIL – NEGÓCIOS INTERNACIONAIS E INVESTIMENTOS). Disponível em <http://www.bb.com.br/portalbb/page44,3389,2246,0,0,1,2.bb>. Acesso em 26/01/2017.

BELIK, W.; PAULILLO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, pp. 95-121, 2001.

BERNARDES, Júlia A. **Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163**. In: BERNARDES, Júlia A.; FREIRE, Osni L. (orgs.) **Geografias da soja: BR-163: fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes edições, pp. 01-37, 2006.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo, Laboratório de Geografia Agrária - FFLCH - USP, 2017.

BNDES (BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL). **A Indústria de Defensivos Agrícolas**. BNDES Setorial, n. 35, 2012. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>. Acesso em 09/07/2017.

BONATO, E. R. · BONATO, A. L. V. **A soja no Brasil: história e estatística**. Edição: 1987. Fonte/Imprensa: Londrina: EMBRAPA-CNPS, 1987.

BORGES, W. J. et al. **Medidas Institucionais e Estímulos Inovativos ao Setor de Máquinas e Equipamentos Agrícolas: um estudo entre os anos 1950-2014 à luz das políticas públicas brasileiras**. ABPHE, Vitória, set/2015.

BRADESCO. **Tratores e máquinas agrícolas**. Estudo DEPEC (Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos). 2017. Disponível em: https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_tratores_e_maquinas_agricolas.pdf. Acesso em 09/07/2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Globalização e Competição**, São Paulo, Campus, Elsevier, 2010.

BUAINAIN, A. M.; SOUZA, M.R. and NAVARRO, Z. **Globalization and Agriculture. Redefining Unequal Development**. New York: Lexington Books (Rowman & Littlefield), October 2017.

CAMARGO, K. C. M. **Considerações sobre a expansão da soja e a dinâmica sociodemográfica nas microrregiões do Mato Grosso**. Anais do XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2010. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2867/2738>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 827/2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1049258>. Acesso em: 14/07/2018.

COMISSÃO POSTORAL DA TERRA – CPT. **Caderno Conflitos no Campo 2015**. Goiânia: CPT, 2016.

CAMPOS, M. C. **Expansão da Soja no Território Nacional: O papel da demanda internacional e da demanda interna**. Revista Geografares, Vitória, n 8, 2010.

_____. **Modernização da agricultura, expansão da soja no Brasil e as transformações socioespaciais no Paraná**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR, Curitiba, v. 6, n. 1, pp. 161-191, jun/2011. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/21808>. Acesso em 17/10/2016.

CARAMURU ALIEMENTOS. **Logística e Estratégias de Negócios**, 2018. Disponível em: http://www.caramuru.com/institucional/?page_id=149. Acesso em 14/07/2018.

CARDOSO, F. H e FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento da América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1977.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. In: A Sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTILHO, A. L. **Partido da terra: como os políticos conquistaram o território brasileiro**. São Paulo; Contexto, 2012.

CÉLERES CONSULTORIA. **O setor de máquinas agrícolas no Brasil: evolução nos últimos anos e perspectivas**. 2017. Disponível em: <http://www.celeres.com.br/osetordemaquinasagricolasnobrasilevolucaonosultimosanososeperspectivas/>. Acesso em 09/07/2017.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Editora Xamã, São Paulo, 1996.

Confederação Nacional da Agricultura (CNA). **CNA debate financiamento do agronegócio com representantes do setor**. Disponível em <http://www.cnabrazil.org.br/noticias/cna-debate-financiamento-do-agronegocio-com-representantes-do-setor>. Acesso em: 16/07/018.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Fonte de dados acerca da produção, produtividade e área plantada com soja.** Disponível em: <www.conab.gov.br> Acesso em: 06 nov. 2016.

COMTRADE (2012). *United Nations Commodity Trade Statistics Database.*

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA (CNA). Disponível em www.cnabrazil.org.br. Acesso em 17/10/2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES (CNT). **Entraves logísticos para o transporte de Milho e Soja.** Estudo Técnico. 2015. Disponível em: http://cms.cnt.org.br/Imagens%20CNT/PDFs%20CNT/Pesquisa%202015/pesquisasafra_resumo_atualizado.pdf. Acesso em 29/03/2018.

CONGRESSO EM FOCO – CÓDIGO FLORESTAL. Disponível em <http://congressoemfoco.uol.com.br/category/codigo-florestal/>. Acesso em 26/01/2016.

_____. **O ruralismo no poder.** Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/category/ruralismonopoder/>. Acesso em 22/03/2018.

CORDEIRO, A.; PEREZ, J.; GUAZZELLI, M.J. **Impactos potenciais da tecnologia Terminator na produção agrícola: Depoimento de Agricultores brasileiros.** Florianópolis: Pesquisa contratada ao Centro Ecológico pelo Grupo ETC, 2007.

CORREA, V. H. C. **O desenvolvimento e a expansão recente da produção agropecuária no Centro-Oeste.** Tese de Doutorado pelo Departamento de Economia da Unicamp, 2013, 255p.

COSTA, S. H. G. **A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no congresso nacional.** Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. 324p.

CPDOC/FGV (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL) – Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em 26/01/2017.

CUNHA, J. M. P. **Dinâmica Migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso**, Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, p.87-107, 06 jul. 2006.

DALL'AGNOL. A. **Circular Técnica 43 - O Complexo agroindustrial da soja brasileira**. Londrina: EMBRAPA, 2007.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta Pela Terra** – Brasil. Relatório 2014. Presidente Prudente: NERA, 2015. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.

_____. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2012.

DE NEGRI, F.; VARELA, G. **A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema**. Boletim Radar n. 13. IPEA, 2011.

DICKEN, P. **Mudança global – mapeando as novas fronteiras da economia mundial**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. Estudos e Pesquisas, nº 74, pP.2-33. São Paulo-SP, 2013.

DINIZ, Bernardo Palhares Campolina. **O Grande Cerrado do Brasil Central: geopolítica e economia**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. 231 p.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto**. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **Reestruturação produtiva da agropecuária e novas regionalizações no Brasil**. In: Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins. Org: Vicente Eudes Lemos Alves. Ed. 1. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. **Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio**. In: XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2007. Anais XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Belém, 2007. Disponível em: <http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/2948/2883>. Acessado em: 05/02/2016.

EMBRAPA (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA). **Pacotes Tecnológicos para a soja**. Circular Técnica nº 64, II Edição. Pelotas – RS, 1974. Disponível em: <https://www.embrapa.br/informacao-tecnologica/busca-de-publicacoes/-/publicacao/909113/pacotes-tecnologicos-para-a-soja>. Acesso em 09/07/2017.

_____. **Composição da soja**. 2013. Disponível em: http://www.cnpso.embrapa.br/soja_alimentacao/index.php?pagina=7. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. **Produtividade e Crescimento da Produção Agrícola**. 2015. Disponível em: https://www.embrapa.br/gite/apresentacoes/150415_ABISSOLOS-PAINEL_v2.pdf. Acesso em 26/01/2017.

_____. **O mercado de sementes no Brasil**. Revista Seed, n.3, Ano XX, 2016.

_____. **Tecnologias de produção de soja: região central do Brasil** 2003. Londrina: Embrapa Soja, 2003. Disponível em:

<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Soja/SojaCentralBrasil2003/index.htm> Acesso em: 24/09/2017.

_____. **Tecnologias de produção de soja: região central do Brasil** 2007. Londrina: Embrapa Soja, 225p. (Sistemas de Produção/Embrapa Soja, n.11). 2007. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/469686/1/tpsoja2007.pdf> Acesso em 03/11/2017.

_____. **O sistema agrossilvopastoril: perspectivas e soluções para Mato Grosso**. Brasília. Embrapa, 2012.

ESTEVAM, L. A. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**. Tese (Doutorado). IE/UNICAMP. Campinas, 1997.

EVANS, P., **A Tríplice Aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.

FAROOKI, M.; KAPLINSKY R. **The Impact of China on Global Commodity Prices**. New York, Routledge, 2012.

FAVERET, P. S. R.; PAULA, S. R. **Panorama do complexo soja**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 8, pp. 119-152, set. 1998.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, I. C. B. **Expansão da fronteira agrícola e urbanização**. In.: LAVINAS, L. (org.). **A urbanização da fronteira**. v. II, n. 5, Rio de Janeiro: PUBLIPUR, p. 03-26, 1987.

FIAGRIL. Quem somos. Disponível em: www.fiagril.com.br/. Acesso em 29/03/2018.

FAVORANTI, L. M. **Cidade cativa: estratégias de uma urbanização monopolista em uma cidade mato-grossense**. Anais do XVII ENAPUR. São Paulo, 2017. Disponível em:

http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%205/ST%205.2/ST%205.2-01.pdf.

FREDERICO, S. **O novo tempo do cerrado. Expansão dos Fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos.** Tese de doutoramento pelo Departamento de Geografia da USP. São Paulo, 2008.

_____. **Economia Política do Território e Agronegócio: Transformações Produtivas e as Novas Dinâmicas Territoriais na Fronteira Agrícola Brasileira.** RedIberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Território (RII), Salvador, set/2014.

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA (FPA). Dados sobre parlamentares signatários, 2016. Disponível em: <http://www.fpagropecuaria.org.br/composicao>. Acesso em 17/10/2016.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.,** Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1ª edição, 1961

_____. **Dialética do desenvolvimento,** Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1ª edição, 1964.

_____. **Formação Econômica do Brasil,** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 23ª edição, 1982.

_____. **Análise do Modelo Brasileiro,** Rio de Janeiro, Ed. Civilização brasileira, 7ª edição, 1972.

FUNDAÇÃO MATO GROSSO. Nossa História. Disponível em: <https://www.fundacaomt.com.br/>. Acesso em 29/03/2018.

GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. **Novas fontes de recursos, propostas e experiências de financiamento rural**. Revista de Economia e Sociologia Rural. V.34, n3 e 4, pp. 39-80, jul-dez 1996.

GEREFFI, G. **The organization of buyer-driven global commodity chains: how US retailers shape overseas production networks**. In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ (eds). Commodity chains and global capitalism. Westport, CT: Praeger, p. 95-122, 1994.

_____. **A commodity chains framework for analyzing global industries**. Institute of Development Studies, Duke University, 1999. Disponível em: http://eco.ieu.edu.tr/wp-content/Gereffi_CommodityChains99.pdf. Acesso em: 09/07/2017.

_____. **Beyond producer-driven/buyerdriven dichotomy: the evolution of global value chains in the internet era**. IDS Bulletin, v. 32, n. 3, pp. 30-40, 2001.

GIRARDI, E. P. **Mato Grosso: expressão aguda da questão agrária brasileira**. In Confins, Revista franco-brasileira de Geografia. N. 27, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/10898#quotation>.

GOLDFARB, Y. **Financeirização, poder corporativo e expansão da soja no estabelecimento do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o caso da Cargill**. Departamento de Pós-Graduação em Geografia Humana; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013, 203p.

G1-PORTAL DE NOTÍCIAS. **O agronegócio é valorizado em campanha da Rede Globo, 2016**. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2016/10/agronegocio-e-valorizado-em-campanha-da-rede-globo.html>. Acesso em 17/10/2016.

GOODMAN, D. **Expansão da fronteira e colonização rural: recente política de desenvolvimento do Centro-Oeste**. In: BAER, W; GEIGER, P. P.; HADDAD, P. R. Dimensões do desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1978.

GRAZIANO, J. R. **Manual Técnico das Culturas – CATI**, 2a ed., Graça D'Auria, pp. 457 –

516, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP. IE, 1998.

GRISA, C. et al. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Perspectiva: Apontamentos e Questões para o Debate**. Rio de Janeiro: UFFRJ/CPDA, 2009. 24p. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/11/artigo-6.pdf>. Acesso em 18/10/2016.

GUIMARÃES, Alberto. Passos.; **Quatro séculos de latifúndio**, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1ª edição, 1968.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume, 2005.

HOPKINS, T.K.; WALLERSTEIN, I. **Commodity chains in the world-economy prior to 1800**. Review, v. 10, n. 1, pp. 157-170, 1986.

HASSE, G. **O Brasil da soja: abrindo fronteiras, semeando cidades**. Porto Alegre: CEVAL Alimentos/L&PM, 1996.

IANNI, O. **Colonização e Contra Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IMEA (INSTITUTO MATOGROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA). **Entendendo o Mercado da Soja**. Workshop Jornalismo Agropecuário. 2015. Disponível em: http://www.imea.com.br/upload/pdf/arquivos/2015_06_13_Paper_jornalistas_boletins_Soja_Versao_Final_AO.pdf. Acesso em 09/07/2017.

_____. **Pesquisa sobre mecanização agrícola em Mato Grosso**. 2015b. Disponível em: <http://www.imea.com.br/imea-site/view/uploads/estudos-customizados/ApresentacaoMecanizacaoAgricola-2015.pdf>.

_____. **Funding da soja**. Circular técnica. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censos Agropecuários, 1970, 1975, 1980, 1985, 1990, 1996, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário da Agricultura Familiar, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) CIDADES. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 29/03/2018.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS (ICONE). <http://www.iconebrasil.org.br/>. Acesso em 26/01/2017.

INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL (ISA). www.socioambiental.org. Acesso em 02/03/2015.

JANK, M. **Agronegócio versus agricultura familiar?**. O Estado de São Paulo, edição de 05/07/2005, p. 2. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/309493/noticia.htm?sequence=1>. Consultada em 20/01/2009.

JENKINS, R.; FREITAS B. A. **Fear for manufacturing? China and the Future of Industry in Brazil and Latin America**. *The China Quarterly*, 2012.

KAGEYAMA, A. e BERGAMASCO, S. M. P., **A estrutura da produção no campo em 1980**. Perspectivas, São Paulo. n. 12/13, pp. 55-72, 1989/90.

KAPLINSKY, R., MORRIS, M. **A handbook for value chain research**. Institute of Development Studies, University of Sussex, 2001. Disponível em: www.globalvaluechains.org/docs/VchNov01.pdf. Acesso: 30/10/2009.

KAster, M. e BONATO, E. R., **Contribuição das ciências agrárias para o desenvolvimento: a pesquisa em soja**. Brasília, DF. Revista de Economia Rural, 23 (3), 1980.

KAster, M. e BONATO, E. R., **Contribuição das ciências agrárias para o desenvolvimento: a pesquisa em soja**. Brasília, DF. Revista de Economia Rural, n. 23, 1980.

KOHLHEPP, G. e BLUMENSCHEN, M. **Brasileiros sulistas como atores da transformação rural no Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso**. M. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, pp. 47-66, jan/jun., 2000.

LAZZARINI, S. G; FAVERET. P. F. **Grupo André Maggi: Financiando um novo corredor de exportação**. São Paulo: PENSA/FEA/USP. 1997.

LAZZARINI, S. G.; NUNES, R. **Competitividade do sistema agroindustrial da soja**. São Paulo: PENSA/FEA/USP, 1998.

LESSA, C. **Entrevista concedida**. In: Um Sonho Intenso. Direção: José Mariani. Rio de Janeiro. Bretz Filmes. 2014. 1 filme (103 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2JwOKMup2rw>. Acesso em 29/07/2018.

LOPES, A. L. C. **Cultivo e Manejo da soja**. Dossiê Técnico. Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

MACEDO, F. C. **Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana do Brasil (1989-2008)**. 2010. Tese (Livre-Docência) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010. 320 p.

MARTINS, J. S. **O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, volume 8, nº1, pp. 25-70, São Paulo, maio, 1996.

MATOS, P. F., PESSÔA, V. L. S., **A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território**. Rio de Janeiro, RJ. GEO UERJ, n. 22, v. 2, pp. 290-322, 2011.

MEDEIROS, C. A. **A China como um Duplo Polo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática**. Revista de Economia Política, v. 26, nº 3 (103). pp. 381-400, julho-setembro, 2006.

MEDEIROS, C. A.; CINTRA, M. R. V. P. **Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos.** *Revista de Economia Política*, vol. 35, n. 1 (138), pp. 28-42, jan-mar/2015.

MENDONÇA, M.L.R.F. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura: A construção do conceito de Agronegócio.** Tese de Doutorado em Geografia Humana. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, FFLCH, USP, 2013. 214 p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (MAPA). Fonte de dados acerca do Valor Bruto de Produção da Soja. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/soja>. Acesso em 17/10/2016.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (MAPA). **Galeria de Ministros.** Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/ministerio/historia/galeria-de-ministros>. Acesso em 26/01/2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (MAPA). **Intercâmbio Comercial do Agronegócio – O comércio bilateral Brasil-China.** 2013. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Interc%C3%A2mbio%202014/china.pdf. Acesso em 28/07/2018.

MINISTÉRIO DA FAZENDA (MF). **Panorama do mercado de fertilizantes.** 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Anuário Estatístico, 2016.** Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/acompanhe-a%C3%A7%C3%B5es-do-mda-e-incra>. Acesso em 17/10/2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO (MDIC/ALICEWEB). **Fonte de dados acerca do comércio exterior brasileiro.** Disponível em <http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/>. Acesso em 17/10/2016.

MIRAGAYA, J. F. G. **O desempenho da economia na Região Centro-Oeste.** In CAVALCANTI, I. M. Um olhar para o desenvolvimento: Centro-Oeste. Rio de Janeiro, Editora do BNDES, 2014.

MOTTA, D. M., AJARA, C. **Configuração da Rede Urbana do Brasil**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 100, pp. 7-25, jan./jun., 2001.

MUELLER, C. C., **Políticas Governamentais e Expansão Recente da Agropecuária no Centro-Oeste**. Planejamento e Políticas públicas, junho de 1990.

NATAL, J. L. A. **Transporte, ocupação do espaço e desenvolvimento capitalista no Brasil: história e perspectiva**. Tese (Doutorado). IE/Unicamp, Campinas, 1991.

NASSIF, M. I. **Exportações: o Avanço das Commodities**. Brasília, DF. Boletim Radar/IPEA. Ed. 66, ano 8, 2011. Disponível em http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2513:catid=28&Itemid=23. Acesso em 26/01/2017.

NODARI, R. O., GUERRA, M. P. **Avaliação de Riscos Ambientais de Plantas Transgênicas**. In: Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília: Embrapa. v. 18. n. 1 pp. 1-188. 2001.

NOVAIS. F. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLHAR DIRETO: Notícias de MT. Disponível em: www.olhardireto.com.br. Acesso em: 29/03/2018.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura e Indústria no Brasil**. In: Boletim Paulista de Geografia, n. 58, 1980.

_____. **A Amazônia e a nova geografia da produção de soja**. Revista Terra Livre n. 26. Goiânia, pp. 13-43 Jan/jun 2006.

_____. **Modo de produção capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. Labur Edições. FFLCH. São Paulo, 2007.

_____. **A Inserção do Brasil no Capitalismo Monopolista Mundial.** Em ROSS, J. Geografia do Brasil. SP, EDUSP, 1998.

_____. **A Mundialização da Agricultura Brasileira.** XII Colóquio Internacional de Geocrítica Universidad Nacional de Colômbia. Bogotá, 2012.

_____. **A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira.** GEOUSP. São Paulo, v. 19, n. 2, p. 228-244, mai./ago.2015.

_____. **A Mundialização da Agricultura Brasileira.** São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

OLIVEIRA, E. R; BELLE, H. B. M., **Financiamento provado do setor agropecuário da década de 1990.** Uma análise da CPR – Cédula do Produtor Rural, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de, **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**, in Estudos CEBRAP 2, 1972.

OLIVEIRA JUNIOR, A. de; CASTRO, C. **Manejo da adubação fosfatada em solos de cerrado: qual é o custo agrônomo da operacionalidade da aplicação a lanço?.** In: WORKSHOP CTC AGRICULTURA, 12., 2013, Rio Verde. Resultados 2013. Rio Verde: Centro Tecnológico COMIGO, 2013. pp. 21-26.

PAEG, **Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966 – Síntese.** Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, 1964.

PASTRE, R. **Reprimarização do desenvolvimento: o papel das principais agroindústrias brasileiras de soja no Centro-Oeste (1994-2014).** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Campinas. 2016.

PENSA USP (CENTRO DE CONHECIMENTO EM AGRONEGÓCIO). Disponível em <http://pensa.org.br/>. Acesso em 26/01/2017.

PORTAL G1. Disponível: www.g1.com/agro. Acesso em 06/02/2016.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo, editora Brasiliense, 1966.

_____. **História econômica do Brasil**, São Paulo, editora Brasiliense, 22ª edição, 1979a.

_____. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 5ª edição, 2000.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**, Brasiliense; Publifolha, 2000b.

PORTAL PLANETA SUSTENTÁVEL. Disponível em:
<http://planetasustentavel.abril.com.br/>. Acesso em 17/10/2016.

PORTO, J. R. S. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”**. NERA, Presidente Prudente, SP, ano 17, n. 25, p. 24-46, jul-dez/2014.

PROJETO SOJA BRASIL. Disponível em: www.projetosojabrasil.com.br.

PASTORE, J.; G. L. S. Dias e M. C. Castro, **Condicionantes da Produtividade da Pesquisa Agrícola no Brasil**. In: Estudos Econômicos, v. 6, n. 3, 1976.

PIGOU, A. C., *Wealth and Welfare*. Londres, Macmillan, 1912.

PIRES, M. J. **O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil**. Revista Econômica do Nordeste, v. 40, n. 3, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP. Disponível em: <https://www.Sinop.mt.gov.br/>. Acesso em 29/03/2018.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS. Disponível em:
<http://www.rais.gov.br/negativa.asp>. Acesso em: 22 out. 2016.

RANGEL, I. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a. V. 1.

_____, **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a. V. 2

_____, **Recursos ociosos e política econômica**, São Paulo, Editora Hucitec, 1ª edição, 1980.

_____, **A inflação brasileira**, Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro, 2ª edição, 1963.

REZENDE, G. C. **Estado, Macroeconomia e Agricultura no Brasil**. Editoria UFRGS, Porto Alegre, 2003.

REZENDE, T. V. F. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição de fronteiras**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. 357 p.

RODRIGUES, F. C. **O papel da questão agrária no desenvolvimento do capitalismo Nacional, entre 1950 e 1964, em Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Ignácio Rangel e autores pecebistas**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Economia. Campinas - SP: (s.n.), 2005. 116 p.

ROMANCINI, S. R. e RODRIGUES, C. O. **Urbanização na Pré-Amazônia Mato-Grossense: o exemplo de Sinop**. Revista ACTA Geográfica, ANO I, nº2, pp.43-55. jul. /dez. de 2007.

RURALÔMETRO. Disponível em: <https://ruralometro.reporterbrasil.org.br/>. Acesso em 29/03/2018.

SANTINI, G. A. e PAULILLO, L. F., **Mudanças Tecnológicas e Institucionais da Indústria de Sementes no Brasil: Uma Análise Aplicada aos Mercados de Milho Híbrido e Soja**. In: Agricultura em São Paulo, v. 50, n.1, 2003.

SANTOS, D. T. et al., **A Evolução do consumo de alimentos na China e seus efeitos sobre as exportações agrícolas brasileiras**. Rev. Econ. Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 333-358, mai-ago/2012.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo. Editoria Hucitec, 1979. (Série Economia e Planejamento).

_____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp. 1993.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Editora Record. Rio de Janeiro, 2001.

SENADO FEDERAL. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em 28/02/2015.

SCHWAB, K. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: EDIPRO, 2016.

SILVA, E. J. M. **A Atuação das grandes tradings do agronegócio da soja no avanço da fronteira agrícola na BR-163**. VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Universidade Federal do Pará. Belém, 2011.

SILVA, R. P. **A Indústria de máquinas agrícolas: formação de um oligopólio, internacionalização e poder de mercado**. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade de São Paulo – ESALQ, 2015.

SOARES, B. R. **Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização**. Formação. Presidente Prudente: UNESP, n 6, 1999. pp. 55-63.

SOARES, H. V. **A incorporação subordinada do centro-oeste ao capitalismo brasileiro: uma interpretação histórica**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-10042014-115008/>. Acesso em: 2015-02-28.

_____. **Agropecuária e indústria no Centro-Oeste brasileiro entre as décadas de 1960 e 1980: uma análise de classes.** Historia y Sociedad. Medellín. Universidad Nacional de Colombia, n. 35. p. 241-267. 2018.

SOUZA, Edson Antônio. **Sinop: História imagens relatos: um estudo sobre a colonização de Sinop.** Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal de Mato Grosso, 2001. 116 p.

SUINOCULTURA INDUSTRIAL.COM.BR (Revista de Suinocultura). Disponível em <http://www.suinoculturaindustrial.com.br/imprensa/ex-presidente-da-unica-e-icone-se-unem-a-nova-agroconsult/20130423-085605-R135>. Acesso em 26/01/2017.

THE INTERCEPT BRASIL. Portal de Notícias. Disponível em: <https://theintercept.com/brasil>. Acesso em 29/03/2018.

TORRES, R. L. **A indústria automobilística brasileira: uma análise da cadeia de valor.** Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95276/290390.pdf?sequence=1>. Acesso em 09/07/2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de Resultados de Eleições, 2018. Disponível em: <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>. Acesso e, 14/07/2018.

UNITED NATIONS. **Classification by broad economic categories.** Nova York e Genève: United Nations, 2002.

VALARINI, J. P. **O Mercado da Soja: Evolução da commodity frente aos mercados internacional e doméstico.** Jovens Pesquisadores, Santa Cruz do Sul, SC, Vol. 4, n. 1, jan-jun/2007.

VALE DOS ESQUECIDOS. Direção: Maria Raduan, Produção: Rodrigo Teixeira. Brasil: Tucura Filmes e RT Features, 2010. Digital. Colorido.

VASCONCELOS, M. F. S., **Competitividade do Comércio Internacional de Soja**. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, USP, pp. 1- 33. 1994.

VELHO, O. G. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1976.

VIANNA, L. W. **Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira**. In: Dados vol. 39 no. 3. Rio de Janeiro, 1996.

VIEIRA, N. M. **Caracterização da cadeia produtiva da soja em Goiás**. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

VOLOCHKO, D. A. **Da extensão do campo à centralização do urbano: elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso**. Revista Mato-Grossense de Geografia. Cuiabá. N. 16, p. 18-38. Jan-jun 2013.

_____. **Centralização do Urbano na Expansão do Agronegócio: Elementos para o Debate da Urbanização de Mato Grosso**. In: Anais XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2013. Anais XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Rio de Janeiro: UERJ, 2013b. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/index.php/geografia/article/download/768/1040>. Acessado em: 08/01/2016.

WESZ JUNIOR, V. J. **Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil**. Rio de Janeiro. *E-papers*. 2011.

WOLFART, R. A. **Reflexões de um alemão cuiabano**. Cuiaba. APROSOJA-MT, 2016.

WWF (World Wide Funf for Nature). **O manifesto do Cerrado**. São Paulo, 2018.

ZYLBERSTAJN, D. **Conceitos Gerais, Evolução e Apresentação do Sistema Agroindustrial**. In: ZYLBERSZTAJN, D. NEVES, M. F. (org.) – Economia & gestão dos negócios Agroalimentares. São Paulo. Pioneira, Cap. 1, pp. 1 – 21. 2000.

ZYLVERSTAJN, D. LAZZARINI, S.G, MACHADO FILHO, C.A.P. **Perspectivas da aplicação da biotecnologia no Sistema Agroindustrial Brasileiro: o exemplo da soja *RoundupReady***. PENSA/USP, 1999.